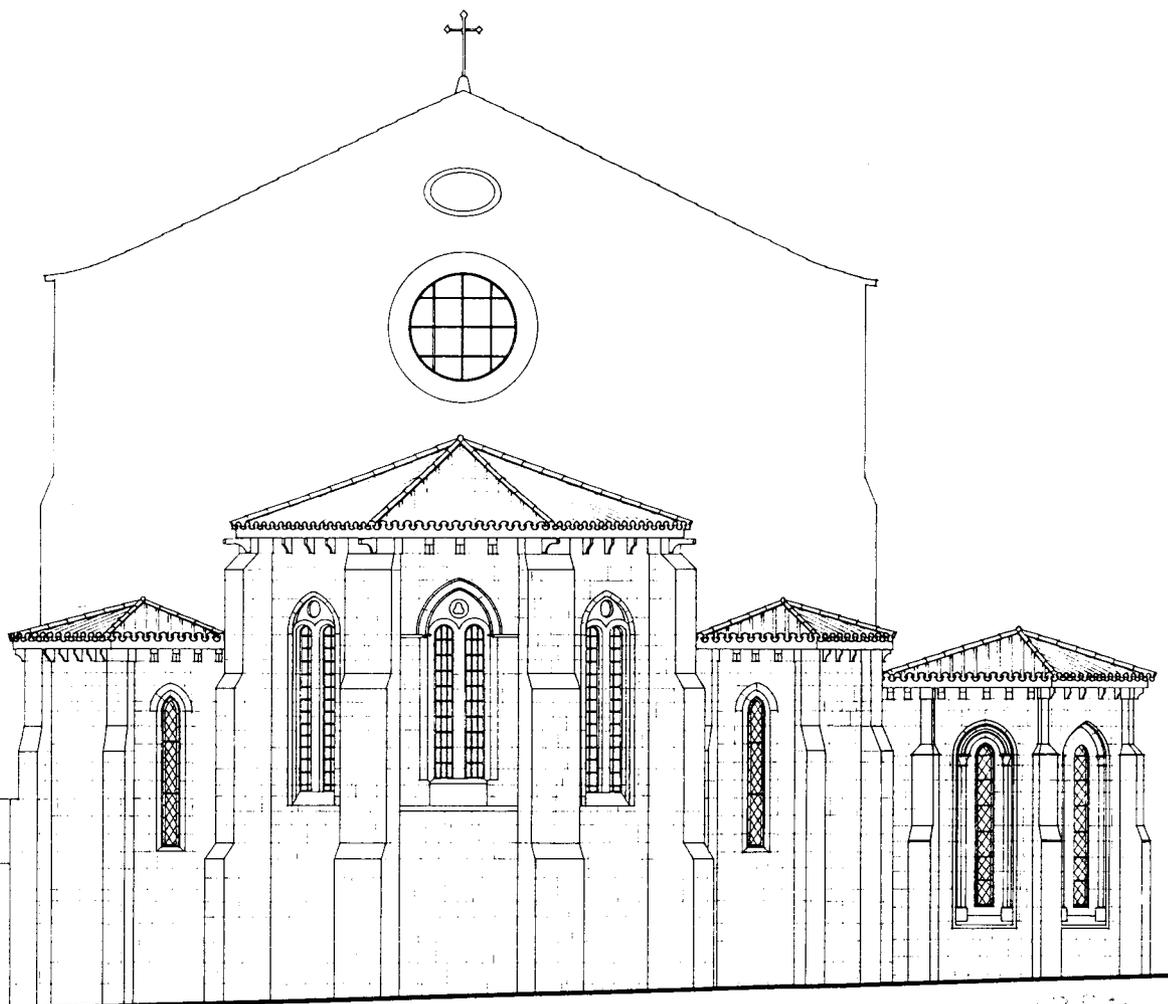


Manuela Maria Justino Tomé

MOSTEIRO DE S. DINIS DE ODIVELAS

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

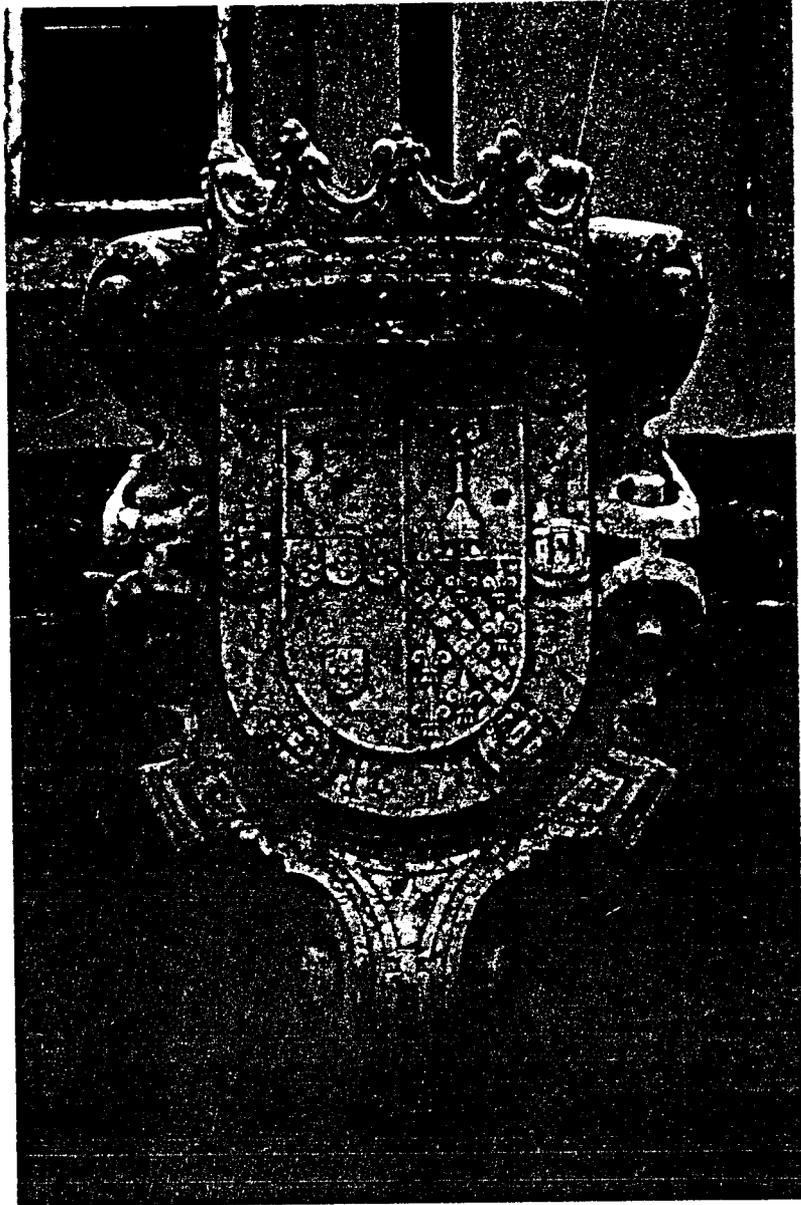
ACÇÕES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO



UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 1995

Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

78 252



Na página anterior:

Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Pormenor do escudo sobre o alpendre da entrada.

Escudo coroadado, bipartido, com as quinas à esquerda e o brasão da Ordem de Cister à direita, datado de 1639.

Manuela Maria Justino Tomé

MOSTEIRO DE S. DINIS DE ODIVELAS

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO

ACÇÕES PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

A iniciativa da Universidade de Évora, a extraordinária camaradagem, amizade, apoio e ânimo sempre manifestados pelos colegas, que acompanharam este percurso, e a dedicação do Sr. Professor Dr. Virgolino Ferreira Jorge, tornaram possível a realização deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

I PARTE

ANÁLISE HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO

1.1. Fundação.....	15
1.2. Resenha Histórica: Da Fundação aos Nossos Dias.....	17
1.3. Tábua Cronológica.....	19

CAPITULO II

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

2.1. Localização.....	24
2.2. Implantação.....	26
2.3. Aproveitamento dos Recursos Naturais.....	27
2.3.1. Recursos Geológicos.....	28
2.3.2. Recursos Aquíferos.....	28
2.4. Evolução das Características Ambientais	29

CAPITULO III

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SUA ADAPTAÇÃO A NOVAS FUNÇÕES

3.1. Desenvolvimento da Planta e Adaptação Funcional.....	47
3.2. Igreja e Claustro: Espaço Físico.....	51

CAPITULO IV

OBRAS EFECTUADAS E CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

4.1. Séc. XIII.....	64
4.2. Do Séc. XIII a 1755.....	66
4.3. De 1755 ao Séc. XIX.....	70
4.4. Do Séc. XIX à Actualidade.....	71

CAPITULO V

ASPECTOS CONSTRUTIVOS

5.1. Igreja.....	99
5.1.1. Cabeceira.....	99
5.1.1.1. Fundações.....	100
5.1.1.2. Pavimento.....	100
5.1.1.3. Paredes.....	100
5.1.1.4. Vãos.....	101
5.1.1.5 Cobertura.....	102
5.1.2. Nave.....	102
5.1.2.1. Fundações.....	103
5.1.2.2. Pavimento.....	103
5.1.2.3. Estrutura.....	104
5.1.2.4. Vãos.....	104
5.1.2.5 Tecto e Cobertura.....	105
5.2. Claustro.....	106
5.2.1. Fundações.....	106
5.2.2. Estrutura.....	106
5.2.3. Cobertura.....	107
5.2.4. Revestimentos.....	107
5.2.5. Vãos.....	107
5.2.6. Cantarias.....	108
5.2.7. Serralharias.....	108

CAPITULO VI

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

6.1. As Rochas Utilizadas.....	129
6.1.2. Principais Características.....	130
6.1.3. Principais Factores de Degradação.....	130
6.2. Alvenarias.....	132
6.3. Madeiras.....	133
6.4. Azulejos.....	133
6.5. Vitrais.....	134
6.6. Túmulo de D. Dinis.....	134

6.6.1. Principais Factores de Degradação.....	136
---	-----

CAPITULO VII

ENQUADRAMENTO LEGAL

7.1. Legislação Aplicável.....	151
7.1.1. Mosteiro.....	152
7.1.2. Túmulo de D. Dinis e de Sua Filha.....	153

CAPITULO VIII

AVALIAÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS POSTERIORES À FUNDAÇÃO

8.1. Da Concepção à Intervenção.....	156
8.2. Resultados da Intervenção.....	157

II PARTE

PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROTECÇÃO

CAPITULO IX

MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

9.1. Mosteiro.....	167
9.1.1. Pedras.....	167
9.1.2. Alvenarias.....	168
9.1.3. Madeiras.....	169
9.1.4. Azulejos.....	169
9.1.5. Vitrais.....	170
9.2. Túmulo de D. Dinis e de Sua Filha.....	170

CAPITULO X

MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO

10.1. Enquadramento Envolvente.....	173
10.1.1. Largo de D. Dinis.....	174
10.1.2. Ribeira de Caneças, Levada e Nascentes do Casal Ventoso e da Ramada.....	175
10.2. Mosteiro de S. Dinis e Túmulos de D. Dinis e de Sua Filha.....	176

CAPITULO XI

PROPOSTA DE PROTECÇÃO

11.1. Criação de Uma Zona Especial de Protecção.....	190
11.2. Demarcação de Limites.....	191
ANEXOS	194
BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

A nossa forma de estar no mundo, é envolvida de ligações muito fortes que nos antecedem, nos orientam e nos continuam, baseadas e geradas à volta do núcleo fundamental : “ a família “.

Através da família estabelecemos a nossa relação com o passado, formamos as nossas referências, conhecemos a nossa realidade presente e caminhamos na procura da perenidade, guardando memórias que nos identificam, por caracterizarem a nossa origem, nortear as nossas acções e testemunharem a nossa vida.

Reporta-se à Idade Média a preocupação pela importância dos objectos do passado e o sentido da necessidade da sua conservação.

Por questões imperiosas, como as funções utilitárias das edificações, com realce para a segurança e defesa do território, e para os valores simbólicos, estes ligados aos locais de culto, se iniciaram as primeiras acções de preservação.

A consciência de conservar preservando, vai-se consolidando ao longo dos tempos, alarga os seus objectivos, e chega ao reconhecimento da herança monumental de um passado comum, constitutivo de um valor patrimonial colectivo.

Com D. João V, este reconhecimento é caracterizado por alvará régio de 1721, que confere à Academia Real da História Portuguesa competências no âmbito da salvaguarda do património. É durante este século que se cria o gosto pelo coleccionismo, e pequenos museus.

O terramoto de 1755, com as suas consequências nefastas por todos sentidas, veio trazer a consciencialização da perda de valores materiais construídos, bens comuns que era necessário recriar.

No séc. XIX com Herculano, este sentimento do valor cultural colectivo abriu barreiras, e as teorias de conservação e restauro foram ganhando espaço na sociedade.

Hoje já não se questiona a importância de manter um património que nos foi legado pelos nossos antepassados, mas continuamos a questionar o que preservar e como preservar, na procura da solução óptima já que nem tudo merece ou está em condições físicas que permitam justificar uma preservação, e nem todas as soluções são válidas para aplicação diferenciada a todas as situações.

Quando perante a necessidade de intervenção num objecto é preciso saber agir e decidir respeitando o objecto, respeitando os valores que ele nos transmite e que constituem a razão da intervenção.

Importa pois, em cada momento fazer opções. Analisar a vida do monumento do ponto de vista global e só perante um conhecimento que poderemos considerar de íntimo com o nascimento, a vida, e as “doenças” do edifício, estamos em condições de melhor propor metodologias de intervenção.

Pareceu-nos importante a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico no estudo do MOSTEIRO DE S. DINIS DE ODIVELAS, o qual é um bom exemplo do reflexo das várias mutações sofridas desde a sua fundação até aos nossos dias, que poderemos designar de metamorfoses de adaptação à aplicação de novas tecnologias, de novos materiais e de novos usos, reflectindo hoje o percurso secular da sua vida.

Face aos objectivos traçados o nosso estudo é constituído por duas partes:

- Na primeira parte referimo-nos à análise histórico-arquitectónica do edifício.

Iniciámos esta análise com uma resenha histórica da vida do edifício que começou por ser um mosteiro de filiação cisterciense e é hoje ocupado pelo Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso). Para uma melhor compreensão dos capítulos seguintes apresentamos uma cronologia dos acontecimentos mais significativos de que este foi objecto.

O estudo da localização da construção, as condições naturais e culturais que nortearam a escolha pelo local e o aproveitamento destes recursos, hoje alterados pela dinâmica de diversos factores de ordem natural e humana, é também um aspecto importante na nossa análise, após o que passaremos à caracterização arquitectónica e construtiva da edificação.

À concepção daquele espaço, adaptado à função que o mesmo iria exercer e às regras da construção cisterciense, segue-se a análise cronológica das várias épocas de intervenção na construção, bem como as atitudes que pretenderam responder às tendências das respectivas épocas.

Iremos analisar as soluções tecnológicas que conjuntamente com os materiais aplicados, a pouco e pouco transformaram este monumento, que teve o seu início no período gótico, no que hoje se nos apresenta para entregar às futuras gerações e a outras atitudes que, entretanto, não-de surgir, na sua conservação e preservação para que ele perdure e continue a transmitir o seu testemunho histórico-cultural.

Assim, torna-se necessário que a análise do estado de conservação, e do seu enquadramento legal mereça a nossa atenção e a sua abordagem neste estudo.

Concluimos esta primeira parte com a avaliação das intervenções que aqui analisamos.

- Na segunda parte referimo-nos à nossa proposta de conservação, valorização e protecção, tendente a prevenir a degradação, com a manutenção necessária a minimizar os riscos de deterioração dos materiais e sistemas construtivos, com a valorização visando a necessidade de empreender acções de beneficiação e desenvolvimento de estratégias de intervenção no próprio monumento e no ambiente envolvente, e com a protecção que consubstancie a eficácia dos objectivos a atingir.

Creemos assim, que esta obra perdurará e continuará a transmitir o seu testemunho histórico-cultural às gerações vindouras, em memória dos nossos antepassados, ou das referências que nos mantêm vivos e perenes.

I PARTE

ANÁLISE HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICA

CAPITULO I

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO EDIFÍCIO

O conhecimento da história da vida do edifício desde a sua fundação, ajudar-nos-á a melhor compreender o objecto que se nos apresenta. Este é o reflexo da carga das suas vivências, que lhe deram sentido, lhe deixaram marcas e o mantêm de pé.

1.1. FUNDAÇÃO

Para que possamos conhecer um pouco da história do mosteiro erguido em Odivelas, temos que recuar no tempo até ao reinado de D. Dinis (1279 - 1325). O relato de uma lenda miraculosa, segundo a qual o mosteiro é cumprimento de um voto de gratidão, feito pelo rei quando numa caçada em Beja foi apanhado de improviso e atacado por um urso, consta como referência comum à maior parte dos autores que estudam este assunto.

O Archivo Pittoresco descreve da seguinte forma o importante evento:

" Conta-se que no anno de 1294, estando el-rei D. Diniz na cidade de Beja, saira um dia a montar. Tendo-se afastado da sua comitiva, foi-se encaminhando, sosinho, para a Ribeira do Odiana. Ahi, junto de umas rochas, avistou um urso (havia-os por cá n'esse tempo) afamado n'aquellas paragens por de grande ferocidade.

No mesmo ponto largou o rei em seu perseguinto; mas a fera, que o presentiu, occulta-se n'uma quebrada, e quando D. Diniz vae a passar, accomette-o de subito, lançando-lhe as mãos com tal violência que o derribou do cavallo, e em terra o quer esmagar debaixo de si.

O rei que, atropellado com tanto impeto, não pôde ser senhor das armas que leva, nem apellidar por sua gente, pede socorro ao ceo. Por aquelle tempo, diz a história, fazia S. Luiz, bispo de Tolosa, muitos milagres, invoca-o el-rei; apparece-lhe o santo, e o esforça a que arranque o punhal e o crave na fera. D. Diniz cobra animo, leva do ferro, e alcança matar a terrível e possante alimaria.

Livre de tamanho perigo, por intercessão de S. Luiz, ficou-lhe el-rei com muita devoção, e em sua honra, mandou fabricar uma capella no convento de S. Francisco de Beja e, depois, quando volveu a Lisboa, o convento de Odivellas (...)" (1)

Para além da veracidade discutível deste facto, que no entanto, está ilustrada no túmulo do rei (Fig. 4.12), D. Dinis num acto de devoção ao seu patrono empenha-se na construção do mosteiro e, para isso, tenta obter as autorizações necessárias. Dirige então uma carta a Fr. Roberto, abade de Cister em França, onde pede a sua cooperação para levar a bom termo as suas intenções. Em carta datada de Setembro de 1294, o abade de Cister dá resposta às pretensões do monarca, nos seguintes termos:

" há poucos dias que no nosso capítulo geral, o nosso venerável co-abbade de Alcobaça, enviado da parte da vossa Magnificencia por causa d'alguns negocios, que expoz com tanta elegancia como fidelidade, nos deu mais particularmente conhecimento de que a discreta serenidade de Vossa Real Magnificencia determinou fundar nesse vosso reino, no lugar chamado Odivellas, um

mosteiro de religiosos, onde, conforme o estatuto da nossa ordem, possam viver em clausura perpetua (...) (2) (Fig. 1.1).

Parece-nos clara a aceitação do pedido de D. Dinis e, por outro lado, esclarece-nos mais relativamente às instruções monárquicas na fundação do mosteiro. É reveladora da devoção do rei, bem patente na Carta de Confirmação, datada de 27 de Fevereiro de 1295, onde se declara que o mosteiro é fundado "*...em honra de Deus, da Santíssima Virgem sua mãe, e de todos os santos, e especialmente dos Santos Dionísio e Bernardo, pelas almas do rei e da rainha, dos seus pais e sucessores, e em remissão dos seus pecados.*" (3).

Data também de 27 de Fevereiro de 1295, a colocação da primeira pedra, acontecimento que, segundo as descrições, decorreu com a maior solenidade com a presença da Rainha D. Isabel, do Infante D. Afonso, da Infanta D. Constança, do Bispo de Lisboa D. João Soalhães, do Fr. Domingos Martins, do Abade de Alcobaça, da Primeira Abadessa do Mosteiro, D. Elvira Fernandes, e de muitos outros cavaleiros e personagens da corte.

Logo, desde esta data, o mosteiro foi contemplado com elevadas quantias em dinheiro e com inúmeras doações de terras, com habitações, hortas, moinhos, vinhas, lagares, fornos, abarcando vastos territórios que, para além de Odivelas compreendiam as zonas de Enxobregas, Loures, Alenquer e Sintra. Foram também concedidos a 23 de Março de 1295, os direitos dos padroados das Igrejas de Santo Estevão de Alenquer e de S. Julião de Santarém. Em 1318 foram também anexadas as Igrejas de S. João Baptista do Lumiar e S. João de Frielas. Graças a tão abundantes doações e benefícios concedidos, tornar-se-ia o mais rico e grandioso mosteiro feminino cisterciense em Portugal.

Foi ainda dada ao mosteiro a possibilidade de herdar os bens das religiosas excepção à lei vigente, decretada por alvará régio, assegurando-se assim, por este meio, um aumento progressivo do património do mosteiro. Tanta riqueza e poderio viriam a ter repercussões negativas na vida claustral e na observância das regras monásticas, a simplicidade e a austeridade ficariam abaladas.

O rei ordenou ainda que sete capelães oficiassem no mosteiro por sua alma, e que no dia de S. Dinis se desse bodo ao povo que por ali aparecesse.

Inicialmente o mosteiro foi habitado por oitenta freiras bernardas que se instalaram desde o início no edifício da quinta real (Fig.1.2), a Quinta das Flores, no local onde iria ser construído o mosteiro.

Desta habitação ruíram na Primavera de 1922, as duas janelas góticas existentes e daquele grandioso edifício que foi a casa do Rei, hoje, nada resta.

As obras de construção do mosteiro duraram cerca de dez anos e foram executadas sob a direcção, provavelmente, de Antão e Afonso Martins (4). Contudo há notícia de que no dia 1 de Março de 1296 se iniciavam os serviços religiosos e também foi neste ano que o mosteiro começou a ser habitado. A data da conclusão das obras varia de acordo com os diversos autores. Porém, parece-nos importante salientar que apesar de em 1305 ter sido feita a entrega oficial do mosteiro, às freiras bernardas, há referências muito precisas ao decurso das obras que datam de 1306, era então abadessa do mosteiro, D. Constança Fernandes, que sucedera a D. Elvira Fernandes.

"... ho porlatório das monjas sera feito na Igreja antre ho choro e ho altar", ou " E pera se cahidarem muitos perigos que Aqueçem de vjr aos mosteiros pela multidão das portas queremos ordenamos estabelecemos que se não faça no dito moesteiro algua porta pero que entrem ou saiaão no dito moesteiro tirada a porta da Igreja." (5)

D. Dinis determinou em testamento de 20 de Junho de 1322 que o seu túmulo ficasse no centro da igreja "*...mando soterrar meu corpo no meu Moesteyro de San Denis d'Odivelas que eu fundei e fiz e dotey, antre o coro e a oussia mayor hu eu mandei fazer sepultura pera mim*".(6).

O Rei veio a falecer a 7 de Janeiro de 1325, na Vila de Santarém, tendo sido cumprida a sua vontade.

1.2. RESENHA HISTÓRICA: DA FUNDAÇÃO AOS NOSSOS DIAS

Já no séc. XV , em 1424, o Infante D. Pedro (1392-1449), Duque de Coimbra, mandou instituir uma capela que foi anexada à inicial cabeceira da igreja, do lado do Evangelho, em memória de sua mãe, D. Filipa de Lencastre, a qual acabou os seus dias em Odivelas e aqui foi sepultada e trasladada passados 15 dias, para o Real Mosteiro da Batalha. Um narthex cobrindo os acessos a esta capela e à igreja, apresenta as características também do gótico tardio, o que junto a outras marcas deixadas na construção, nos faz supor a sua contemporaneidade com a capela

Esta capela, foi em 1425 decorada com primorosas pinturas que iam das paredes até à abóbada nervurada: fundo verde garrafa (provável deterioração do azul primitivo, sob a acção da luz) cortado em rectângulos por linhas horizontais e verticais de onde realçam flores de lis douradas, nas cores das armas de D. Filipa.

Datam também , provavelmente desta data, as pinturas que ainda hoje são visíveis na abóbada do absidiolo do lado da Epístola. Pensamos que estes elementos estruturais, que na época da austeridade anterior eram de pedra aparente, teriam sido revestidas com frescos.

Ao longo dos tempos o mosteiro foi sofrendo várias alterações e pequenas obras, que podiam partir da iniciativa de membros da família real, de abadessas ou recolhidas que rivalizavam entre si a construção de mais um altar, uma capela, corpo de edificio ou um simples aspecto decorativo. São exemplos disso o alpendre exterior, datado de 1573 e concluído em 1639, mandado reconstruir ou restaurar pela abadessa D. Guiomar de Noronha, pensamos que em substituição de um outro a este anterior, as portas manuelinas do claustro, e a fonte do Claustro da Moura, devida à abadessa D. Luísa de Moura.

Pensamos que os tremores de terra que em 1531 e 1536 assolaram esta zona, terão tido efeitos no mosteiro, provocando danos e originando intervenções que lhe vão alterando as características iniciais.

Com D. João IV (meados do séc. XVII), o mosteiro foi submetido a obras que nas palavras dos cronistas "*(...)fez perder ao corpo da igreja a sua harmonia architectónica*". Estas alterações foram executadas sob a direcção do monge beneditino, lente de matemática e arquitecto, Fr. João Torreano(1610-1679), filho de Leonardo Torreano, também arquitecto.

No séc. XVIII, com D. João V, o edificio foi ampliado e "embelezado". Foi nesta época que o mosteiro atingiu grande celebridade, pelo elevado número de freiras que albergava (cerca de 300), pelas festas e pelo número de convidados que recebia. A vida do mosteiro atravessa então uma época de festas e acontecimentos escandalosos, que vêm quebrar a autoridade da Ordem.

O terramoto do dias 1 de Novembro de 1755, arruinou a quase totalidade do mosteiro, subsistindo apenas a cabeceira da igreja, o pórtico e duas alas do claustro, o que obrigou a que as freiras vivessem em barracas de madeira durante algum tempo.

O terramoto de 1758 fez-se igualmente sentir, provocando mais estragos.

Este mosteiro foi na opinião da maior parte dos autores consultados "*o mais grandioso que a Ordem de S. Bernardo teve neste Reino*", não só pelas dimensões do seu edifício, mas também pelo grande número de privilégios e rendas.

A extino das ordens religiosas, com o Decreto de 30 de Maio de 1834 marca o inicio de uma nova era, na história do edifício. Por um lado, a pilhagem organizada dos funcionários estatais e por outro, a pobreza em que as freiras ficavam, depois de privadas dos bens que mantinham no cenóbio, marcam a derrocada final daquele que fora um tão imponente mosteiro.

Em 1875 habitavam ainda o edifício, 8 freiras entre outros ocupantes e em Junho de 1886 morre a última freira e abadessa de Odivelas, D. Bernarda da Encarnao Correia.

O edifício foi então incorporado na Fazenda Nacional e em 1898 foi formada uma comissão para a fundao de um "colégio para a educao de órfãos de oficiais do exército e da armada" (anexo I). Por Decreto de 9 de Março de 1899 é criado o " Instituto Infante D. Afonso" que iria funcionar nas instalações do antigo mosteiro e a 14 de Janeiro de 1900 foi inaugurado o Instituto, ainda antes da conclusão das obras de adaptao. Com a entrega do edifício ao Infante D. Afonso, em 1902, inicia-se uma nova fase na vida deste monumento.

Em 1903, o Instituto j albergava cinquenta e sete alunas, cinco professoras e uma regente.

A 16 de Junho de 1910, o edifício é considerado Monumento Nacional.

A partir de 1944, o imóvel é submetido a obras de remodelao profunda, sendo as alunas instaladas no Palácio dos Duques de Claraval.

Em 22 de Abril de 1988, passa a usar a actual designao de " Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso)".

1.3. TÁBUA CRONOLÓGICA

- . 1294 - Concessão das autorizações necessárias (carta com resposta afirmativa de Fr. Roberto, Abade de Cister à proposta de D. Dinis).
- . 1295, Fevereiro, 27 - Lançamento da primeira pedra.
- . 1296, Março, 01 - Início dos serviços religiosos.
- . 1305 - Entrega do Mosteiro às Freiras de S. Bernardo.
- . 1320 - Falecimento de D. Maria Afonso
- . 1325, Janeiro, 07 - Falecimento de D. Dinis
- . 1424 - O Infante D. Pedro manda construir uma capela anexa à cabeceira original.
- . 1531 - Tremor de terra, com prováveis danos.
- . 1536 - Tremor de terra, com fortes interferências nesta zona e novamente com prováveis danos
- . Séc. XVII - Com D. João IV são efectuadas obras no corpo da Igreja.
- . Séc. XVIII - Com D. João V são efectuadas ampliações e alterações nos revestimentos e peças decorativas.
- . 1755, Novembro, 01 - O terramoto provoca a derrocada quase total do edifício.
- . 1758 - Novo terramoto provoca mais estragos no edifício
- . 1834, Maio, 30 - Extinção das ordens religiosas.
- . 1884 - Obras de conservação na capela absidial D. Filipa.
- . 1886, Junho, 17 - Falecimento da última freira e abadessa de Odivelas, D. Bernarda da Encarnação Correia.
- . 1898 - O edifício foi incorporado na Fazenda Nacional.
- . 1899, Março, 09 - Criação, por Decreto, do” *Instituto Infante D. Afonso*”.
- . 1899 - São efectuadas obras de adaptação à nova função
- . 1900, Janeiro, 14 - Inauguração do” *Instituto Infante D. Afonso*”.
- . 1910, Junho, 16 - O edifício é considerado Monumento Nacional.

- . 1910 , Novembro, 06 - É dada a designação de” *Instituto Torre e Espada*”.
- . 1911, Maio, 25 - É dada a designação de "*Instituto Feminino de Educação Trabalho*".
- . 1942, Dezembro, 31 - É dada a designação de "*Instituto de Odivelas*".
- . 1944/50 - São efectuadas grandes obras de remodelação.
- . 1950, Outubro, 14 - Inauguração das novas intalações do Instituto de Odivelas.
- . 1957, Janeiro, 26 - É fixada a “*zona de protecção do Convento de Odivelas*” (anexo V).
- . 1962, Junho, 01 - É fixada a “*nova zona de protecção do Instituto de Odivelas*” (anexo VI).
- . 1966/69 - São efectuadas obras de conservação nas coberturas.
- 1969, Fevereiro - Sismo provoca estragos.
- . 1970/86 - Continuam as obras de conservação.
- . 1988, Abril, 22 - Passa a usar a actual designação de " INSTITUTO DE ODIVELAS (Infante D. Afonso).”
- . 1990/92 - São efectuadas obras de beneficiação nos Claustros.
- . 1995, Junho - Obras de beneficiação da cobertura da Igreja e substituição integral da cobertura do alpendre do Claustro da Moura.



Fig. 1.1 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Aspecto em 1859.(7)



Fig. 1.2 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Casa do Rei D.Dinis na Quinta das Flores, junto ao Claustro da Moura. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.).

NOTAS

- (1) ARCHIVO PITTORESCO, *Seminário Ilustrado*, Vol. V, Lisboa, pág.78.
- (2) Cit. por FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 6.
- (3) Cit. por FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 6.
- (4) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 149.
- (5) Cit. por GUSMÃO, Artur - *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa, 1956, pág.190.
- (6) Cit. por FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág.180.
- (7) CANCIO, Francisco de - *Lisboa - Tempos Idos*, Vol. I, Instituto de Coimbra e Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1957, pág. 103.

CAPITULO II

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

Pretendemos neste Capitulo fazer a análise das características fisiográficas e ambientais que estiveram na origem da escolha pelo local, estas, já bastante distantes da actual realidade.

Atendendo a que o monumento se insere numa paisagem estruturalmente dinâmica com a qual mantém relações directas, é premente que se tenha um melhor entendimento do quadro paisagístico a este envolvente que do passado até à actualidade sofreu naturalmente a influência do factor humano.

2.1. LOCALIZAÇÃO

Para a construção deste mosteiro, D. Dinis, escolheu a sua *Quinta das Flores* situada no vale do mesmo nome, junto à Ribeira de Odivelas que corre por entre os montes da Senhora da Luz, Tojais e S. Dinis (Fig. 2.1).

Tratavam-se então de terrenos bastante férteis, trabalhados agricolamente, marcados pela existência de quintas de recreio, pertença de pessoas influentes do reino, com abundância de água, recatados e não muito longe, e de fácil acesso, aos povoados mais próximos, nomeadamente Loures e Lisboa, características estas, em conformidade com as exigências da Ordem de Cister. Uma paisagem calma e de grande beleza permitia o recolhimento necessário, o silêncio absoluto exigido, com uma vida comunitária também levado ao extremo. Estava assegurada uma acessibilidade cautelosa aos lugares habitados e assegurada também a subsistência das religiosas do mosteiro, pelas riquezas e produtividade da terra.

O concelho de Loures, onde se localiza este mosteiro foi ocupado desde os tempos mais remotos, conforme demonstram os achados arqueológicos datados da época paleolítica, os quais confirmam a existência de núcleos de ocupação habitacional desde aquela época. Assim, Loures foi sucessivamente habitado por romanos, visigodos e árabes.

Nos arredores de Odivelas tem-se conhecimento de vários povoados bastante antigos e já existentes quando da fundação do mosteiro.

D. Sancho I, com o auxílio dos Templários, expulsou os árabes da região recompensando esta Ordem com inúmeras terras.

Mais tarde, D. Dinis, com a criação da Ordem de Cristo e a extinção da Ordem dos Templários, todas as terras da zona de Loures passam para a posse desta nova Ordem, conseguindo-se assim uma independência económica que se foi consolidando pelo poderio, organização e alargamento dos seus domínios.

Caneças, também próximo de Odivelas foi outra povoação do tempo dos árabes, S. João do Tojal foi terra de Frades Agostinhos desde D. Afonso Henriques, Sto Antão do Tojal é povoação desde os tempos de D. Dinis e Póvoa de Santo Adrião é anterior ao séc. XVI.

Todas estas povoações distavam pouco de Lisboa e ligavam-nas os rios, na altura navegáveis ou as estradas, em distâncias relativamente pequenas. Odivelas situa-se aproximadamente a 10 Km a norte de Lisboa e a 12 Km a sul de Loures.

Ignora-se o ano da fundação da Freguesia de Odivelas, mas há conhecimento de que é antiquíssima. Para além do séc. XIII a história do povoado confunde-se com a história do mosteiro, tal era a sua importância e a influência que mantinha com o exterior. Os historiadores defendem que à data da implantação do mosteiro já existia população nesta zona, até porque a igreja matriz é a esta anterior. Tendo em atenção que se trata de uma zona de quintas, tendo o próprio mosteiro sido construído na quinta do rei D. Dinis (Quinta das Flores), é muito provável que aqui vivessem camponeses adstritos à terra, tal como era usual na Idade Média. A fertilidade destas terras poderia também ter favorecido a fixação das populações: "*Em Odivellas existem bellas e importantes quintas. O seu território é fértil de toda a qualidade de generos agrícolas do paiz (...)*" (1), "*Dista elle duas legoas de Lisboa, no caminho de Loures, de cujas terras descem ágoas, que juntas fazem rio (que passando pelo valle, aquem ennobrece o convento, fica elle mui fresco e aggradavel) o qual com breve curso pela bocca de Alcátara paga seu tributo ao mar*" (2).

Conforme se pode concluir da leitura dos Estatutos do Capítulo Geral da Ordem de Cister referentes ao ano de 1134, estava interdita a construção de mosteiros "*(...) nas cidades, nos lugares fortificados ou nas aldeias, mas em lugares remotos, afastados da frequências das gentes*" (3).

A fixação destas populações viria a ser acentuada pela construção do Mosteiro, o qual trouxe influências directas para o local, conhecidas desde a época da fundação, conforme se refere no Cap. I.

Se considerarmos a raiz etimológica da palavra Odivelas, verificamos que a palavra é composta por dois elementos: *Odi* e *Velas*. *Odi* é de origem árabe e significa *curso de água*, enquanto que *Velas* é de origem latina, mantendo o significado que hoje lhe atribuímos, neste caso as *velas* dos moinhos existentes nas propriedades.

Com uma outra explicação para o topónimo de Odivelas, podemos encontrar mais algumas indicações sobre esta zona. Esta liga-se a mais um episódio da vida de D. Dinis. Conta-se que o monarca se deslocava, à noite, com frequência para esta área com o objectivo de visitar "*raparigas do seu agrado*". Conhecedora deste facto, a Rainha, na companhia de outras damas da corte, foi até ao Lumiar munida de archotes que pudessem iluminar o caminho ao marido infiel. Quando D. Dinis se encontrou com D. Isabel, esta dirigiu-se-lhe nestes termos: "*Ide vê-las Senhor ...*" Esta expressão *ide vê-las* terá evoluído para o topónimo Odivelas.

Qualquer das explicações toponímicas, nos revela a existência de população anterior à fundação do mosteiro, e a raiz etimológica da palavra revela-nos as características hidrográficas e rurais deste território.

As referências mais antigas que se conhecem sobre a região falam-nos de terrenos bastante férteis com culturas de trigo e cevada, e da criação de gado suíno. Eram também nestas terras do Vale de Odivelas e nas suas quintas que as laranjas e cebolas eram cultivadas e transportadas talvez por via fluvial para Lisboa e outros locais.

Nas doações que o Rei D. Dinis concedeu ao Mosteiro já constam as *hortas, vinhas, lagares e azenhas*.

A instalação do mosteiro no Vale de Odivelas, e a sua localização perto de Lisboa, constituem factores de influência no desenvolvimento local, podendo-se considerar que este foi um marco importante na acção cultural do sitio, iniciado pelo seu fundador, D. Dinis, e evidenciado pela ambiência faustosamente cultural aqui vivida no reinado de D. João V.

Não duvidamos que a construção do mosteiro nesta zona, foi determinante para o crescimento do aglomerado populacional, o qual se desenvolveu numa encosta virada a poente, atravessando-a a actual Estrada Nacional 250-2. Esta via serve de permeio entre duas zonas de crescimento que se verificam quer a nascente desta e à volta da Igreja Matriz, quer a poente da mesma, junto ao Mosteiro. Julgamos que a implantação do aglomerado nesta última zona, foi fortemente delimitada e/ou condicionada, pela existência da *cerca*, que circunscrevia os seus terrenos (zona a poente do Mosteiro), mantendo-os intransacionáveis.

Aos nossos dias chegam ainda as influências directas da vida claustral, patentes nos famosos doces servidos nos célebres “*outeiros*” de poesia e música e ainda hoje comercializados em Odivelas, (*suspiros, tabefes, raivas, doces de abóbora e cidra, esquecidos, torrões rosados, farturas e marmelada*).

Pinho Leal (1875) faz alusão às grandes festas que ainda se realizam no terreiro, em frente ao mosteiro: “*Já acabaram os bellos e famosos outeiros de Odivellas; mas a 8 de Setembro se faz alli uma pomposa festa de egreja, a Nossa Senhora, havendo então feira e arraial, muito concorridos, no espaçoso terreiro que se estende em frente ao mosteiro*”(4).

2.2. IMPLANTAÇÃO

O Mosteiro situa-se numa zona de vale, o Vale de Odivelas, a uma altitude de 43,00 m, na encosta virada a poente e com a Ribeira de Caneças no seu limite poente.

Construído num terreno de declive não muito acentuado, próximo deste curso de água, o Mosteiro segue na generalidade da sua implantação as particularidades cistercienses. A “*Carta da Caridade*”, é omissa relativamente à obediência a uma arte de construir, no entanto, este segue o mesmo espírito de uniformidade que liga os Cistercienses, *sob uma mesma regra e observando os mesmos costumes*, sob a personalidade e os ideais de S. Bernardo, marcados pela fé e pelo trabalho.

A igreja está orientada no sentido poente-nascente, com o claustro a norte, o qual constitui a área fundamental e determinante no desenvolvimento de todo o plano cisterciense. Situado em zona central, tem a igreja a sul e à sua volta desenvolvem-se todas as outras dependências monásticas.

A organização dos vários espaços funcionais do mosteiro deveria seguir o rigor da Ordem e simultaneamente as exigências técnicas a observar nas infraestruturas da construção, ocupando a Igreja, neste caso, a zona de cota mais baixa a sul, com as restantes áreas a norte desta. Assim um sistema de canalização de água entra no mosteiro na zona mais alta, serve as áreas necessárias e sai, seguindo a pendente natural do terreno até à Ribeira de Caneças.(Fig. 2.2).

Esta implantação cuidadosamente estudada permitiu ao Mosteiro dispor de condições excepcionais de protecção contra os ventos predominantes, do Nordeste, assim como de uma óptima exposição solar, que lhe dão uma situação climática privilegiada.

Estamos perante uma zona de microclima de características de uma zona temperada húmida.

As chuvas têm um carácter irregular, pois são raras no Verão e com uma certa abundância no Inverno com valores médios anuais entre os 600 e os 1000 mm.

Como referência indicamos alguns dados ambientais do Serviço Meteorológico Nacional para esta região de Odivelas e referentes ao período entre 1951 e 1960:

. Insolação	2.900 a 3.000 horas de sol/ano
. Temperatura média anual	17,5° C
. Humidade do ar.....	70 a 75 %
. Precipitação.....	50 a 75 dias /ano
. Recursos aquíferos subterrâneos	50 a 100 m3 dia/Km ²
. Intensidade sísmica	VIII da escala int.

2.3. APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS

A Quinta das Flores de D. Dinis, onde foi erigido este mosteiro, era dotada de condições ambientais que permitiram que a construção correspondesse às premissas fundamentais que a regra Cisterciense exigia:

- o isolamento, proporcionado pela ambiência rural, marcada pela predominância de quintas;
- a existência de pedra no subsolo, que permitiu a sua utilização na construção;
- a proximidade de linhas de água.

Observando as linhas hidrográficas da zona, diremos que Odivelas é banhada pela Ribeira de Caneças, a qual desagua no Rio da Costa, no Lugar do Senhor Roubado, conduzindo a água até ao Rio Tejo através do Rio Trancão.

Há referências que nos dizem que toda esta várzea, lezíria ou bacia de Loures, foi navegável até Loures, Sto Antão do Tojal e lugares vizinhos, nomeadamente Odivelas.

Com o decorrer dos tempos e influências de vária ordem, nomeadamente o progressivo assoreamento dos cursos de água, conjuntamente com os sismos que assolaram esta zona, basicamente o terramoto de 1755, a configuração morfológica do solo foi sendo alterada e hoje os rios que banham a Lezíria de Loures deixaram de ser navegáveis.

Poder-se-à referir alguns cais de embarque de onde se fazia o transporte de grande parte dos produtos hortícolas que alimentavam Lisboa: Sacavém, Apelação, Unhos, Frielas, Póvoa de Sto Adrião, Mealhada, Loures, Sto Antão do Tojal, Casal da Abelheira, Bucelas e Porto da Paiã, este último já em actividade na pré-história.

Uma das grandes riquezas da área, foram as inúmeras salinas tão importantes para o país. Temos conhecimento das de Sto Antão do Tojal, Frielas, Marmotas e Mealhada, esta última pertença em 1500 da Colegiada de Frielas. Há conhecimento que desde muito cedo os

cistercienses exportavam o sal das suas salinas pelo que é muito provável, que esta também fosse uma fonte de riqueza para a vida deste mosteiro.

A fertilidade da terra, a par das condições ambientais permitiram a exploração agrícola tão útil à subsistência, autonomia e independência económica cistercienses.

2.3.1. Recursos Geológicos

Analisando a constituição geológica da região verifica-se que é muito rica em calcários, permeáveis, os quais assentam sobre um manto basáltico, muito pouco permeável, permitindo a presença de água no subsolo. Podemos dizer que as formações em que assentam o mosteiro são os grês do Oligocénico, um manto basáltico subjacente e por último calcários do Turoniano.

Estas condições do subsolo possibilitaram largamente a aplicação da pedra no Mosteiro, pela facilidade de recurso aos materiais da própria natureza do local, verificando-se um largo emprego na quase totalidade da construção da Igreja, do calcário, lioz de Loures, uma rocha sedimentar.

Mais tarde, em obras posteriores, foi aplicado em revestimentos, o Basalto Olivínico, pedra também desta zona, uma rocha ígnea.

2.3.2. Recursos Aquíferos

Para além das principais linhas de água deste vale que o influenciam directamente, trata-se de uma zona rica em recursos aquíferos, em parte devido às características do seu subsolo. Estas condições permitiram o fornecimento de água não potável a partir da Ribeira de Caneças e potável a partir de duas nascentes.

Para além das características hidrológicas adequadas à organização funcional e técnica do mosteiro, este está implantado a uma cota média de 43,00 m da encosta, com a Ribeira de Caneças à cota de 40,00 m, possuindo condições topográficas que possibilitavam o funcionamento do sistema hidráulico.

A água potável que abastecia o mosteiro era captada a partir de duas nascentes naturais: uma no Casal Ventoso (Fig. 2.3), situada à cota 117,00 m e outra na Ramada (Fig. 2.4), situada à cota 100,00 m, que confluíam na mãe-d'água do Calçado, situada à cota 63,00 m.

Estas nascentes localizadas a 1,00 Km a nordeste e a 1,60 Km a noroeste do Mosteiro, respectivamente, forneciam a água potável que era recolhida e conduzida ao longo de uma mina (Fig. 2.5), cujas dimensões são 1,80 m de altura por 0,55 m de largura, até uma caixa de sedimentação (Fig.2.6), de planta circular, de diâmetro interior $\varnothing = 0,70$ m, construída de pedra da região, com a espessura de 0,25 m e coberta por uma edificação. Esta é construída de pedra, com planta circular encimada por uma cobertura em cúpula e possui um pequeno vão de acesso ao interior.

Esta água potável era conduzida em canalização subterrânea até ao lavabo situado no claustro primitivo, de onde era distribuída.

No abastecimento de água para as necessidades da comunidade monástica, que exigiam um maior caudal (latrinas, regas, lagares e outras instalações "fabris") era utilizada a água não potável, captada na Ribeira de Caneças por um dique situado na Arroja (Fig. 2.7), a cerca de 1,250 Km a montante, e à cota 81,00 m, e conduzida por gravidade até ao mosteiro, por uma levada (Fig. 2.8).

No seu primeiro troço esta levada tem a forma de vala a céu aberto, acompanhando a curva de nível da topografia local, passando depois a super-aqueduto, que atravessava a Ribeira de Caneças (Fig. 2.9), numa estrutura em arco e continuava até ao edifício monástico. A altura deste super-aqueduto é variável, em função da cota do terreno e da inclinação necessária para adução da água, e apresenta uma construção em alvenaria de pedra onde assenta uma caleira cuja base é em lajetas de pedra calcária em toda a sua largura e com uma espessura de 0,15 m. Sobre estas lajetas são aplicadas a cutelo outras pedras também de grandes dimensões, com uma altura de 0,48 m, que corresponde à altura interior da caleira e uma espessura de 0,27 m. Sobre estas pedras que formam as paredes laterais da caleira é aplicado um capeamento de tijoleira cerâmica com as seguintes dimensões: 0,27 m x 0,13 m x 0,02 m. A caleira apresenta de dimensões interiores 0,46 m x 0,50 m e uma largura exterior de 1,00 m (Fig. 2.10).

Esta água não potável entrava no Mosteiro a norte (zona mais elevada), passava pelas latrinas da enfermaria e dos dormitórios, descarregando a jusante da Ribeira de Caneças, a poente do Mosteiro e a uma cota inferior à implantação deste (Fig. 2.11).

Este Mosteiro, tal como todos os outros da mesma Ordem, obedecia a um esquema de distribuição, que conduzia a água racionalmente às diferentes zonas húmidas do edifício, que requeriam este tipo de aproveitamento, e com uma correlação com as cotas naturais do terreno, até à sua descarga na Ribeira de Caneças.

2.4. EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Desde a época da fundação, que temos notícia das relações do mosteiro com o exterior. Entre as várias concessões, D. Dinis "(...) ordenou por sua alma 7 capellães com o competente rendimento, e que no dia de S. Dinis se desse bôdo ao povo que concorresse ali"(5).

Parece-nos clara, a preocupação do rei, em ressaltar a magnificência deste mosteiro, não a restringindo ao seu poderio e ordem interna, mas também a de a evidenciar no exterior.

No reinado de D. João V, estas intenções continuam a permanecer, mas agora, as vivências do mosteiro, quer ao nível interno, quer ao nível externo, estão bem patentes nos cronistas da época. A vida faustosa que caracteriza a corte do rei, é transportada tanto quanto possível, para o mosteiro. São frequentes as descrições que aludem à riqueza decorativa, por intenção manifesta do monarca, com particular incidência para os aposentos da Madre Paula, dos quais hoje nada resta. A ambiência cultural do reinado de D. João V esteve presente em Odivelas. Há referências concretas aos célebres "outeiros", "(...) em que se improvisam poemas e chamavam ao local grande cópia de fidalgos (...) (6) e também à música que, na opinião de

Mendes de Vasconcelos, pela qualidade das suas vozes e instrumentos (...) *não creio que se iguale nenhuma capela de nenhum grande Príncipe* (...) “ (7).

Não queremos pois, deixar de referir as transformações que se operaram ao longo dos tempos, e às quais a vivência deste mosteiro não foi certamente indiferente, deixando este de constituir hoje um factor influenciador da paisagem para passar a ser influenciado por esta, e pelas mutações por esta geridas.

Como já referimos, no séc. XIII já existia a paróquia de Odivelas, no entanto, poucas notícias temos sobre esta época. Elas são posteriores à implantação do mosteiro, o que nos leva a concluir que este foi um marco importante na acção cultural do sítio.

Durante os séculos XV e XVI as culturas cerealíferas marcam a paisagem. O trigo está na origem da configuração das zonas de cultura e da compartimentação do solo em socalcos, onde a presença da sebe viva constitui um traço característico. Assinale-se ainda como reforço à importância da cultura cerealífera a presença de grande quantidade de moinhos de vento (Fig. 2.12); património importante na caracterização da paisagem tradicional desta região.

Ao nível da estrutura fundiária, podemos afirmar que, até ao século XVI, predominou a pequena exploração intensiva. A partir do século XVII iniciou-se a formação de grandes propriedades, processo que se acentuou durante os séculos XVIII e XIX, principalmente pelo interesse manifestado pela Nobreza, na aquisição de quintas de recreio e na construção de casas apalaçadas.

As lutas liberais, a nacionalização dos bens do Clero e as Invasões Francesas levaram ao declínio do sistema de propriedade, dominado pelos Conventos e famílias da aristocracia, sendo então as terras adquiridas, na sua grande parte, por elementos da burguesia lisboeta.

Até finais do séc. XIX a evolução demográfica do concelho de Loures foi pouco significativa e os aglomerados formaram-se com base no alargamento das áreas de cultivo agrícola. Localizaram-se geralmente em terrenos da encosta voltada a sul, por vezes com grandes diferenças de nível entre os edifícios, que bordejaram os caminhos que estabeleciam as ligações entre as habitações e os campos envolventes.

As referências mais actuais revelam-nos a existência de 157 fogos e 442 “almas” no ano de 1863 (8). Este número elevou-se consideravelmente no ano de 1885 pois o Dicionário Histórico de Esteves Pereira noticia já o número de 446 fogos e 1918 habitantes para a freguesia de Odivelas.

O ponto de encontro dos habitantes localizava-se junto ao coreto, fontanário, igreja e lavadouro. Os espaços de recreio e quintas familiares edificadas pela burguesia entre os séculos XVIII e XIX, são de um modo geral, de maior dimensão do que estes espaços reservados às populações dos aglomerados, onde aquelas quintas se inserem. Os passeios dominicais às hortas, eram parte integrante da mentalidade de fim-de-século e se bem que em Lisboa existissem muitas, dentro e fora de portas, o Concelho de Loures era a zona eleita.

O desenvolvimento urbano e dos transportes introduziu novas variantes na paisagem. No início do século viviam na zona de Odivelas não mais de 2000 habitantes, mas nos nossos dias, esta terra fértil é habitada por mais de 60 000 pessoas, tendo desaparecido alguns aspectos fundamentais da paisagem natural. A organização económica modificou-se e a estrutura fundiária sofreu, necessariamente, alterações.

A partir dos anos cinquenta, a freguesia de Odivelas denota um crescimento acentuado da população. Se em 1930 existiam 2 635 habitantes, este número sobe em 1955 para 6 772

habitantes. Contudo, é a partir desta data que o crescimento demográfico é mais significativo, verificando-se que de todo o Concelho de Loures esta é das freguesias com maior acréscimo populacional. A estatística revela-nos que em 1965 existiam já 27 423 habitantes, número que se eleva em 1970 para 51 395 habitantes.

Em 1889, Borges de Figueiredo, ao subir ao campanário do Mosteiro de Odivelas faz a seguinte descrição da paisagem: “ *Três montes d’aqui vemos; ao sul, o de Nossa Senhora da Luz - lá está o Lumiar; entre o sul e o Oriente, o Monte dos Tojaes, além, ao Occidente, o Monte de S. Dinis; do moinho, que o coroa, desçamos a vista até ao sopé. Alli corre um pequeno ribeiro, banhando o valle de flores (...). Para lá, dilatadas campinas, verdejantes e bellas. Para norte, a Estrada de Caneças serpeando nas devezas e collinas; para sul, perdendo-se no meio da verdura a Estrada de Lisboa (...)* “ (9)

Ainda em 1951 o Jornal “ Ecos de Loures” apresentava alguns traços característicos desta paisagem: “ *A meus pés estende-se a planície que começada em Carriche se vai alargando e que na baixa alagadiça de Frielas, julgo, atingir maior perimetro e para onde a Ribeira de Odivelas, engrossada com as águas da vertente onde me encontro e da que tenho em frente se reúnem às vindas do apertado vale de Lousa formando o Rio de Loures e se juntam nesta baixa, à Lezíria.*

À esquerda, lá ao longe, quase confundida com o sopé de outros montes, tão bem hoje recortados no horizonte lavado, alonga-se a mancha verde sombra da chã arroteada do Tojal enquanto que para cima se encontra o Zambujal e mais para lá, mas ocultos, Pinteus e Fanhões e mais ao longe Bucelas, enquanto que entre uma fractura mais ou menos vertical, de dois montes encostados, antevejo o famigerado Rio Trancão.

A chuva que caiu (...) aumentou (...) o frescor das hortaliças e avivou os matizes de verde que mais uniformemente se apresentam no Verão e que infelizmente são as únicas notas gritantes nesta paisagem. É certo que aqui e ali se encontra uma oliveira dispersa (...) mas é a escassez do arvoredo que impera ! “ (9)

A industrialização e o desenvolvimento do sector terciário, na capital, fomentaram o crescimento dos arredores de Lisboa. Assim, a população vinda da província vai instalar-se nas zonas limítrofes, sendo Odivelas, uma zona preferencial. Como resultado desta “invasão”, em meados do nosso século, muitos terrenos rurais foram vendidos a baixo custo e as explorações agrícolas deram origem a zonas habitacionais e outras a terrenos expectantes (áreas de várias atitudes sem controlo: colocação de barracas, depósitos de sucatas e entulhos, aterros ...). As quintas que aqui existiam foram ocupadas caoticamente por construções que progressivamente se implantaram, destruindo o equilíbrio ecológico existente e transformando a Ribeira de Caneças, a pouco e pouco, num caudal de esgotos a céu aberto (Fig. 2.13).

Desapareceram os palácios, as mansões, as instalações agrícolas e os jardins das quintas que marginavam a Ribeira de Caneças (Fig. 2.14), (Quinta do Espanhol, Quinta da Memória, Quinta do Espírito Santo, Quinta da Senhora do Monte do Carmo ...), os quais foram ocupados pela expansão urbana onde são notórias as carências de infraestruturas, de equipamento colectivo e de espaços dimensionados para este crescimento demográfico, tão necessários ao desenvolvimento físico, social e cultural. A construção é diversificada e irregular com aspectos que denunciam a sua expansão orgânica, por desordenada. Algumas das quintas permanecem inevitavelmente incultas, expectantes e abandonadas (Fig. 2.15). Em alguns locais avançou a construção clandestina e especulativa, dando origem a espaços urbanos de paisagem degradante.

São escassos os locais de convívio social, dado que se destruíram as zonas de recreio, com o seu evidente valor cultural, levando as famílias a isolarem-se nas suas habitações.

Esses espaços, quando existem, nem sempre têm a localização mais adequada, atendendo ao bem-estar dos seus utentes e apresentam, por vezes, um aspecto rudimentar.

A paisagem de Odivelas esteve sempre relacionada com a rede hidrográfica desta zona. As hortas desempenharam um papel importante no abastecimento dos mercados da cidade de Lisboa, função que se acentuou ao longo dos séculos, e permaneceu até aos nossos dias. No entanto, toda esta explosão caótica provocou uma acentuada degradação da paisagem, do equilíbrio ecológico e dos níveis de poluição, destruindo a fauna e a flora ribeirinhas, os pomares, as hortas e os cursos de água, que se viram ameaçados pelos blocos habitacionais, construídos para aumentar o parque habitacional que suporta o mercado de trabalho de Lisboa (Fig.2.16).



Fig. 2.1 - Localização do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Extracto da Carta Militar de Portugal, Folha 417, Instituto Geográfico do Exército, 1993.

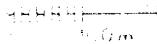
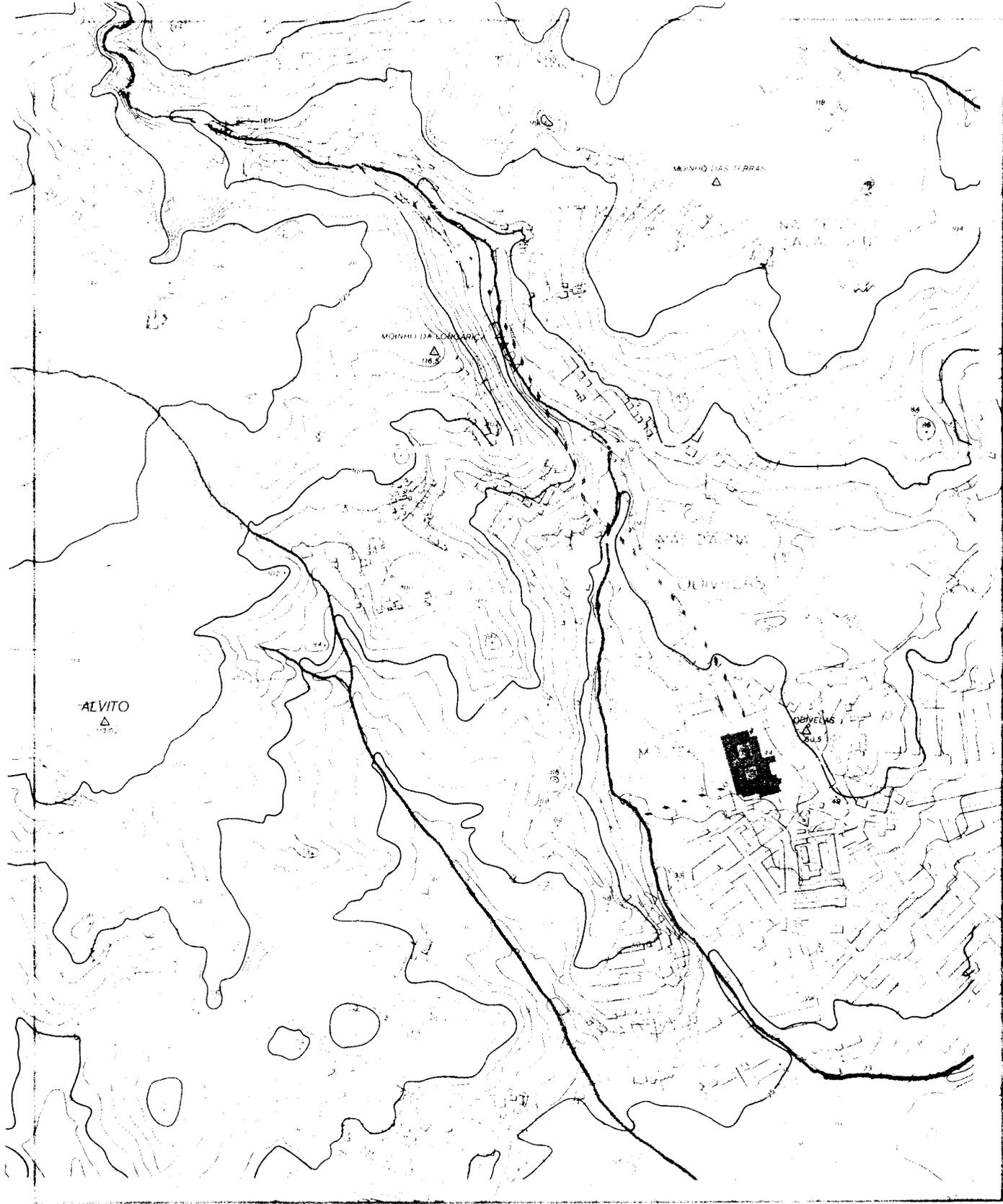


Fig. 1 - Plano topográfico do Concelho de Lisboa, Portugal, escala 1:50.000, obra do Serviço Cartográfico de Lisboa, 1960.



Fig. 2.3. - Odivelas. Nascente do Casal Ventoso.

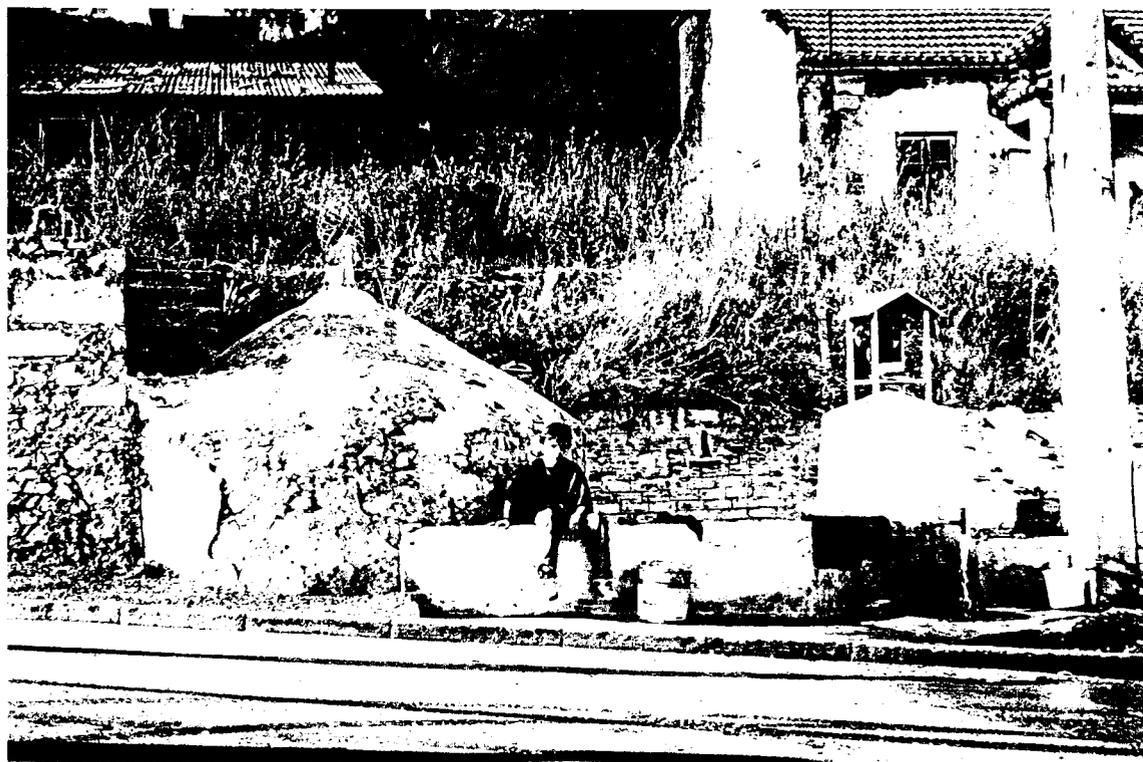


Fig. 2.4. - Odivelas. Nascente da Ramada.

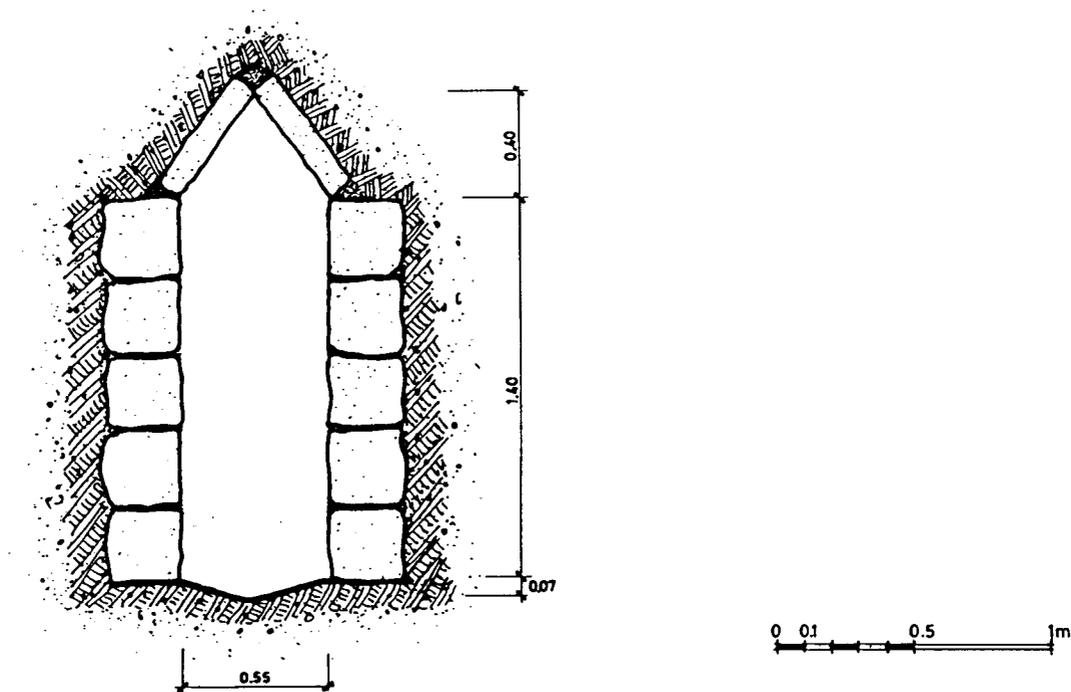


Fig. 2.5 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Mina no Casal Ventoso. Secção Vertical.

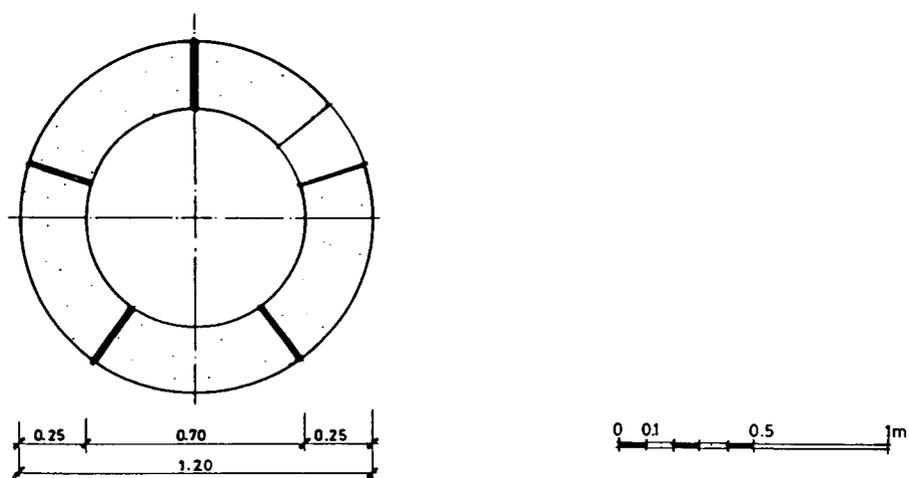


Fig. 2.6 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Mina no Casal Ventoso. Planta da caixa de sedimentação.



Fig. 2.7 - Arroja. Dique na Ribeira de Canças.

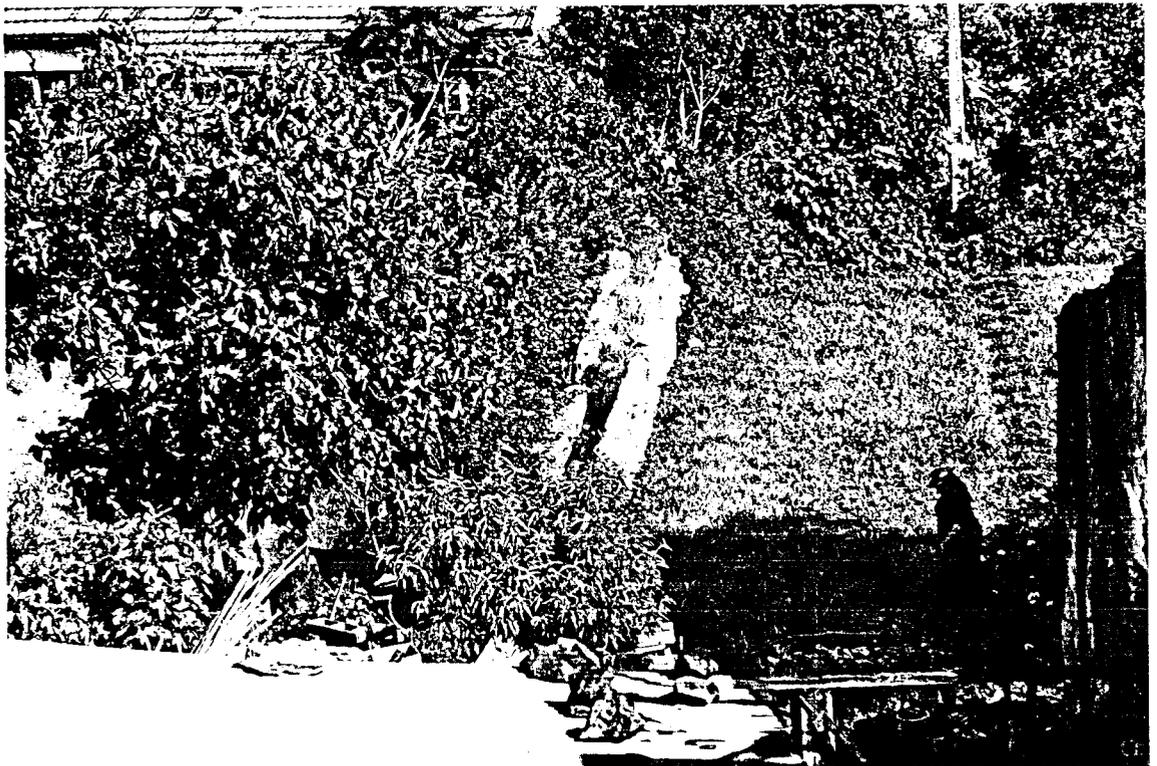


Fig. 2.8 - Odivelas. Troço da Levada.



Fig. 2.9 - Odivelas, junto à Rua do Arroja. A Levada seccionada na zona em que atravessava a Ribeira de Caneças. (Fig. 2.11).

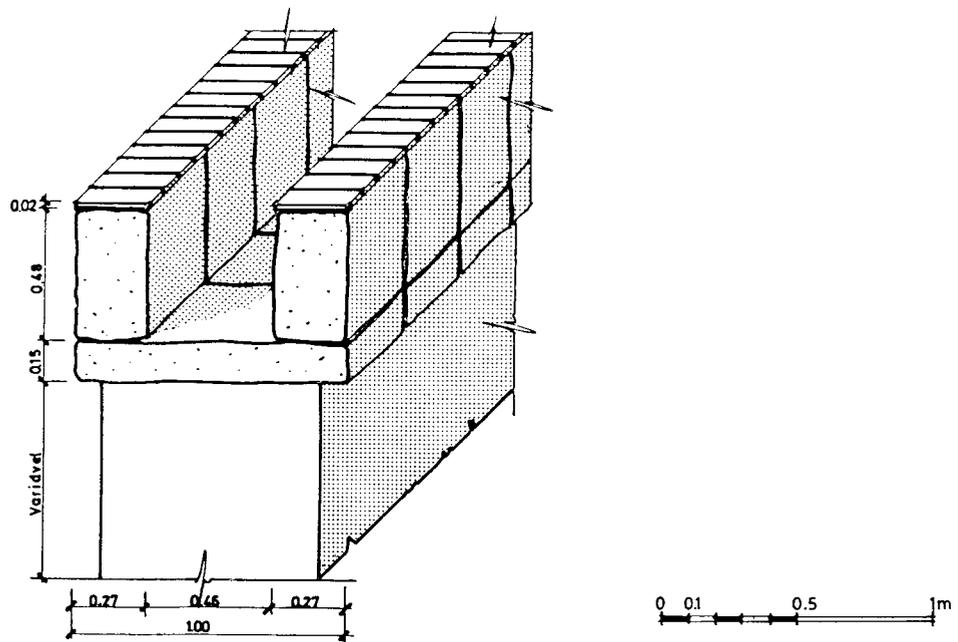


Fig. 2.10 - Odivelas. A Levada (Axonometria).

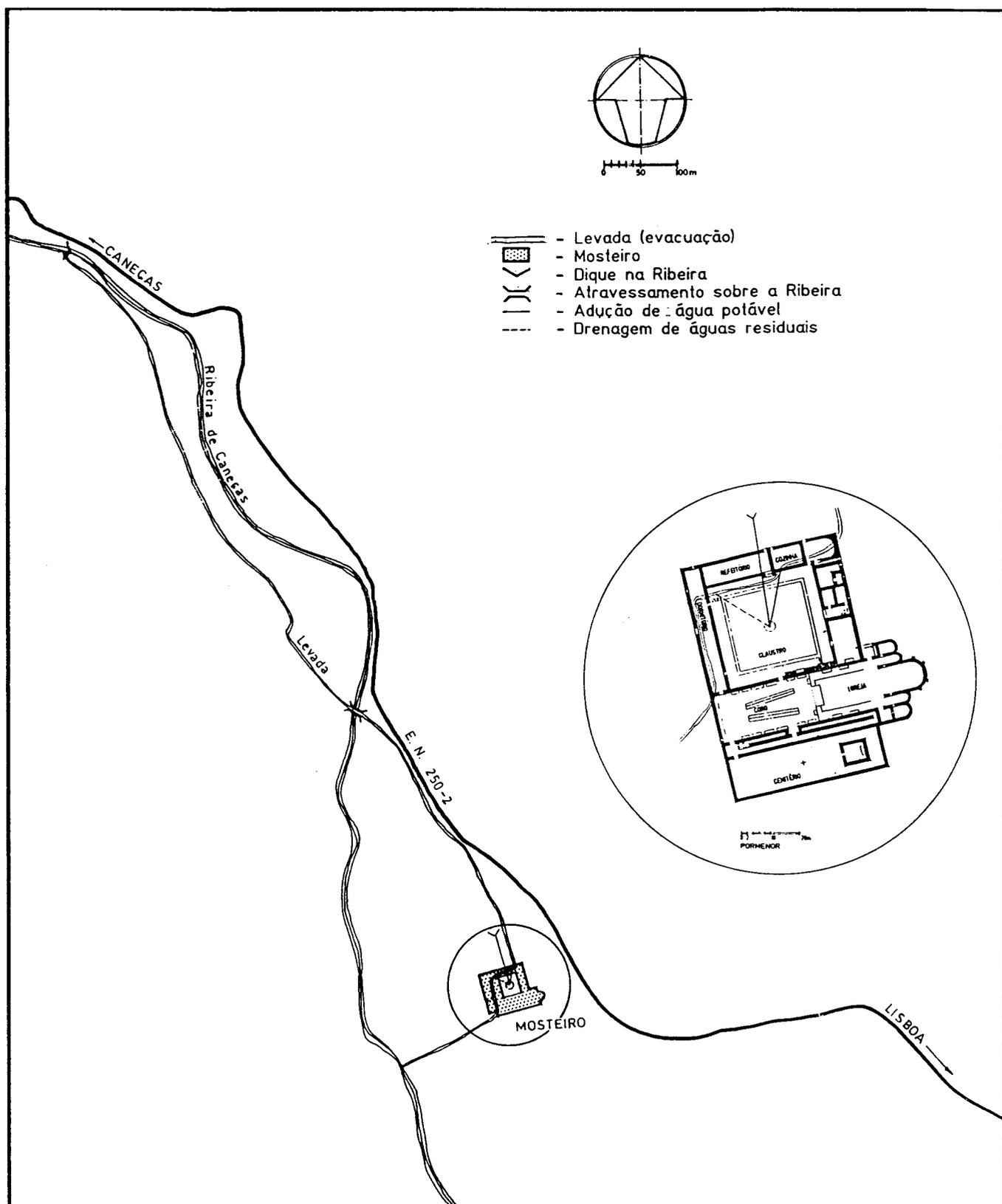


Fig. 2.11. - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Esquema da Rede Hidráulica, em planta.



Fig. 2.12. - Odivelas. Encosta virada a Nascente junto à Ribeira de Caneças. Moinhos de vento.



Fig. 2.13. - Ribeira de Caneças. Arroja.

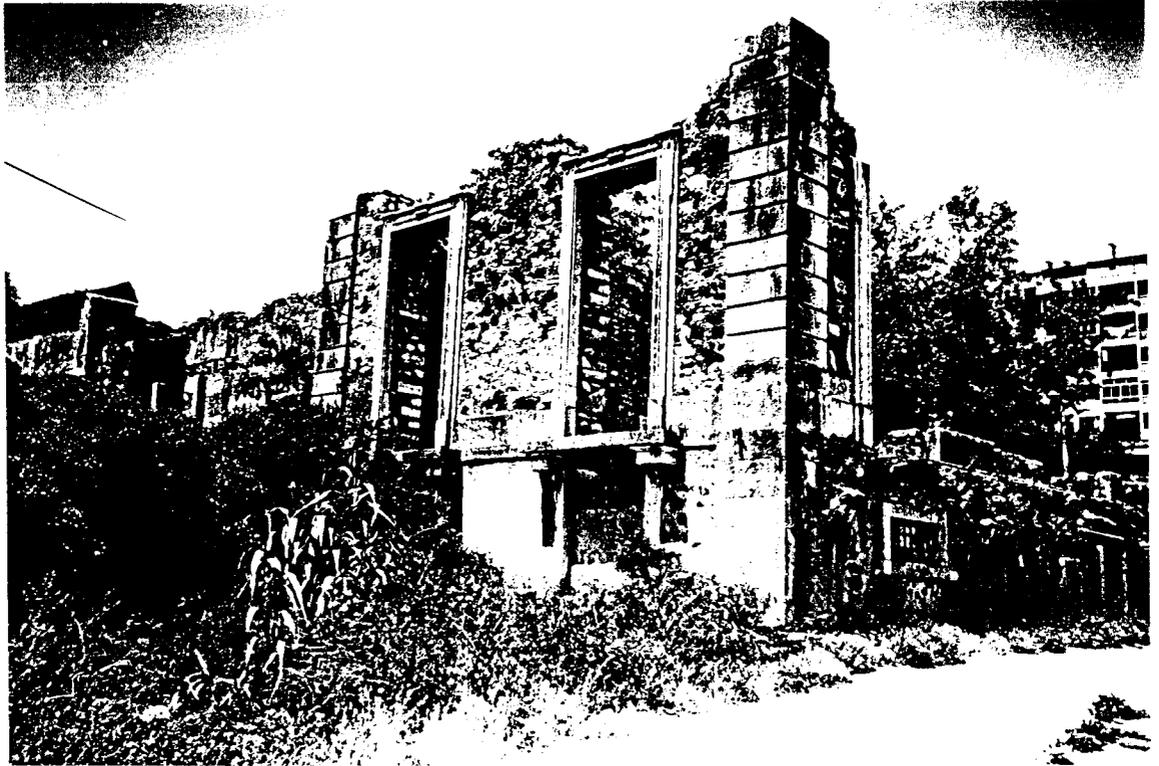


Fig. 2.15 - Odivelas. Quinta da Memória.



Fig. 2.16 - Vale de Odivelas. Localização do Mosteiro de S.Dinis na paisagem actual.

NOTAS

- (1) COSTA, Américo - *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1943, pag. 694.
- (2) CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano*, Tomo I, Oficina Craesteekiana, Lisboa, 1652, pág. 105.
- (3) Cit. por FARINA, Federico e VONA, Iginio - *L'Organizzazione dei Cistercensi nell'Epoca Feudale*, Casamari, 1988, pág. 243.
- (4) LEAL, Augusto S.A.B. Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. VI, Editoras de Matos Moreira e C^a, 1875, pág.210.
- (5) COSTA, Américo - *Diccionario Chorográphico de Portugal Continental e Insular*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1943, pág. 695.
- (6) COSTA, Américo - *Diccionario Chorográphico de Portugal Continental e Insular*, Vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1943, pág. 697.
- (7) PROENÇA, Raúl - *Guia de Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, pág. 468.
- (8) BARBOSA, Vilhena de - *Archivo Pithoresco*, Vol. VI, Semanário Ilustrado, Lisboa, 1863, pág. 332.
- (9) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 26.
- (10) COIDICEIRA, João da - *Divulgações a Propósito de Uma Paisagem*, Ecos de Loures, n^o25, Loures, 15 de Março de 1951, pág. 2.

CAPITULO III

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SUA ADAPTAÇÃO A NOVAS FUNÇÕES

Após a escolha do sítio e a determinação da implantação, desenvolvia-se o plano, segundo a hierarquia de funções e a organização métrica espacial ditada pela regra bernardina

3.1. DESENVOLVIMENTO DA PLANTA E ADAPTAÇÃO FUNCIONAL

Pouco nos resta do primitivo plano cisterciense em Odivelas, no entanto, pensamos que ele não difere dos outros mosteiros femininos desta Ordem, em termos de programa.

Tal como todos os restantes mosteiros desta Ordem, em Odivelas a construção iniciou-se pela Igreja, orientada de Este para Oeste. Primeiramente era construída a cabeceira, destinada à celebração da missa conventual, seguida do transepto, local onde neste caso, foi colocada a porta de acesso exterior à igreja, e da zona da nave que se destinava ao coro das monjas. A seguir era construída a parede da igreja que determinava a construção do “*Claustro da Leitura*”, ou neste caso, a parede a norte desta, também considerado indispensável às obrigações da vida monástica.(Fig. 3.1)

Enquanto se prosseguia com estas obras as religiosas viviam na Casa do Rei, já existente nesta Quinta das Flores.

Após a construção do “*Claustro de Leitura*”, procedia-se então à construção da parede sul da Igreja, que juntamente com a parede norte fechava o espaço do corpo da igreja que iria dar lugar ao coro das conversas.

Como já foi referido, em 1305, D. Dinis procedeu à entrega oficial do mosteiro às freiras bernardas, que no início eram 80. Em 1532, Bronseval dá-nos notícia de 90 freiras (a abadessa, 70 monjas, 5 noviças e 14 irmãs conversas). Este número aumentou e em 1617, haviam 210 freiras, enquanto que no séc. XVIII há notícia de 260 freiras. Ainda neste século, no ano de 1755, Cocheril, fala-nos na existência de 350 religiosas. Este elevado número deve-se ao reagrupamento das comunidades de Portalegre, de Catris e de Tavira em Odivelas (1).

As várias dependências do mosteiro tentaram responder ao alargamento da comunidade e, para isso, temos referências das obras de construção de novos espaços funcionais. A um aumento do número de religiosas correspondeu, necessariamente, um crescimento das várias dependências conventuais, nomeadamente, no que respeita aos dormitórios que chegaram a ser seis com 178 celas; bem como outros lugares necessários à rotina diária deste tipo de comunidade. Exceptua-se apenas a igreja, que manteve a sua adaptabilidade perene por estar sobredimensionada para a capacidade inicial.

A cronologia e a história do mosteiro estão patentes na igreja se atendermos também às datas das lápides funerárias que se encontram no pavimento. Este local foi escolhido para repousarem os restos mortais de muitas freiras bernardas ligadas ao cenóbio não só pelo seu recolhimento e obediência à ordem interna, como também pelas obras que por sua conta

decorreram no edifício e que por si só perpetuaram a sua memória (são exemplos disso alguns aspectos decorativos barrocos).

Actualmente, o espaço funcional da igreja do mosteiro desempenha um papel relevante na comunidade, apesar da “privatização” a que está sujeito.

Esta continua a constituir um lugar de culto apesar de estar aberto à população de Odivelas apenas para a celebração de missas dominicais, em substituição da Igreja Matriz, por esta, de menor dimensão, não ter capacidade para o número de paroquianos existentes na freguesia.

Era o actual corpo da igreja o lugar destinado às monjas para assistir aos Santos Ofícios. Este comunicava com a cabeceira através de uma porta que adiante descreveremos.

As naves colaterais apresentavam sempre uma reduzida largura pois apenas tinham a função de circulação, já que a regra impedia procissões dentro da igreja.

O acesso a esta igreja a partir do exterior, faz-se ainda pelo inicial pórtico principal, localizado na fachada norte desta nave, junto do absidiolo lateral esquerdo.

A pedra de soleira que ainda hoje os fieis continuam a pisar, já marcada pelo desgaste, identifica bem a vida secular da construção.(Fig. 4.9).

É difícil, hoje, reconstituirmos o quotidiano do mosteiro cisterciense, porém, indicações dispersas, de autores que se dedicaram ao estudo do mosteiro de Odivelas, reportam-nos àquele tempo, levando-nos a entender como se fazia a gestão do tempo religioso naquele cenóbio. De facto, a vida girava à volta de determinadas tarefas bem definidas entre as religiosas desta Ordem. As relações com o exterior estavam devidamente acauteladas por indicações superiores ligadas à Ordem Cisterciense e também por algumas normas que o fundador do mosteiro deixou escritas, algumas delas reforçando a regra de S. Bento. D. Dinis determinou que jamais a abadessa ou outra religiosa, saíssem para fora do mosteiro e, por isso, deveriam considerar-se como reclusas. Proibiu, igualmente, a entrada no claustro e suas dependências a outras pessoas que não fossem: “(...) *os monges de Cister para a administração de sacramentos, e os visitantes da Ordem; o rei, que podia entrar allí com três pessoas idóneas e honestas; o Infante, o bispo, e o abbade de Alcobaça, que podiam entrar sendo preciso, e cada um levar em sua companhia duas pessoas honestas; o médico e o sangrador, em caso de necessidade; os carpinteiros e operários (pedreiros) para a reparação do edificio, os quais seriam sempre-sempre acompanhados de dois monges ou irmãos conversos.*” (2)

D. Dinis determina ainda que entre o coro e o altar (capela-mor) houvesse um portal com “*dois pares de portas de madeira boa e forte, uma almofadada e outra de grades*”, a primeira do lado do coro e a outra do lado da capela-mor. Estas portas estariam fechadas e as chaves estariam na posse da monja sacristã (porta de madeira almofadada) e do monge sacristão (porta das grades). A porta do lado do coro só deveria abrir-se à elevação da hóstia. Sempre que uma religiosa quisesse falar com alguém só poderia fazê-lo com licença da abadessa e mesmo assim essa comunicação só deveria fazer-se através de uma cortina. A grade do coro vinha, deste modo, servir de locutório. Porém, era permitido às religiosas, saírem até à igreja para comungar e ir até ao cemitério, aquando de algum funeral.

Em 1319, com a terceira abadessa, D. Orraca Paes, as religiosas obrigavam-se a guardar perpétua e voluntária clausura, reservando-se contudo, à abadessa, a faculdade de autorizar a entrada no mosteiro, “*a algumas damas de qualidade*”. As monjas declararam então que “(...) *prometemos que nunca sayamos deste mosteiro, nem tiremos o pee pela porta da igreja, nem por outra porta nem por outro lugar fóra do moesteiro*”(2)

Parece-nos curioso sublinhar o facto de estar patente nestas declarações, a obrigatoriedade da clausura, mas por outro lado está salvaguardada a possibilidade da entrada no mosteiro a “*damas de qualidade*”. Está assim aberta a possibilidade de contactos com o exterior, através de damas, certamente ligadas à nobreza da época, que frequentavam aquelas paragens onde possuíam as suas quintas, ou de algum modo eram influentes.

Sabemos igualmente que no coro eram feitas as rezas canónicas. Entre as 10,00 e as 11,00 horas deveria ser rezada a Prima e a Tércia. Era ouvida seguidamente a missa conventual, após a qual deveria ser rezada a Sexta e a Nona. Cerca das 14,30 horas eram rezadas as Vésperas e as Completas. Após um intervalo de meia hora, rezavam-se as Matinas e as Laudes, actividade que cessava cerca das 16,00 horas.

Para além destes aspectos relacionados com os officios religiosos e com todas as outras actividades ligadas ao quotidiano monástico, parece-nos importante realçar a preocupação de D. Dinis em, por um lado, dar cumprimento ao estatuído pela Ordem e por outro, manter vivas as ligações com o exterior, embora condicionadas. Provavelmente as pessoas influentes à comunidade monástica, de Odivelas, estariam estreitamente ligadas à aristocracia próxima do rei, para quem este mosteiro abria as suas portas.

A edificação ia crescendo assim, à medida das necessidades monásticas, de acordo com as funções e com a capacidade a que deveria corresponder para albergar as religiosas que aqui se acolhiam.

O claustro (Fig. 4.2) evidencia uma zona fundamental da vida monástica, apresentando a parte vital do mosteiro embora subordinado à igreja. A importância deste espaço é sublinhada em todos os estudos relativos a este tipo de edifícios, indicando-nos com frequência a existência de claustros provisórios, feitos em materiais toscos ou em madeira, de alguns mosteiros.

A primeira ala a ser construída era a que corre ao longo da igreja, a norte desta, onde se reuniam as monjas antes do officio de Completas. Devido à função que desempenhava era provida de bancos, os quais ainda permanecem (Fig. 3.2), que corriam toda a galeria, para que as monjas pudessem ouvir sentadas a leitura, que era feita em voz alta. Ainda permanecem, reentrantes nos pilares, as concavidades onde era colocado o “pavio” que iluminava. Esta actividade dava o nome a esta ala do claustro, “*Claustro da Leitura*” ou “*das Completas*”.

As restantes alas eram construídas à medida que se iam acrescentando os restantes espaços necessários à vida monástica, ocupando assim o claustro uma zona central do edifício.

A seguir à igreja a Casa do Capítulo desempenhava a função mais importante, que aqui ocupa a zona oriental do claustro e é seguida do parlatório. Esta era a zona onde as monjas se reuniam antes do officio de Prima. Aqui se confessavam e tratavam de todos os assuntos relativos à vida da comunidade monástica, nomeadamente a distribuição do trabalho e a eleição da abadessa.

Esta casa capitular deveria ser dimensionada para as monjas do coro. Porém deveria ter uma parte bastante larga que permitisse uma grande abertura para a sala, para que em determinados dias em que era necessária a presença das conversas, estas pudessem assistir através da porta, toda aberta, permanecendo na ala do Capítulo.

No parlatório, era permitido às monjas, após a reunião na Casa Capitular, romper o silêncio e falar sobre assuntos importantes.

Com este conjunto de instalações forma-se o “*Claustro do Capitulo*” ou “*da Tércia*”, pois era percorrido pelas monjas quando iam assistir ao ofício da Tércia, logo seguido da missa conventual.

Junto a estas instalações, encontra-se a escada que dava acesso ao piso superior, onde existia o dormitório que corria no segundo piso sobre estas construções e que se encostava à parede norte da Igreja, onde no séc. XVIII, foram construídos os luxuosos aposentos da Madre Paula.

A norte destes espaços, paralelamente à igreja, deveria existir a cozinha, o refeitório e o calefactório, este último impossível de reconstituir neste mosteiro, por falta de referências.

O refeitório (Fig. 4.22) e a cozinha actualmente existentes, são de época posterior à origem deste mosteiro, embora obedeçam ao mesmo plano. O refeitório comunica a nascente, neste caso, com a cozinha através do passa-pratos (Fig. 4.23) e possui o púlpito na parede a norte, onde um leitor procedia em voz alta às leituras determinadas pela regra, durante a refeição que deveria ser tomada em silêncio.

A ala em frente ao refeitório era o local de reunião depois do ofício da Sexta, e por isso era conhecido por “*Claustro do Refeitório*” ou “*da Sexta*”.

A ala a poente que ligava a ala do refeitório à da leitura, não tinha funções específicas, tratando-se apenas de um local de passagem e por isso sem qualquer designação especial. Geralmente esta zona está ligada ao bloco de instalações das irmãs conversas que por sua vez tinha acesso para a zona do coro das conversas, na igreja e permitia que estas se pudessem deslocar, para os ofícios religiosos, abrigadas das intempéries. Esta era a última zona a ser construída neste núcleo, e está hoje já adulterada, pois quer os dormitórios, quer o coro das conversas, deixaram de existir para dar lugar a salas de aula do Instituto.

Atendendo a todas estas particularidades funcionais desta zona central do mosteiro, as monjas quando se referiam a este local, não o designavam de claustro, mas sim de claustros, e ao espaço descoberto no centro, era chamado de pátio.

Neste pátio, em frente do refeitório estava localizado o lavabo, hoje situado no centro do pátio e de época posterior (Fig. 3.4). Deste lavabo era conduzida a água potável à pia da cozinha (Fig. 4.24). A água que chegava à fonte do lavabo espalhava-se também no reservatório desta, caindo da bacia através de tubos, para permitir às monjas as suas abluções.

Temos assim um conjunto constituído pela igreja (cabeceira e corpo) e claustro adjacente. Envolve ao claustro e circundando este espaço estão as restantes dependências.

À medida que a comunidade crescia e se tornava necessário aumentar as instalações criando novos compartimentos, repetia-se o sistema conceptual pela criação de um outro claustro, à volta do qual se construíam as instalações. Neste caso, é assim que surge o Claustro da Moura (Figs. 4.17 e 4.18).

É pois, neste espaço particular da edificação dionisiana, que podemos encontrar traços característicos da sua vivência, cuja memória ainda persiste. Neste claustro monástico comunicando com as partes vitais do edifício, local pleno de luz e ar puro realizavam-se algumas tarefas diárias, onde podiam ser feitas leituras, meditações e, raras vezes, era permitido conversar.

Nestes espaços da vida claustral onde não era permitida a entrada de estranhos, eram designados de “*Lugares Regulares*”, e eram sempre protegidos e privatizados por uma cerca que contornava o mosteiro.

No espaço também delimitado pela cerca, e que se designava também vulgarmente por cerca, localizavam-se os edifícios de carácter industrial, o lagar ainda hoje existente em ruínas, adegas, celeiros, cavalariças, armazéns, etc., e algumas casas de habitação e quintais, às quais as freiras davam um uso que não era bem visto aos olhos dos superiores e acabou por ser determinada a sua demolição em 1744.

“ *A cerca estendia-se ao norte e occidente do mosteiro, chegando d’este último lado até o Valle de Flores, que por longos annos comprhendeu. É ameno, é delicioso este sitio, que foi um dos mais suaves retiros de reclusas cistercienses. Dividia-se em várias porções, cada uma com sua especial designação, conforme o seu destino particular havendo assim o pomar, a horta, a cerca das galinhas, etc.*”(4).

Estas propriedades do mosteiro estavam delimitadas pela cerca, da qual também possuímos a descrição de Esteves Pereira, “*A cerca corta-a e rega-a um ribeiro*”(5), mas atendendo a que as vicissitudes da história do mosteiro conduziram ao desaparecimento da maior parte dos seus bens, nomeadamente os territoriais, é hoje arriscado avançar com a proposta do traçado da cerca, uma vez que dela nada resta.

A nascente do mosteiro localizava-se o “*couto*”, hoje “*Largo de D. Dinis*” (Figs. 10.3 e 10.4)

Este espaço, tal como hoje, era delimitado por um casario, que era pertença do mosteiro e aqui estavam “*... hospedarias, morada do abbade, dos capellães, do feitor*” (6).

O mosteiro contactava com o couto através da sua entrega com o alpendre, que de construção tardia se encostou às fachadas norte e nascente.

Pela estrutura e organização dos espaços que acabámos de descrever, verifica-se que existe uma série de princípios, aqui respeitados, que determinam a existência das partes mais importantes, do carácter vivencial de uma edificação claustral cisterciense.

Embora aproveitando esta estrutura, a edificação hoje apresenta-se com as adaptações necessárias ao funcionamento do Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), e também já bastante mais ampliada, para além das instalações do mosteiro que eram centralizadas nos dois claustros representados na figura 3.5. Porém, não consideramos com interesse a sua representação, com mais pormenor do que nos é representado nas cartas aqui apresentadas, pois esta não tem relação directa com o monumento, constituído apenas uma continuidade física, de circunstância, do espaço que está ocupado pelo Instituto.

3.2. IGREJA E CLAUSTRO: ESPAÇO FÍSICO

Do edifício fundado e mandado construir por D. Dinis, resta-nos apenas a cabeceira da igreja, o pórtico e elementos correspondentes a duas alas do claustro, hoje denominado Claustro Novo (Figs. 3.6 e 4.39).

Iremos dirigir a nossa atenção para estas partes da edificação pois elas foram determinantes na concepção dos restantes estádios de obra pelos quais o edifício passou. Elas formam a unidade, segundo a concepção morfológica anteriormente referida, que dita o crescimento das restantes dependências do mosteiro, que aqui se vê respeitada.

A cabeceira da igreja apresenta uma volumetria constituída por três capelas, a abside e dois absidiolos escalonadas e intercomunicantes em que a abside é a de maior volume.

A abside ocupa uma posição central, apresenta uma planta poligonal de três panos de fundo e três tramos, com as medidas máximas interiores de 13,00 metros de comprimento e 8,00 metros de largura (até ao arco triunfal, onde a altura no ponto mais subido da ogiva é de 11,50 metros).

Os três tramos são acompanhados de três níveis diferentes no pavimento, correspondendo um degrau a cada tramo, sendo o mais alto o que mais se distancia da nave.

Os dois absidiolos em posição lateral à abside, respectivamente, são sensivelmente iguais, (as diferenças que existem nas medidas poder-se-ão considerar a margem de erro admissível para a época desta construção) e apresentam também uma planta poligonal de três panos de fundo e dois tramos também igualmente separados no pavimento pela diferença de nível marcada por um degrau. São mais estreitos, menos fundos e menos elevados do que a abside, apresentando as medidas interiores máximas, 8,00 metros de comprimento e 3,50 metros de largura.

É de realçar a semelhança que se verifica entre a largura da abside e o comprimento dos absidiolos, havendo correspondência, e inscrevendo-se estes na figura do quadrado formado pelos dois tramos iniciais da abside.

Lateralmente a estas capelas, e de cada um dos seus lados, situam-se a capela de D. Filipa e a sacristia respectivamente. Estas também têm comunicação directa com os absidiolos respectivos, embora a unidade funcional e formal verificadas nas capelas que acabámos de descrever não se verifique nestes compartimentos, cuja função e épocas de construção também são diferentes.

Esta capela, também de planta poligonal, de três panos de fundo e de maiores dimensões que o absidiolo adjacente, tem um pé-direito mais baixo, aparecendo-nos numa continuidade volumétrica, decrescente, em que a abside continua a ocupar a maior presença.

Exteriormente a cabeceira assume uma presença demarcante do resto do edifício, não só pela diferença da sua traça arquitectónica, mas pela posição que ocupa, mais saliente que todo o conjunto edificado, e pelo seu invulgar volume, correspondente ao volume individual de cada uma das suas capelas, tratadas como unidades independentes e agrupadas, para assim formar o conjunto da cabeceira, mas deixando transparecer a sua organização interna (Figs. 3.7 e 4.1).

O pórtico na fachada norte (Fig. 4.9) está protegido por um nartece de planta sensivelmente quadrângular, onde se localiza também o pórtico da capela de D. Filipa (Fig. 4.16), a toda a largura deste nartece.

Este pórtico tem ligação directa com a nave da igreja, outrora “*coro das monjas*”, na zona que deveria corresponder ao “*transepto*”, junto ao absidiolo lateral esquerdo lateralmente ao corpo da igreja como acontecia nas abadias femininas de filiação cisterciense.

Na sua traça inicial o “*coro das monjas*” possuía uma nave central com a mesma largura da abside e duas colaterais com a mesma largura dos absidiolos.

O “*transepto*” apresenta-se imperceptível, uma vez que o corpo da igreja segue a cabeceira em toda a sua largura, sem qualquer saliência na zona do cruzeiro.

Actualmente a igreja possui uma nave única, com uma planta rectangular que tem de medidas interiores 23,65 metros de comprimento (medida a partir da cabeceira) e 17,30 metros de largura, e pé-direito igual à medida da sua largura.

Desconhece-se o pé-direito do anterior “coro das monjas”, referente à construção inicial, apesar de serem ainda visíveis as marcas que denunciam a existência de arcos estruturais que partiam da cabeceira e marcavam a separação entre a nave central e as colaterais.

Esta separação entre as naves está ainda assinalada pela diferença de cotas do pavimento, e pela presença de uma balaustrada de madeira que marca as zonas de separação, ocupando aproximadamente a posição da anterior arcaria.

Na ligação da nave com a cabeceira, surge-nos como que a “fachada interior” (Fig. 3.8) desta, com a contrastante presença dos três vãos em arcos ogivais sobre colunas fasciculadas, onde remata um degrau de acesso ao pavimento.

Sobre o arco triunfal existe uma rosácea, hoje de desenho simples, tendo este também perdido as anteriores características góticas.

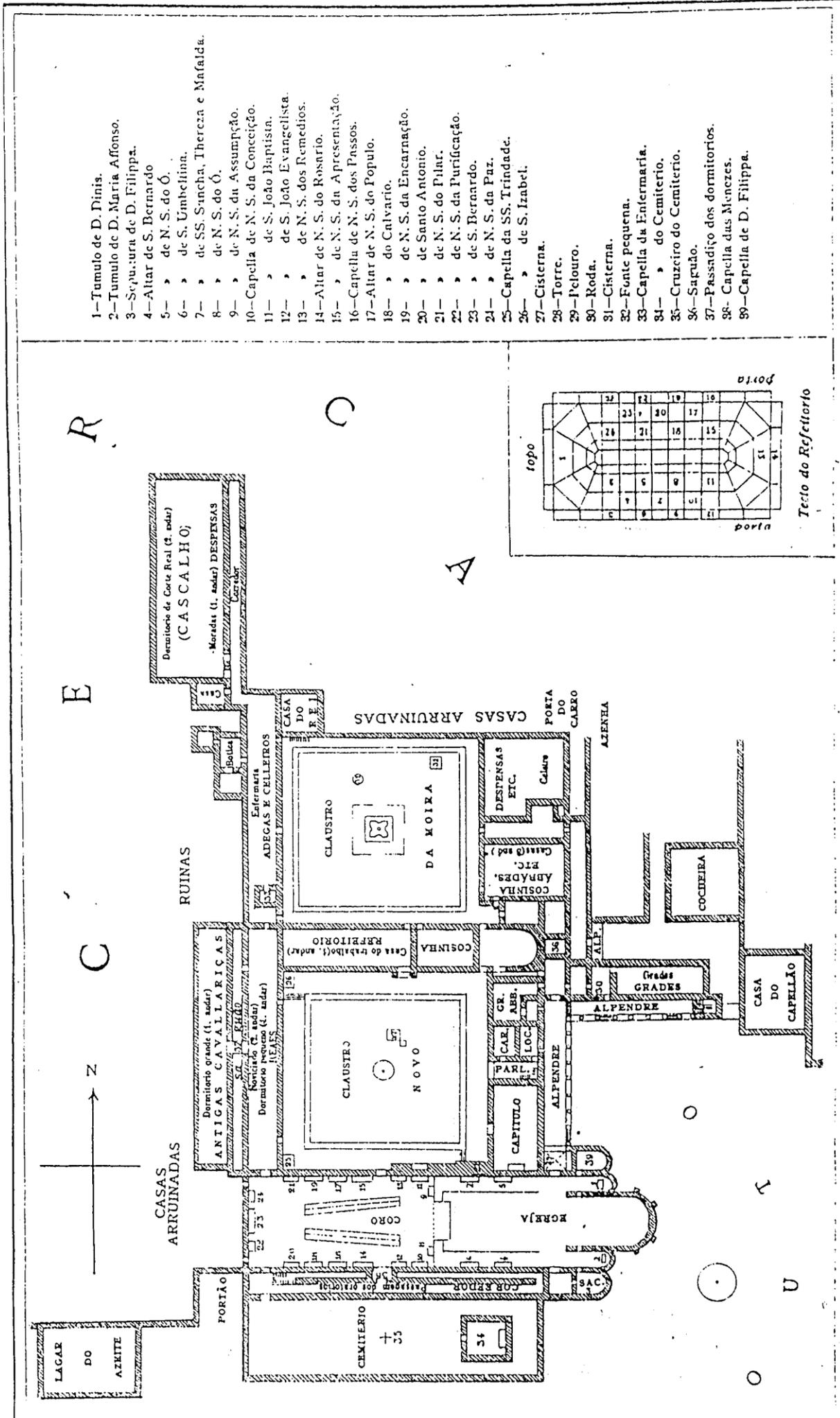
Existem referências de cronistas que nos indicam um comprimento de 72,00 metros desde a “cruz da consagração até ao topo do fundo”, e a separação entre a nave central e as colaterais por uma arcaria assente sobre pilares com uma base de 2,00 m2.

Esta medida de comprimento pode ser confirmada na actual planta, embora totalmente reconstruída e com um uso diferente.

A norte da igreja desenvolve-se o claustro (Figs. 3.9 e 4.2), de planta sensivelmente quadrangular de (37,00 m x 36,50 m), com um pátio central circundado pelas quatro alas. Aparenta uma uniforme perfeição que não corresponde à realidade quando verificadas as medidas e assinalados os aspectos construtivos com maior cuidado. Assim, as alas mais antigas são mais largas, e têm 4,92 m de largura, registando-se nas mais recentes uma largura aproximada de 4,35 m. Ao observarmos as duas épocas distintas de construção (Fig. 4.28), temos sistemas de construção diferentes e características arquitectónicas também diferentes, com cotas de pavimento também diferentes, sendo mais altas as alas sul e poente, do séc. XIII, e mais baixas as alas norte e nascente, do séc. XVIII.

Sobre as quatro alas, uma cobertura em terraço com uma guarda simples, circunda este espaço e contorna também, delimitando as construções envolventes, com uma cêrcea que acompanha a da igreja.

"AS LETTRAS CAPITAIS designam as divisões do pavimento terreo; as - letras minúsculas - indicam os pavimentos superiores." (7)



BOSQUEJO ICHNOGRAPHICO DO MOSTEIRO DE ODIVELLAS, EM AGOSTO DE 1887.

Fig. 3.1 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas.
 Planta em 1887.



Fig. 3.2 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Banco corrido na Ala da Leitura.



Fig. 3.3 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro da Leitura. Recêntrância no pilar para apoiar a fonte de luz.



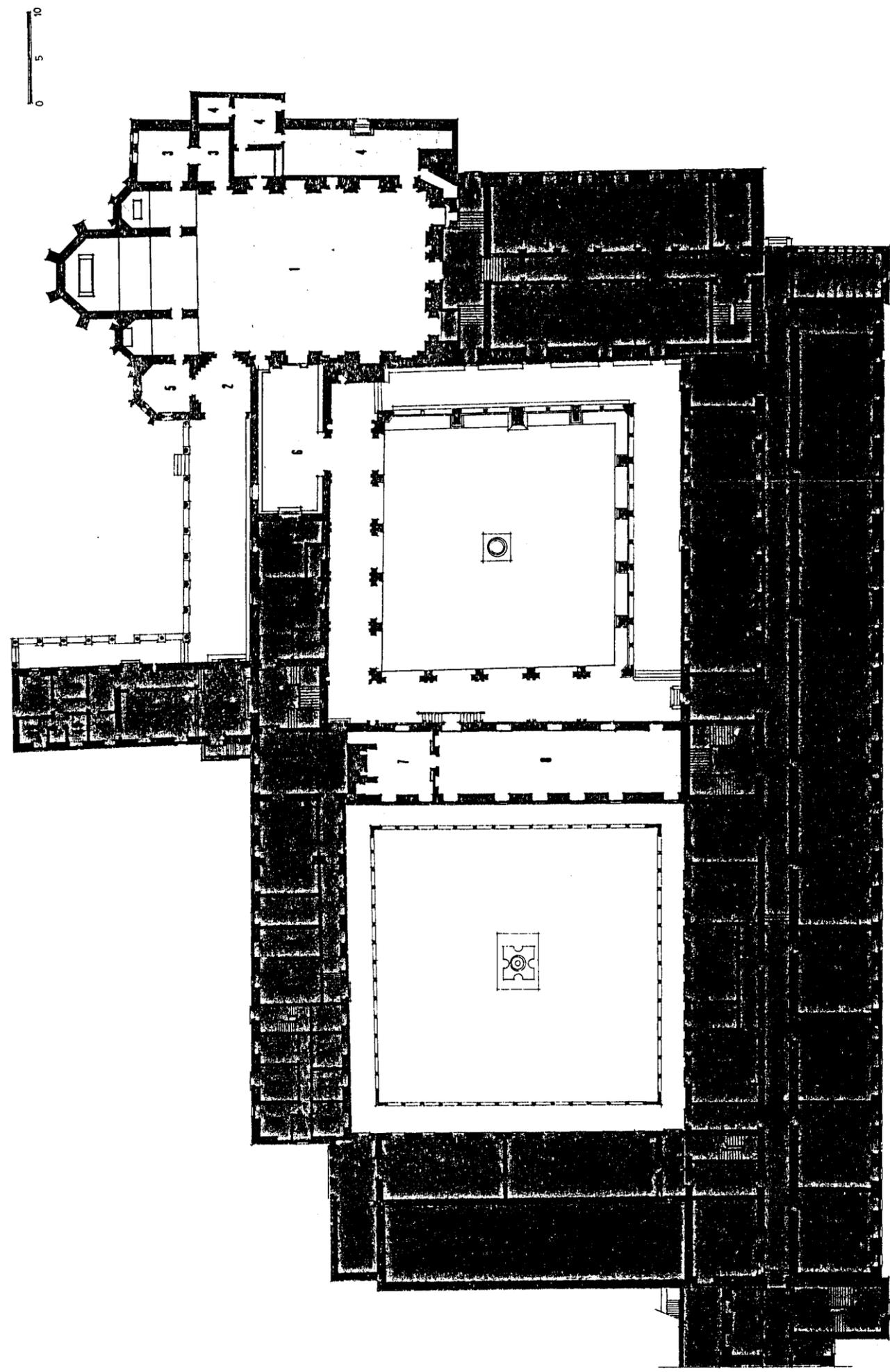
Fig. 3.4 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Pátio do Claustro Novo. Fonte.

□ zona não utilizada pelo Instituto

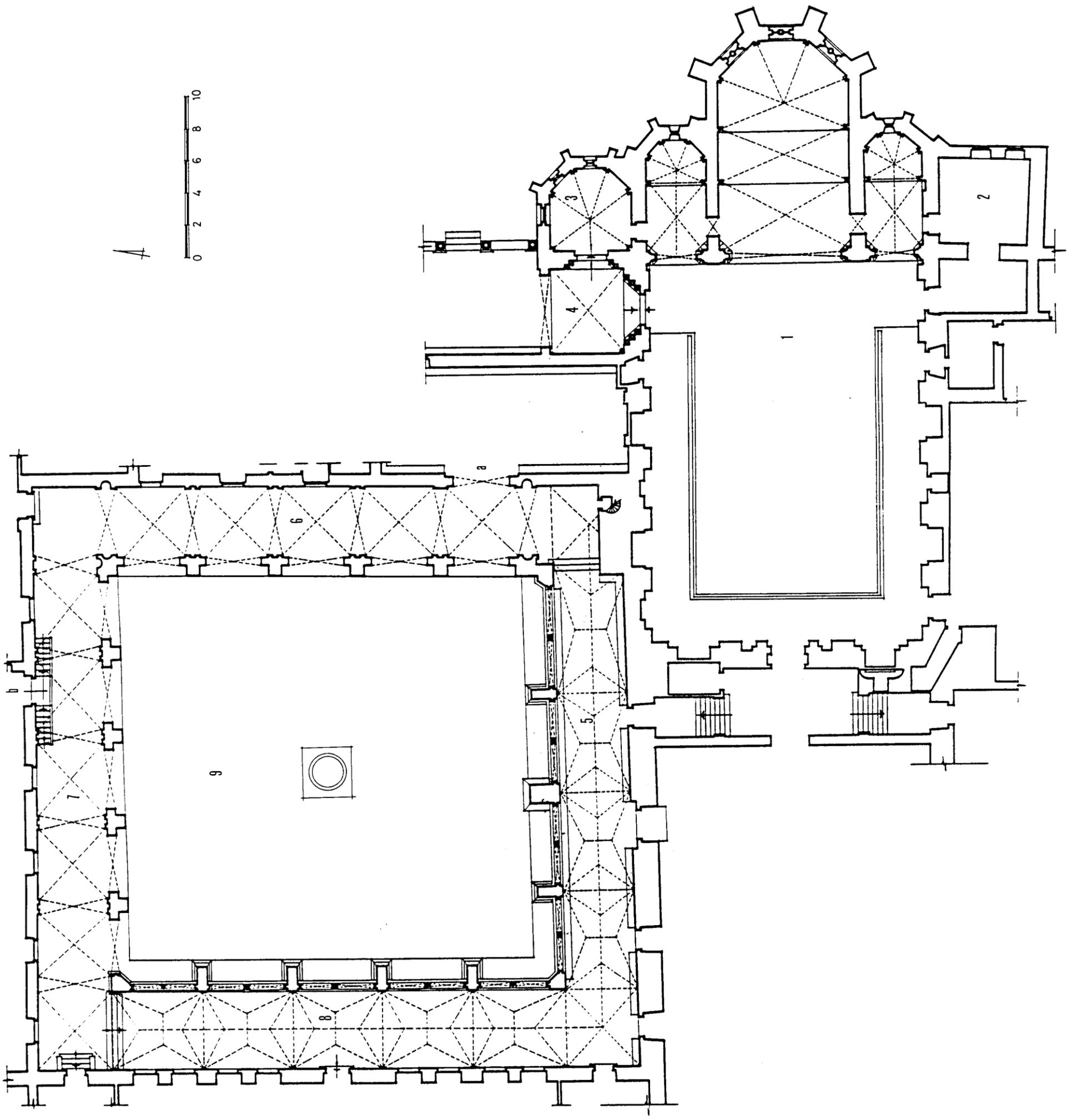
- 1 - Igreja
- 2 - Acesso à Igreja
- 3 - Sacristia
- 4 - Outras Instalações
- 5 - Capela de D. Filipa
- 6 - Museu (Antiga Sala do Capitulo
- 7 - Cozinha
- 8 - Refeitório

■ zona utilizada pelo Instituto

- 1 - Atendimento
- 2 - Vestíbulo (zona de passagem)
- 3 - Gabinete
- 4 - Sala de Aula
- 5 - Sala de Trabalhos Práticos
- 6 - Sala de Estudo
- 7 - Ginásio
- 8 - Cozinha
- 9 - Sala de Jantar
- 10 - Refeitório
- 11 - Copa e Lavagem de Louça
- 12 - Sala de Visitas
- 13 - Quarto
- 14 - Tesouraria
- 15 - Secretaria
- 16 - Arquivo
- 17 - Vestiário
- 18 - Arrecadação
- 19 - Instalação Sanitária



3.5 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Planta de usos. Piso térreo.



- 1 - Igreja
- 2 - Sacristia
- 3 - Capela de D. Filipa
- 4 - Nartece
- 5 - Ala da Leitura
- 6 - Ala do Capitulo
- 7 - Ala do Refeitório
- 8 - Ala Poente
- 9 - Pátio do Claustro

- a - Porta da Sala do Capitulo
- b - Porta do Refeitório

Fig. 3.6 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja e Claustro Novo. Planta. Piso térreo.

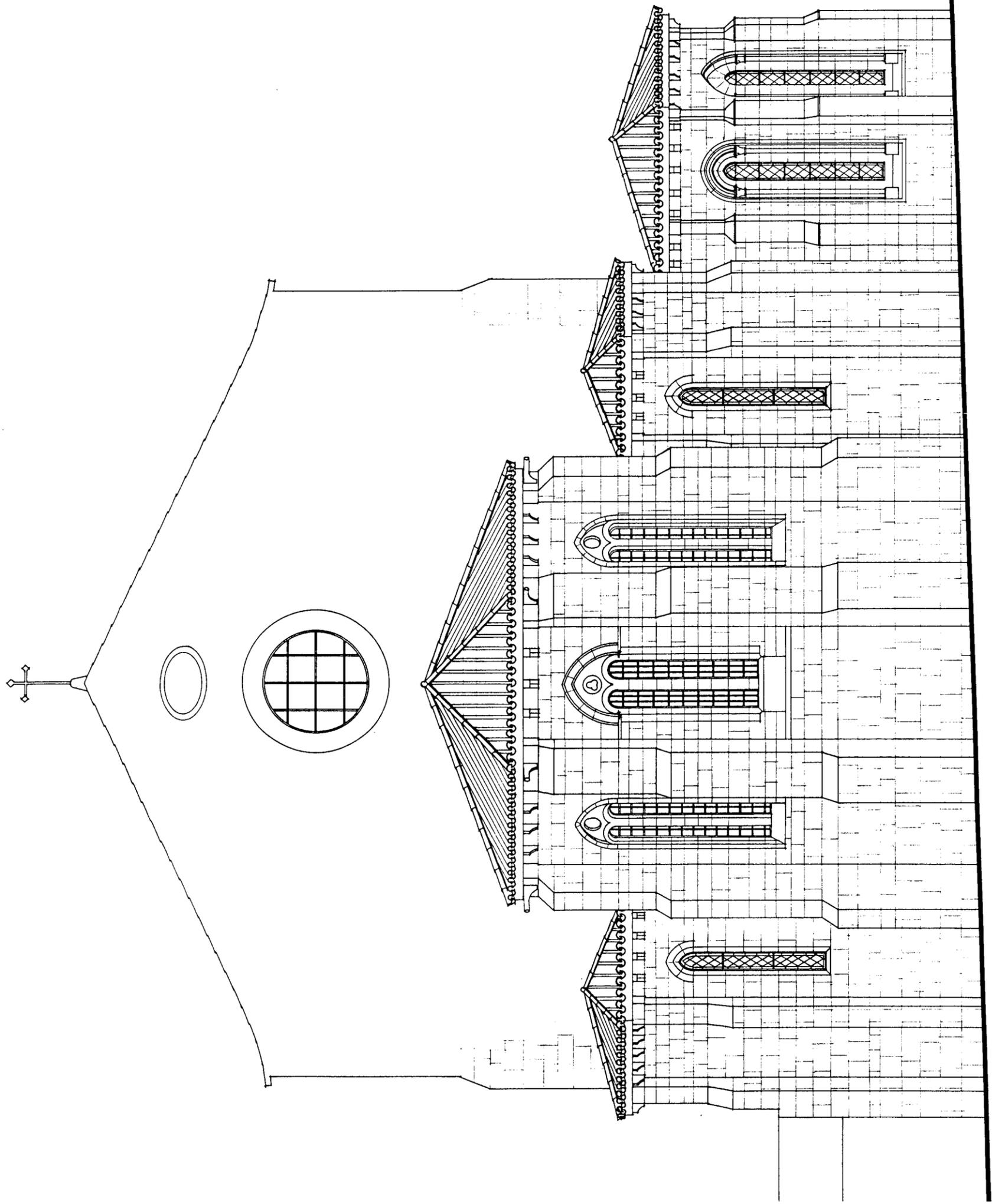


Fig. 3.7 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Alçado Nascente.

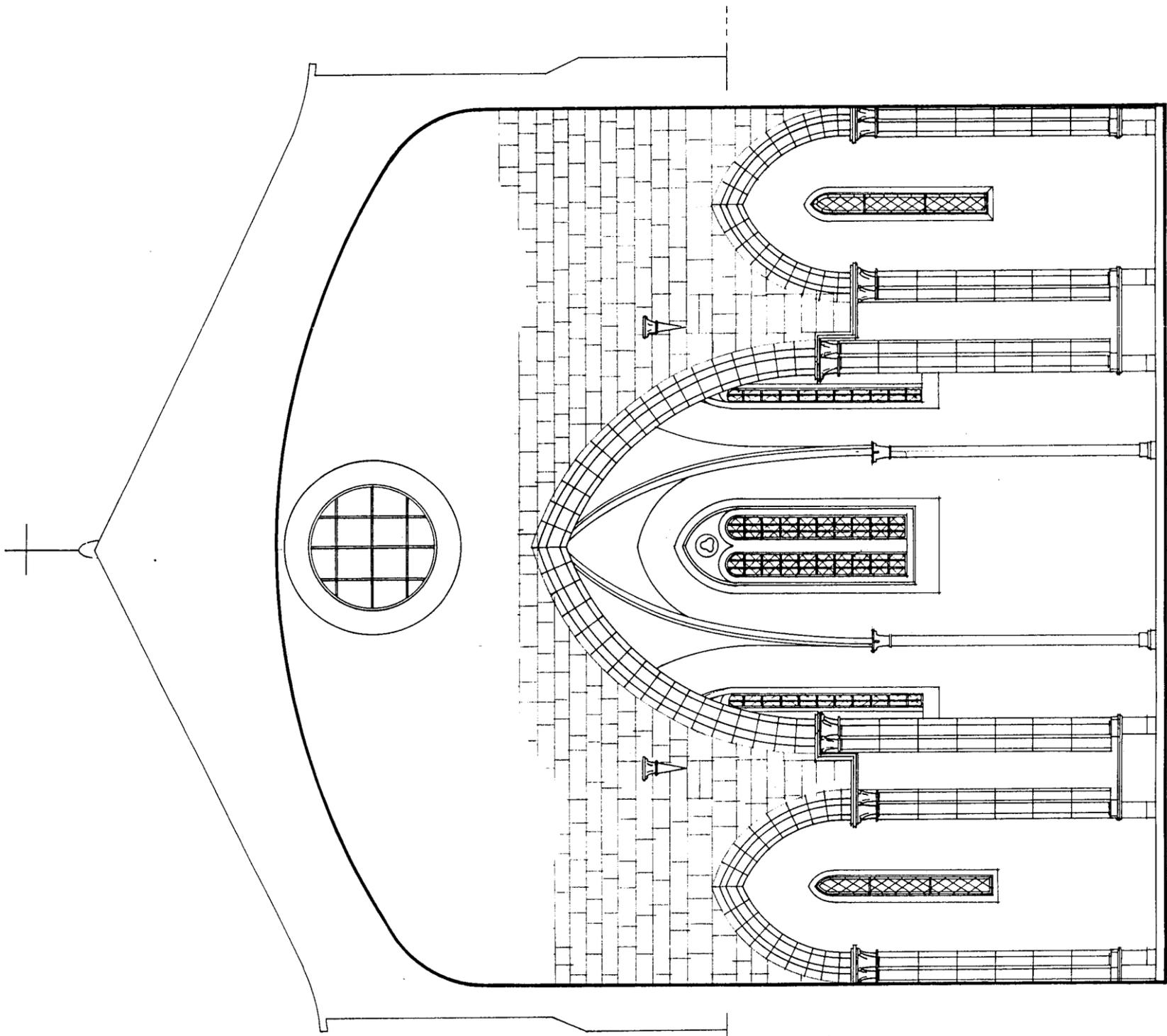


Fig. 3.8 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Igreja . Corte transversal.

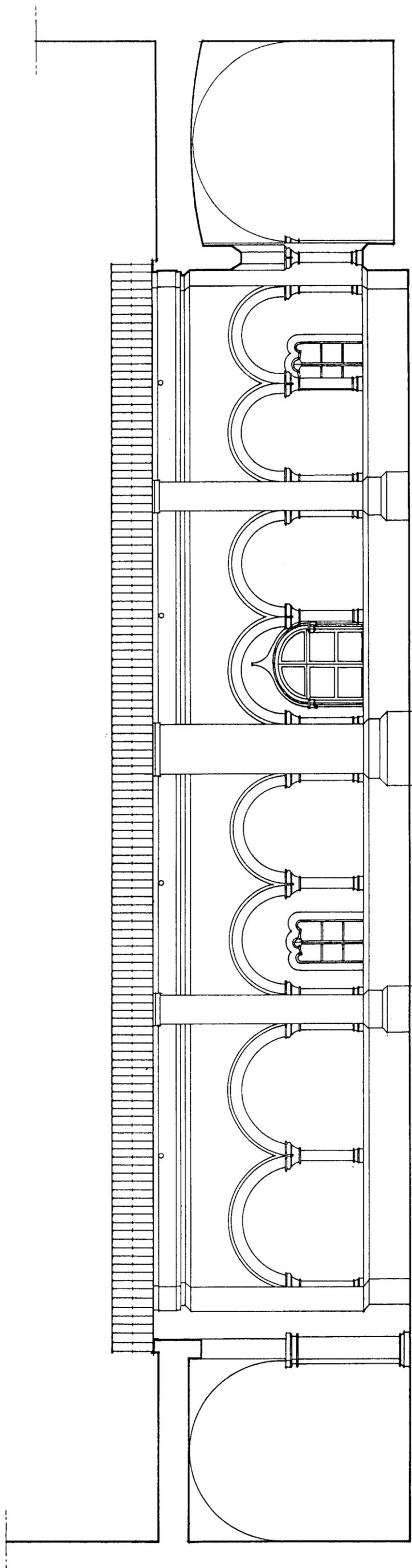


Fig. 3.9 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Corte Nascente / Poente ("alçado da ala da Leitura").

NOTAS

- (1) COCHERIL, Dom Maur, - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1986, pág. 372.
- (2) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 17.
- (3) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 19.
- (4) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 225.
- (5) PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - *Diccionario Histórico, Chorográfico, Bibliográfico, Heraldico, Numismatico e Artístico*, Lisboa, 1885, pág. 180.
- (6) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 23.
- (7) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, estampa I.

CAPITULO IV

OBRAS EFECTUADAS E CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

O edifício que hoje se nos apresenta, relata-nos na sua imagem as sucessivas intervenções a que foi submetido, reflectindo o espírito, gosto e tendências das várias épocas que marcaram a sua vida iniciada segundo a traça cirterciense

4.1. SÈC. XIII

A robustez, simplicidade, e um espaço de proporções racionalmente estudadas estão presentes nos elementos que o tempo não destruiu (Figs. 4.1 e 4.2), denunciando a vivência cisterciense, com a unidade espiritual e estética que ligava os vários mosteiros desta Ordem, neste caso, sob a traça dos mestres Antão e Afonso Martins, como já foi referido.

Por outro lado, nos meados do séc. XIII, a imagem de grande monumentalidade e austeridade das construções começa a impor-se a um maior desejo de humildade e de simplicidade, começando-se a desenhar o espírito que viriam a ter as construções góticas, já presentes em Odivelas, embora com a afirmação das características de um gótico primário, da arquitectura do reinado do seu fundador, D. Dinis.

Tal como nas igrejas franciscanas, esta é uma igreja com uma cabeceira formada por três capelas, a que correspondia um corpo de três naves, com a mesma largura das três capelas correspondentes (1). Encontramos as mesmas passagens estreitas de comunicação entre a abside e os absidiolos, resolvidos por vãos encimados por arcos de volta inteira (Fig. 4.7), em vez de ogivais como os restantes desta cabeceira. Estes vãos surgem também junto aos pilares em que assenta o arco triunfal. Os absidiolos são ainda iluminados por duas frestas bastante estreitas, produzindo uma iluminação menos intensa que na abside em que os vãos são mais francos, com uma janela alta de feição gótica.

Podemos considerar que a nave, constituía assim, uma excepção à filiação cisterciense, pois a nave ampla dos mosteiros femininos foi substituída por três naves.

A pedra utilizada na construção e deixada à vista, assegura a sobriedade e austeridade tão recomendada pela Ordem de Cister. Tudo é de pedra, o pavimento, as janelas, os portais, as colunas, bem como os restantes elementos estruturais, que assumem simultaneamente aspectos decorativos.

A interdição da decoração escultória no interior das igrejas, ditada por S. Bernardo, é respeitada, e a ausência de decoração é quase total, reduzindo-se à ornamentação fitomórfica dos capitéis de ábacos quadrangulares, com elementos simples e pouco elaborados (Figs. 4.3 e 4.4), que em conjunto com as abóbadas de cestaria de ogiva com nervuras de arestas chanfradas, com remate de pedra de fecho em roseta no estilo simples e rude do gótico primário (Fig. 4.5), e os fustes de suporte, têm uma função estética determinante.

A verdadeira espessura das paredes e a robustez da construção é dissimulada por elegantes fustes sempre com capitéis de elementos vegetais (Fig. 4.8), e bases circulares sobre plintos quadrangulares.

Encontramos as mísulas troncónicas características da arquitectura cisterciense, em que apoiam as nervuras das abóbadas.

Na nave também encontramos as mísulas troncónicas onde apoiava a arcaria das naves colaterais. No entanto, restam-nos dúvidas relativamente à sua fidelidade à origem, quer pela sua dimensão, quer pela sua localização (deslocada relativamente ao eixo central do pilar em que apoia), e até pelas marcas das pedras da construção, que nesta zona, tomam a aparência de remendo (Figs. 5.18 e 5.19) .

A interdição da cor banuiu a existência de frescos, e as paredes deixam de ser rebocadas, transparecendo os materiais e a estrutura construtiva.

Exteriormente temos também como único material de construção a pedra, que actualmente aparece revestida na cobertura com telha, protegendo as abóbadas. Surge-nos apenas o vidro, e o ferro, aplicados no preenchimento de vãos.

Uma aparência de volumetria complexa, de linhas verticais, característica do gótico demarca-se do conjunto construído do mosteiro, acentuada pelos robustos botaréus, que marcam a divisão dos tramos das capelas e são também em pedra aparente.

A meio da abside e aproximadamente a 3 m do solo actual, encontramos gravada a cruz suástica, outrora símbolo do fogo e do sol. Encontramos estes símbolos nos panos de parede separados pelos botaréus, faltando na parede sul, talvez devido às obras de conservação.

Os vãos de iluminação têm uma configuração geométrica e desenho, cujo resultado é uma forma esbelta, reforçada pela forma ogival dos seus arcos. Estes vãos são preenchidos com vitrais monocromáticos, em substituição da cor proibida, que vêm acentuar neste espaço a sobriedade já marcada pela pedra. Apresentam uma dimensão e riqueza decorativa em função da sua importância hierárquica e dos respectivos efeitos de luz, pretendidos para esta cabeceira, sendo mais estreitos e menos decorados os dos absidiolos, e mais largo, decorado e elevado o da parede central da abside.

O claustro do Mosteiro era um dos lugares exigidos pelos fundadores Cistercienses, para que a comunidade pudesse dar cumprimento às normas estatuídas pela Regra. As duas alas que ainda persistem, remontando à fase inicial da construção: a ala da leitura a sul; e a ala a nascente.

Aqui, encontramos na cobertura abobadada as mesmas nervuras de aresta chanfrada que aparecem na cabeceira da igreja, mas estas com pedras de fecho com características escultóricas que não correspondem à sobriedade vegetalista cisterciense, apresentando desenhos figurativos (Fig. 4.6 e 6.7). Estas nervuras, juntam-se nos contrafortes e apoiam em mísulas troncónicas.

No Mosteiro de Odivelas, o claustro passou a ser designado pelas freiras, de "*Claustro Novo*". Este nome pode denunciar a existência de um anterior, de construção precária e provisória, como era habitual, mas isso não podemos comprovar, pois os documentos não fazem qualquer alusão a este assunto, ou ainda por não ter resistido aos cataclismos provocados pelo tempo, tendo sido reedificado, já depois da construção do segundo claustro, ou "*Claustro da Moura*", que entretanto o substituiu nos ofícios das religiosas. O que podemos afirmar é que o Claustro designado de "*Novo*", foi o primeiro a ser construído e o mais antigo

do Mosteiro, pela localização que neste ocupa, e cuja construção deverá ter surgido logo após a da igreja, como já foi referido atrás. Estas alas sul e poente mantêm os seus pilares botaréus, desta primeira época de construção e característicos da arquitectura cisterciense, mas o seu aspecto robusto é aligeirado esteticamente pela introdução de colunelos cuidadosamente decorados com volutas e flores (Fig. 4.11).

4.2.DO SÉC. XIII A 1755

Embora a construção deste mosteiro tenha tido o seu início em 1295, as obras continuavam no início do séc. XIV, tendo o mosteiro sido entregue às freiras Bernardas em 1305, como já se referiu.

É neste século que se inicia a riqueza da decoração que terá o seu florescer no séc. XV. Este aspecto já se desenha no Pórtico, que ainda mantêm a sua traça primitiva, sendo encimado por arcos ogivais de três arquivoltas que apoiam sobre colunas redondas, com capitéis de decoração vegetalista simples e bases quadrangulares lisas, segundo o espírito Cisterciense. *“Entre o pavimento e as bases (das colunas adossadas), estabelece-se uma espécie de poderosa zona abstracta - socos nus que parecem não ter por função senão erguer todo o sistema, toda a igreja, nos ares.”* (2), no dizer de Henri Focillon (1938), a propósito da existência de mísulas interrompendo os elementos estruturais os quais partem de bases quadrangulares de faces planas.

Se repararmos nas nervuras da cobertura abobadada do seu nartece, verificamos que estas já não têm o desenho das anteriores, mas são fasciculadas, denotando um trabalho decorativo mais evoluído, assim como o desenho do próprio pórtico (Fig. 4.9 e 4.10).

Deste século também data o túmulo de D. Dinis (Fig. 4.12), hoje situado na capela absidial do lado do Evangelho, e o túmulo de sua filha, D. Maria Afonso (Fig. 4.13), falecida em Odivelas em 1320. Este túmulo, hoje vazio, está situado na outra capela absidial, do lado da Epístola.

Pensa-se que terá morrido muito nova e a comprová-lo está a sepultura, cujo interior mede apenas 1,60 m.

A configuração da estátua jacente é de mulher jovem, vestida com uma túnica até aos pés.

Em cada um dos lados da arca e ladeados por nichos com figuras bem esculpidas, existem dois escudos iguais. O túmulo assenta sobre figuras humanas e, segundo os historiadores, algumas delas fazendo alusão a um facto verídico da vida de Maria Afonso, tal como era uso na Idade Média.

Devido à decoração dos apoios do túmulo e a escritos antigos, pensa-se que a arca tumular estaria, inicialmente, no Claustro Novo, encostada à parede. Desconhece-se, no entanto, a data em que foi transferida para o local onde se encontra.

A arca tumular de D. Dinis, assenta sobre a escultura de figurações humanas e animais: três leões, um dromedário e um urso que luta com um homem (talvez alusão à lenda da fundação do mosteiro). Em estátua jacente, o rei surge coroadado, armado e com vestes

reais. Junto à sua cabeça vêem-se ainda restos despedaçados de uma figura que seria a de um bispo que orava de joelhos - estátua de S. Dinis; do outro lado da estátua jacente existem ainda restos de uma figura que, a julgar pelas descrições seria a de S. Luís.

Podemos dizer que toda a decoração desta obra de arte se integra na escultura tumular do séc. XIV.

O túmulo real é uma grande arca de pedra calcária, com 2,80 m de comprimento por 1,30 m de largura e 1,20 m de altura (medidas aproximadas). É decorada nas suas paredes laterais com figuras monásticas, dentro de nichos. Tem doze edículas de arco trilobado, pináculos intermédios sobre um fundo de estreita arcaria cega e com uma faixa superior de rosetas tetralobadas, como no rebordo da tampa, actualmente muito desfeito. A julgar por alguns vestígios, o monumento era policromado.

Numa das faces longas em cada edícula, duas religiosas, seguram livros devotos e uma delas um pequeno cofre. Na face oposta, em cada edícula, dois monges cujas cabeças foram mutiladas, sustentam nos braços, uma arqueta de relíquias.

Numa das edículas da cabeceira podemos observar um frade que lê um evangelho aberto sobre um setial e na outra ,um santo talvez S. Bernardo e a seus pés um rei de coroa, porventura D. Dinis. No facial dos pés, em cada edícula, vemos duas madres bernardas.

Devido a sucessivos enterramentos e outras atribulações, embora existam muitas lápides sepulcrais no mosteiro, deste século restam apenas três, sendo de realçar a de D. Orraca Peres, sepultada na Casa Capitular.

A terceira capela absidial anexada à cabeceira da igreja em 1424, por iniciativa do Infante D. Pedro, denuncia as características de um gótico mais tardio, marcado por elementos construtivos de grande elegância, de desenho mais ricamente trabalhado, com uma componente de verticalidade mais assumida e de maior riqueza decorativa.

É utilizado aqui o mesmo tipo de construção da época inicial da igreja, mas os seus elementos construtivos aparecem trabalhados de uma forma mais elaborada.

Assim, exteriormente encontramos os botaréis com a configuração dos anteriores, mas onde já é presente a pingadeira (Fig. 4.15), de época mais tardia. As gárgulas apresentam também uma forma diferente e arredondada.

Para além do acesso a partir do interior da igreja, já referido, esta capela possui um acesso independente, cujo portal é muito semelhante ao do pórtico da igreja, a este anterior, mas de maiores dimensões. Uma mísula troncónica de volume disforme, no ponto de encontro destes dois volumes construtivos, aparece-nos, como uma cicatriz e em consequência de uma solução de construção, mal resolvida por esta ampliação (Figs. 4.9 e 4.16).

Apresenta três janelas, tal como a abside de época anterior, mas todas elas trabalhadas com arcaturas. A janela a norte, de maiores dimensões, como que assinalando a entrada, é também ogival com arcaturas de arco quebrado.

Em ligação com o nartece que serve as entradas desta capela e da igreja, já em 1414 há notícia da existência do apêndice fronteiro à fachada do mosteiro.(3)

No interior deste conjunto edificado, podemos observar o “*Claustro da Moura*”. Este claustro tem uma planta quadrada de (34,00 m x 34,00 m) e é circundado no piso térreo por uma galeria de 2,00 metros de largura. Apresenta uma colunata tanto inferior como superior que pertencem à sua época primitiva. As alas do piso térreo apresentam colunatas de arcos

abatidos e colunas com capitéis góticos e no piso superior uma galeria ocupa três alas de claustro desta época quinhentista (Figs. 4.17 e 4.18).

Os tremores de terra que assolaram a zona em 1531 e 1536, terão provocado a necessidade de melhoramentos e reconstrução, em que outros modelos se impunham e a arquitectura do mosteiro terá também iniciado neste século a sua transfiguração para a imagem que chegou aos nossos dias.

Pensamos que terá sido uma época de grandes remodelações no mosteiro, no entanto a inexistência de documentos não nos permite a confirmação dos muitos acontecimentos por que terá passado este mosteiro, que viveu nesta época um grande esplendor cultural.

Em 1534, representava-se no mosteiro o “ Auto da Canaveia “ escrito por Gil Vicente a pedido da abadessa D. Violante Cabral, irmã de Pedro Alvares Cabral e pessoa muito activa, que terá procedido a grandes reformas, tendo falecido em 1536.

Carlota Abrantes Saraiva refere a este propósito o seguinte: “*A esse tempo já a edificação devia ter começado a perder a primitiva pureza de linhas*“. (4).

Desta época, 1573, data a reconstrução do alpendre exterior que liga o pórtico da igreja à portaria, da iniciativa de D. Guiomar de Noronha, e concluída em 1639 (Fig. 4.19, 4.20 e 4.21).

A porta do Pórtico da Igreja é de dois batentes que foram executados em 1561 e são seus contemporâneos os da porta de ligação da Capela D. Filipa com o absidiolo. Assim, outros trabalhos de carpintaria terão também sido executados neste século, e não chegaram até nós devido aos vários cataclismos, nomeadamente incêndios provocados pelos sismos.

Das várias lápides sepulcrais existentes, há a assinalar a de Nicolau Ribeiro Soares e sua mulher, na capela de D. Filipa e datada de 1557, e a de D. Guiomar de Noronha, sepultada no “Coro”(Figs. 8.1 e 10.17).

A acção do tempo foi provocando grande deterioração no edifício, o que obrigou a remodelações profundas ordenadas por D. João IV e executadas sob a direcção de Fr. João Torreano, o qual segue a estrutura de organização beneditina, mas altera a inicial traça gótica.

O mosteiro foi reconstruído com D. João IV, como já foi referido, por este monge beneditino, arquitecto Fr. João Torreano. Jorge Cardoso deixou uma descrição do mosteiro no seu “*Agiologio Lusitano* “. “*A igreja, compõe-se de 3 naves de grandes dimensões e na metade da nave central encontra-se o coro com três ordens de cadeiras para 200 religiosas. Ai há 7 capelas enriquecidas com ornamentos ricos e relíquias celebres. Para a beleza do culto divino, este convento foi enriquecido de uma grande variedade de objectos valiosos(...) e até as grades do altar-mor, do coro, dos pulpitos, tudo é revestido de prata e recentemente, ai colocaram um riquissimo ostentório (custódia) de ouro, o mais belo e o mais caro de Portugal (...)*” (5).

Instala-se no mosteiro a liberdade de atitudes, vícios no comportamento e a moral e a reputação das freiras deixam de ser intocáveis. Das grandes obras, lendas e efeitos há referências de que em 1611 D. Isabel de Meneses manda construir um dormitório, e em 1677 a Me. D. Guiomar de Sousa e Melo mandou construir, para além de outras instalações, outro dormitório, que passou a ser conhecido pelo nome de família de sua mãe, D. Maria de Corte Real. O mosteiro ia assim crescendo para albergar o número de religiosas que ia aumentando.

Pensa-se que a remodelação no alpendre da entrada, iniciada no período anterior, terá sido concluída em 1639, como atrás se referiu, data inscrita no escudo neste aplicado, testemunhando igualmente a regra de S. Bernardo.

Com as obras de remodelação algumas paredes do edifício foram revestidas a azulejos. No Claustro Novo ainda hoje vemos um friso de azulejos de caixilho, de desenho geométrico verde e branco, na varanda sobre o Claustro da Leitura e ainda um silhar do mesmo tipo, mas em azul e branco contornando o Claustro. O alpendre da entrada foi também revestido a azulejos azuis e brancos e policromos datados de 1671.

Para além dos revestimentos neste material cerâmico, alguns já desaparecidos, ainda encontramos os azulejos do vestíbulo da entrada e do refeitório (Fig. 4.23). No refeitório encontramos também um belo tecto de caixotões em madeira com pinturas desta época, com vários painéis representando passagens bíblicas (Fig. 4.22).

Outros trabalhos de carpintaria datam também desta época, sendo de realçar a porta de madeira almofadada, com a data de 1691, à entrada do edifício com a roda ao lado direito. Esta roda, utilizada para a troca de correspondência, servia muitas vezes para a venda de doçarias (Fig. 4.23).

Na parede da sacristia foi aplicada a lápide tumular da Infanta D. Filipa de Lencastre, falecida em 1493, neta de D. Filipa de Lencastre e de D. João I e filha do Infante D. Pedro e da Infanta D. Isabel de Aragão, que viveu e morreu recolhida neste Mosteiro.

A época de devaneio, corrupção dos ideais religiosos, dos costumes e da moral, iniciada no período anterior, foi fortemente continuada por D. João V. O Mosteiro adquire má fama, pelos escândalos causados pelas relações amorosas das freiras com os fidalgos, que ali se deslocavam e com o próprio Rei.

D. João V continuou a obra de remodelação levada a efeito por D. João IV no período anterior, mas enquanto na época anterior se efectuaram grandes obras de conservação no edifício, agora o mosteiro é bastante ampliado com dormitórios e outras instalações.

Os historiadores referem que a reconstrução ordenada por D. João V, relativamente à igreja, foi mais para “*embelezar e engrandecer*” do que por necessidades reais de reparação. Assim, certamente, que os aspectos decorativos se perderam ao longo dos tempos ou foram transferidos para outros locais. A ausência de decoração, tão defendida pelos cistercienses é agora abandonada e substituída pelo excesso de elementos decorativos, bem reveladores da ostentação e riqueza daquela época.

Da riqueza decorativa desta época barroca muito pouco permanece na igreja actual. A perda destas peças de arte deve-se a obras de restauro que levaram a que este como muitos outros monumentos ficassem despidos dos belos ornamentos, e por outro lado ao incêndio provocado pelo terramoto.

Na igreja são ainda visíveis os altares barrocos, alguns deles já diferentes dos originais e resultantes do aproveitamento de retábulos antigos (Fig. 5.23).

Outras peças barrocas ainda podem ser observadas. O órgão (Fig. 8.3) da escola de António de Almeida, embora retirado do seu espaço e exposto no actual museu do Instituto, e antiga “*Sala do Capítulo*”.

Para além destas obras de grande riqueza decorativa, o edifício continuou as suas obras de ampliação, nomeadamente dormitórios, pois o número de religiosas que albergava chegou a ser de 260 nesta época.

D. Luísa Maria de Moira, uma das mais célebres abadessas do Mosteiro devido às muitas obras que executou, entre elas a remodelação do Claustro e ao qual viria a dar o actual

nome “ Claustro da Moura”, com a fonte central com uma figura feminina alusiva a esta abadessa, procedeu também, em 1637, a melhoramentos no plano de rega da “ Cerca “ com a construção de um grande tanque.

A sumptuosidade de instalações criada nesta época foi levada ao exagero, nos aposentos da Madre Paula Teresa da Silva, que reflectiam bem esta ostentação.

O mosteiro viveu nesta época uma vida faustosa de grande luxo, possuindo grandes riquezas e atingindo grande projecção, que veio a ser contrariada pelo terramoto de 1755.

4.3. DE 1755 AO SÉC. XIX

O cataclismo ocorrido no dia 1 de Novembro de 1755 destruiu grande parte do mosteiro, provocando grandes danos: *“No corpo da igreja abateu uma grande parede de abobada de laçaria de pedra das suas três naves (6).*

As religiosas viram-se obrigadas a viver durante alguns anos em construções precárias e a utilizar *“a casa do lagar do azeite”* em substituição da igreja, até que algumas zonas do mosteiro fossem reedificadas(7).

Após a reconstrução de 1757 a Igreja fica com a imagem com que hoje nos aparece com uma nave única, com a aparência de “salão” de características que contrastam com a sua cabeceira gótica (Figs. 4.26 e 4.27).

A sacristia e a sala anexa são também reconstruídas com uma construção, em planta quadrada e rectangular de características simples.

Foram também reedificadas as duas alas nascente e norte do Claustro Novo, a ala do Capítulo e ala do Refeitório, apresentando uma construção mais pesada e deselegante do que o da sua origem e de características neoclássicas (Fig. 4.28).

Subsistem também alguns azulejos desta época, de que são exemplos os da cozinha, de figura avulsa, em azul e branco (Fig. 4.25).

Até à criação do Instituto, o edificio foi submetido a algumas obras de conservação, havendo referências de que em 1884 a capela absidial D. Filipa, foi objecto de obras, tendo sido picadas totalmente as suas paredes.

Em 1899 com a criação do *“Instituto Infante D. Afonso”* iniciam-se as obras de adaptação às novas funções, nomeadamente o internato de raparigas.

Com a figura 4.38, indicamos algumas referências desenhadas relativas à situação construtiva do edificio.

Em 1889 na sua obra *“ O Mosteiro de Odivelas”*, António Borges de Figueiredo refere que na capela mor *“ o altar primitivo, de pedra, está occulto por outro de madeira; e pode ver-se ainda, entrando pelas portas laterais, o suporte antigo do throno.”* (8) Não é esta a imagem que hoje temos, pois os revestimentos de madeira (Fig. 4.29) foram retirados para dar lugar ao ambiente inicial, criado pela simplicidade da pedra aparente.

4.4. DO SÉC. XIX À ACTUALIDADE

À medida que a estrutura dos cursos era alterada com novos regulamentos, o edifício ia sendo adaptado às reformas do ensino, nomeadamente com a criação de salas de trabalhos práticos, laboratórios, jardim botânico e outras instalações que tentavam corresponder à evolução dos cursos ministrados no Instituto.

Entre 1944 e 1950, estando o edifício bastante degradado e a deficiência das instalações prejudicando já os trabalhos académicos, é executada uma remodelação profunda (Figs. 4.29 a 4.40), enquanto as alunas são instaladas no Palácio dos Duques do Cadaval, em Pedrouços.

As obras ocorridas já no nosso século têm decorrido de forma faseada que passaremos a indicar:

1944 - “Instituto de Odivelas - construção de retretes para o pessoal masculino” e “pequenas obras de reparação”.

1948 - arranjo do Claustro Novo, sob a orientação do Arquitecto Baltasar de Castro e obras gerais de conservação e novos trabalhos de ampliação e adaptação, e instalação de equipamentos (Arquitecto Rodrigues Lima - anexos II, III e IV).

Pinto de Magalhães refere que *“Pela primeira vez em Portugal se estabelece uma grande casa de educação feminina com desusada largueza de vista. Saiu-se da acanhada e ridícula concepção do [adaptado], do mesquinho expediente do [quanto basta] e das condenáveis soluções do [provisório]. Não se atendeu no risco mais à economia dos materiais do que à solidez e à ampliação das construções, nem se consideraram mais os efeitos inúteis exteriores em prejuízo das exigências pedagógicas”*. (9).

1949/50 - as obras de beneficiação estenderam-se à igreja e à remodelação do acesso à torre (Figs. 4.34 e 4.35). Salienta-se ainda a remodelação da cobertura do alpendre da entrada, a instalação de infraestruturas e equipamento (água, esgotos, telefones, electricidade, pára-raios e incêndios); e a demolição das antigas enfermarias e garagem.

Para além dos aspectos negativos, desta obra, relativamente ao monumento, embora necessárias ao funcionamento do Instituto, salienta-se que relativamente à igreja é com esta campanha de obras que se dá uma grande intervenção, nos seus vários aspectos de salvaguarda de valores patrimoniais, dos quais, referimos os mais relevantes:

- são alterados os vãos da cabeceira da igreja que passam a retomar a sua forma inicial (Figs. 4.35 e 4.36);

- são reconstruídos elementos decorativos, como sejam os capitéis já em fase de decaimento avançado;

- foram melhorados os acessos, e o mosteiro vê assim o seu espaço valorizado;

- arranjo do espaço exterior dos claustros e da zona da “cerca”, junto ao tanque (actual zona da piscina).

- É também nesta obra que algumas decorações barrocas são retiradas, das quais é de salientar os altares na capela-mor (Fig. 4.29) e nas duas capelas na parede de fundo da nave da igreja (Figs. 4.27, 10.16 e 10.17).

A partir de 1958 começa então o ciclo de reparações destas grandes obras efectuadas na década de quarenta:

- 1959 - “Reparação de Telhados”;
- 1966 - “Reconstrução do Telhado das Capelas Laterais Esquerdas”;
- 1967 - “Reparação da Cobertura da Igreja”;
- 1969 - “Igreja do Mosteiro de Odivelas - Trabalhos Urgentes de Conservação” e “Reparação de Telhados e Tecto da Nave”, devido aos estragos causados pelo sismo de Fevereiro de 1969;
- 1974 - “Igreja e Claustro do Antigo Mosteiro de Odivelas - Obras de Conservação”;
- 1980 - “Igreja do Mosteiro de Odivelas - Obras de Conservação “;
- 1986 - “Igreja do Mosteiro de Odivelas - Reparação da Cobertura “;
- 1990 - “Mosteiro de Odivelas - Obras de Beneficiação no Claustro da Moura “;
- 1992 - “Mosteiro de Odivelas - Obras de Beneficiação no Claustro Principal - Terraços”;
- 1994 - “Mosteiro de Odivelas - Obras de Beneficiação da Cobertura da Igreja e Substituição Integral da Cobertura do Alpendre do Claustro da Moura “ (Fig.4.38).

Na figura 4.40 apresentamos as nossas conclusões relativamente às várias épocas de construção que maior ênfase tiveram para o aspecto actual da edificação, embora se tenha que reconhecer que esta se trata apenas de um apontamento, que é representativo da sua actual imagem, pois as intervenções não foram faseadas com exactidão, quer cronologicamente, quer fisicamente (nos vários materiais, componentes, pisos, partes e/ou corpos do edifício).



Fig. 4.1 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Aspecto exterior da cabeceira da Igreja.



Fig.4.2 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro Novo, alas sul (*da Leitura*) e Poente.



Fig. 4.4 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Igreja. Capitel de coluna no absidiolo sul.

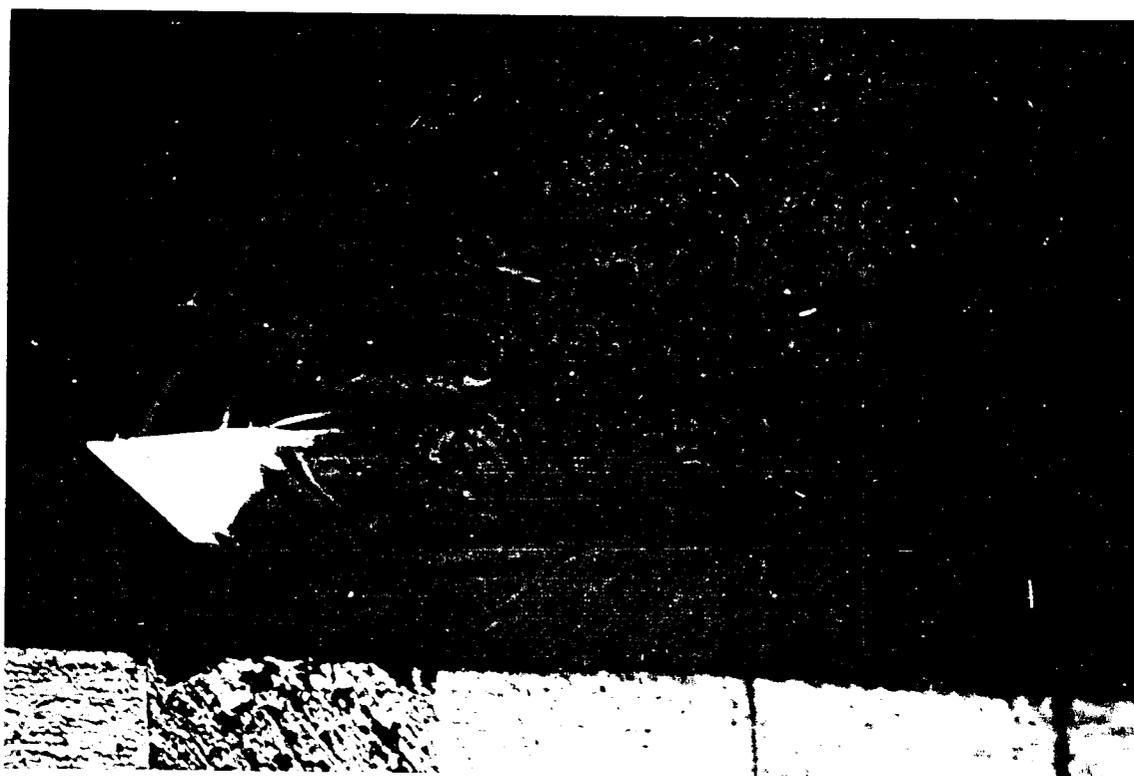


Fig. 4.3 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Igreja. Capitel no absidiolo norte.

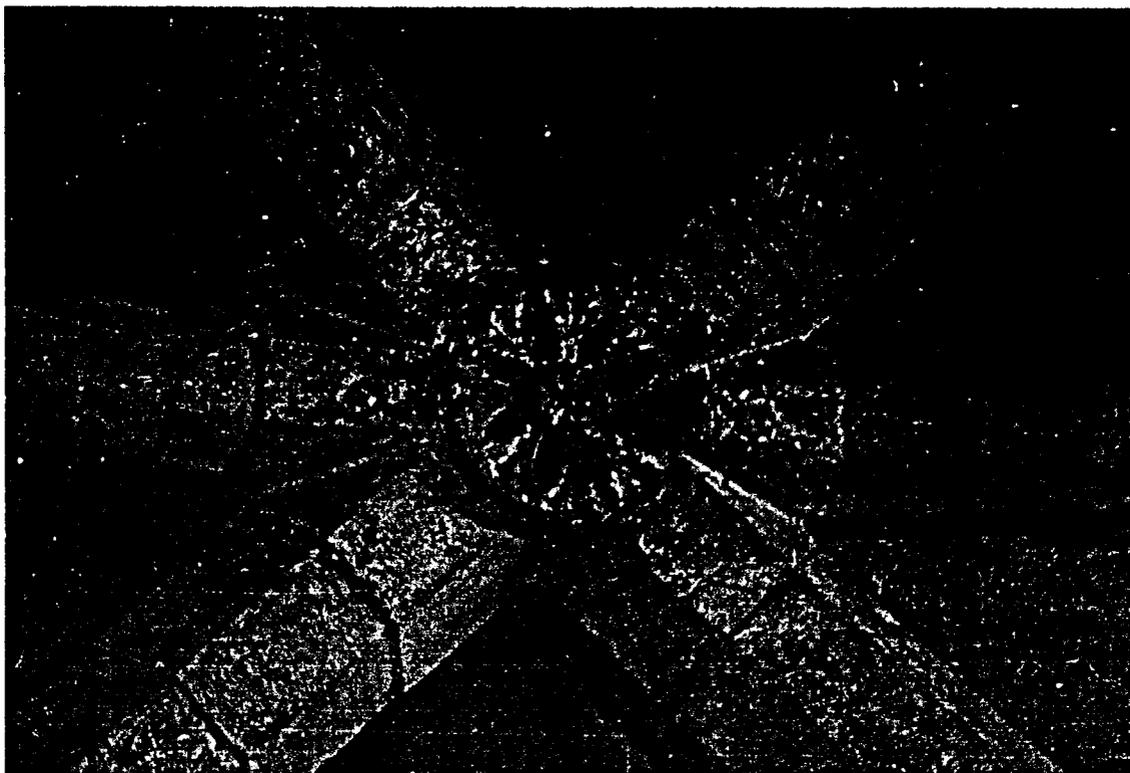


Fig. 4.5 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Absidiolo a sul. Pedra de roseta no fecho da abóbada do primeiro tramo.

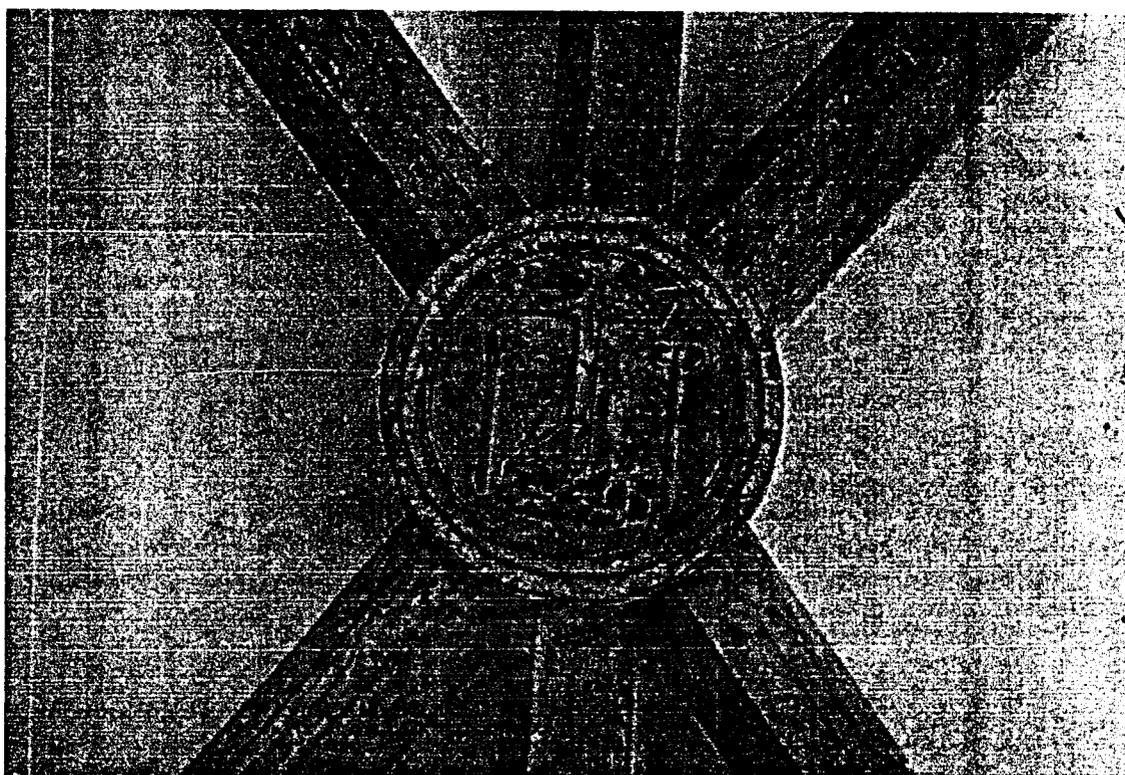


Fig. 4.6 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Pedra de fecho da abóbada, da ala norte (da Leitura).



Fig. 4.7 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Vãos de passagem entre a abside e o absidiolo sul, e a sacristia.

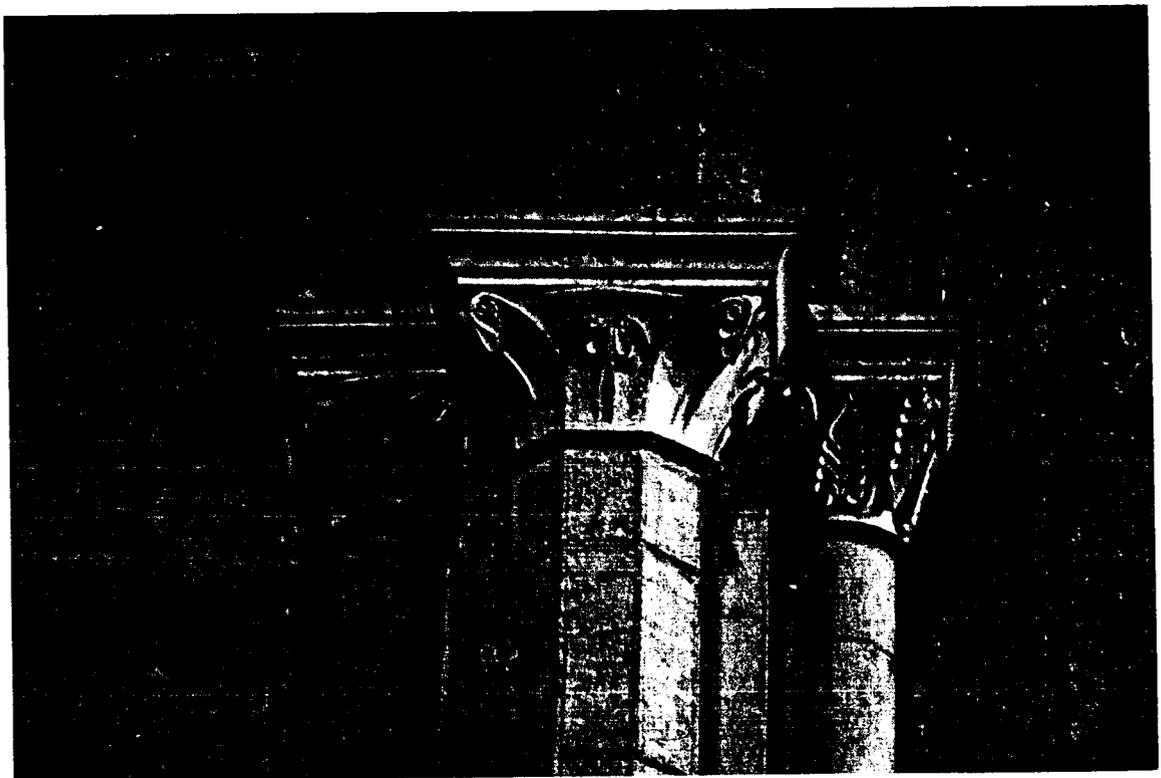


Fig. 4.8 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Capiteis no pilar fasciculado do arco triunfal.

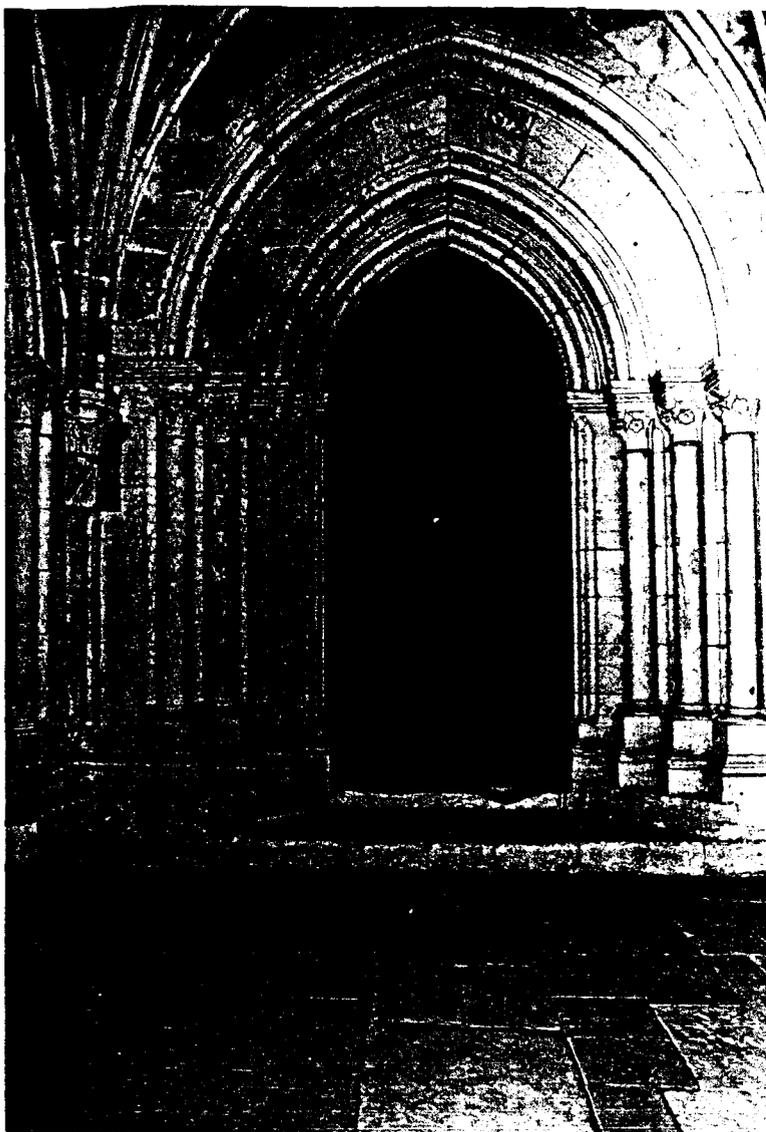


Fig. 4.9 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Pórtico na fachada norte.



Fig. 4.10 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Pormenor do pórtico.



Fig. 4.11 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Capitel de coluna.

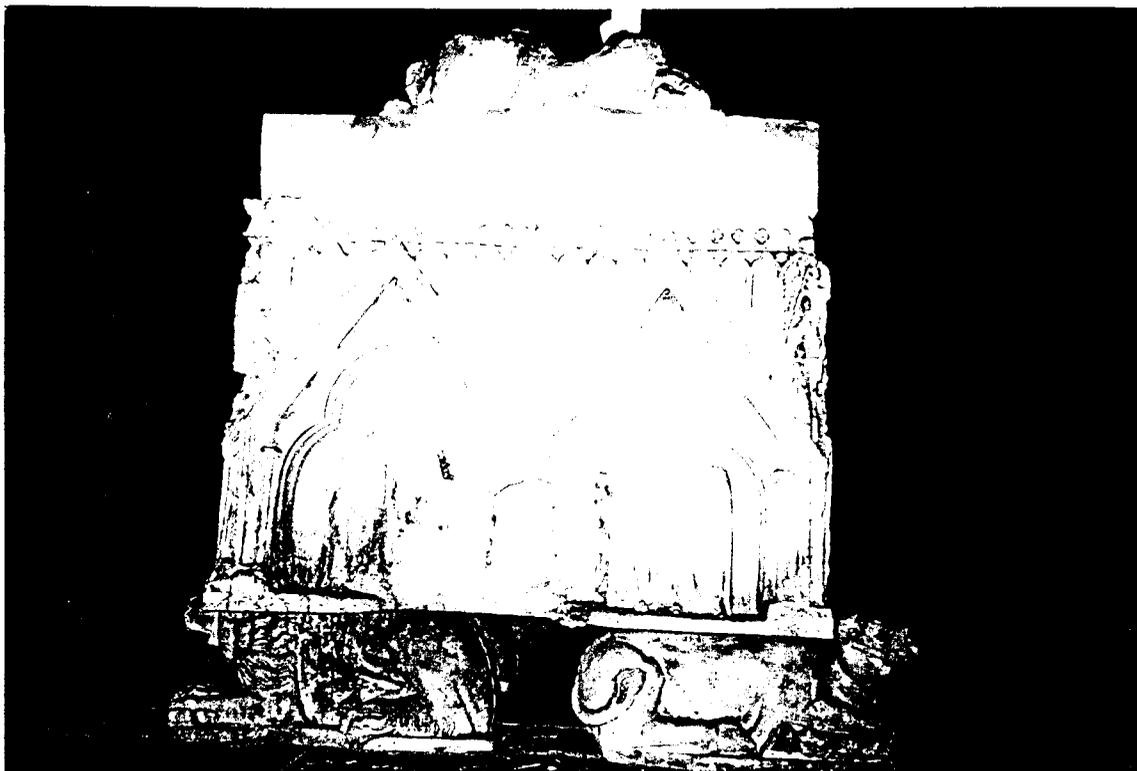


Fig. 4.12 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Túmulo de D.Dinis no absidíolo norte.

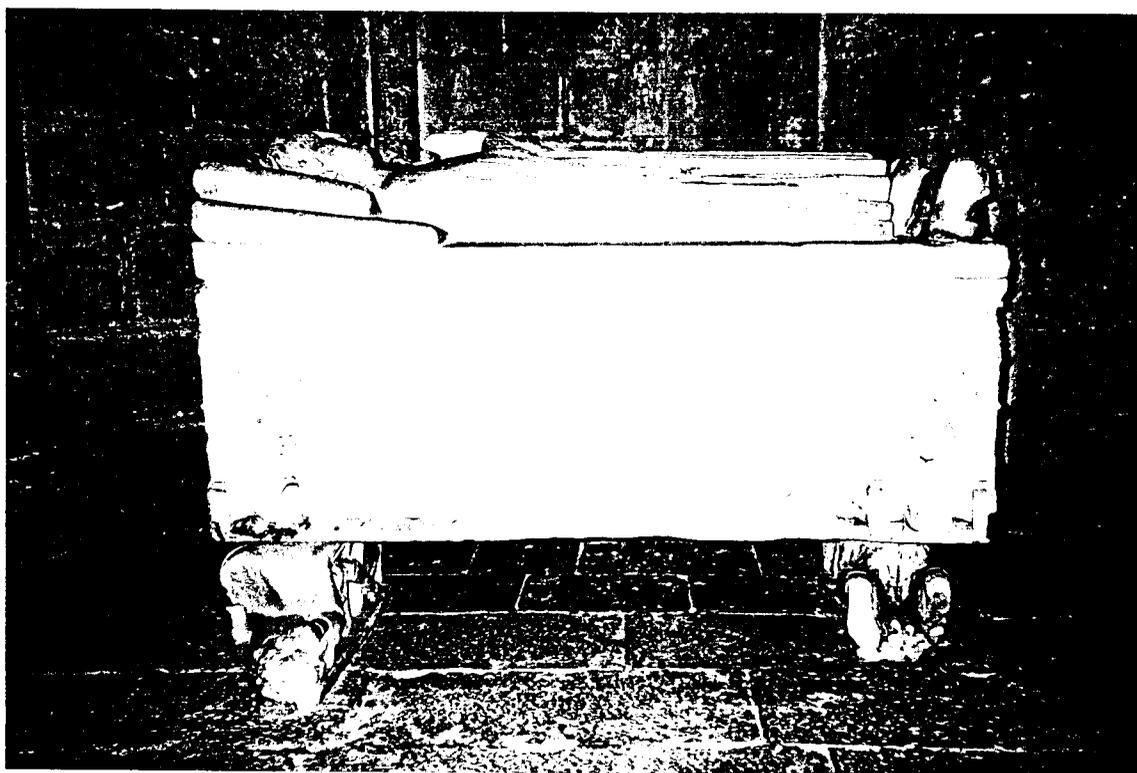


Fig. 4.13 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Túmulo de D.Maria Afonso no absidíolo sul.

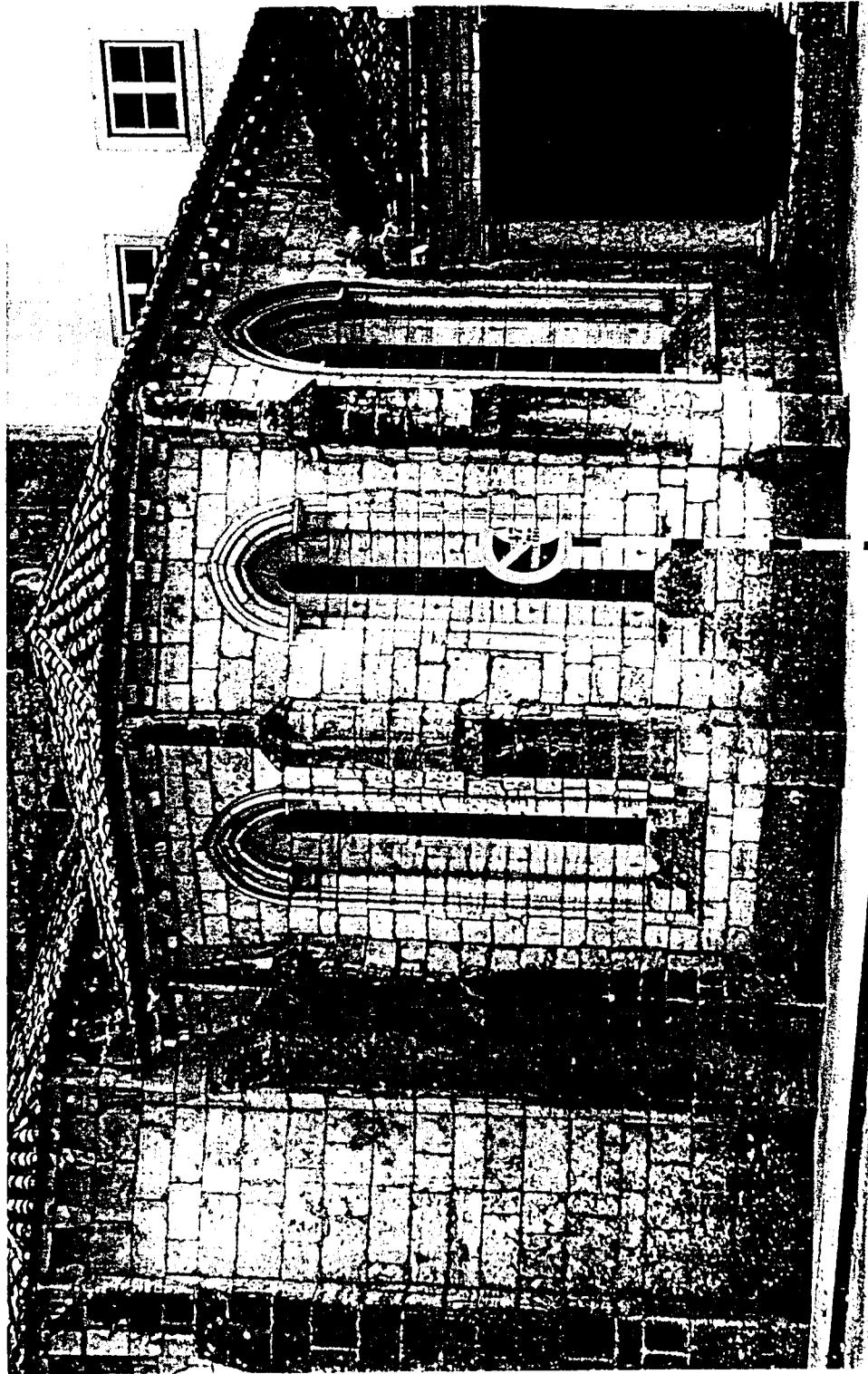


Fig. 4.14 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas; Capela de D. Filipa.

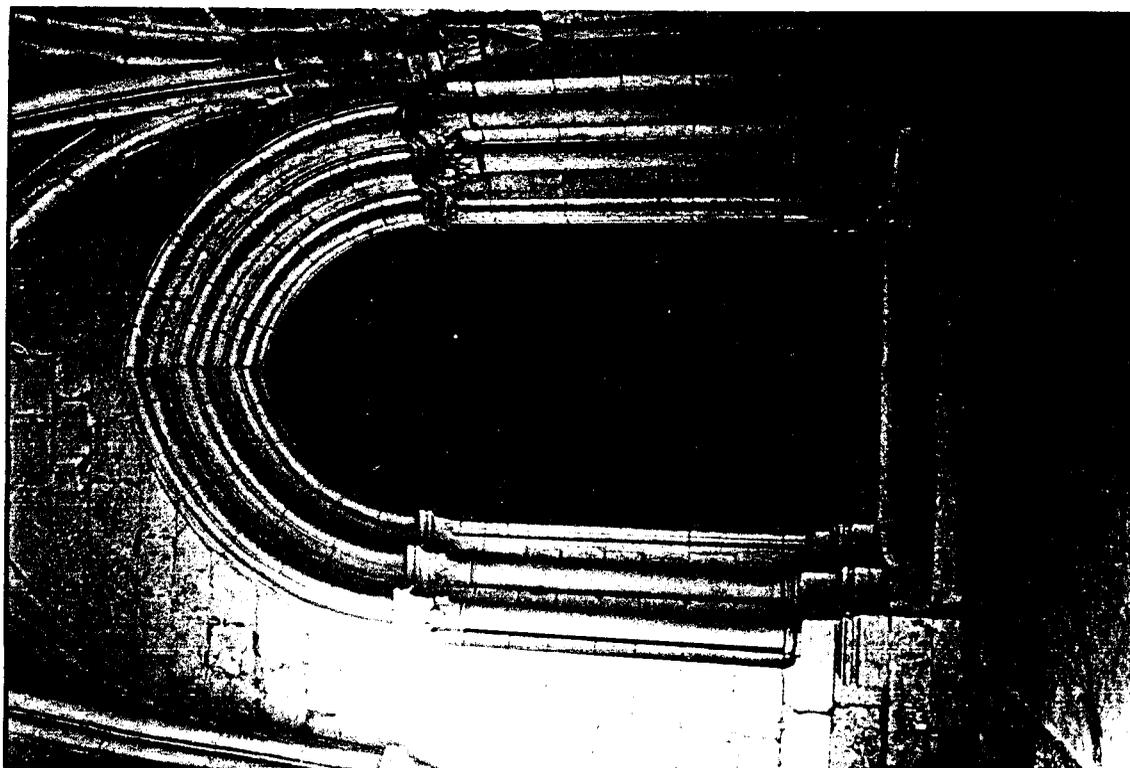


Fig. 4.16 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas, Pórtico da Capela de D.Filipa.

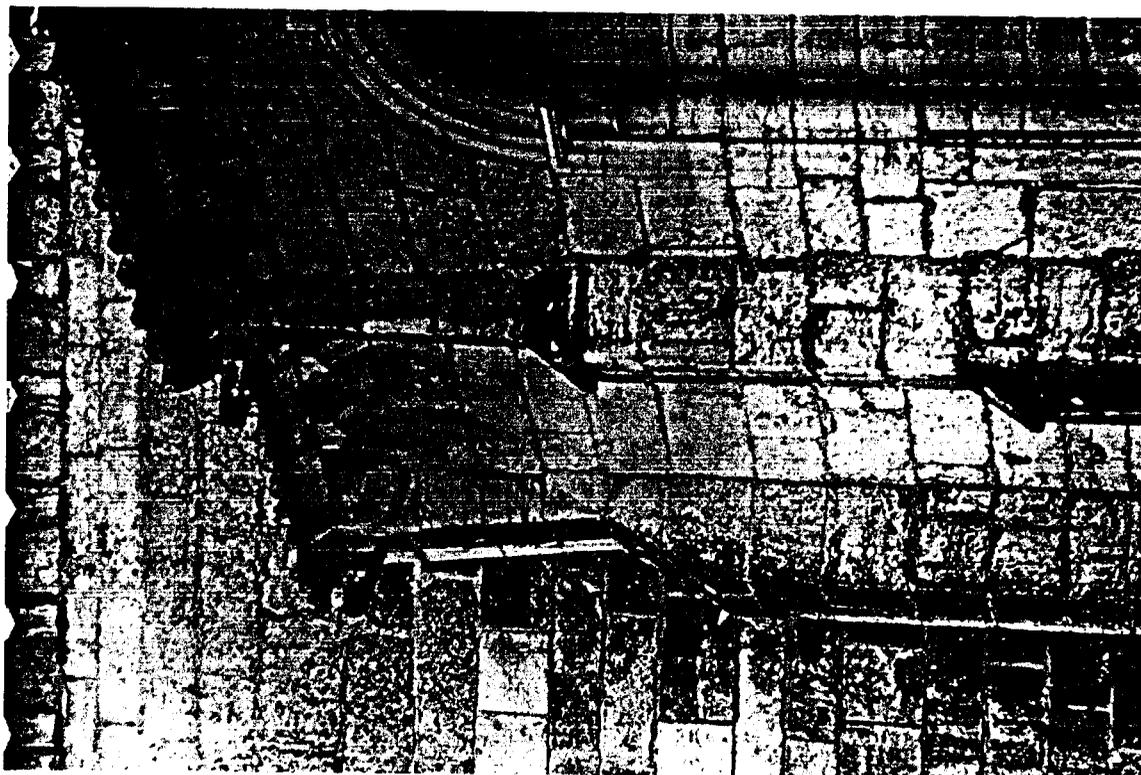


Fig 4.15 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas, Botaréis das Capelas de D.Filipa e do absidiolo.

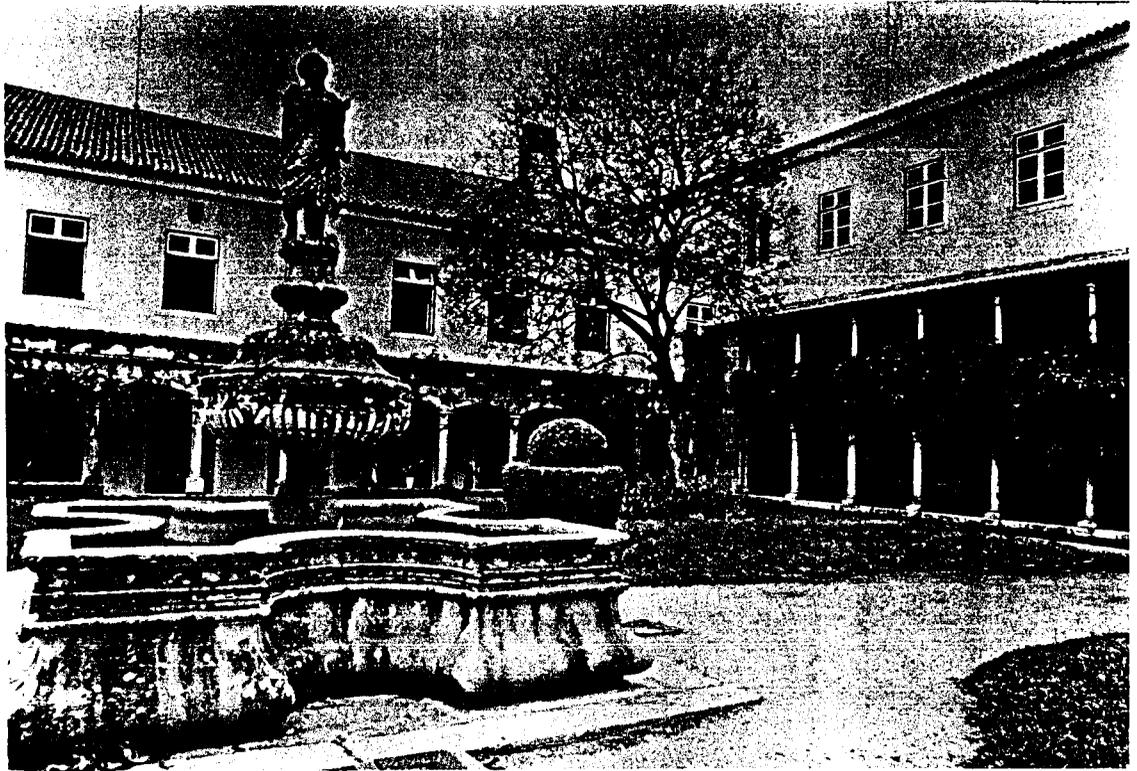


Fig. 4.17 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro da Moura.

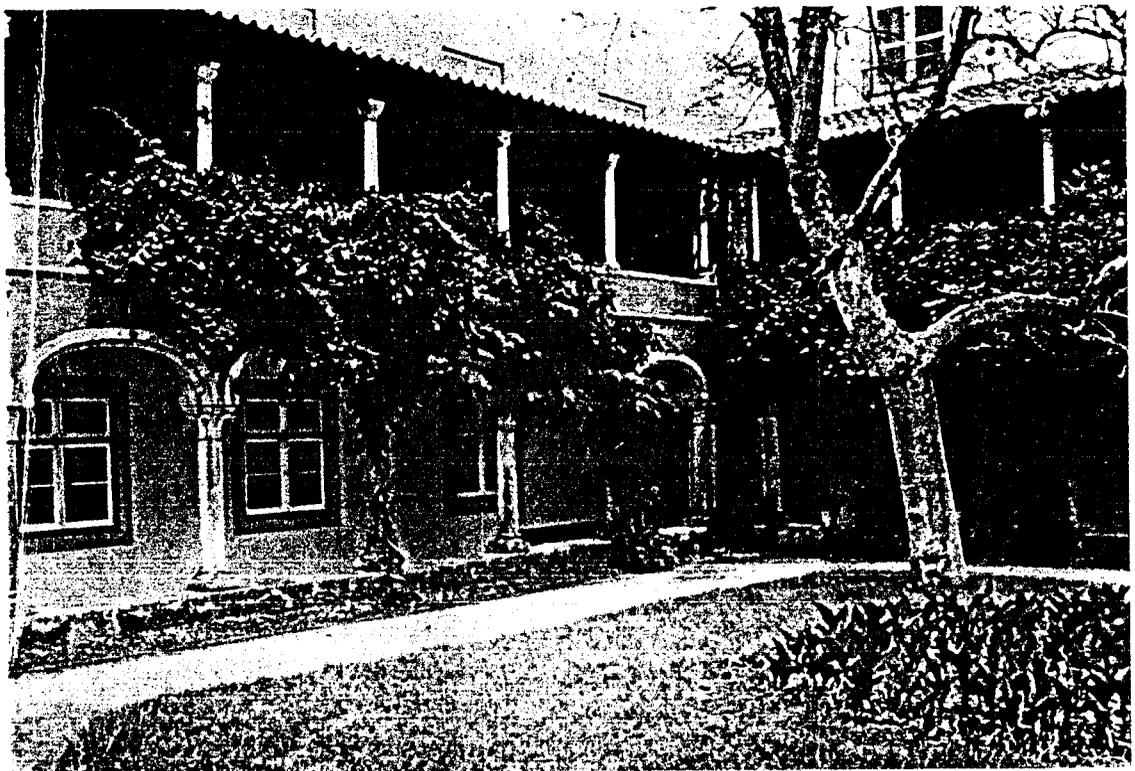


Fig. 4.18 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro da Moura. Alas nascente e norte.



Fig. 4.19 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Alpendre na entrada da igreja.



Fig. 4.20 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Aspecto do alpendre da entrada.

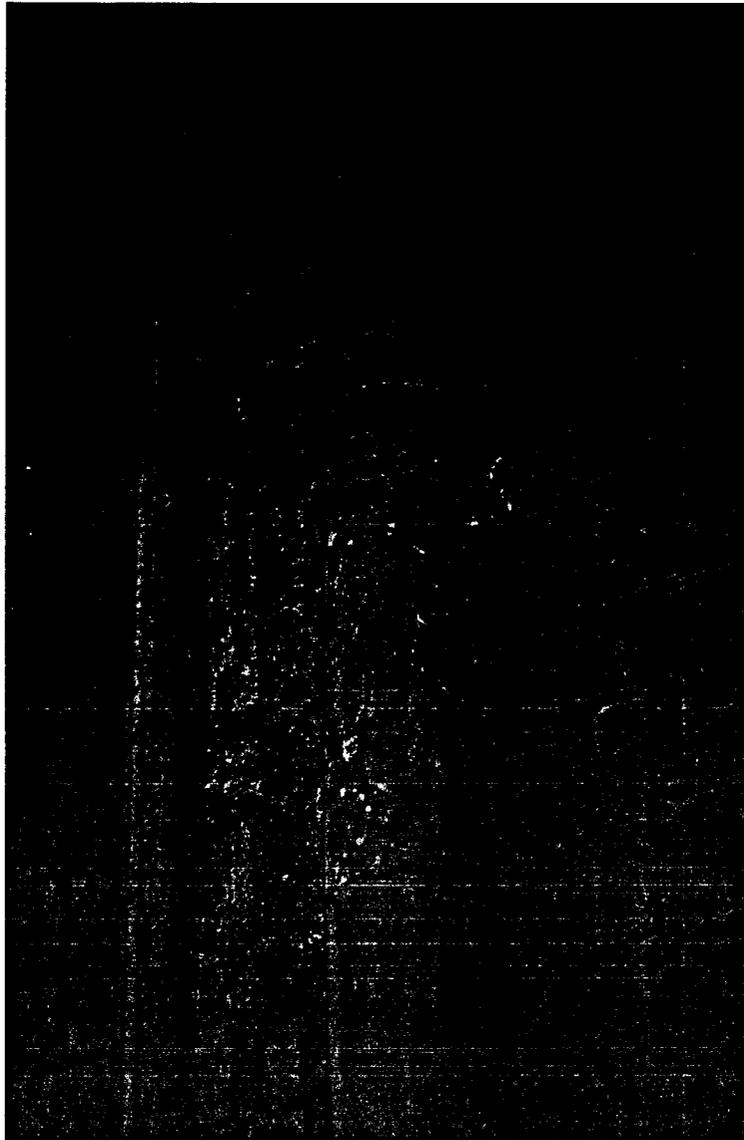


Fig. 4.21 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Alpendre de entrada.
Pormenor da coluna.

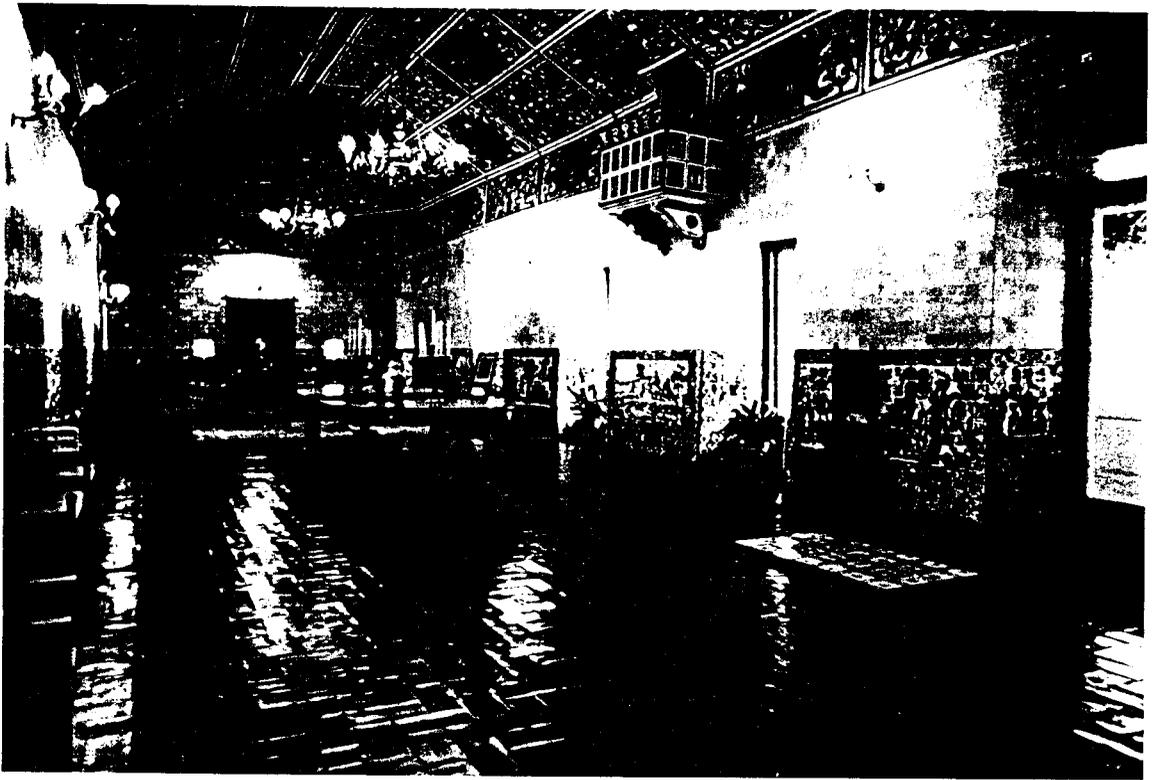


Fig. 4.22 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Refeitório.



Fig. 4.23 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Refeitório. Passa-pratos.



Fig. 4.25 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Cozinha.
Pia de lavagens.

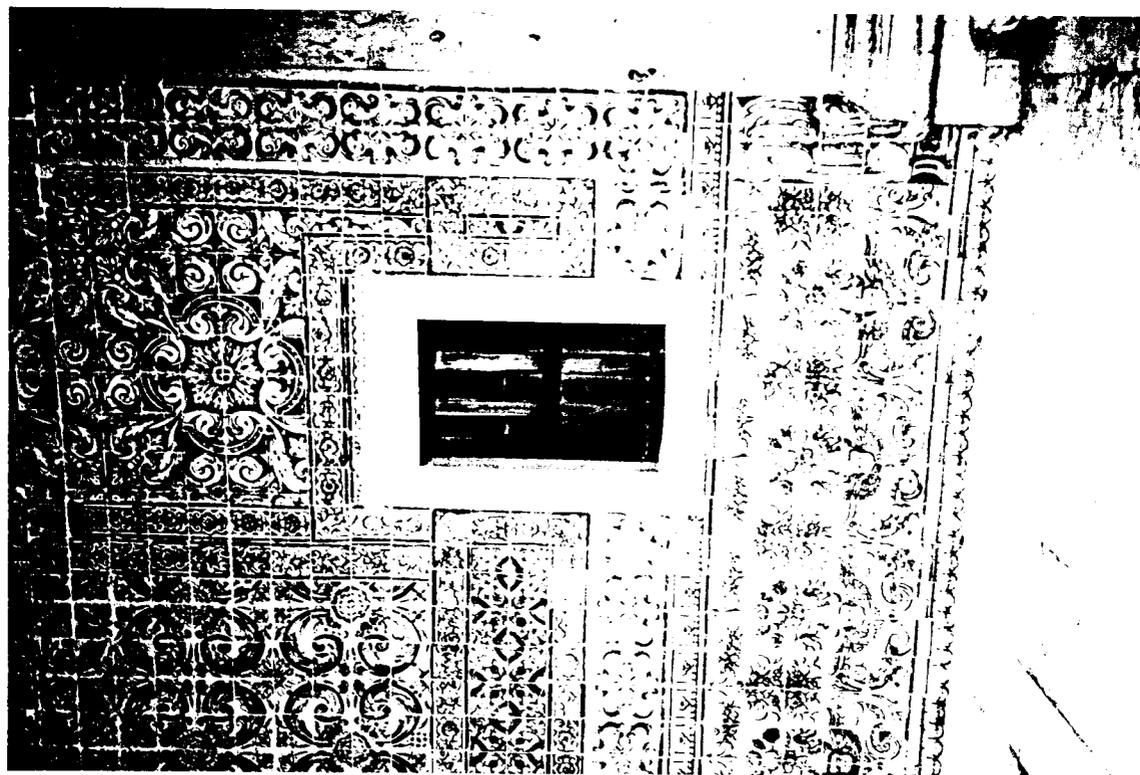


Fig. 4.24 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Roda no alpendre
de entrada.

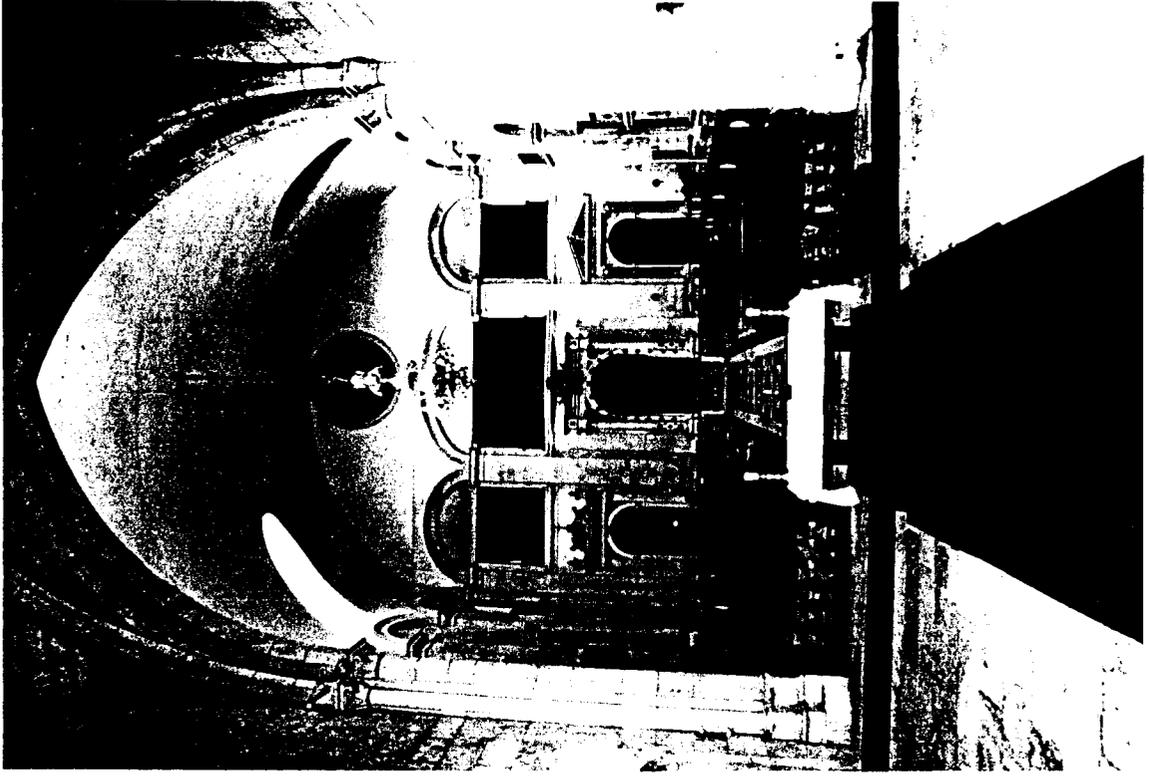


Fig. 4.27 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Interior da Igreja. Vista da nave.

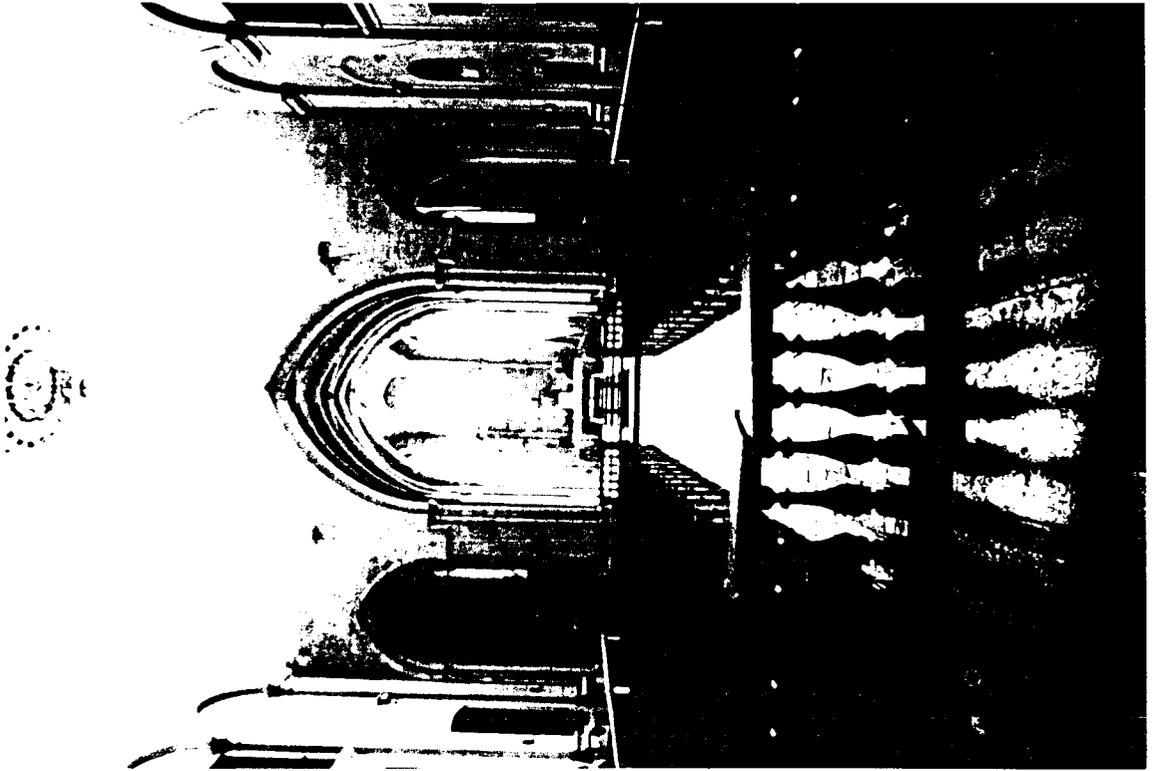


Fig. 4.26 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Interior da Igreja. Ligeira da cabeceira com a nave.

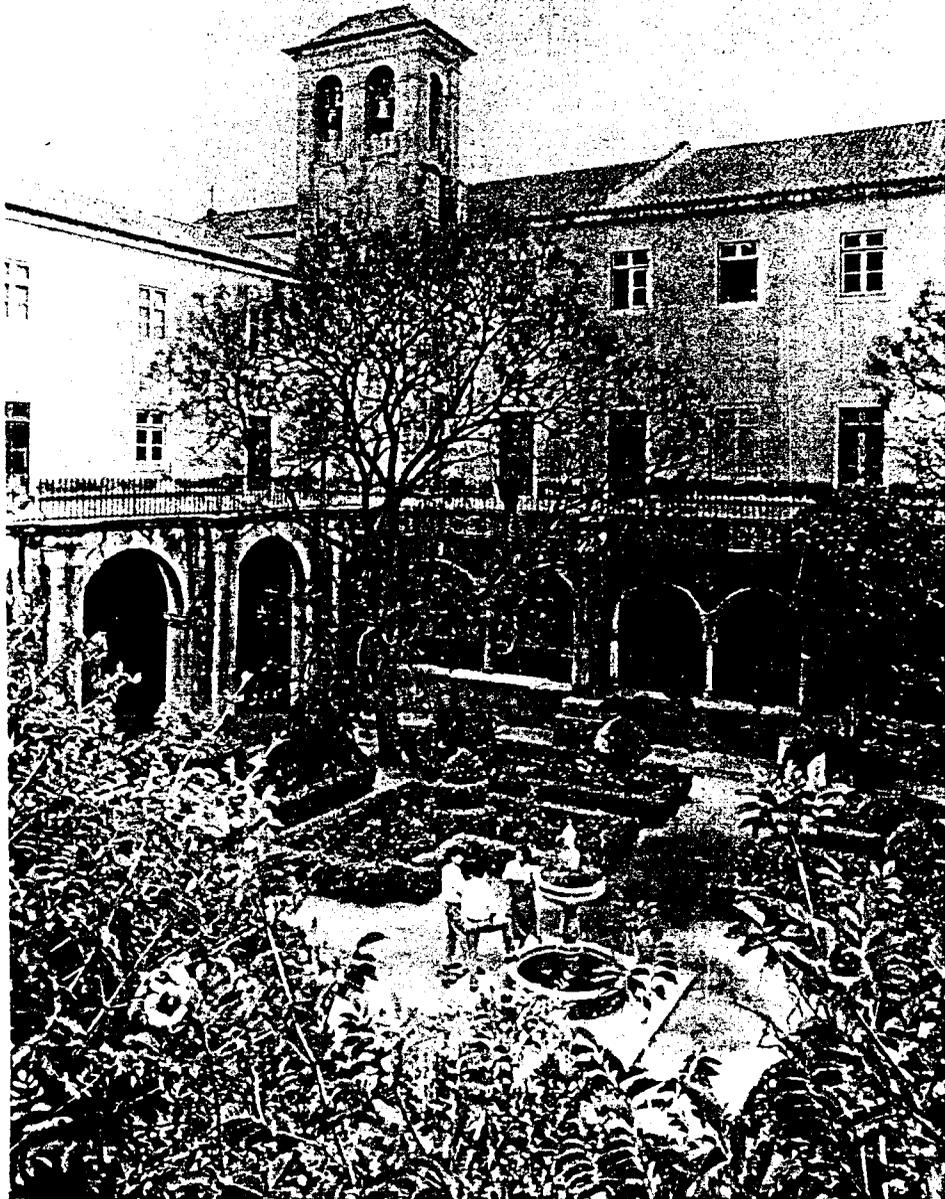


Fig. 4.28 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo.
Alas Sul (*da Leitura*) e Nascente (*do Capitulo*).



Fig. 4.29 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Altar de talha na Capela-Mor. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)

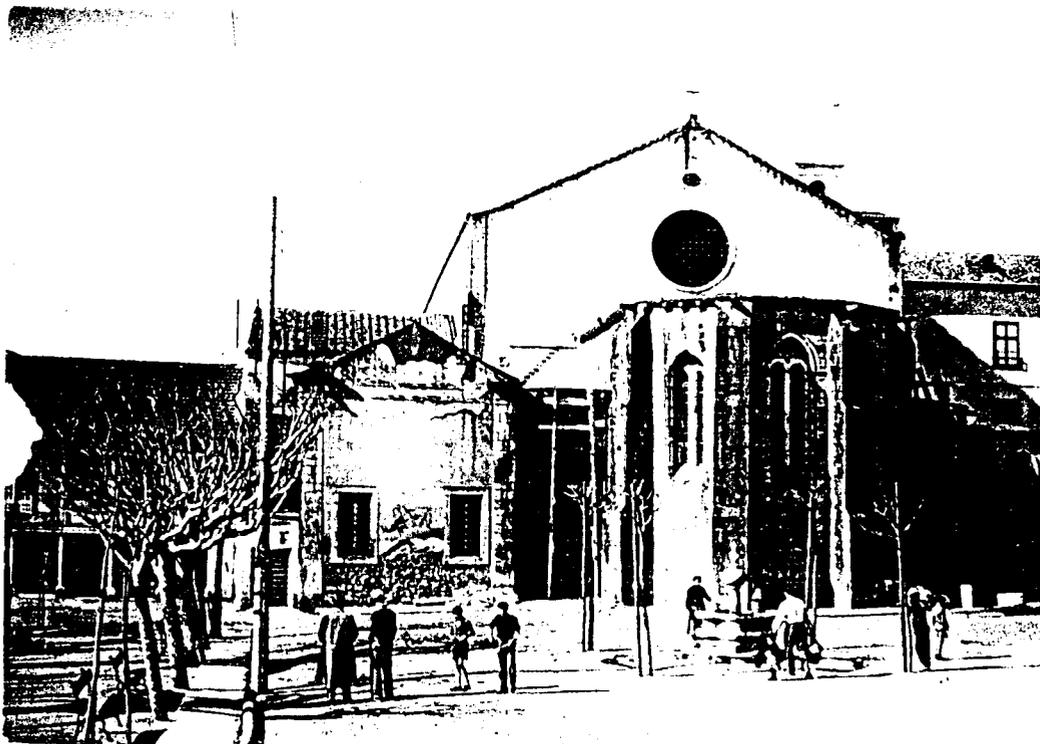


Fig. 4.30 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Aspecto da fachada durante as obras de 1950. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)



Fig. 4.31 - Mosteiro de D.Dinis de Odivelas. Aspecto do alpendre de entrada durante as obras de 1949 / 50. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)

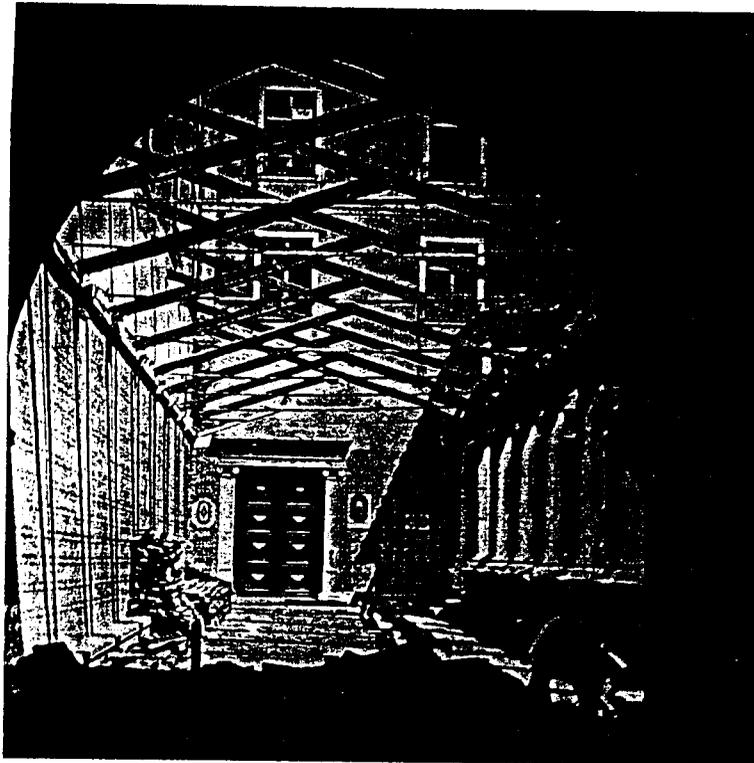


Fig. 4.32 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Montagem da estrutura da cobertura em madeira no alpendre da entrada. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)

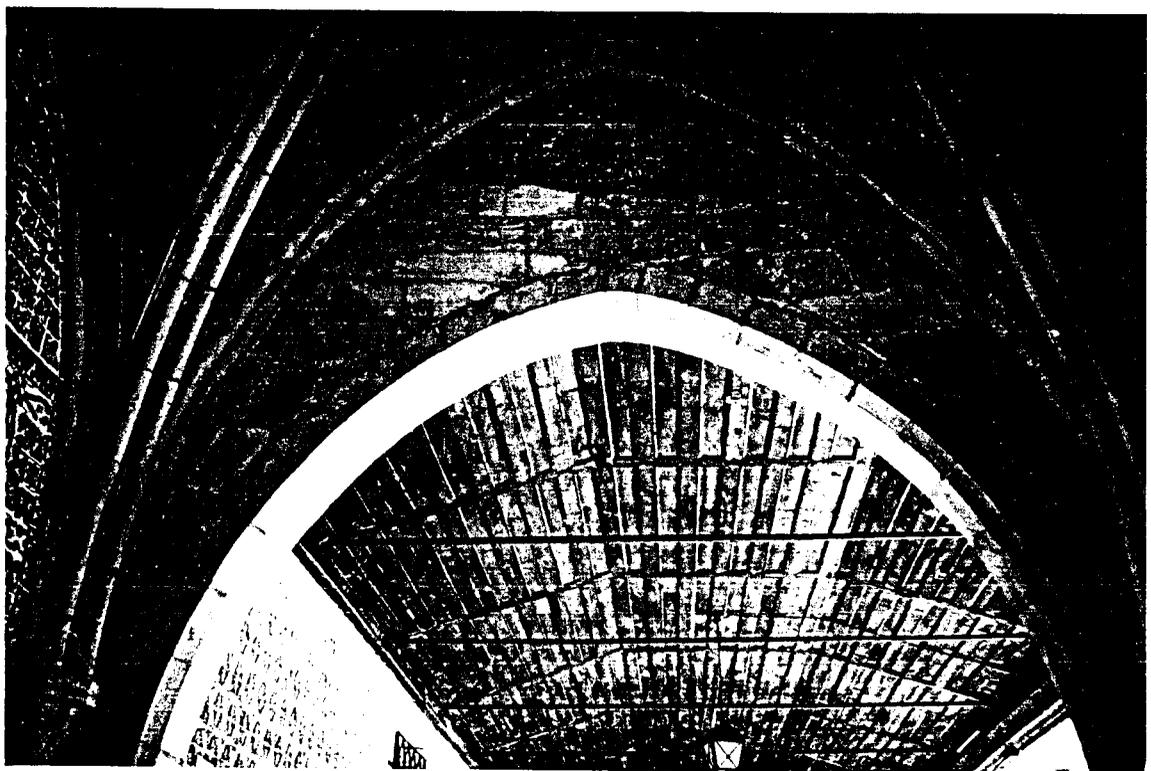


Fig. 4.33 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Pormenor da cobertura do alpendre da entrada, com forro de castanho de camisa e saia.

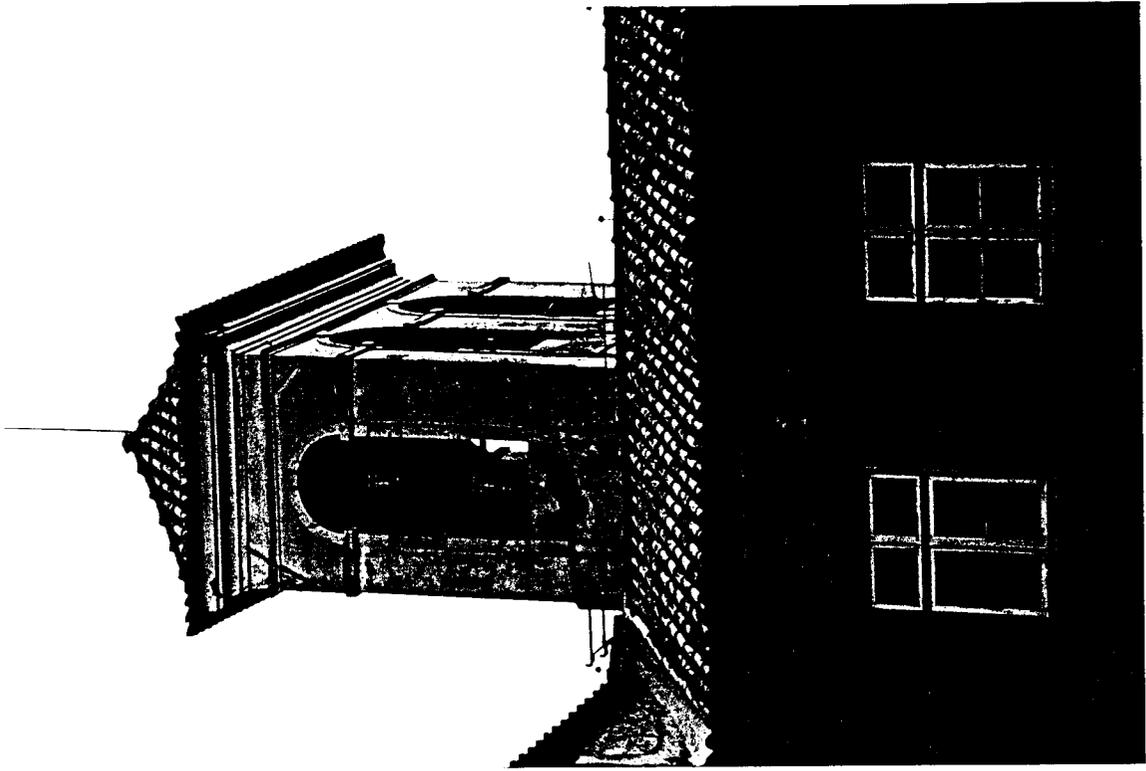


Fig. 4.35 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Torre da Igreja.

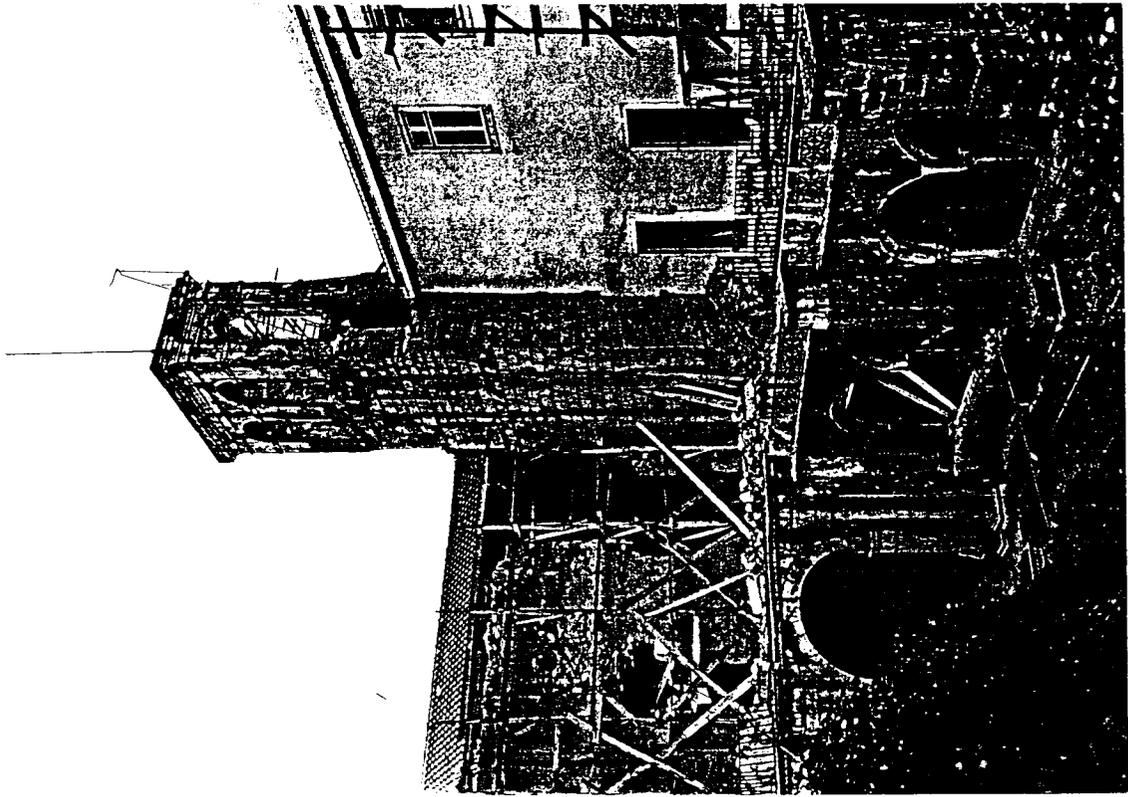


Fig. 4.34 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Obras na zona da torre da Igreja, em 1949, Dezembro, 27. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)

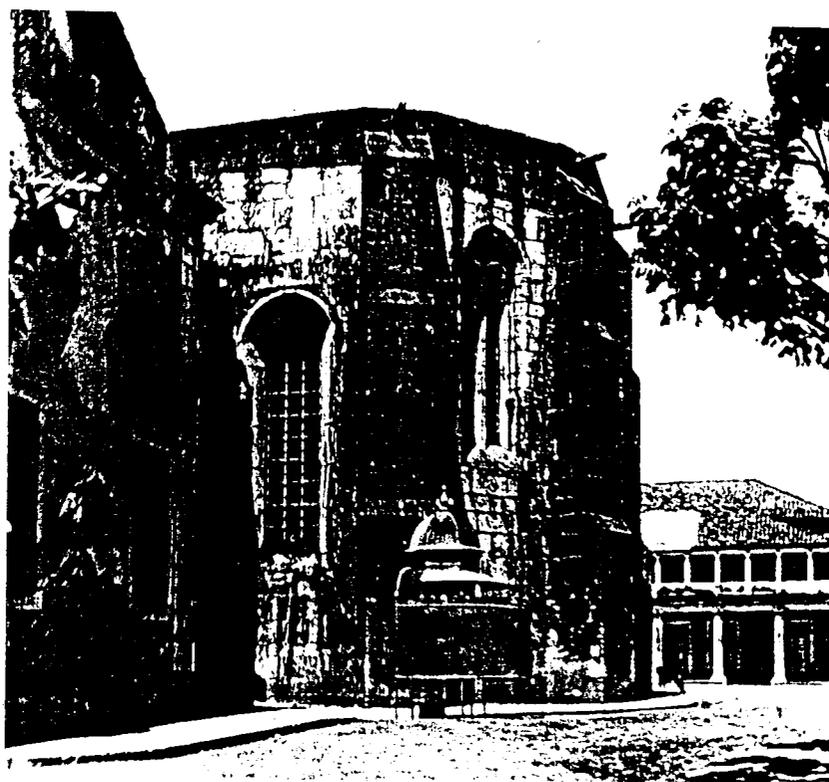


Fig. 4.36 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Aspecto das janelas na abside, antes das obras de 1950, (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.).

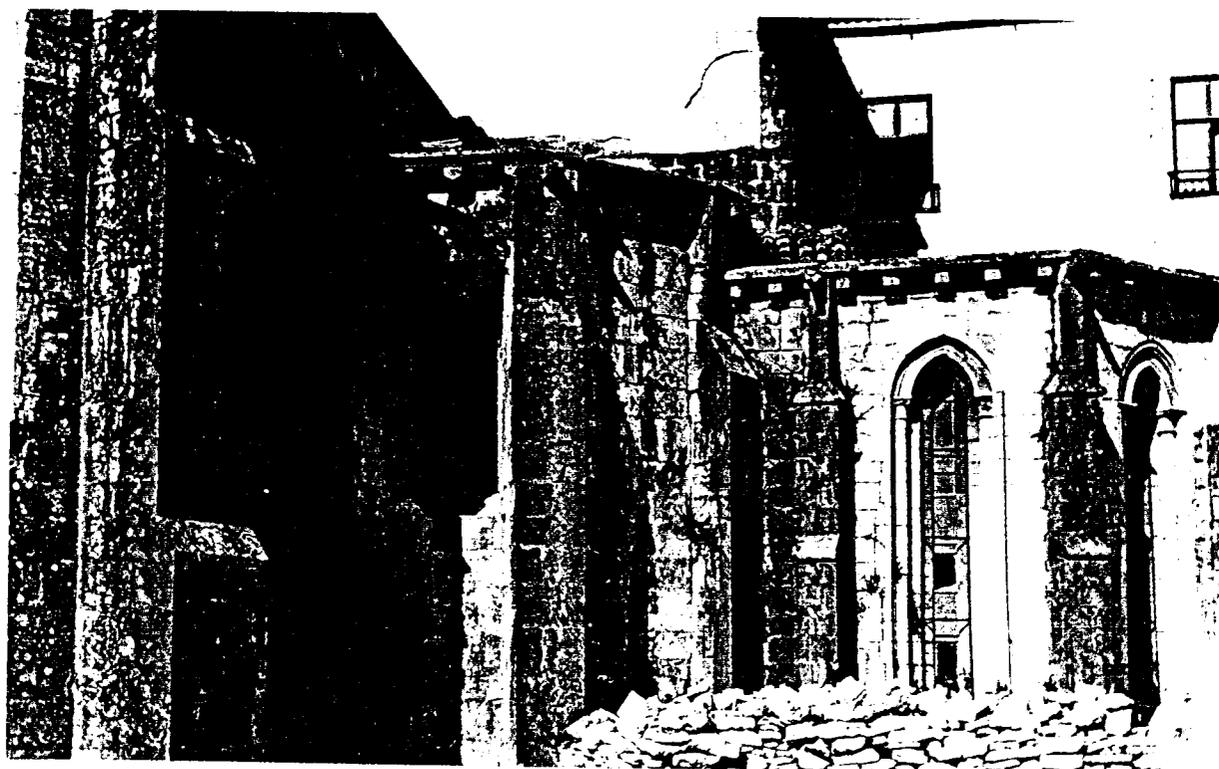
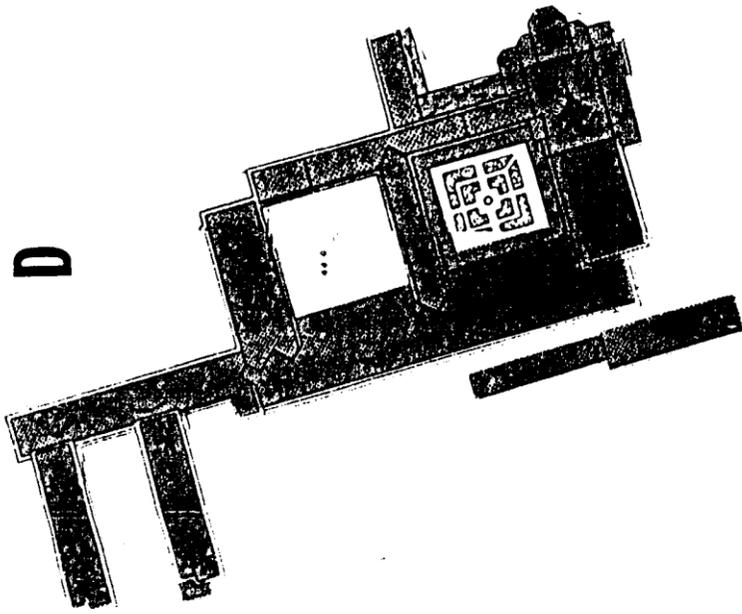
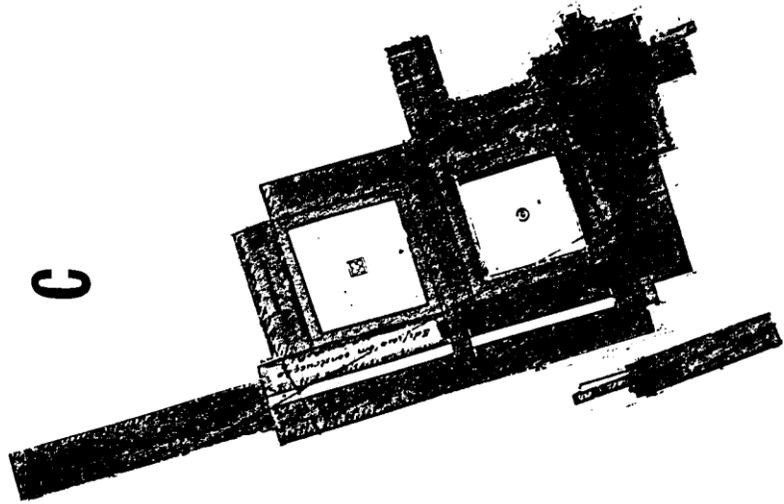
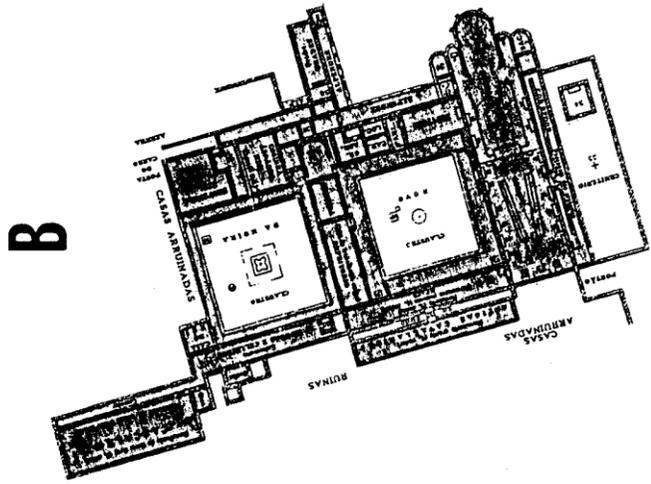
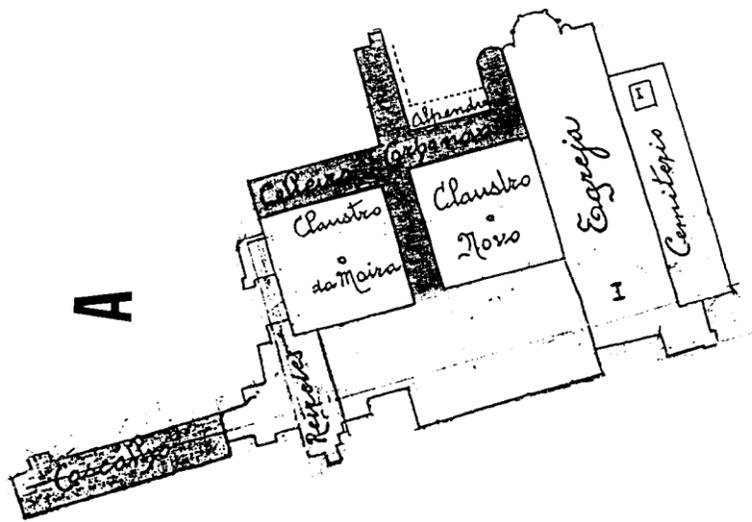


Fig. 4.37 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Aspecto das janelas no absidiolo norte da igreja e na Capela de D.Filipa antes das obras de 1950, (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)



Fig.4.38 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas.Ultimas obras efectuadas (1995).



A - Ano de 1872 (extracto da "Planta geral do edificio e cerca do ex-convento de Odivelas", cedida pela D.S.F.O.E.)

-  parte restaurada
-  parte para conservar, ainda não res. taurada
-  parte arruinada

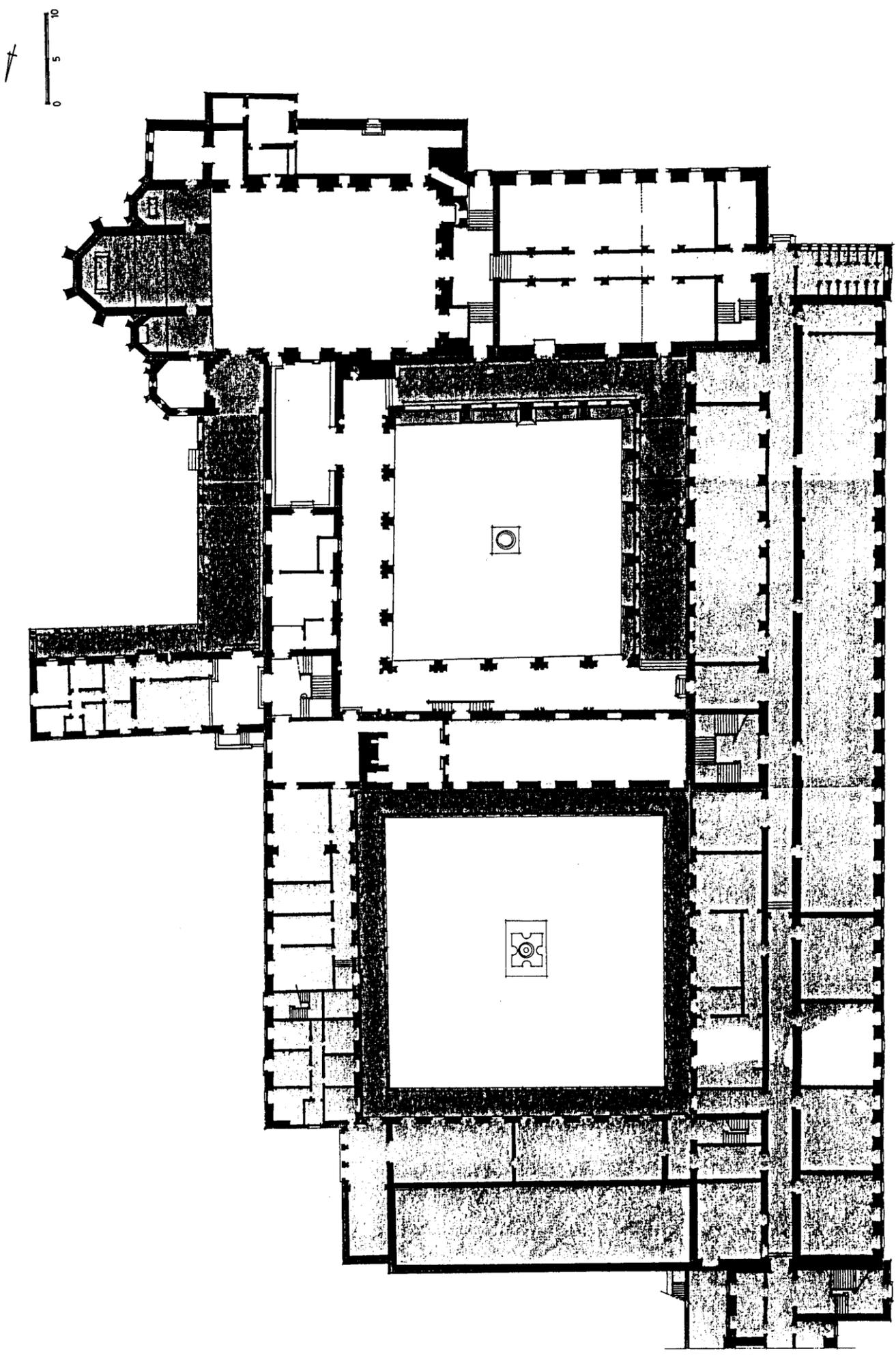
B - Ano de 1887 (extracto da Fig. 3.1)

C - Ano de 1929 (extracto do anexo VII)

D - Situação actual (extracto da Fig. 10.2)



Fig. 4.39 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.
Extractos de várias plantas.



- Séc. XIII / XIV
- Séc. XV
- Séc. XVI
- Séc. XVIII
- Séc. XIX / XX

Fig. 4.40 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.
 Épocas de construção / reconstrução.
 (relativamente ao estado actual do
 edifício)

NOTAS

- (1) CHICÓ, Mário Tavares - *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Portugal, Brasil, 1968, pág. 111.
- (2) Cit. por COCHERIL, Dom Maur - *Alcobaça - Abadia Cisterciense de Portugal*, Coleção Presenças da Imagem, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, pág. 47.
- (3) FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 25.
- (4) Cit. por LOURES, - *Tradição e Mudança*, Edição da C.M.L., 1986, pág. 128.
- (5) CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano*, Tomo I, Oficina Craestelziana, Lisboa, 1652, pág. 106.
- (6) PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - *Diccionario Histórico, Chorographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico*, Lisboa, 1885, pág. 179
- (7) FIGUEIREDO, A.C. Borges - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 228.
- (8) FIGUEIREDO, A.C. Borges - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, pág. 176.
- (9) MAGALHÃES, Pinto de - "*O Instituto de Odivelas*", *Ecos de Loures* nº26, 15 de Março de 1951, pág. 3.

CAPITULO V

ASPECTOS CONSTRUTIVOS

Para observarmos aquilo que foi a evolução das características construtivas, ao longo da vida deste mosteiro é fundamental e revelador das transformações sofridas, que nos detenhamos na análise dos conjuntos edificados que mantêm partes construtivas do início desta construção e que persistiram até aos nossos dias, embora com reedificações, conservações, ampliações e outras alterações: a IGREJA e o CLAUSTRO.

5.1. IGREJA

A igreja do mosteiro retrata, hoje, um pouco do que foi a evolução do edifício inicialmente construído segundo a traça arquitectónica da ordem cisterciense. Porém, actualmente, esta, como já se referiu, é apenas uma parte da primitiva igreja do mosteiro de S. Dinis de Odivelas. O coro das conversas desapareceu e deu lugar à sala de estudo das alunas do actual Instituto de Odivelas e as primitivas três naves deram lugar a uma nave única.

Uma análise atenta da estrutura permite-nos encontrar, com certa precisão, os marcos cronológicos das sucessivas alterações de que foi alvo. A igreja que hoje se apresenta aos fiéis é o reflexo das várias tendências artísticas: do gótico ao neoclássico, a que correspondem também características construtivas diferentes.

Analisaremos construtivamente o existente, a cabeceira e a nave, algumas vezes entrando em conjecturas, visto não se terem efectuado sondagens que pudessem garantir a veracidade de algumas afirmações. Baseámo-nos assim na observação directa da construção actualmente existente, e nos conhecimentos adquiridos relativamente a técnicas de construção.

5.1.1. Cabeceira

A cabeceira possui uma estrutura compacta, onde foi utilizada a pedra em blocos de grande dimensão, como material de construção, tendo-se tirado dela o máximo partido para receber cargas à compressão.

Com a técnica de grande capacidade imaginativa utilizada na cobertura em abóbada, conseguiu-se que o conjunto funcionasse como um todo, num sistema estrutural homogéneo.

Com a introdução dos arcos ogivais, das nervuras estruturantes apoiadas em pilares reforçados por botaréis, as construções nesta época tornam-se mais amplas, de paredes mais reduzidas, e melhor iluminadas.

As três capelas da cabeceira, bem como a capela de D. Filipa a esta anexada, apresentam características construtivas idênticas, cujo sistema estrutural é constituído por paredes resistentes reforçadas com botaréis que suportam as abóbadas.

5.1.1.1. Fundações

Desde os tempos mais remotos que se reconhece a importância do terreno firme na construção, tanto mais relevante quanto maior for o peso próprio da construção, devendo, assim, a escavação aberta para receber a fundação, ir até ao terreno que permita uma boa solidez.

Em grandes obras, chegavam-se a utilizar volumes de pedra, destinados a encher os caboucos, tão grandes como os que eram utilizados para a própria construção em elevação.

A recomendação vitruviana de prever uma largura de fundação superior à da parede em elevação foi sempre e também essencial para uma boa distribuição das cargas das paredes.

No caso em análise, o Mosteiro de Odivelas, atendendo ao actual estado de uma construção datada do século XIII, necessariamente os caboucos foram abertos em terreno firme. Estes caboucos terão sido cheios com blocos de pedra calcária, talhada e sobreposta, à semelhança da técnica utilizada na mesma época para as paredes resistentes, embora de forma mais descuidada.

5.1.1.2. Pavimento

Como se pode observar no desenho da planta (Fig. 3.6), o pavimento da cabeceira apresenta níveis diferentes, sendo a cota mais baixa, a que está junto ao arco triunfal em ligação com a nave que por sua vez também apresenta uma cota inferior. Assim, verifica-se que aos três tramos da abside corresponde um nível de pavimento, subindo-se de um degrau de 0,20 m a partir da nave à medida que se vence cada tramo.

Todo o pavimento está revestido a lajetas de pedra calcária de grande formato rectangular que varia entre os 0,30 e 0,60 m com 0,08 a 0,10 m de espessura, correspondente ao pavimento de origem.

5.1.1.3. Paredes

As paredes são construídas em alvenaria de aparelho regular, formada por blocos de pedra calcária, talhada em forma de paralelepípedos e formato de dimensões irregulares, colocadas em fiadas assentes em leito horizontal e aplicadas segundo a perícia e gosto então dominantes no trabalho da pedra (Fig. 5.1).

A pedra utilizada é a da região, com recurso a pedreiras de extracção localizadas nas proximidades da obra e do local onde se desenrolava o trabalho de preparação dos blocos.

As pedras antes de serem submetidas ao acabamento de cantaria deveriam ser criteriosamente seleccionadas de acordo com o seu aspecto exterior, por forma a que se conseguisse homogeneidade.

Para além do tipo de acabamento, era essencial para a estabilidade das paredes que todas as faces dos blocos fossem superfícies planas e perpendiculares entre si, de modo a fazer-se um assentamento uniforme e consequentemente uma boa distribuição de cargas. Os blocos deveriam ser também colocados segundo o leito da pedreira, de modo a assegurar a máxima resistência ao esmagamento.

Quanto às faces interiores de ligação entre os blocos, deveriam ficar com um acabamento rugoso por forma a conseguir-se uma boa ligação com argamassa de assentamento.

Observando os blocos de pedra verifica-se a existência de inúmeras marcas pertencentes aos diversos canteiros que trabalhavam no talhe das pedras (74 diferentes só na cabeceira) (Fig. 5.2). De entre elas ressalta uma, situada na abside, indicando a abreviatura de Afonso, que poderia ter pertencido a “*Affonso Martiz*” (A^o) irmão mais novo de “*Antam Martiz*”, autor do projecto desta obra.(1).

A verdadeira espessura das paredes (0,90 m) e todo o aspecto robusto da construção, é dissimulado por frágeis fustes, que emergem nas ligações dos panos de parede, terminando em capitéis. Algumas nervuras assentam em mísulas justapostas a estes capitéis (Fig. 5.3), para não contrariar a elegância e leveza destes, os quais adornam a cabeceira enquadrando as entradas de luz (Fig. 5.4).

Como reforço estrutural destes volumes de construção são utilizados robustos botaréus (Fig. 5.5).

Estes botaréus estão colocados na junção dos panos de parede, são exteriores, salientes e têm uma base quadrângular. Os mais robustos são os da abside com aproximadamente (1,17 m x 1,17 m) na base, onde apresentam maiores dimensões. Esta secção vai reduzindo com a altura dos botaréus, que sobem até tocar a cimalha onde rematam em rampa, sob as gárgulas.

5.1.1.4. Vãos

As novas técnicas de construção e a nova maneira de encarar o “divino” deram à iluminação um papel cada vez mais importante nos espaços religiosos. Assim os vãos que no início eram estreitos vão ganhando dimensão. Esta diferença encontramos entre os vãos construídos na Capela Mor, no séc. XIII, e os vãos construídos no séc. XV, na Capela de D.Filipa. Sendo ambos góticos, os da época posterior são mais largos, mais altos e mais elaborados na sua decoração.

A iluminação da abside é resolvida com três janelas de arco de ponto subido ou quebrado de três pontos com mainel e trilóbulo. A janela central, com maior opulência apresenta arcaturas. Estes vãos são protegidos com grossas grades de ferro. Cada absidiolo é por sua vez iluminado por um único vão bastante estreito e situado no pano de fundo.

Os vãos de passagem entre a abside e os absidiolos são estreitos e em arco de volta inteira, sendo as pedras que o contornam de largura igual à espessura da parede (0,90 m), e com chanfro.

Este mesmo tipo de vão repete-se na passagem do absidiolo do lado da Epístola em ligação com a sacristia, no entanto o seu homólogo, ou seja o vão de comunicação entre o absidiolo do lado do Evangelho em ligação com a Capela de D. Filipa apresenta uma verga recta, o que se compreende dada a sua construção de origem ser posterior.

Estes dois vãos são preenchidos por portas de madeira almofadada.

5.1.1.5. Cobertura

A cobertura é resolvida em abóbada de cruzaria de ogivas, de pedra, com nervuras chanfradas e remate de pedra de fecho (Figs. 5.6 e 5.7).

As abóbadas descarregam nos botaréis exteriores, que reforçam as paredes.

O arco triunfal de ligação com a nave tem a forma ogival e apoia sobre pilares em forma de colunas fasciculadas com bases em forma de plinto.

A designação de abóbada de ogivas vem dos seus arcos ou nervuras em cantaria, que lhe dão toda a ossatura construtiva, e que formam as verdadeiras ogivas. Os espaços entre as nervuras de cantaria são preenchidos a pedra cuidadosamente talhada.

Para garantir a compressão o extradorso das abóbadas deve ser carregado, embora de materiais leves, para assim se obter um equilíbrio de forças que favorece a sua estabilidade. O material de enchimento usado era o mais variado podendo ir de simples terra solta batida à incorporação de elementos vasados como por exemplo vasos cerâmicos.

Para favorecer o carregamento no fecho, o qual deve ficar bem apertado, era aplicada a estrutura secundária de madeira que suportava a telha, quando a cobertura era em telhado.

As paredes rematam na cobertura com cimalthas góticas (Fig. 5.8), formadas com cachorros.

O revestimento que hoje encontramos a proteger este sistema estrutural é a telha cerâmica portuguesa, argamassada e telha romana em canais, aplicada em telhado com um número de águas correspondente ao facetado da planta, no seu tramo inicial, continuando em duas águas no troço central.

Este telhado é constituído por uma estrutura de madeira assente sobre o extradorso da abóbada, e com varedo e ripas de pinho espaçadas à dimensão da telha utilizada.

O escoamento das águas, actualmente é resolvido em beiral, parte inicial do telhado, formando canais até ao ponto de encontro das águas, protegido por telhões.

Ainda persiste, encimando os contrafortes as gárgulas primitivas (Fig. 5.5), hoje sem qualquer função, a não ser a memória do passado a que pertencem.

Conforme a época da construção assim é também o desenho da gárgula, verificando-se a existência de três desenhos diferentes consoante a sua época, na Capela Mor, na Capela de D. Filipa e no alpendre de entrada (Figs. 5.9 a 5.11).

O mesmo testemunho de épocas de construção diferentes encontramos também no desenho dos cachorros da cobertura e no desenho dos botaréis.

5.1.2. NAVE

A nave que hoje observamos é de época posterior à de origem gótica, não se vislumbrando agora quaisquer sinais da primitiva a não ser no pórtico, e em parte do pavimento.

Supomos que o primitivo corpo da igreja iniciou as suas alterações de grande monta, após os tremores de terra do séc. XVI tendo sido restaurado, nesta época e adquirindo então

a traça característica do gosto maneirista., o que não podemos confirmar devido à ausência de documentos comprovativos.

Com a reconstrução, após o terramoto de 1755, temos uma cobertura em abóbada abatida, que não dá continuidade às proporções dos panos de parede laterais criados pelos arcos de volta inteira, que a suportam. Dir-se-ia tratar-se de uma “colagem” obtida pela necessidade técnico-funcional da aplicação de uma cobertura numa nave, em que apenas o espaço ocupado em planta remonta ao séc. XIII, e cujas proporções volumétricas criadas pelas paredes laterais já são também bem distintas desta época.

Esta nave apresenta actualmente o pé-direito mais alto de toda a igreja, altura correspondente à sua largura, desconhecendo-se o seu pé-direito inicial, embora ainda permaneçam como atrás se referiu, as marcas deixadas pelos arcos estruturantes que partiam da cabeceira e faziam a separação entre a nave central e as colaterais (Figs. 5.18 e 5.19).

5.1.2.1. Fundações

As fundações devem ser concebidas para assegurar a vitalidade de uma estrutura construtiva. Elas asseguram a função básica de suporte de toda a carga do edifício.

Pese embora as consequências do terramoto de 1755, as investigações acerca deste edifício levam-nos a concluir que neste caso a função foi devidamente cumprida, nada nos levando a pôr em causa a solidez para que eram estudadas as fundações cistercienses.

A confirmar esta observação está a planta rectangular da nave ocupando a totalidade do coro das monjas no séc. XIII e indicando-nos que as fundações se mantiveram, muito embora suportando agora a carga de um sistema estrutural construtivo diferente do anterior.

Assim, presume-se que estas sejam fundações directas, contínuas de grandes blocos de pedra calcária, talhada e sobreposta, à semelhança da técnica utilizada na mesma época para as paredes resistentes, e cuja montagem vem do terreno firme.

5.1.2.2. Pavimento

O pavimento desta nave é revestido com blocos de pedra de grandes dimensões.

Apresenta duas zonas distintas: uma zona de cota mais elevada e correspondente à área anteriormente ocupada pelas naves colaterais e à área do fundo junto ao acesso do antigo coro; e uma zona de cota mais baixa, correspondente à área central.

A zona de cota mais elevada corresponde à época primitiva e é revestida a lajetas de pedra calcária à semelhança da cabeceira. Nesta zona ainda permanecem as pedras tumulares de alguns enterramentos aqui efectuados.

A zona de cota mais baixa correspondente à zona central da nave e transepto é mais recente e apresenta-se revestida a pedra mármore e basalto, que, na sua cor branca, rosa e preta forma um desenho geométrico que, com as figuras de triângulo e de quadrado, constituem um xadrez (Fig. 5.32).

Estas duas zonas estão separadas por uma balaustrada de madeira.

5.1.2.3. Estrutura

Estruturalmente esta nave é constituída por pilares ligados entre si por arcos, que suportam uma abóbada abatida (Fig. 5.21).

Estes pilares são de pedra mármore sobreposta, aparelhada e amaciada, de grandes dimensões, onde apoiam 6 arcos de volta inteira de cada um dos lados da nave, e também da mesma pedra. As juntas entre estas pedras dão a esta construção um aspecto que está associado à restante decoração e com resultados de certa frieza insólita, quando em presença de uma cabeceira com a sobriedade do gótico.

Todo este sistema estrutural é aparente e ressalta dos seus paramentos de preenchimento cujo tratamento é diferenciado. Toma assim o aspecto de arcaria ritmada por pilastras de pedra com base e capitel toscano ligados por arcos de volta inteira (Figs. 5.23 e 5.25) não ogivais como no período gótico da cabeceira.

Na parede de fundo desta nave, o ritmo dos pilares é alterado, dando lugar a uma estrutura constituída por três arcos abatidos para poder acompanhar simultaneamente a cota dos arcos laterais, mais pequenos e de volta inteira, e a cota da abóbada em arco abatido (Fig. 5.22).

Nos cunhais os pilares são reforçados, assumindo o aspecto de contraforte (Fig. 5.20), que remontam a construção do séc. XIII.

Verifica-se que os pilares da actual estrutura ocupam a posição dos pilares de origem (séc. XIII) que formavam os 6 tramos do corpo da igreja, destinado ao coro das monjas, esta com um total de 12 tramos, segundo o plano cisterciense. Os restantes 6 formavam a zona do coro das conversas.

Estas arcadas (Fig. 5.23), estão preenchidas com panos de alvenaria de pedra calcária irregular (Fig. 5.24), natural, ligada com argamassa à base de argila, areia e cal, que associados a esta estrutura asseguram o travamento e a solidarização global da construção. Esta alvenaria depois de rebocada é caiada, para ser novamente preenchida com altares de talha ou para nela se abrirem vãos de comunicação. Surgem-nos assim quatro altares de talha barroca, dois de cada um dos lados da nave, e na zona superior os vãos de abertura formam tribunas com balcões com balaústres de madeira, em comunicação directa com o interior da nave. Apenas uma cortina de veludo vermelho que cai por detrás da guarda de balustres assegura o isolamento.

5.1.2.4. Vãos

Actualmente o acesso a esta igreja faz-se ainda pelo pórtico principal, ou aquele que terá sido também o acesso principal e primitivo deste espaço de culto.

Este vão é preenchido com duas folhas pivotantes de madeira maciça, almofadada, chapeada nas suas faces interiores, e com ferragens de fabrico artesanal (Figs 5.28 a 5.30). Estas duas folhas, devido à grande dimensão estão subdivididas em duas folhas mais pequenas que funcionam como postigo, mas com as dimensões de uma porta.

O acesso à igreja, pelas actuais dependências do Instituto faz-se através de uma porta que ocupa a posição da antiga ligação com o coro das conversas, na parede oposta à cabeceira, no topo do poente desta nave (Fig. 5.26).

Esta porta é em arco de volta inteira, e também de duas folhas pivotantes, mas com bandeira fixa, em madeira almofadada. É na sua estrutura trabalhada com incrustações de mármore branco e rosa, basalto e também brecha da Arrábida. Está ladeada de colunas jónicas de base ática, decoradas com estas pedras (Fig. 5.27).

Ainda na empena de fundo e lateralmente a esta porta, encontramos à sua esquerda, um outro vão, em arco de volta inteira, emoldurada com pilastras toscanas e entabelamento encimado por frontão trabalhado de volutas. À direita encontramos um outro vão, também em arco de volta inteira, mas emoldurados por colunas jónicas e entabelamento, encimadas por frontão triangular coroado no timpano, onde se encontra a lápide do Túmulo de Guiomar de Noronha.

Estas dois vãos não apresentam como o anterior, portas com folhas de madeira, mas estão entaipadas por um pano de alvenaria rebocado e caiado, que se esconde por detrás de uma cortina de veludo vermelho.

Aparentemente nada deixa perceber que estes vãos não estão a exercer a sua função de capela ou de passagem, e qualquer visitante que por elas queira passar, só o percebe quando levantar a cortina que suavemente nos deixaria livre o caminho a outra zona da igreja, que seria o Coro das Conversas, no séc. XIII.

As restantes portas, sempre enquadradas nos arcos estruturais, são também em madeira, mas por se tratarem de portas secundárias a sua presença não é relevante.

Esta nave é iluminada por 4 das 6 lunetas atrás descritas e por uma rosácea com 2,50 metros de diâmetro, na fachada nascente.

À semelhança do que acontece com as lunetas, uma outra rosácea no topo oposto da nave, na parede poente, assegura a simetria do conjunto mas não tem funções de iluminação.

Toda a caixilharia é de ferro com desenho reticulado simples, com acabamento a esmalte e com aplicação de vidro incolor transparente.

5.1.2.5. Tecto e Cobertura

Sobre esta estrutura e como tecto desta ampla nave apoia uma abóbada abatida revestida a argamassa caiada, com 6 lunetas, 3 em cada extradorso.

Embora a função destas lunetas seja a iluminação, duas destas são cegas devido à existência de outros volumes de construção adjacentes, no entanto elas estão presentes apenas para dar uma configuração simétrica à cobertura.

Estas lunetas são em abóbada secundária com forma cilíndrica que intersectam a abóbada principal abatida perpendicularmente ao seu eixo (Figs. 5.21 e 8.2).

A cobertura deste tecto em abóbada e de todo este volume de construção é resolvida em telhado de duas águas com estrutura de madeira de pinho, revestida com telha cerâmica portuguesa, argamassada e telha romana em canais.

O escoamento das águas pluviais faz-se em queda natural, através de beirado com sub-beira de descarga adoçada.

Telhões cerâmicos fazem o remate na cumeeira desta cobertura.

5.2. CLAUSTRO

Este espaço mantém características construtivas de diferentes épocas, como já vimos, pois remontam a diferentes períodos de construção (Figs. 4.2 e 4.28).

Para além destes aspectos de natureza construtiva e arquitectónica, consoante as várias épocas de construção a que o claustro foi submetido, outros aspectos decorativos que a pouco e pouco foram acrescentados, ao gosto das abadessas e outras freiras, vão alterando a sua imagem inicial. Estas utilizavam os seus dotes avultados ou a sua larga fortuna para financiarem as mais variadas obras, algumas grandiosas e das quais ainda restam alguns vestígios.

Todo o sistema estrutural é constituído por uma arcaria reforçada por botaréis que suporta as abóbadas. As arcarias das duas épocas de construção são diferentes e a elas estão ligadas marcas arquitectónicas distanciadas no tempo, correspondendo a cada uma delas, a características construtivas diferentes e, igualmente, diferentes cotas de pavimento.

5.2.1. Fundações

Supõe-se que as fundações do claustro tenham origem na época de construção inicial. Assim, pelas características da construção, no que resta dos sécs. XIII/XIV, somos levados a pensar que se trata de fundações directas, constituídas por grandes blocos de pedra talhada, sobrepostas com uma profundidade até ao terreno firme, por forma a assegurar a robustez que esta construção ainda hoje aparenta.

5.2.2. Estrutura

Nas alas sul e poente o sistema estrutural é constituído por abóbadas nervuradas, que descarregam em botaréis.

As alas norte e nascente apresentam um sistema constituído por pilares de pedra, que suportam arcos de volta inteira, onde apoiam as abóbadas de arestas que formam os vários tramos das galerias. Esta estrutura é reforçada por botaréis, em que descarregam as abóbadas.

Os botaréis têm características diferentes consoante as duas épocas de construção do Claustro (Figs. 5.33 a 5.36).

Assim, uma estrutura em arcos de volta inteira, conjuntamente com os botaréis suporta as abóbadas da cobertura.

Todas as galerias são constituídas por cinco tramos à excepção da galeria sul que é formada por quatro tramos, surgindo-nos assim apenas três botaréis nesta zona, em que o central é mais robusto, assegurando-se assim a solidez de todo o sistema.

5.2.3. Cobertura

Como protecção de todo este sistema estrutural construtivo, temos um tratamento em terraço utilizável.

O extradorso das abóbadas é preenchido com um material de enchimento, regularizado, e que não deverá ser muito pesado; revestido com tijoleira cerâmica aplicada sobre argamassa pobre.

Sobre esta tijoleira foi aplicado “silicone” transparente para evitar infiltrações.

As abóbadas assumem aspectos diferentes, consoante a época de construção. Assim, nas abóbadas das galerias sul e poente são visíveis as nervuras estruturantes em pedra chanfrada, cujo fecho é de decoração figurativa. Estas nervuras das abóbadas apoiam em mísulas troncónicas, na zona dos botaréis.

Nas galerias norte e nascente as abóbadas são de arestas simples.

5.2.4. Revestimentos

Como revestimento de todo este espaço está aplicado o reboco de argamassa de cal e areia ao traço 1:3, caiado. Para o capeamento dos muros e bancos é utilizada a pedra. A toda a extensão da parede interior do claustro podemos ver lambris de azulejo de composição seiscentista, azul e branco, de decoração geométrica, tipo enchaquetado. As cercaduras destes azulejos são com anjos e flores, em azul, branco e amarelo.

Na varanda, sobre os lanços primitivos conserva-se um friso de azulejos “tipo enchaquetado”, similar aos que foram aplicados no lambrim das paredes. Refira-se apenas a particularidade de que nesta zona primitiva do claustro, o tipo de azulejos é o mesmo, apenas difere na cor. Este mesmo friso encontra-se igualmente na parte inferior do banco que corre o Claustro da Leitura. Estes bancos, onde as freiras se sentavam para ouvir as leituras, são revestidos de grandes lajes de pedra calcária.

O pavimento mantém as características iniciais, sendo constituído por grandes lajes de pedra calcária, à semelhança da utilizada na cabeceira e naves colaterais da igreja; estando à cota mais elevada nas alas sul e poente. Simultaneamente, com as lajes em pedra são observáveis ainda pedras tumulares com inscrições.

Observam-se, também, ralos no pavimento do claustro, com a função de escoamento das águas pluviais ou provenientes de lavagens.

5.2.5. Vãos

Entre as portas que hoje se abrem para este espaço, surge-nos com especial relevância aquela que ocupa o espaço de acesso ao coro. É actualmente de madeira maciça, almofadada, formada por duas folhas. As ferragens da porta apresentam modelos tradicionais em

consonância com a construção. Outras de menos relevância, com decoração da época, também manuelina, ainda estão presentes.

Para além dos vãos existem outros em que os elementos da caixilharia são necessariamente muito actuais, mas nem por isso, devem deixar de merecer aqui a nossa atenção, pelo seu valor funcional e decorativo.

Os elementos de caixilharia presentes neste espaço são de madeira de casquinha pintada a esmalte. As janelas são de duas folhas, com seis chapas de vidro liso e incolor.

5.2.6. Cantarias

Dos elementos decorativos que ao longo dos tempos foram enriquecendo o claustro, contam-se elementos de cantaria, alguns ao gosto do séc. XVI, aplicados no contorno de portas e janelas, utilizando como material, a pedra calcária amaciada.

Os elementos de cantaria, deste claustro, integram-se harmoniosamente neste lugar, que apesar de hoje já não manter as funções para que foi criado, mantém a mesma nobreza e valor espacio-cultural. A beleza decorativa está igualmente presente nos capitéis correspondentes às alas primitivas, pois são decorados com volutas e flores (Fig. 4.11).

5.2.7. Serralharias

O terraço que cobre as galerias do claustro tem como guarda, um gradeamento de desenho simples com prumos rectilíneos em ferro.



Fig. 5.1 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Blocos de pedra calcária, constituintes da parede da cabeceira.

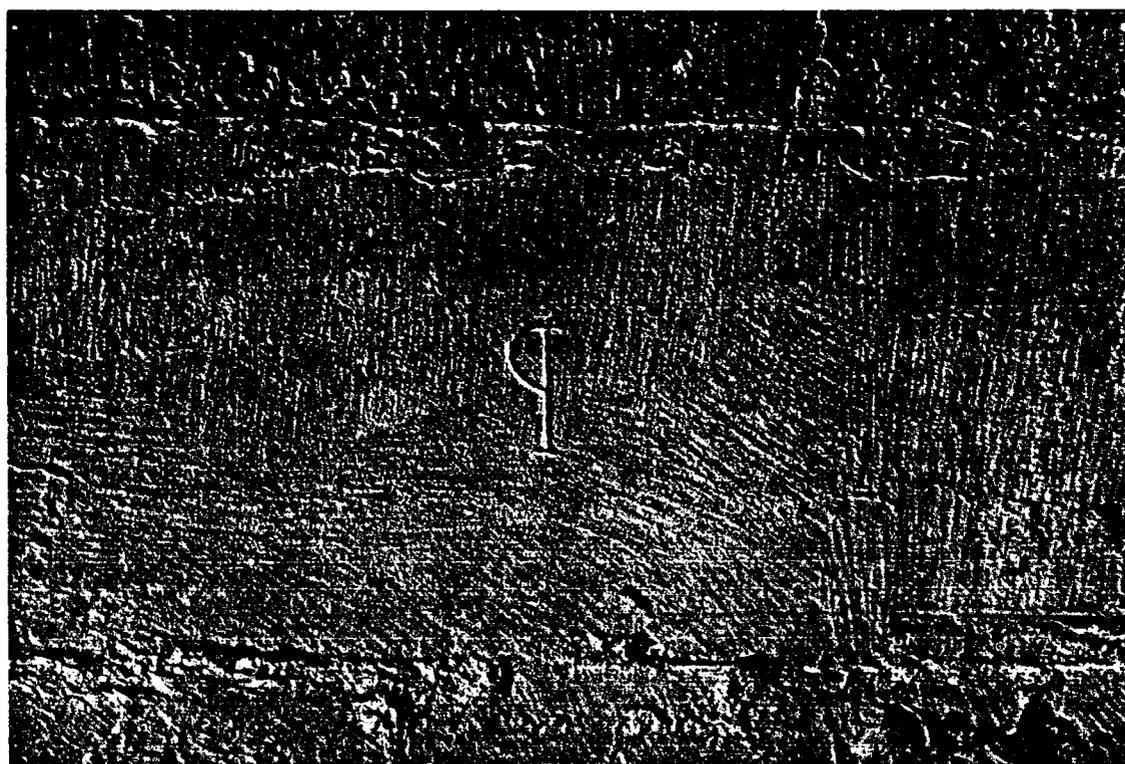


Fig. 5.2 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Marca de canteiro na parede da abside.

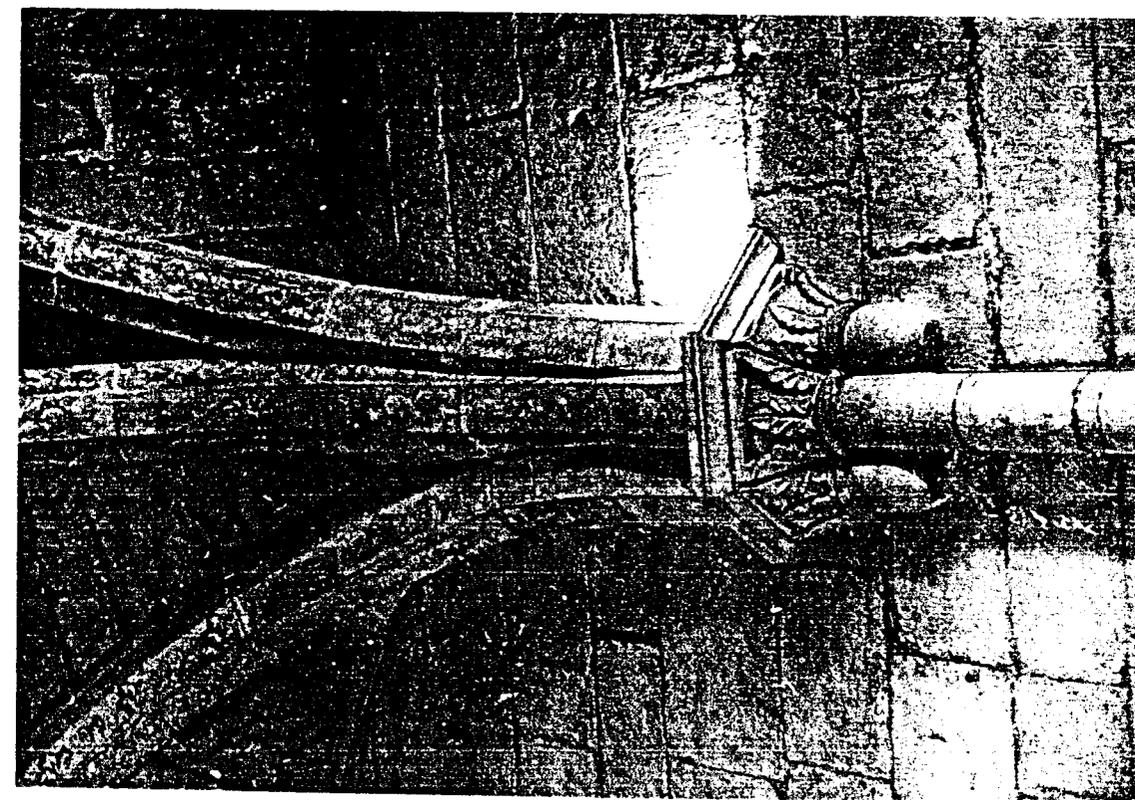


Fig. 5.3 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas, Igreja.
Capitel e mísulas troncónicas na abside.

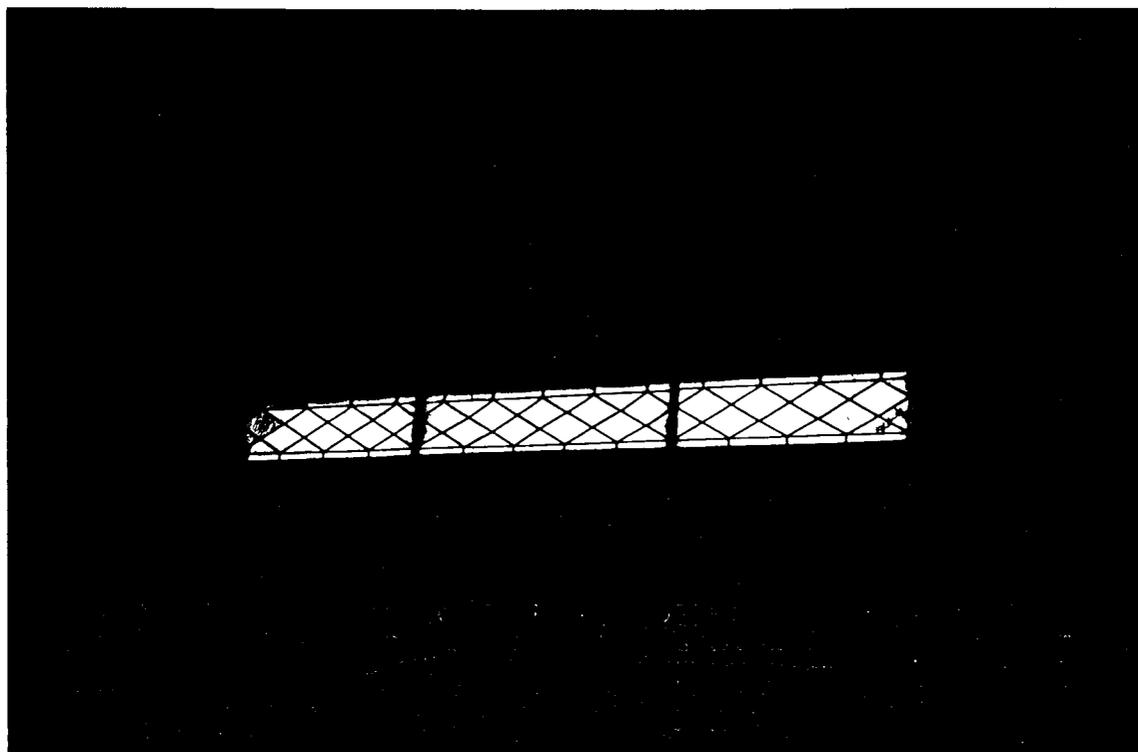


Fig. 5.4 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas, Igreja.
Colunas no absidiolo.

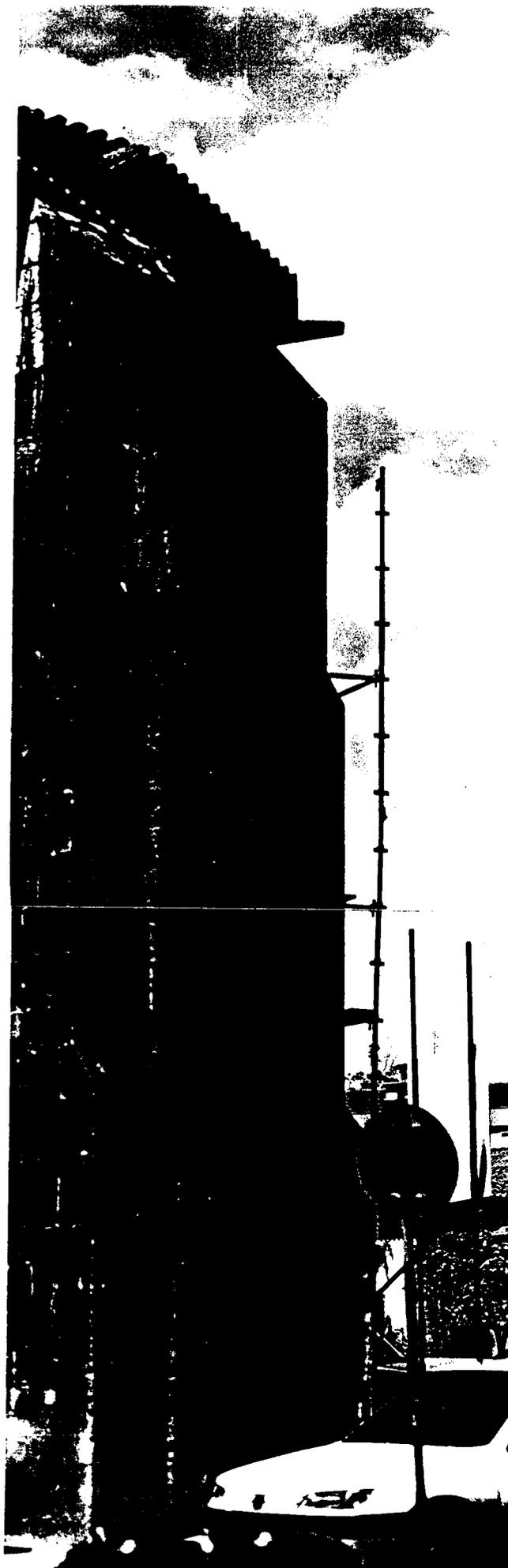


Fig. 5.5 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Botarécus da abside.



Fig. 5.6 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Abóbada da abside.



Fig. 5.7 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Abóbada do absidiolo sul.

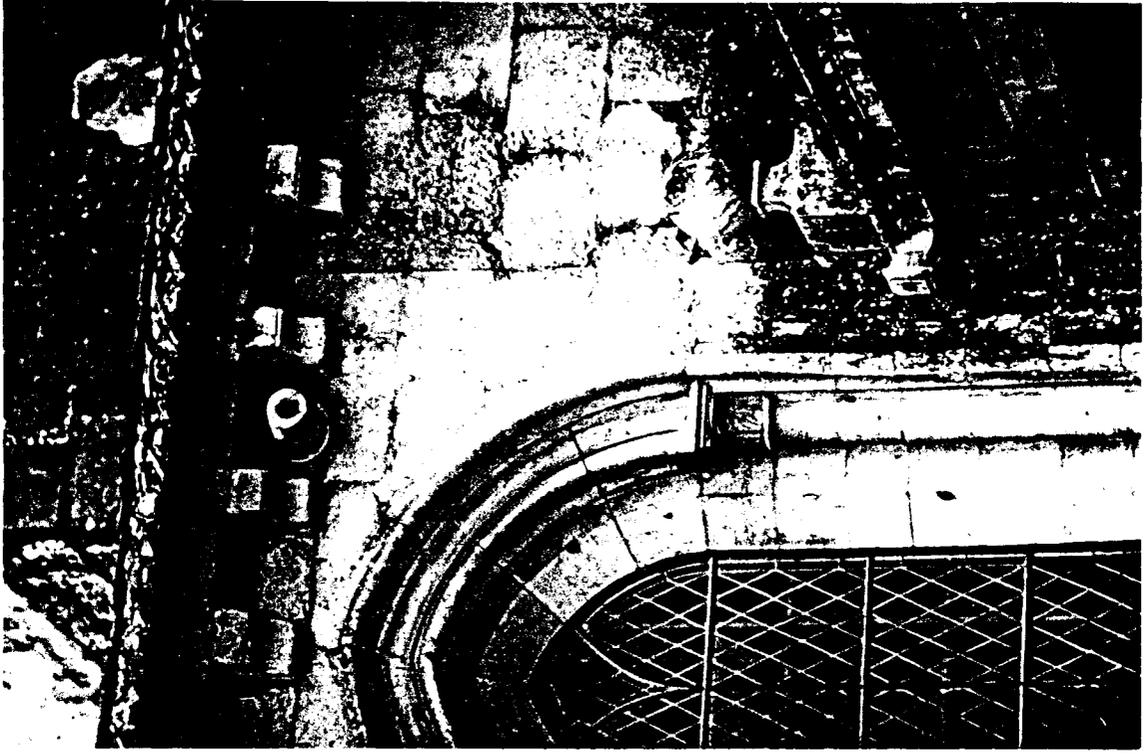


Fig. 5.9 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Remate de cobertura e gárgolas na Capela D.Filipa e no alpendre da entrada.

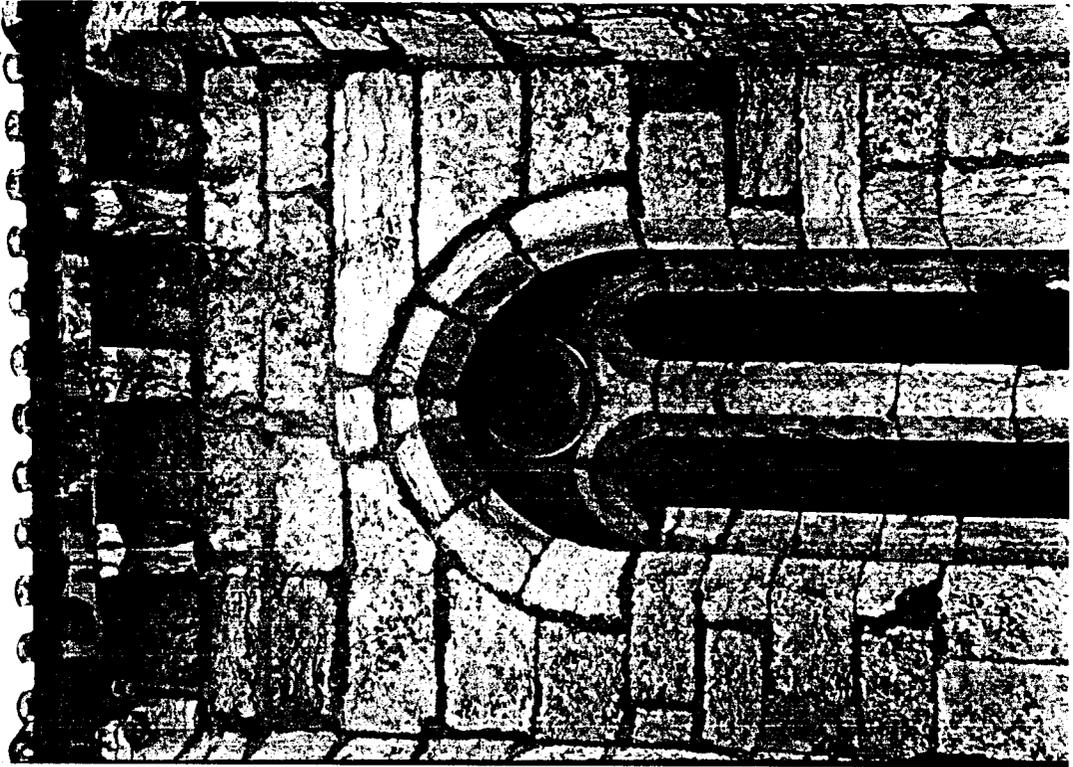


Fig. 5.8 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas, Igreja. Remate de cobertura e janela lateral na abside.

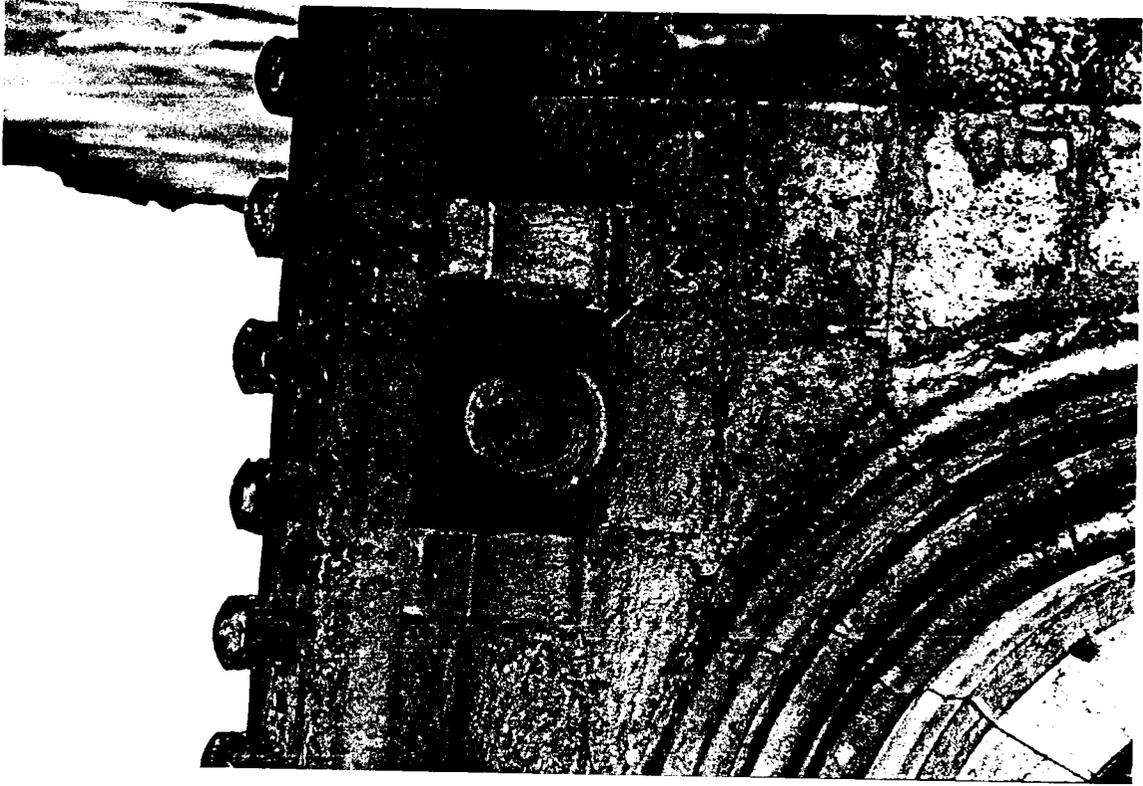


Fig. 5.11 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Gárgula na Capela de D.Filipa.

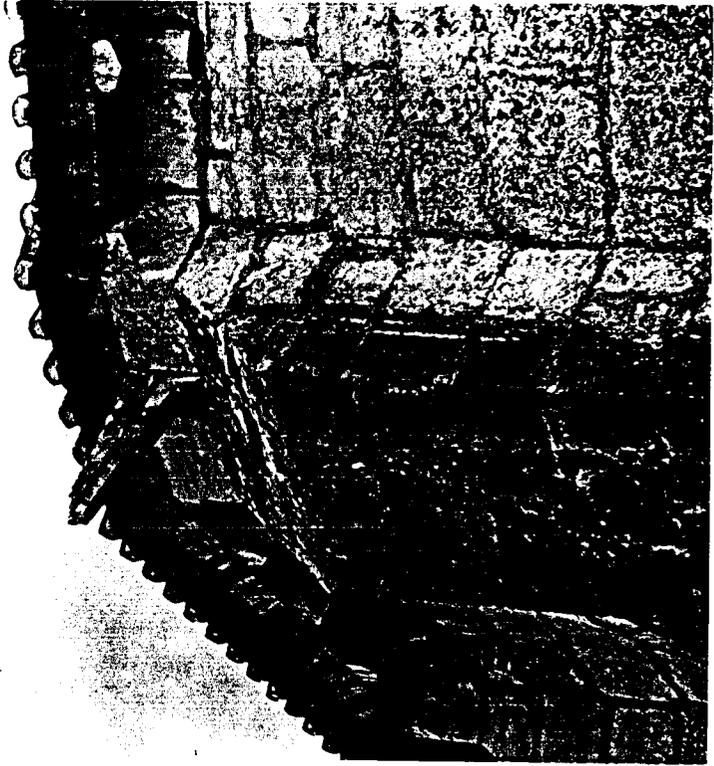


Fig. 5.10 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Gárgula na cabecceira.



Fig. 5.12 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Janelas da cabeccira.

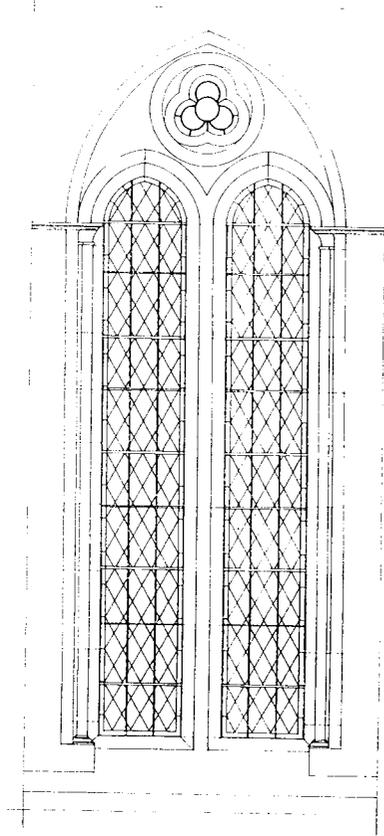


Fig. 5.13 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Janela central da abside.

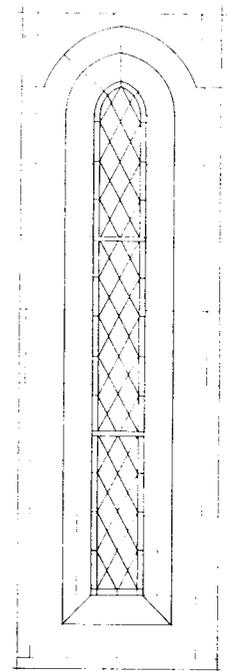


Fig. 5.14 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Janela do absidiolo.

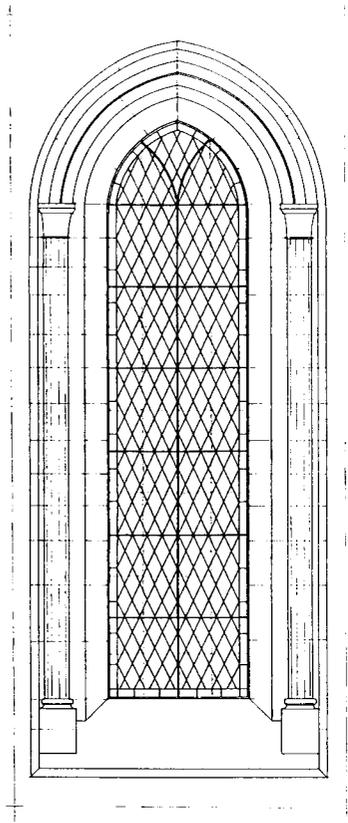


Fig. 5.15 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Capela de D. Filipa. Janela a norte.

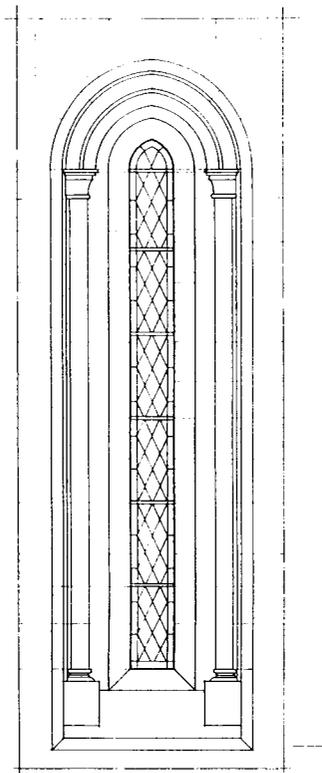


Fig. 5.16 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Capela de D. Filipa. Janela a nascente.



Fig. 5.17 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Capela de D.Filipa. Pormenor da janela a norte.

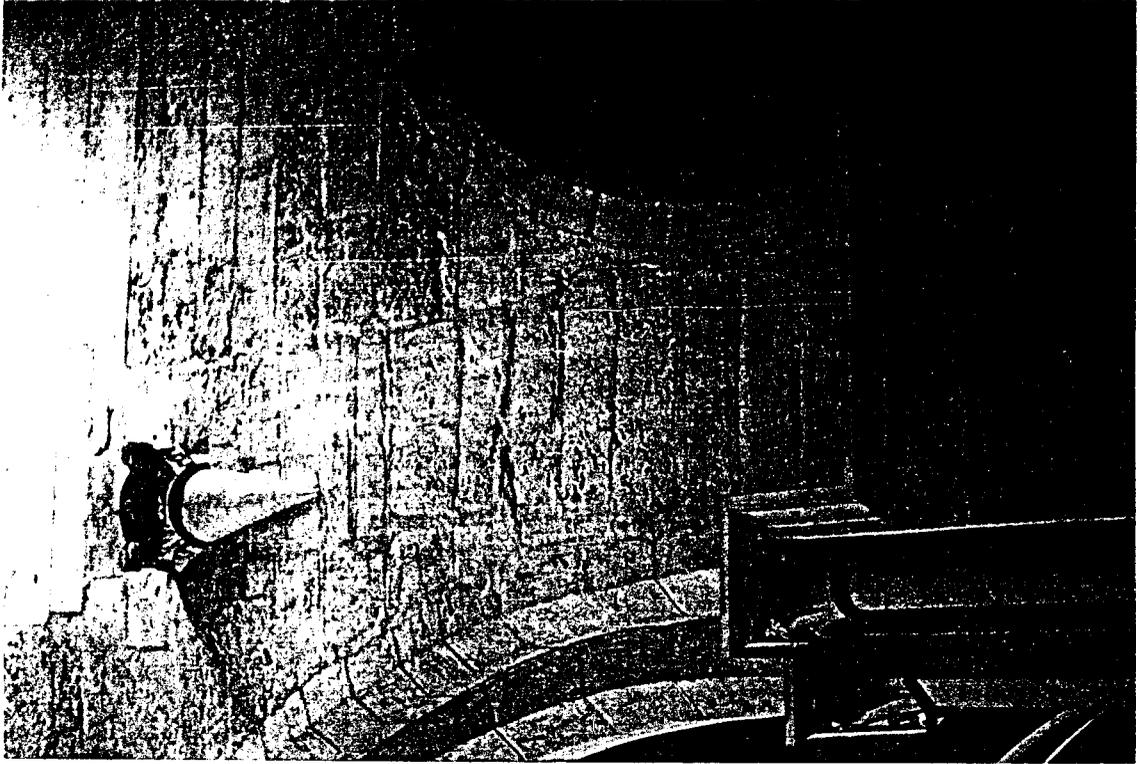


Fig. 5.19 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja.
Pormenor de ligação da Cabeceira com a nave.

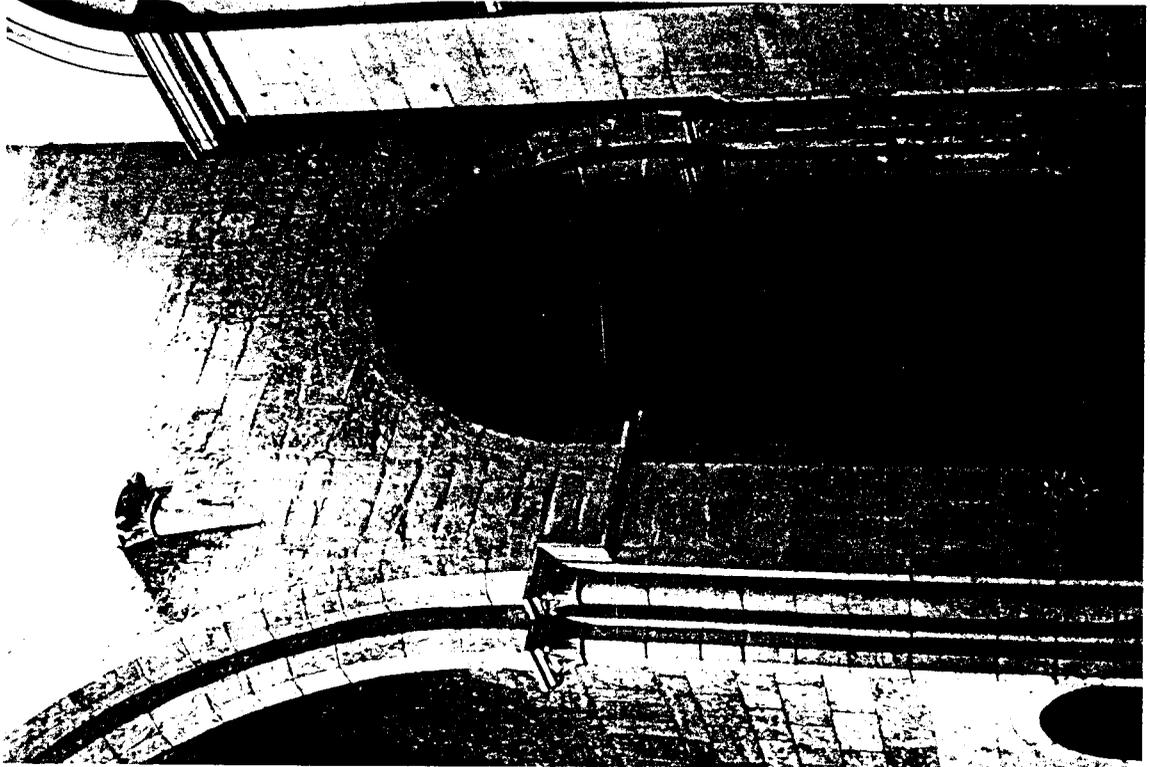


Fig. 5.18 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja.
Ligação da cabeceira com a nave. Arco ogival no absidiolo e misula troncónica.

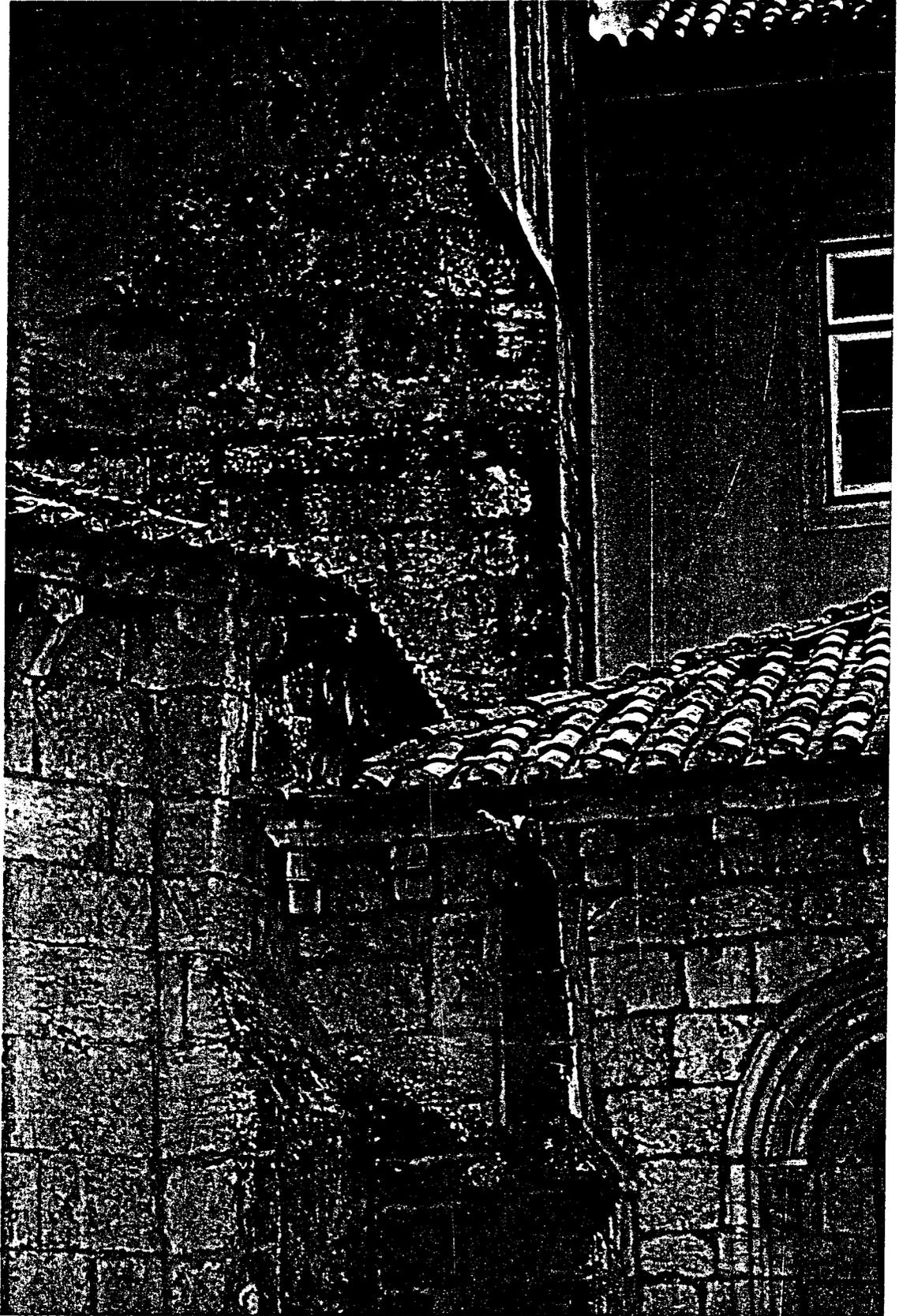


Fig. 5.20 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Pormenor do botaréu na nave da igreja.



Fig. 5.21 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Cobertura em abóbada da nave.

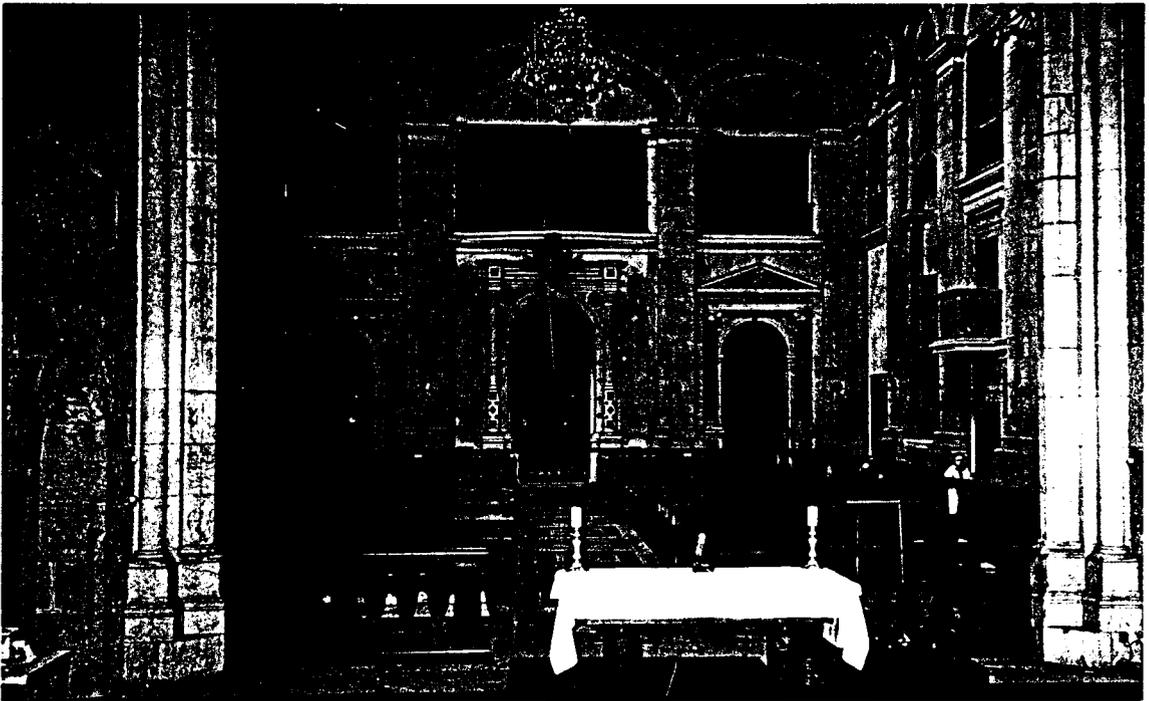


Fig. 5.22 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Vista do interior da nave.



Fig. 5.23 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Parede lateral da nave da igreja.

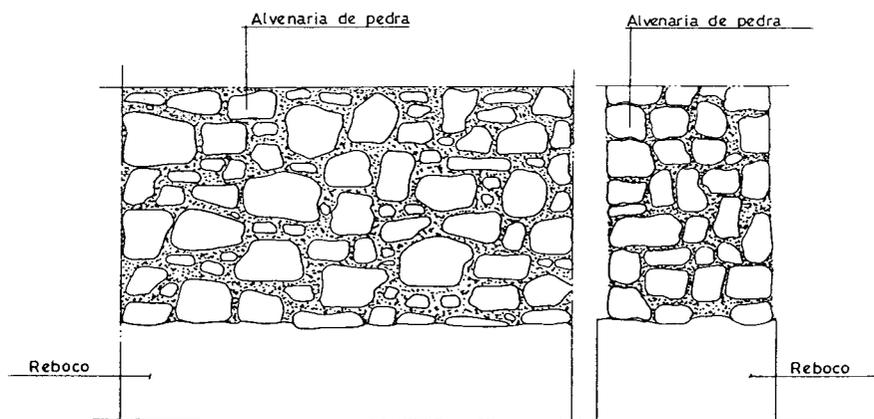


Fig. 5.24 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Esquema da constituição da parede de alvenaria da nave da igreja.

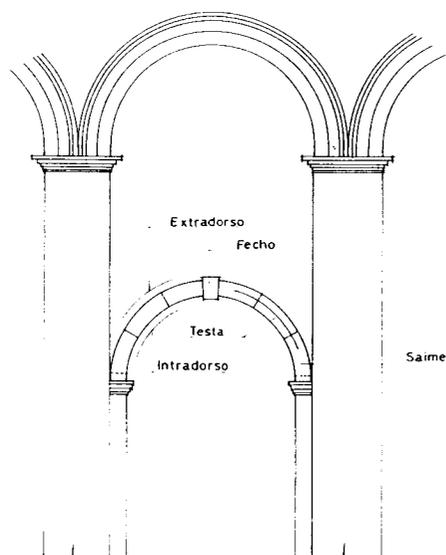


Fig. 5.25 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Esquema do arco estrutural das paredes laterais da nave da igreja.

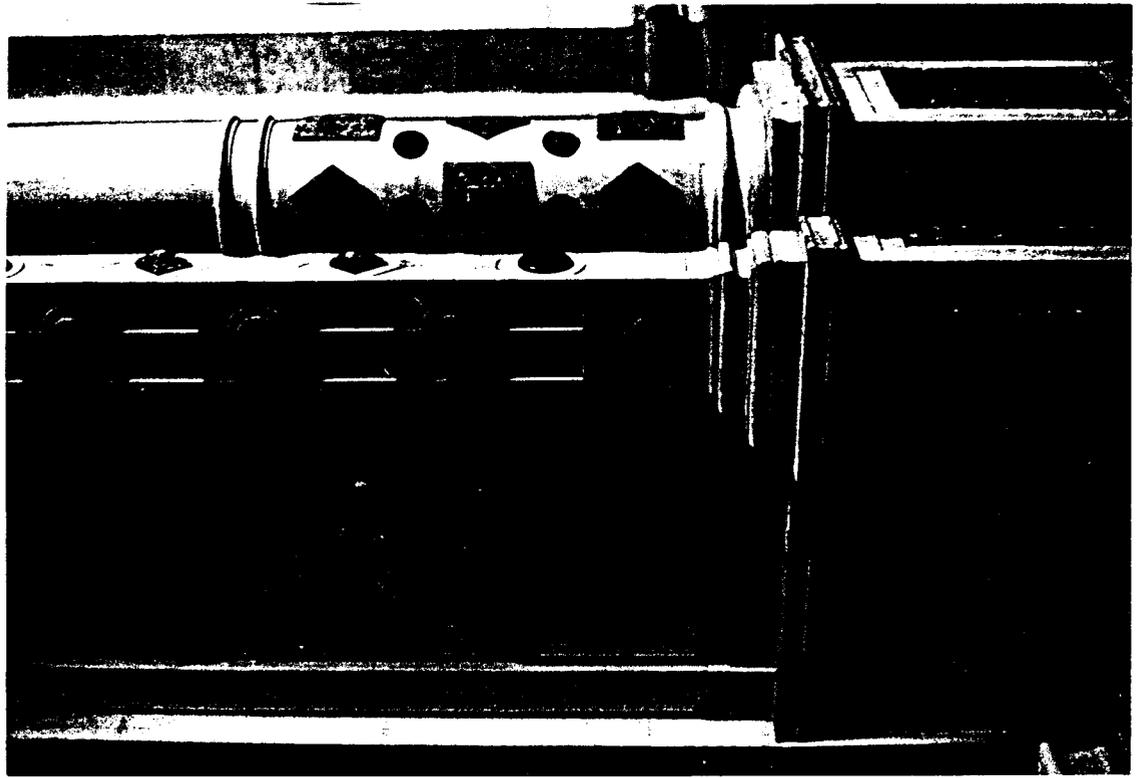


Fig. 5.27 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Pormenor do portal na parede de fundo da nave da igreja.

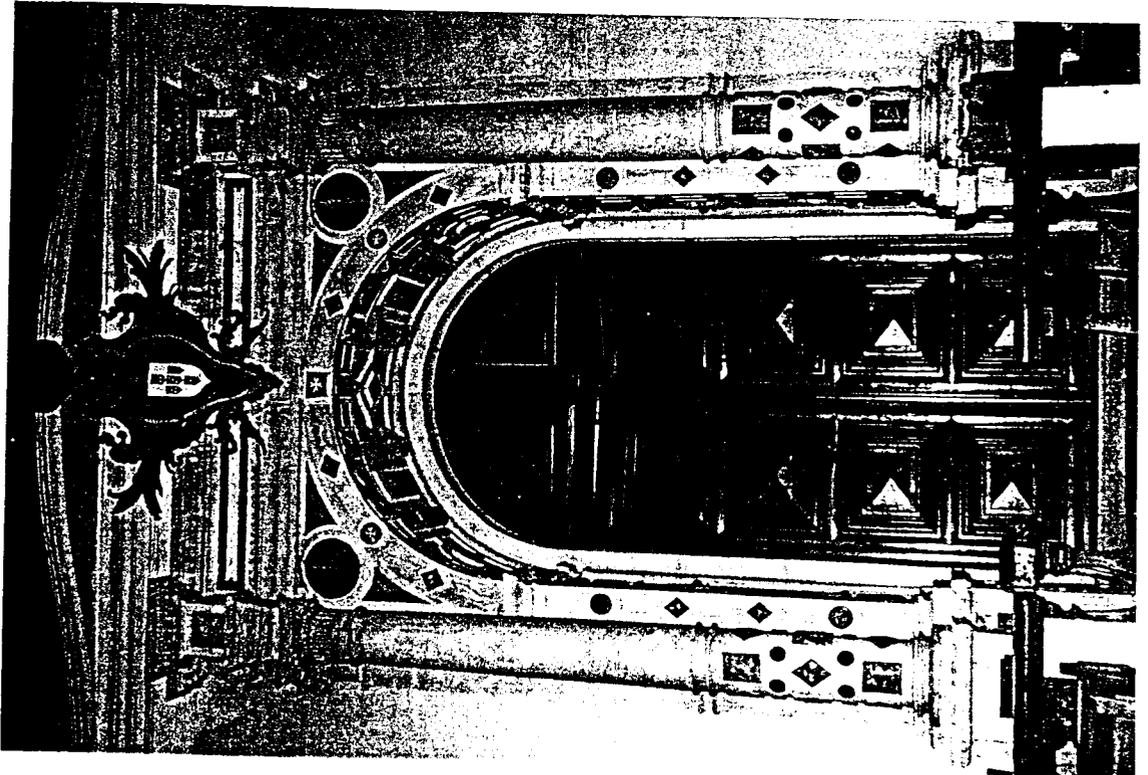


Fig. 5.26 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Portal na parede de fundo da nave da igreja.

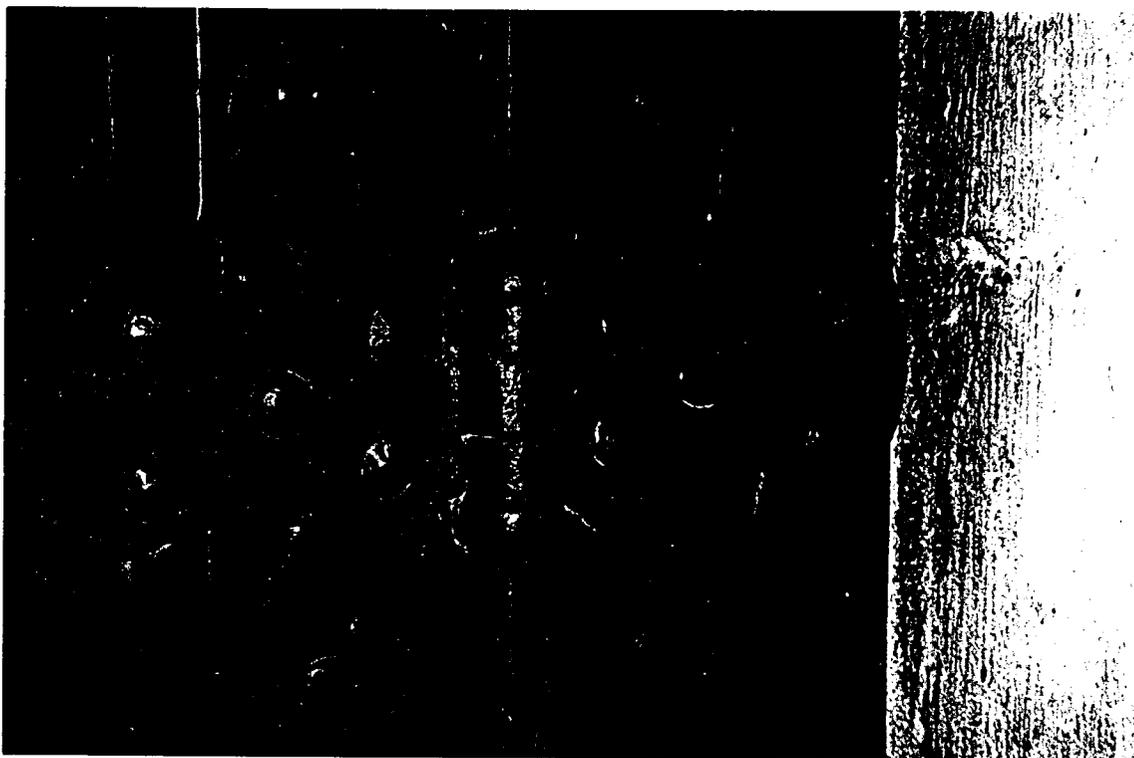


Fig. 5.28 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Pormenor de dobradiça no pórtico.

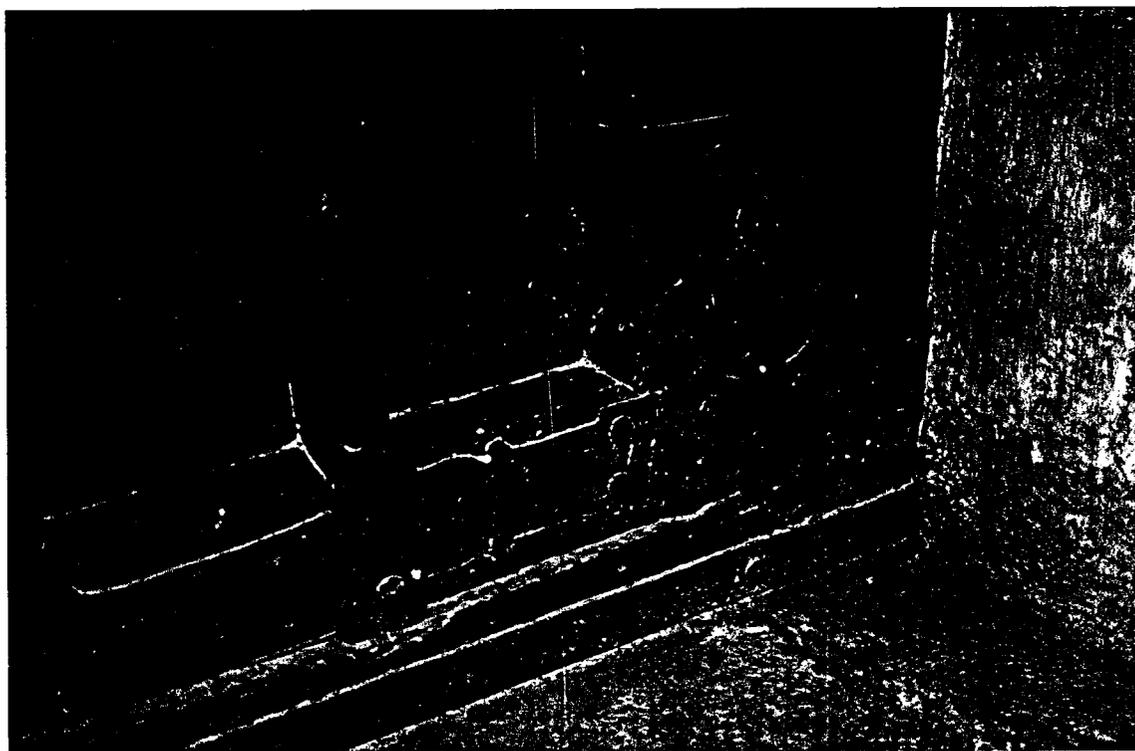


Fig. 5.29 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Dobradiça e chapeamento no pórtico.

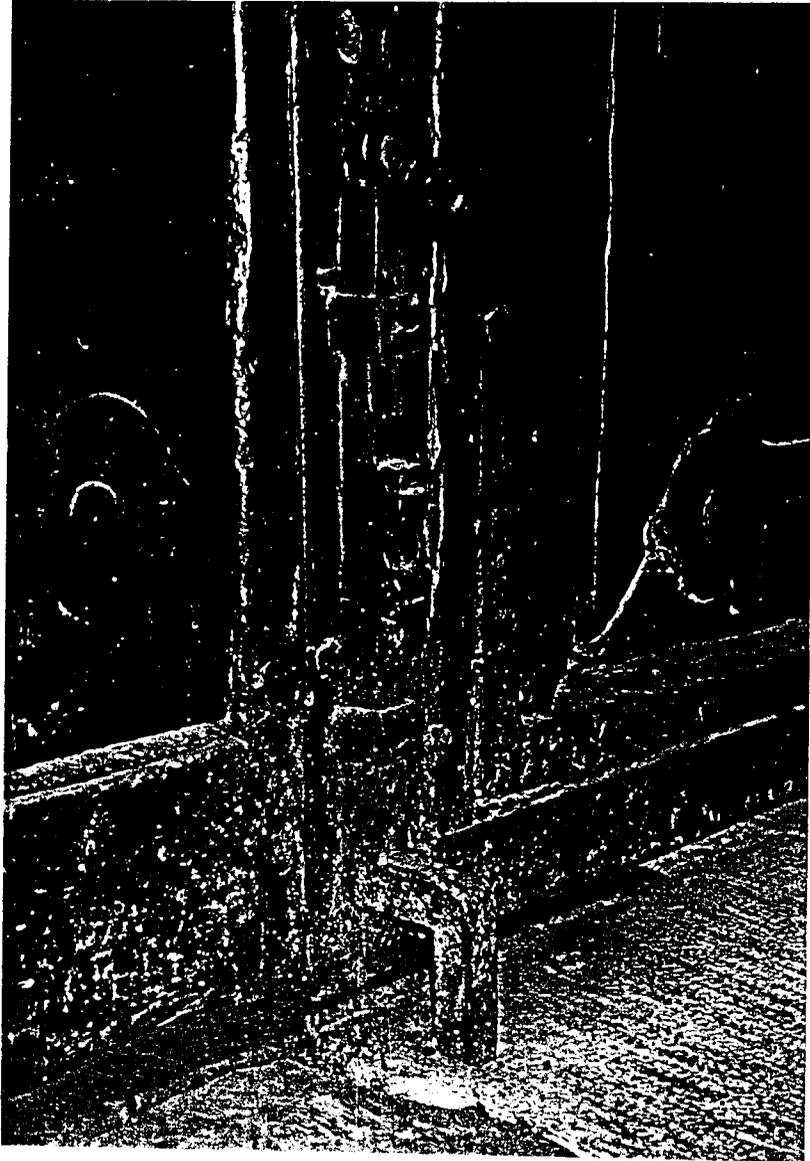


Fig. 5.30 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas.
Ferrolho no pórtico.

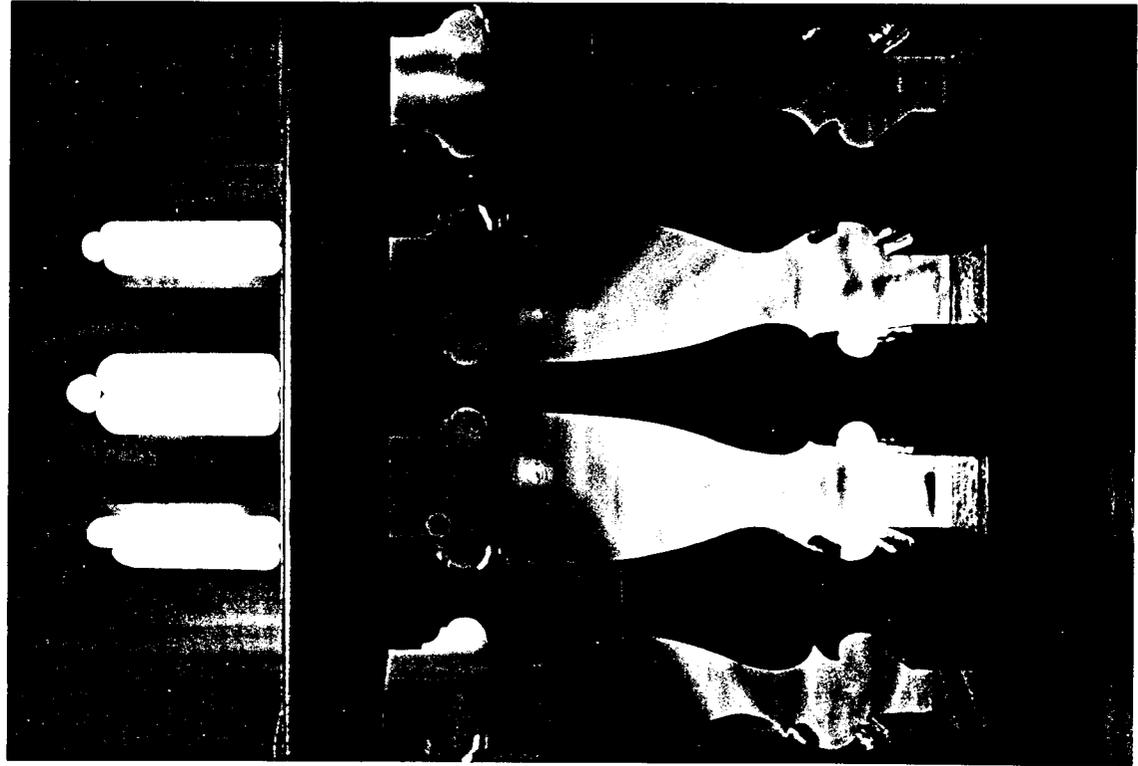


Fig. 5.31 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Balaustres de madeira na nave da igreja.

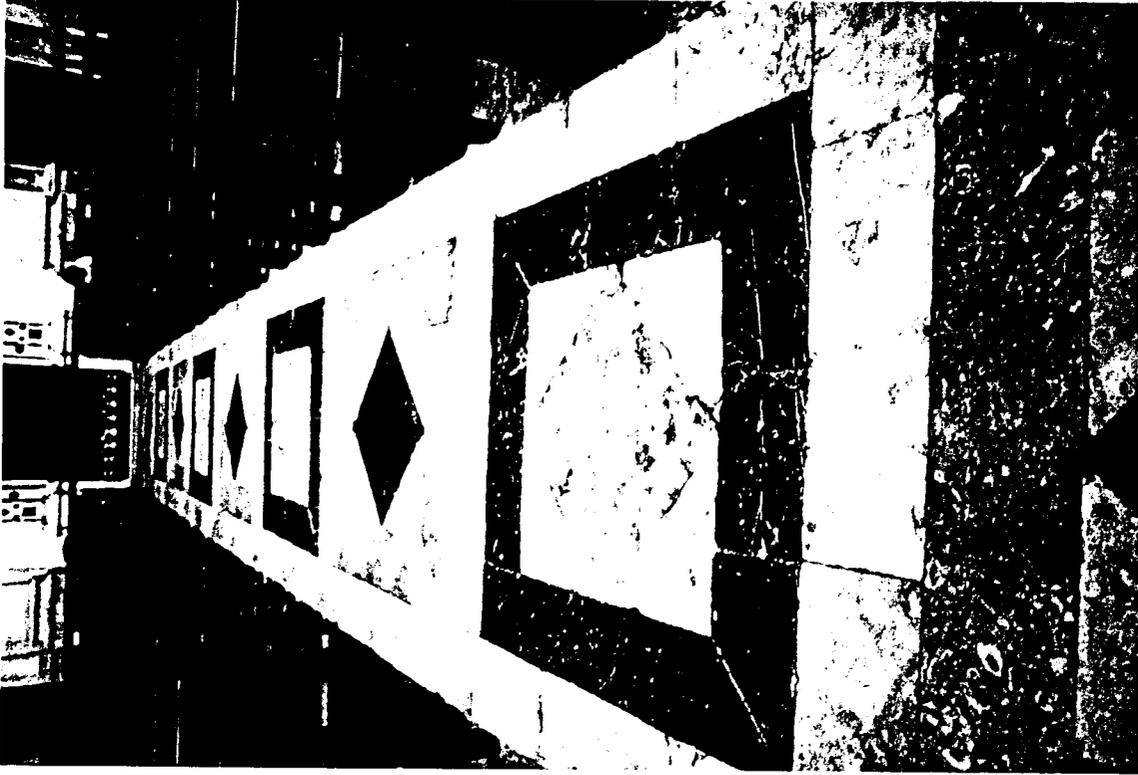


Fig. 5.32 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Pavimento da nave da igreja.

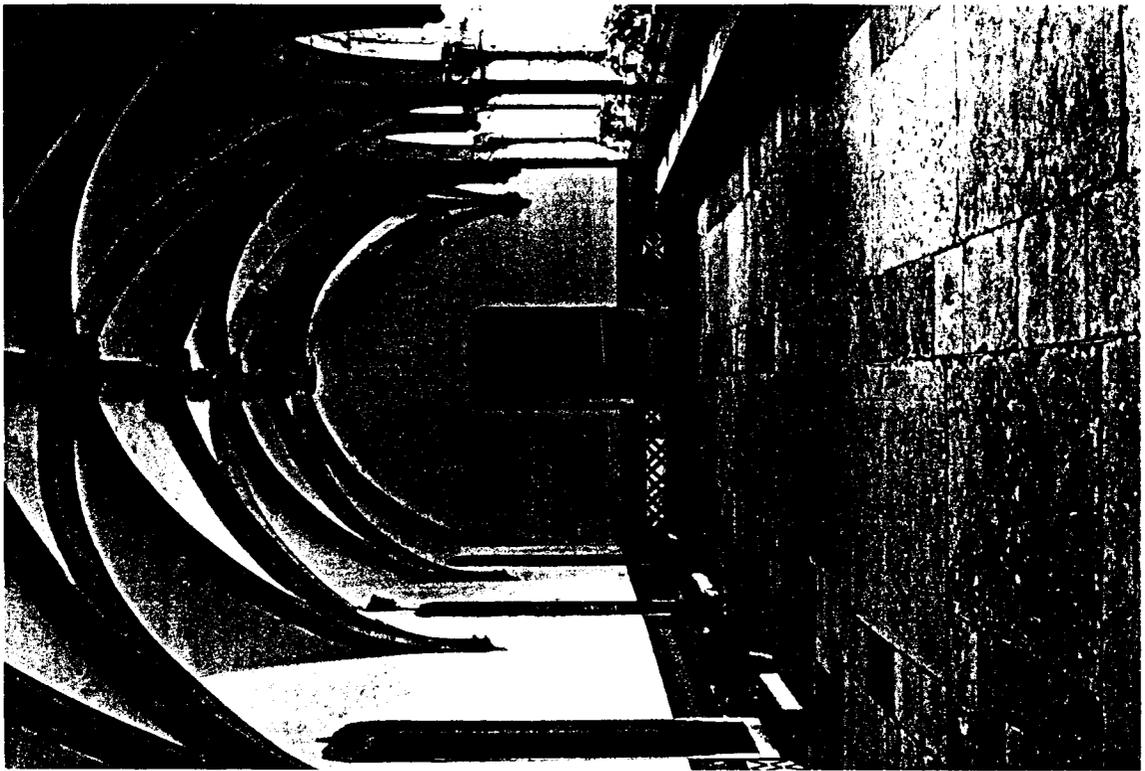


Fig. 5.33 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Ala sul (da Leitura).

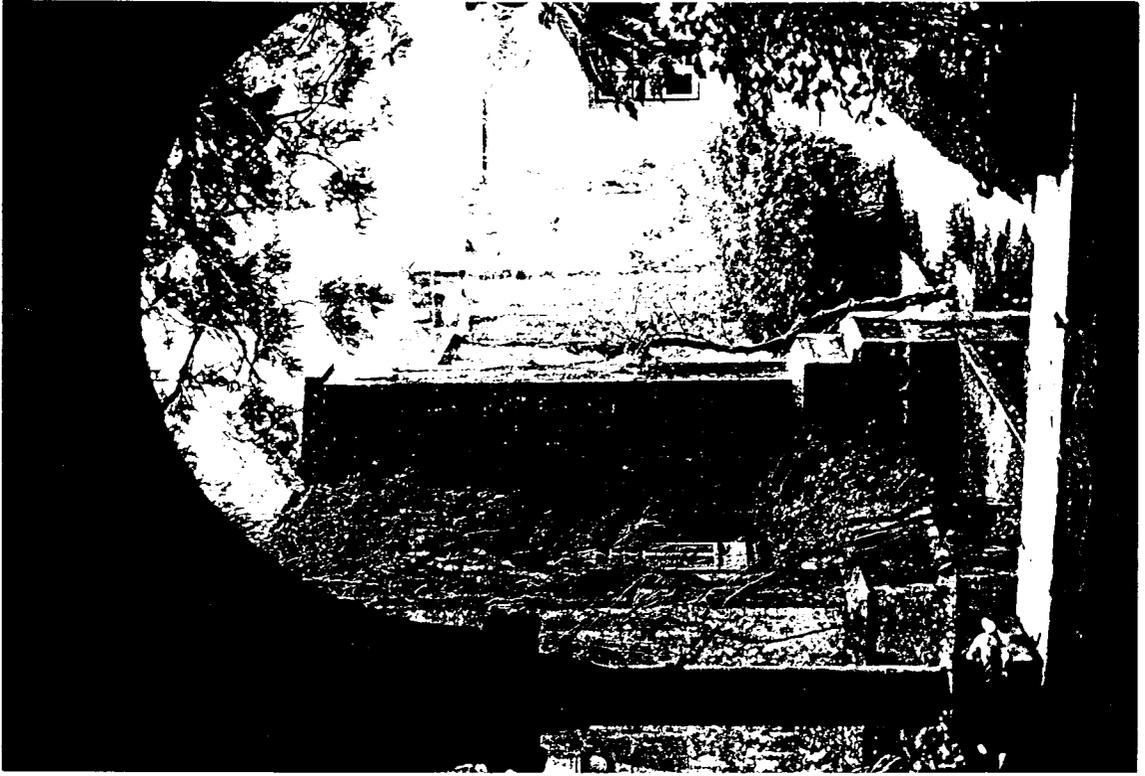


Fig. 5.34 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Coluna e botaréis no Claustro Novo.



Fig. 5.35 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Ala nascente (do Capítulo).



Fig. 5.36 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Botaréis no Claustro Novo. Ala nascente (do Capítulo).

NOTAS

(1) FIGUEIREDO, A.C. Borges - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889, in pág. 156.

6.1. AS ROCHAS UTILIZADAS

Como já se referiu podemos considerar a pedra o material fundamental na construção desta Igreja, que se encontra, quer não aparente, constituindo o material que juntamente com a argamassa forma a alvenaria das paredes, ou que serve de enchimento, quer aparente, recaindo sobre estas a nossa observação.

Como material que é deixado aparente, ele exerce funções estruturais, de revestimento e estéticas e/ou decorativas.

Como já referimos, a presença da pedra impera na cabeceira desta igreja. Ela é o material por excelência desta construção, em que foi utilizada a matéria prima existente na zona, o lioz de Loures.

Relativamente à nave da igreja, ela é estruturalmente constituída por um sistema de pilares ligados entre si por arcos formados de blocos de pedra de lioz, talhados com uma estereotomia que lhes permitirá exercer esta função.

Como material de revestimento, ela é aplicada em todo o pavimento, havendo uma zona mais antiga que contorna as paredes laterais e do fundo da nave, que é revestida a “lajetas” de pedra de lioz de várias tonalidades mas sempre em tons claros e amarelados.

Na zona de cota mais baixa e correspondente à zona central da nave, o pavimento é mais recente que o anterior e apresenta-se revestido a basalto preto de Odivelas e lioz que nas suas cores branca e rosa forma conjuntamente com o preto um desenho geométrico em que figuras triangulares e quadrangulares, constituem um xadrez.

Estas pedras utilizadas na estrutura e no revestimento são ainda utilizadas como trabalho decorativo associadas à brecha da Arrábida.

Encontramos ainda duas pias de água benta em forma de concha, trabalhadas em mármore branco estatuário de Vila Viçosa.

Verifica-se porém que os trabalhos, ainda que decorativos, de épocas mais anteriores, como sejam as lápides tumulares são também executadas com recursos às rochas existentes na zona.

Concluimos pois, como já se havia referido, que a rocha mais utilizada nesta construção, é a existente neste subsolo o que é uma atitude correcta em termos de comportamento do material aos agentes de deterioração.

6.1.2. Principais Características

As características destas rochas permitiram aqui, o seu largo emprego em situações vitais na durabilidade da obra, como sejam a estrutura e o revestimento do piso, este submetido a um desgaste permanente, ao qual é bastante resistente.

O Basalto Olivínico é uma rocha de origem vulcânica, com uma dureza apreciável, e é constituída por silicato de alumínio e cálcio, piróxeno e óxido de ferro.

O lioz de Loures é um calcário subcristalino do Turoniano Médio (Cretácico Superior), constituído por fragmentos rudistas (calcário recifal) muito fossilífero, ligados entre si por uma massa mais ou menos cristalina. É uma rocha com um bom comportamento na resistência à compressão, a seco e com gelividade. É uma pedra muito resistente à acção do tempo, de grande preferência na utilização de monumentos que se pretendem perpetuar.

A brecha da Arrábida é uma rocha sedimentar, formada pela aglomeração de fragmentos calcários de dimensões variáveis de diversas cores, reunidos por um cimento calcário mais ou menos ferruginoso. Embora formada de pequenos fragmentos diversificados é uma pedra muito homogénea e de belo aspecto decorativo. É de facto esta a utilização que aqui é dada a esta rocha que devido às suas características requer especial cuidado na sua aplicação, recomendando-se apenas o seu uso em interiores.

6.1.3. Principais Factores de Degradação

O grau de deterioração sofrido pelas pedras, depende de factores extrínsecos relacionados com o ambiente em que estas se encontram, factores antropológicos relacionados com a função e a acção dos homens sobre esse espaço e a factores intrínsecos relacionados com a natureza da própria pedra, com as suas características físicas, químicas e biológicas.

Relativamente aos efeitos do meio ambiente sobre a pedra, deverá, neste caso, haver especial cuidado com a humidade ambiente pois esta irá provocar mecanismos: de variação de volume por expansão diferencial devido a desigual conteúdo de humidade nos capilares e interstícios, por expansão da água de embebição dos minerais, por hidratação de impurezas, e por cristalização de sais; de dissolução ou reacção química na pedra, por dissolução dos ácidos formados sobre as paredes; e de actividade biológica, por ataque químico promovido por bactérias quimico-litotróficas, e por ataque químico e por erosão promovida por associações simbióticas e por plantas que penetram nas descontinuidades da pedra.

Estes perigos, também provenientes dos fenómenos de condensação, deverão ser evitados.

É de referir também, para além dos contaminantes do ar, as matérias existentes no solo e águas subterrâneas, nomeadamente, sais, que vão actuar por fenómenos de capilaridade, geralmente em presença de humidades.

Ao longo da sua história este monumento tem sido alvo de várias intervenções, perfiladas por atitudes que pretenderam responder às tendências da época, estas com algumas consequências negativas na respeitabilidade pela sua expressão cultural e histórica. Assim, surgem-nos pedras tumulares praticamente destruídas (ex. túmulo de D. Guiomar de

Noronha); pedras ligadas com argamassas demasiado fortes, as quais vão ter um efeito negativo na sua conservação, marcas deixadas que poderemos considerar de vandalismo. Não podemos pois neste caso, considerar que tenha havido respeito pela autenticidade deste monumento.

Embora a função que actualmente desempenha seja ainda aquela missão de culto que lhe esteve na origem, não queremos deixar de alertar, conforme já se referiu, para os perigos provenientes de uma atmosfera poluída com dióxido de carbono, este com efeitos sobre a superfície dos calcários.

Os factores intrínsecos estão relacionados com a composição mineralógica, com a textura e estrutura, com a porosidade, com a permeabilidade aos gases e à água, com a dureza e abrasidade, e com a tensão de rotura, características estas já mencionadas. Estes factores, naturalmente, dependem da capacidade que a rocha terá para responder às condições em que lhe é imposta a sobrevivência. Destes parâmetros dependerá a sua susceptibilidade aos agentes agressivos.

Destes fenómenos que acabámos de descrever e que se encontram nesta igreja podemos referir com maior relevância os factores relacionados com as filosofias que estiveram na base dos sucessivos restauros e respectivos atropelos sofridos pela pedra como consequência das atribulações pelas quais passou ao longo da sua história. Nestes factores incluímos ainda o desgaste a que são submetidas as pedras tumulares que revestem o pavimento, algumas cujo baixo relevo e inscrições já não são legíveis e a utilização de argamassas com base em ligantes bastante fortes, que provocam efeitos químicos sobre a pedra. (Fig. 6.1 e 6.2)

Chama-se ainda a atenção para a diferenciação do estado de conservação entre as duas pias de água benta, esculpidas em mármore de Vila Viçosa (Fig. 6.3 e 6.4). A pia localizada na zona de passagem dos fiéis apresenta um estado de deterioração mais avançado, já quase sem sinais do desenho esculpido, e com fragmentação ou esboroamento do bordo superior. Supõe-se que esta pia por estar no percurso dos fiéis é a mais intensamente utilizada com água, estando assim mais sujeita aos efeitos químicos, com ciclos de dissolução-recristalização de alguns sais.

Fenómenos de decaimento denotam os capitéis trabalhados, alguns destes de construção mais recente, já em substituição dos seus antecessores, talvez por apresentarem um elevado grau de decaimento por processo de pulverização, que os tornou irrecuperáveis.

Relativamente ao exterior do monumento, são mais evidentes os fenómenos de alteração da pedra de que é constituída a cabeceira da igreja, dependentes da deposição dos componentes da atmosfera, quer sob a forma de deposição seca, quer sob a forma de deposição húmida (Fig. 6.5).

A rocha está sujeita aos ataques dos três gases dissolvidos na água das chuvas e na humidade do ar: o dióxido de carbono (CO_2), o dióxido de enxofre (SO_2) e os óxidos de azoto (NO_x), provenientes da poluição da atmosfera.

Nas zonas de lavagem pelas águas das chuvas, há a dissolução da calcite e a sua reprecipitação, tornando a aparência de mancha branca, por vezes com vestígios de gesso.

O monumento apresenta “crostas negras” provenientes da acção de molhagem das águas das chuvas, nas zonas que não estão sujeitas a lavagem contínua.

Verifica-se ainda a existência de líquenes e fungos, prejudiciais na alteração da pedra e participando na sua dissolução (Fig. 6.6).

6.2. ALVENARIAS

As soluções de conservação são diversas, dependendo do tipo de anomalia detectada, e das causas que originam estas patologias, as quais devem ser minimizadas, pois enquanto persistirem as causas, as anomalias também persistirão.

Podemos indicar algumas ordens de razões que consideramos fundamentais na degradação de alvenarias:

- condições que resultam da própria construção, das regras e tradições que estiveram na base da sua concepção, com recurso às técnicas e metodologias existentes na época;
- envelhecimento natural da construção, com a degradação das propriedades mecânicas dos elementos estruturais;
- cataclismos sofridos, como sejam sismos, incêndios, e também modificações levadas a cabo;
- alterações das acções externas.

Podemos considerar como o principal inimigo, causador de manifestação de anomalias nas alvenarias e rebocos, a humidade com proveniência em várias causas. Estas anomalias podem ser detectadas quer através de análises laboratoriais, quer pela observação directa das sintomatologias apresentadas.

De entre estas causas, poderemos apontar algumas situações devidas à presença de humidade no terreno provocando manchas de humidade ao nível do solo. Neste caso as manchas surgem nas paredes interiores, devido a condições menos favoráveis de evaporação, podendo dar origem a zonas erodidas.

Exteriormente verificamos também a existência de zonas erodidas, mas nestes casos, em geral, provenientes da acção de molhagem das águas das chuvas, estando neste caso mais vulneráveis as paredes expostas à acção dos ventos predominantes, a Nordeste.

Foi detectada a existência de infiltrações na abside, para as quais deve haver especial cuidado em verificar se esta situação se continua a verificar após as últimas obras de reparação na cobertura.

A falta de limpeza, conjuntamente com a humidade ambiente pode dar origem à propagação de bolores e ao crescimento de gramíneas nas paredes exteriores, prejudiciais na conservação da construção. Esta situação foi encontrada nos dois Claustros.

A existência de fissuração nas paredes ou no revestimento de cobertura das abóbadas, de telhas partidas, deslocadas ou com um elevado grau de permeabilidade devido a falta de limpeza, dão também origem a situações pontuais de manchas de humidade nos parâmetros interiores (Fig. 6.7 e 6.8). Quando a zona é ventilada, estas manchas tendem a desaparecer, quando cessa a chuva e seca a atmosfera. No entanto, nestas zonas sujeitas a humedecimento é frequente a existência de bolores e eflorescências.

Fenómenos provocados pela condensação superficial são também frequentes, especialmente em zonas de menor isolamento térmico, correspondentes a situações de heterogeneidade de paredes, elementos estruturais, nervuras e outras diferenciações entre coeficientes térmicos dos vários materiais.

Trata-se de um edifício com uma inércia térmica bastante forte devido à espessura das paredes exteriores, logo com um comportamento térmico aceitável, ou seja com amplitudes térmicas menores do que as do ambiente exterior e logo também com diferenciais térmicos maiores entre exterior e interior, provocando a ocorrência de condensação.

Por outro lado no Inverno as faces interiores das paredes exteriores estão, geralmente, a temperaturas inferiores às do ar ambiente, aumentando este diferencial em caso de aquecimento dos compartimentos, provocando um aumento da humidade relativa da camada de ar mais próxima e dando origem a condensações.

As situações de sobre-ocupações são igualmente perigosas, devendo ser evitadas, devido à produção de vapor de água.

Pode acontecer que estes fenómenos não estejam a provocar anomalias visíveis, no entanto, eles conduzem a um apodrecimento dos materiais orgânicos, com a respectiva perda de qualidades e consequências futuras de degradação.

6.3. MADEIRAS

No caso das estruturas de madeira existentes, estas localizam-se nas áreas alpendradas, na entrada e no Claustro da Moura, sendo de reconstrução recente e não apresentando aspectos de degradação preocupante, apenas sendo de tomar medidas de carácter preventivo.

A estrutura da cobertura da Igreja, também tem sido objecto de conservações periódicas.

O mesmo se poderá dizer da balaustrada existente no interior da Igreja e portas.

Também os objectos de arte que ainda permanecem, quer na igreja, quer no refeitório requerem a nossa atenção, sendo de evitar aquelas que são as principais causas da sua degradação: humidade, variações térmicas, luz natural em excesso e existência de pontos de luz e de calor artificiais e um excesso na frequência das limpezas, ou métodos de limpeza desaconselháveis.

6.4. AZULEJOS

Durante os séculos XVII e XVIII o mosteiro foi ricamente decorado com trabalhos de azulejaria, que aplicado em revestimento de paredes ornavam o edifício com belos exemplares, dos quais ainda ali se encontram alguns (Figs. 6.9 a 6.11).

Parte destes painéis foram destruídos pelos cataclismos sofridos, ou foram retirados, tendo-lhes sido dado outro destino, ou ainda foram pouco respeitados por operários menos conhecedores do espólio artístico que tinham entre mãos e menos experientes na técnica de levantamento das superfícies de azulejo, durante a execução das obras.

Em 1961 foram retirados das arrecadações, azulejos que aí permaneciam desde 1950, quando das últimas obras. O Instituto tem levado a cabo a sua recuperação, aproveitando o trabalho das alunas e a orientação dos seus professores.

Para além da recuperação do azulejo no sentido da sua reconstituição, importa preservar no sentido da sua conservação. Assim dever-se-á ter em atenção a existência de alguns fenómenos que podem traduzir que a peça está a sofrer deterioração, como sejam: fissuração, descasque do vidrado, formação de salitre e desprendimento accidental.

Os diferentes materiais que constituem o azulejo, nomeadamente a base cerâmica e a superfície vidrada, conjuntamente com os materiais da sua aplicação, nomeadamente a superfície a revestir e a argamassa de assentamento, reagem de forma diferente aos agentes do meio ambiente a que estão sujeitos, pois têm também características de dilatação, absorção, resistência térmicas e outras, também diferentes, o que poderá constituir um factor de degradação.

A estes factores físicos naturais de degradação, aliam-se ainda factores provenientes da intervenção humana, menos cautelosa, amante de coleccionismo, ávida de lucro fácil ou por acto de vandalismo, não menos importantes na destruição do património, e que é necessário evitar.

6.5. VITRAIS

Como já foi referido atrás, os vitrais aplicados no Mosteiro são monocromáticos, logo sem grande necessidade de exigências técnicas específicas no seu restauro.

São visíveis situações de deformação e fractura (Fig. 6.12), nas estruturas de calhas de chumbo.

6.6. TÚMULO DE D. DINIS

Conforme já foi referido, D. Dinis, determinou em testamento que o seu túmulo fosse colocado no centro da Igreja.

Se de inicio a vontade do Rei foi respeitada, o mesmo não aconteceu ao longo do tempo e o seu monumento tumular encontra-se hoje na capela absidial do lado do Evangelho. O mausoléu de pedra foi inicialmente colocado no meio da Igreja, cercado de grades de ferro com escudetes nas pontas. A imponentia deste monumento impedia que as freiras do coro pudessem ver as cerimónias religiosas que decorriam no altar-mor; pretexto que determinou a passagem do túmulo para o lado da Epístola “ na mesma confrontação” (Fig. 6.13).

Com o terramoto de 1755 as abóbadas abateram, provocando danos significativos no túmulo.

Este facto determinou uma nova mudança de lugar, agora para a capela absidial do lado do Evangelho (da invocação de S. Dinis).

Em 1950, enquanto decorriam as obras, o túmulo foi “passeando” pela igreja para facilidade destas, nomeadamente na colocação de andaimes (Fig. 6.14). Após as obras de beneficiação da Igreja, o túmulo retoma o seu lugar primitivo, mas razões idênticas aquelas que as freiras bernardas invocaram, determinaram uma nova mudança, agora para a capela absidial erguida em memória de D. Filipa de Lencastre, com uma porta que dá para a igreja. Mais tarde, o mausoléu volta à capela de S. Dinis, lugar que ocupa actualmente (Fig. 6.15).

Atendendo a que as obras de arte não se compadecem com tais mudanças, este monumento, não pode, de modo algum, estar em boas condições. Daquele que foi, certamente, um bom exemplar da arte gótica, restam-nos elementos decorativos, bastante mutilados.

Obviamente que um monumento desta natureza foi sendo, progressivamente danificado pelas sucessivas deambulações dentro da Igreja e também por algumas decorações inadequadas a que foi sujeito. Ao olharmos o túmulo apercebemo-nos, com facilidade que ele foi pintado de várias cores e por outro lado foram feitas tentativas de restauro, que provocaram de muitos autores, os mais variados comentários. Pelo seu interesse e até pela sensibilidade que revelam, relativamente a esta matéria, passamos a citar aquelas que nos parecem mais sugestivas:

“A Rainha D. Estephania ordenou um dia a sua reparação; mas reparação foi essa que melhor se pode chamar attentado. Fizeram ao rei D. Dinis uma cabeça de gesso, com uma barba muito penteada e frizada, mãos e pés de gesso também, etc., sem que ao menos houvessem procurado reproduzir as feições dadas à estátua do monarca pelo artista primitivo, que evidentemente buscou retratar aquelle que alli devia dormir o somno eterno. O restaurador, longe de fazer isso, lançou até à margem um pedaço do rosto da estátua tumular (...) que encontrou e que escondeu como material entre o gesso de que acumulou porções sobre porções ! “ (1)

“Tudo isto tem sido restaurado torpemente, com argamaça ! Fizeram mais (e peor!) o lado frontal do monumento, está completamente estucado, de angulo a angulo, e só do lado opposto se pode ver o que isto foi (...) Os troncos de todos estes fragmentos, estão hoje substituídos por uns enfeites, à laia de remate de chaminé, feitos de cal e areia!”

(...) A maior parte das suas mutilações foi causada pela mudança do monumento, da antiga egreja, onde originariamente esteve, para a acanhada capella onde hoje está; accrescendo o vandalismo de barrarem com argamassa e besuntarem com estuque, muitos dos seus primorosos ornatos. Também alguns visitantes bárbaros, teem damnificado estupidamente este monumento, quebrando e levando as peças de mais fácil deslocação e transporte.” (2)

“Nestas mudanças padeceu o túmulo lamentáveis estragos. E nas reparações que lhe fizeram, cobrindo com cal e areia as esculpturas de mármore mutiladas, deixaram os obreiros e os que superintenderem n’aquelles trabalhos irrecusável testemunho da sua ignorância e selvageria. E que vergonha para nós, portugueses, que nos ufamamos da nossa civilização, se alli por um estrangeiro, e observar aquelles repugnantes emplastos e as próprias mutilações do rei-lavrador!” (3)

6.6.1. Principais Factores de Degradação

Fazendo uma análise do percurso histórico do monumento, durante os 670 anos da sua existência, facilmente se conclui que o avançado estado de degradação deste tão belo exemplo de escultura tumular do séc. XIV, se deve essencialmente à acção do homem e aos efeitos dos cataclismos naturais que afectaram o mosteiro, com consequências também neste monumento.

Após os vários acidentes sofridos, nomeadamente os tremores de terra, as deslocações a que foi sujeito, e o vandalismo das tropas francesas invasoras do território, em 1808, que com alavancas de ferro, levantaram, partiram e assaltaram o túmulo pelo fundo, há notícia de um restauro em 1861, em que foi utilizada “*argamassa*”

Em 1887 é levado a efeito um novo restauro, pelo Ministério das Obras Públicas, e com as últimas obras efectuadas entre 1944 e 1950, a tampa do túmulo foi revestida com “*argamassa*”, possivelmente para reparar os estragos provocados, entre outros pela abertura do túmulo.

Verifica-se que nos sucessivos restauros efectuados, não houve o cuidado de avaliar as características dos materiais a aplicar e das pedras de origem, de forma a evitar o desencadeamento de reacções maléficas, provocados pelo contacto dos dois materiais.

Seria de todo o interesse conhecer a constituição destas “*argamassas*”, através de análises laboratoriais, que tendo em atenção a origem da iniciativa, da responsabilidade de um estudo desta natureza, bem como os respectivos objectivos, a que falta uma determinação de intervenção, não foram executados.

Com estas intervenções, toda a expressão artística do rendilhado gótico, vai sendo adulterado e mutilado e a peça vai perdendo a sua beleza inicial (Fig. 6.16).

O monumento está ainda danificado com marcas que se podem identificar com a tentativa de limpeza através de rapadelas com ferramentas.

A existência de estruturas de ferro (Figs. 6.17 e 6.18), que seguram as saliências artísticas, provavelmente introduzidas durante os restauros como recurso à ligação de novas peças à pedra inicial, e a sua alteração com a acção da humidade e efeitos térmicos, vai contribuir para situações de rotura no monumento, com a corrosão e a dilatação do metal.

Assim, destas fracturas, aplicações de gesso, marcas de vandalismo, espigões de ferro, orifícios, raspadelas, etc., um pouco de tudo podemos encontrar nesta que foi uma tão imponente peça gótica (Figs. 6.20, 6.21 e 6.22).

Aliados a estes factores, temos ainda as restantes condições a que está sujeito um monumento nacional, nomeadamente as visitas permanentes e as condições de integração nesta igreja com a realização de actos religiosos com a participação de aglomeração de pessoas uma vez por semana, que provocam alterações significativas no ambiente, aumentando as percentagens de dióxido de carbono, vapor de água e poeiras.

Prejudicial é ainda a iluminação artificial da igreja, e os “*flashes*” das máquinas fotográficas.

Outros fenómenos de degradação da superfície calcária, como a pulverização, a existência de poeiras dando origem a deposição seca, são também observáveis.

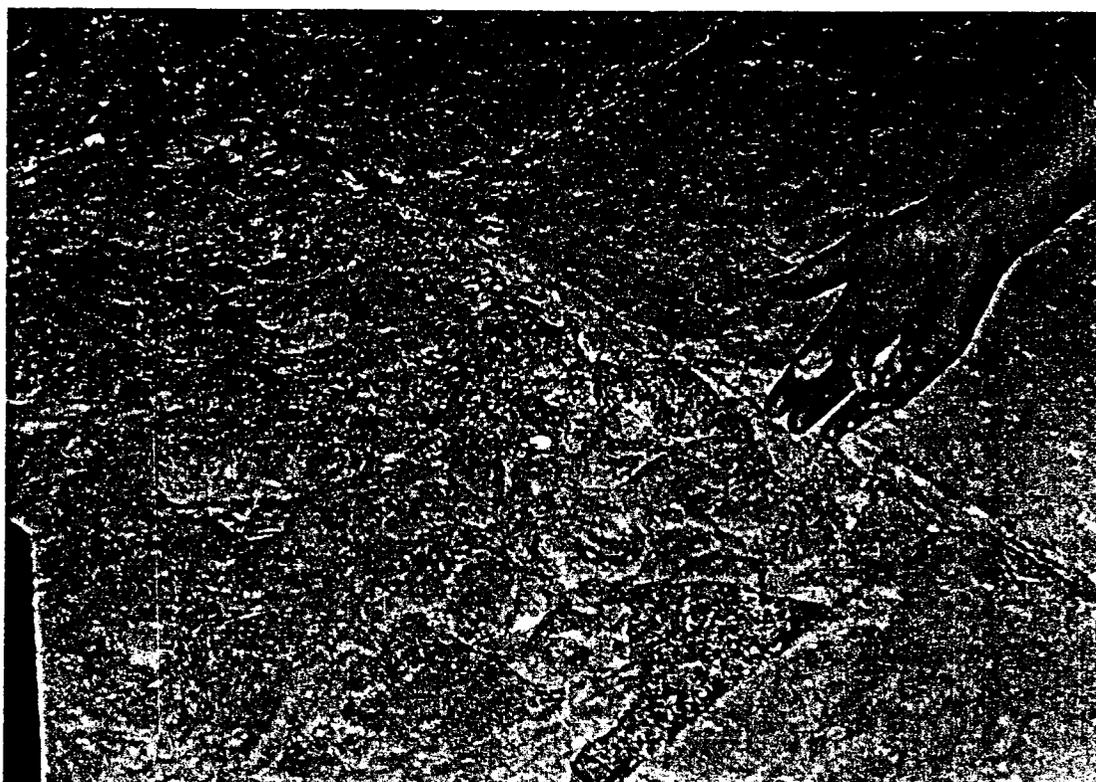


Fig. 6.1 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Nave da Igreja. Pavimento em pedra de Liós. (Aplicação de argamassas fortes).

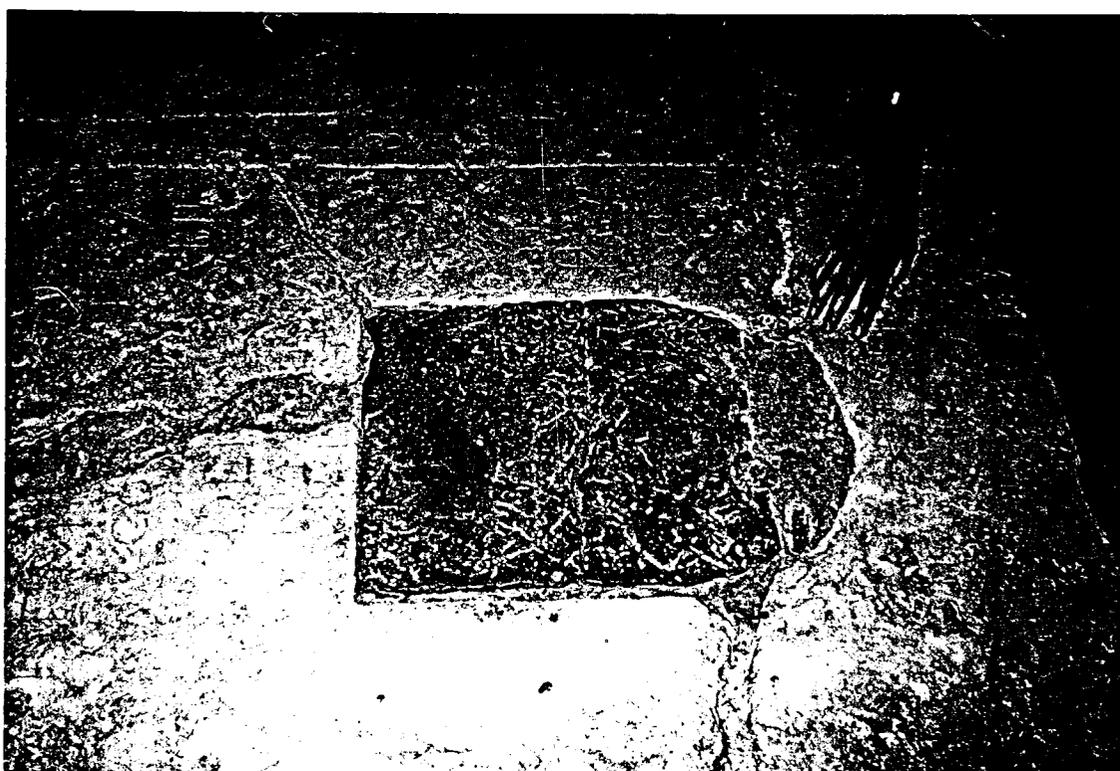


Fig. 6.2 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Nave da Igreja. Pedra tumular (desgaste, fractura e tentativa de restauro com argamassa forte).



Fig. 6.3 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Igreja. Pia de água benta menos utilizada (apresenta melhor estado de conservação).

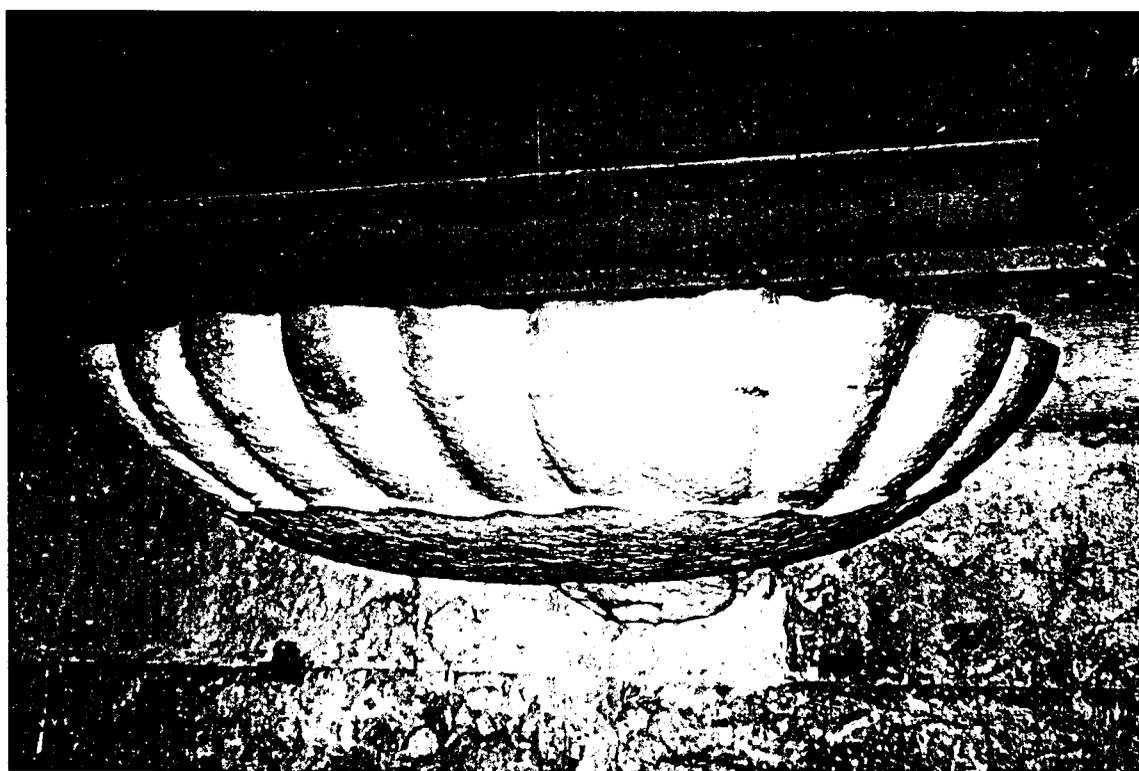


Fig. 6.4 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Pia de água benta mais utilizada (aspecto do baixo relevo e esboroamento do bordo superior).

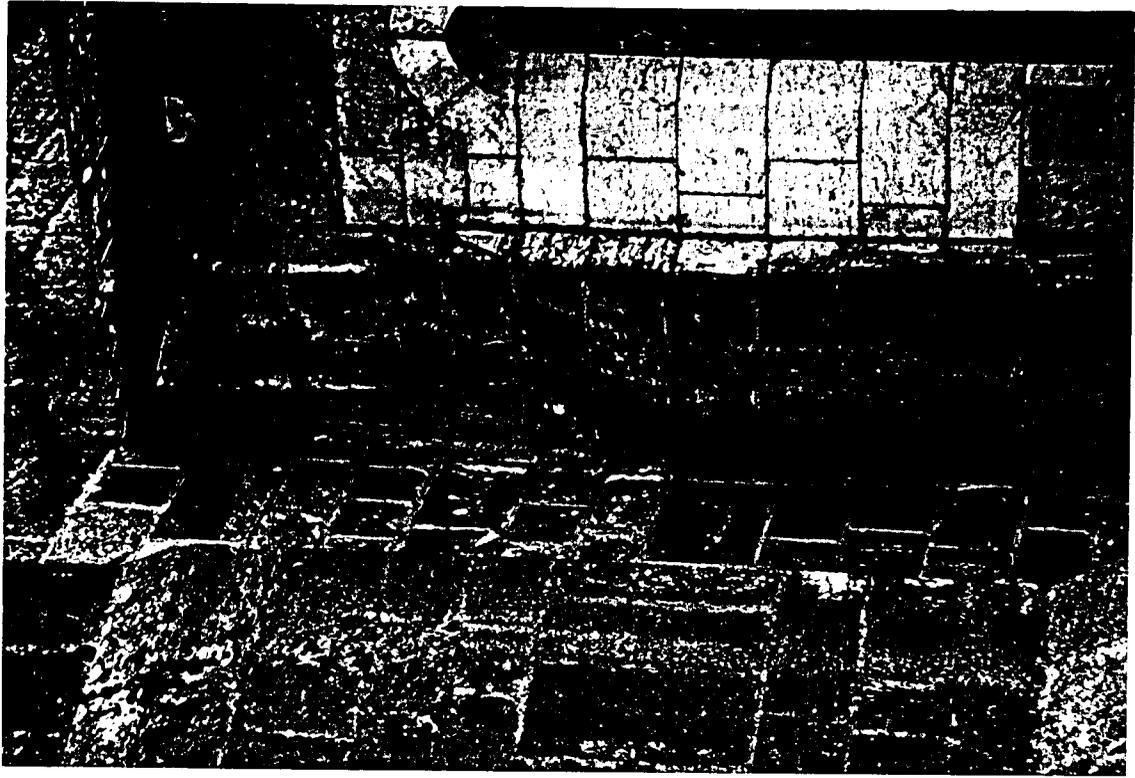


Fig. 6.6 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Abside e Absidiolo (existência de crostas negras e líquenes).

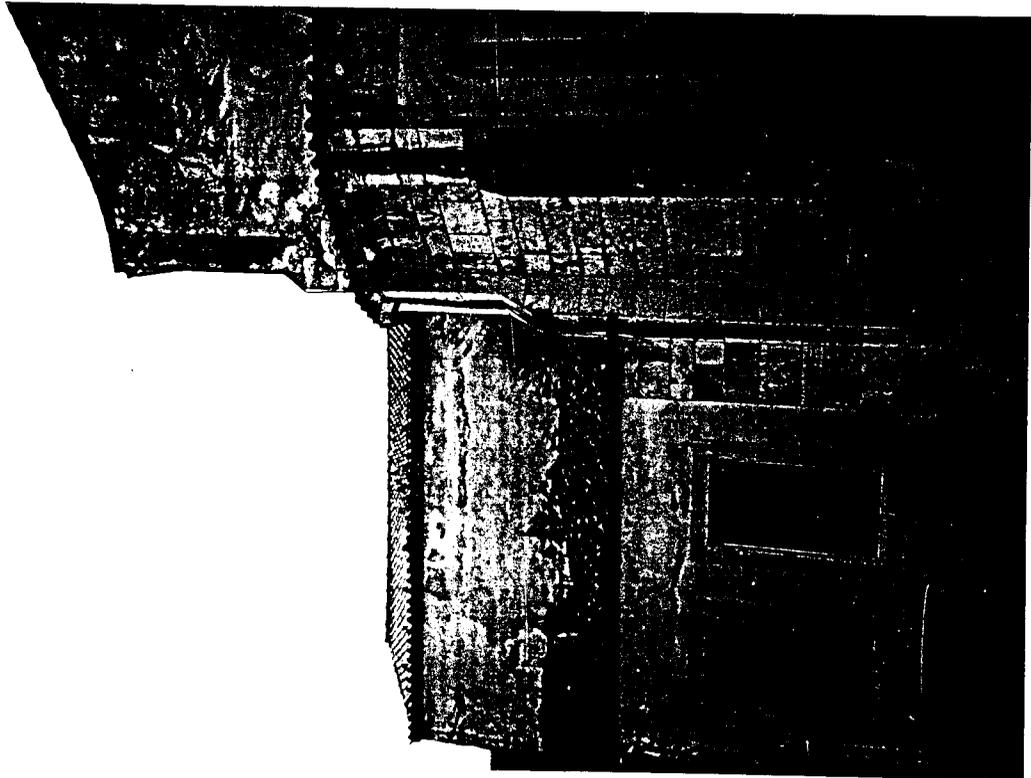


Fig. 6.5 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Fachada Nascente (Sacristia e Absidiolo).



Fig. 6.7 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Degradação da alvenaria de revestimento da abóbada da cobertura.

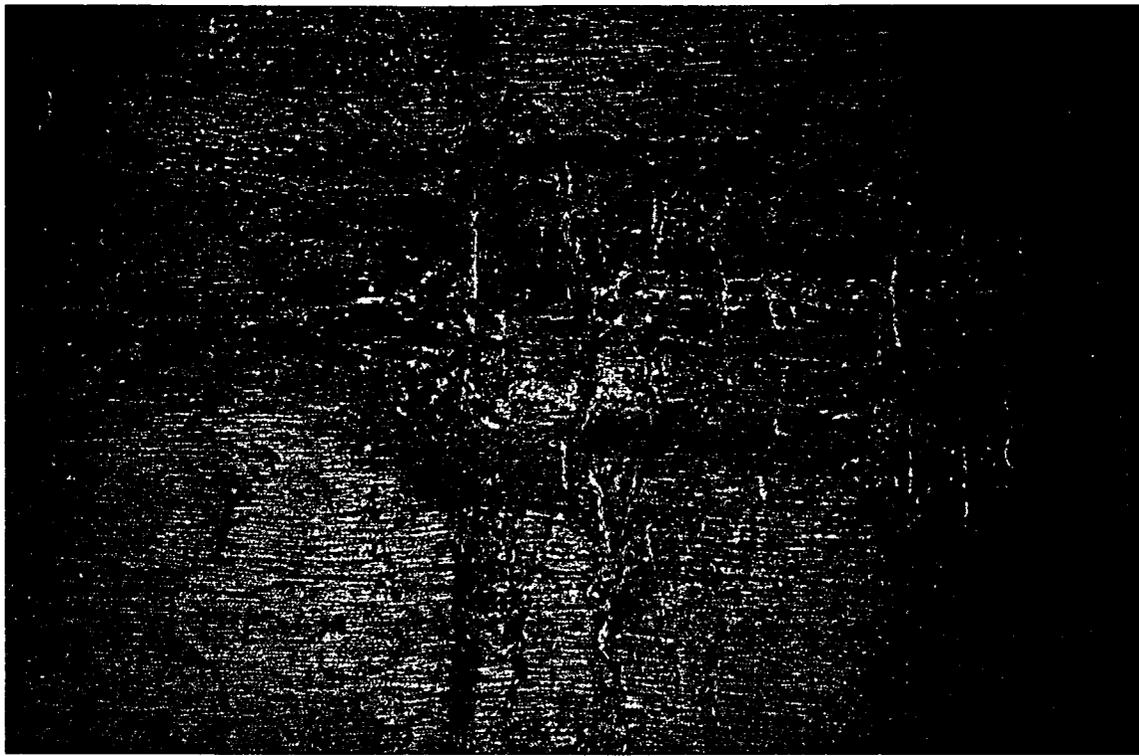


Fig. 6.8 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Infiltrações de humidade na abside.

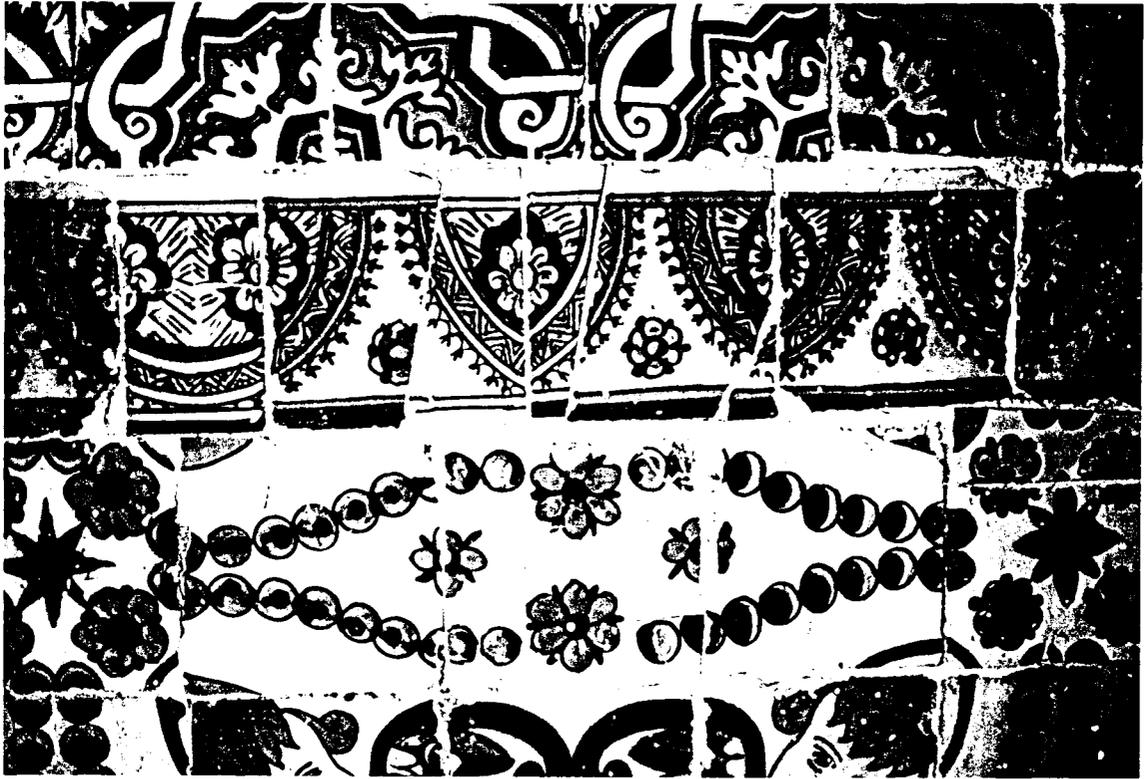


Fig. 6.10 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Nartece.
Reconstituição da barra do azulejo.



Fig. 6.9 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Nartece.
Reconstituição do azulejo (elemento figurativo
do padrão).

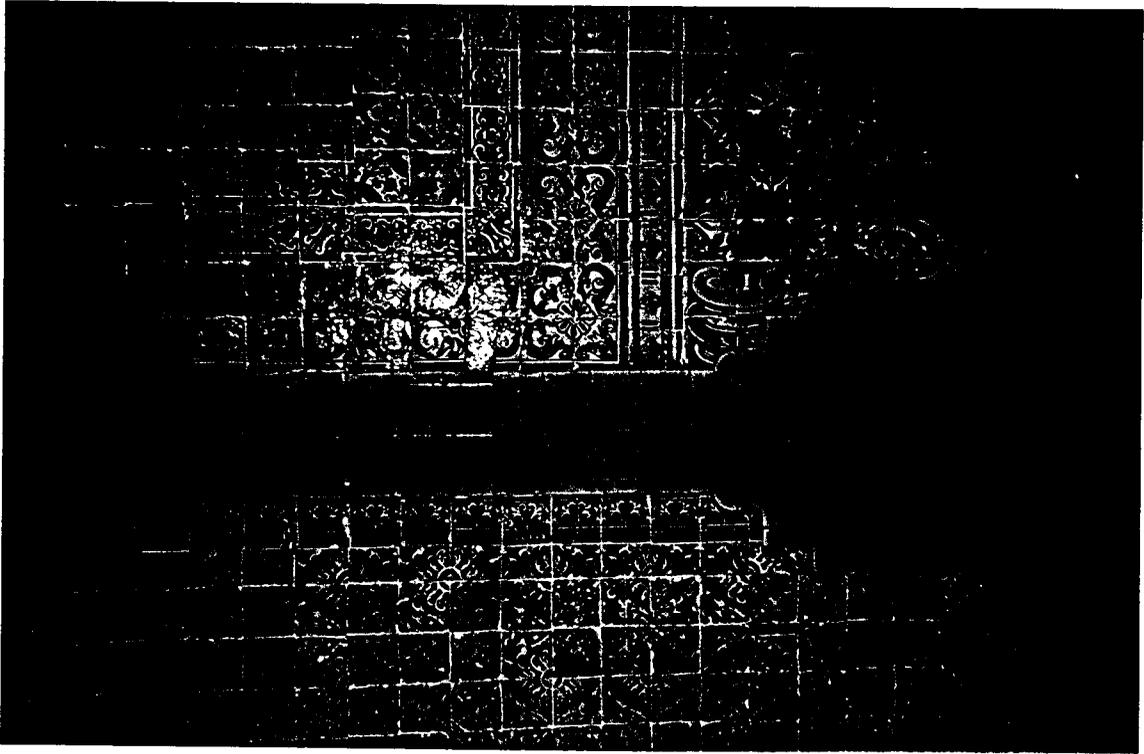


Fig. 6.11 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Preenchimento de vazios com azulejos de cor branca.



Fig. 6.12 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Capela de D. Filipa. Vitral fracturado.

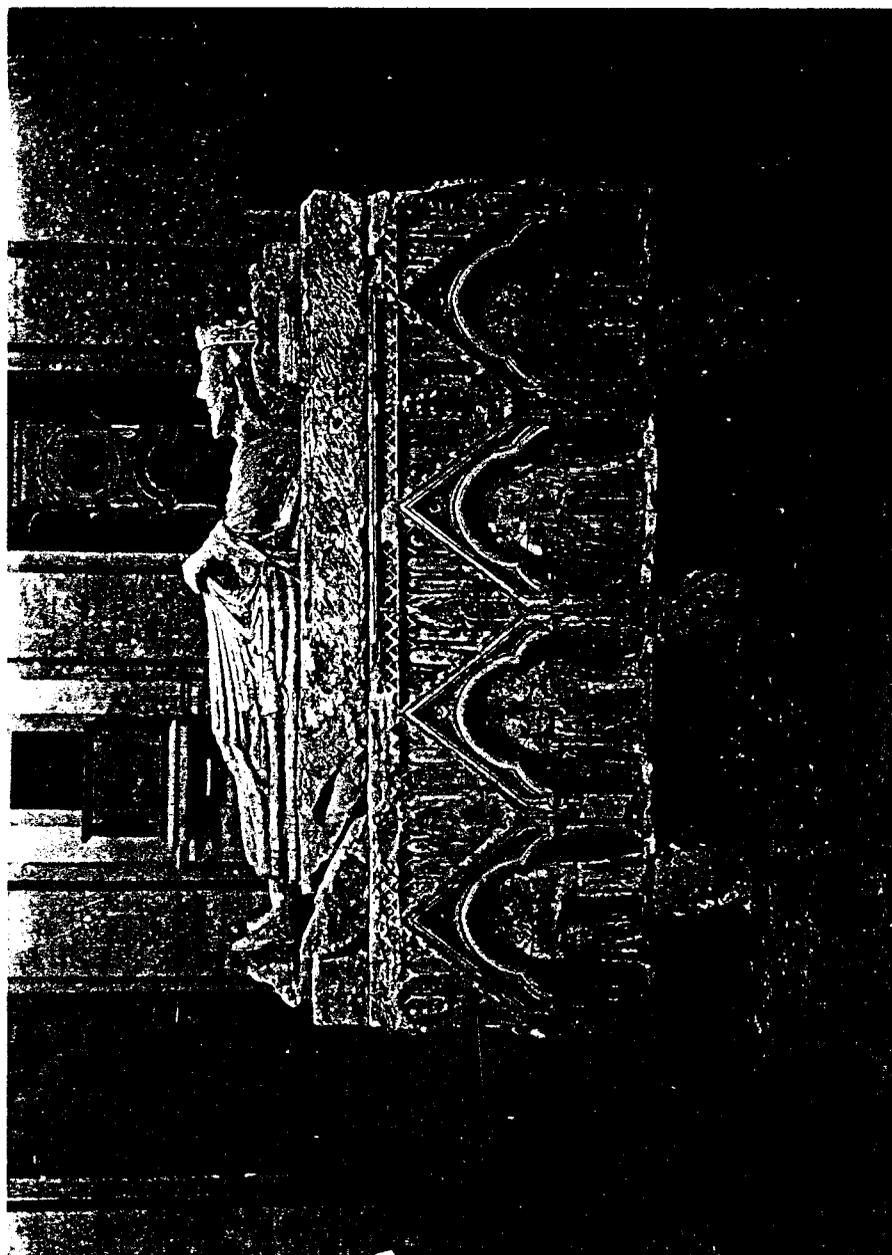


Fig. 6.13 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Tumulo de D. Dinis na nave da igreja, em 1942, Novembro. (Fot. cedida pela D.G.E.M.N.)

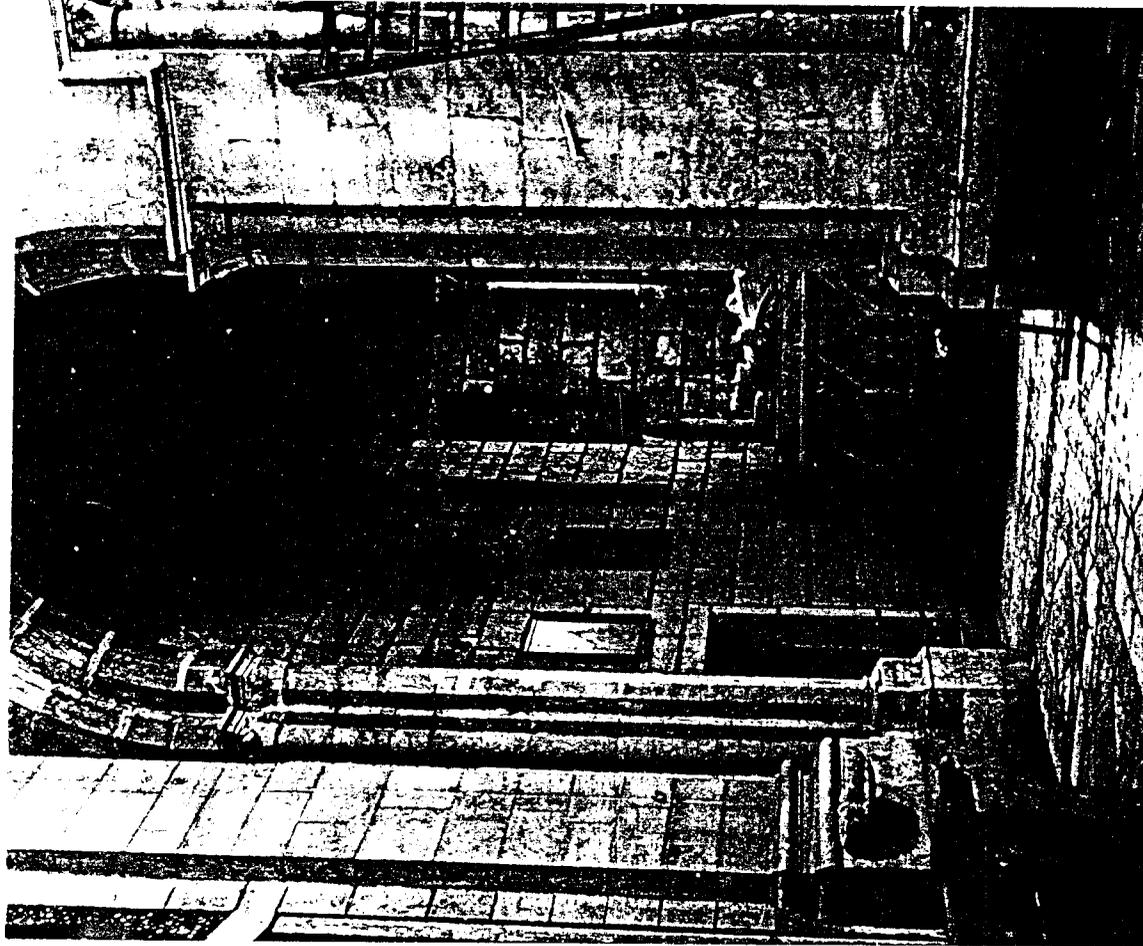


Fig. 6.14 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Tumulo de D.Dimis no Absidiolo da Igreja (posição lateral)
Fot. cedida pela D.G.E.M.N.

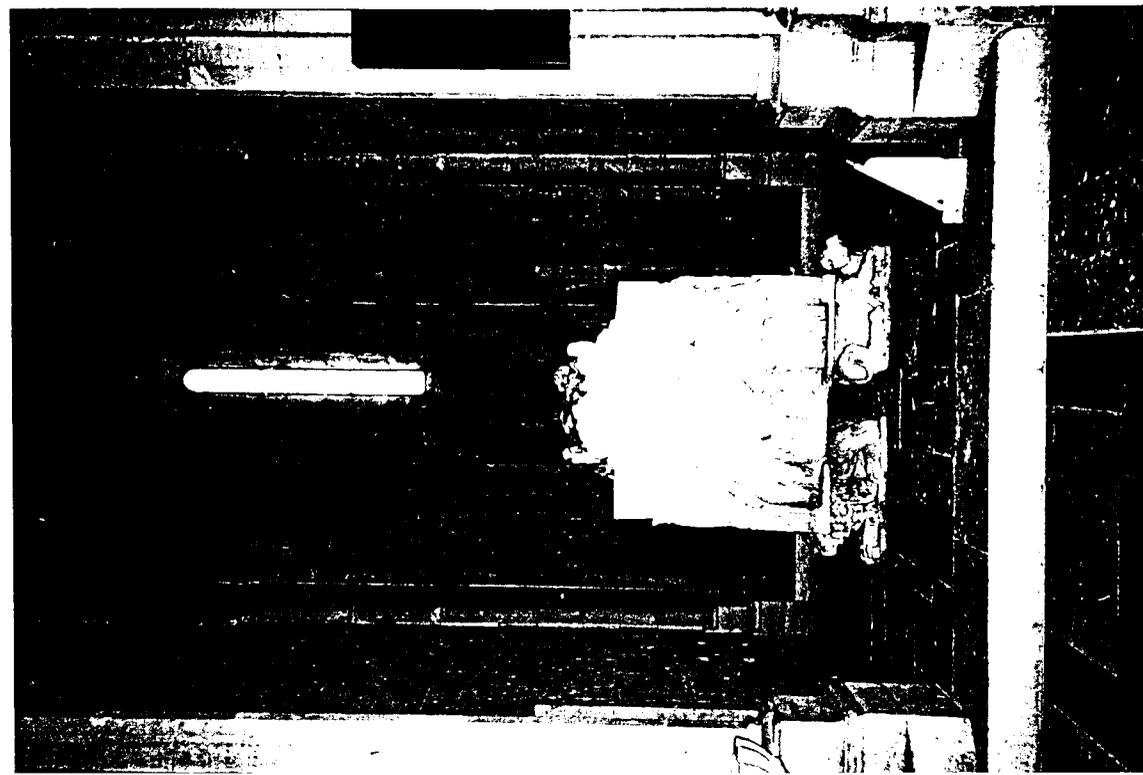


Fig. 6.15 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Tumulo de D.Dimis no Absidiolo da Igreja (posição longitudinal)



Fig. 6.16 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Estátua jazente.

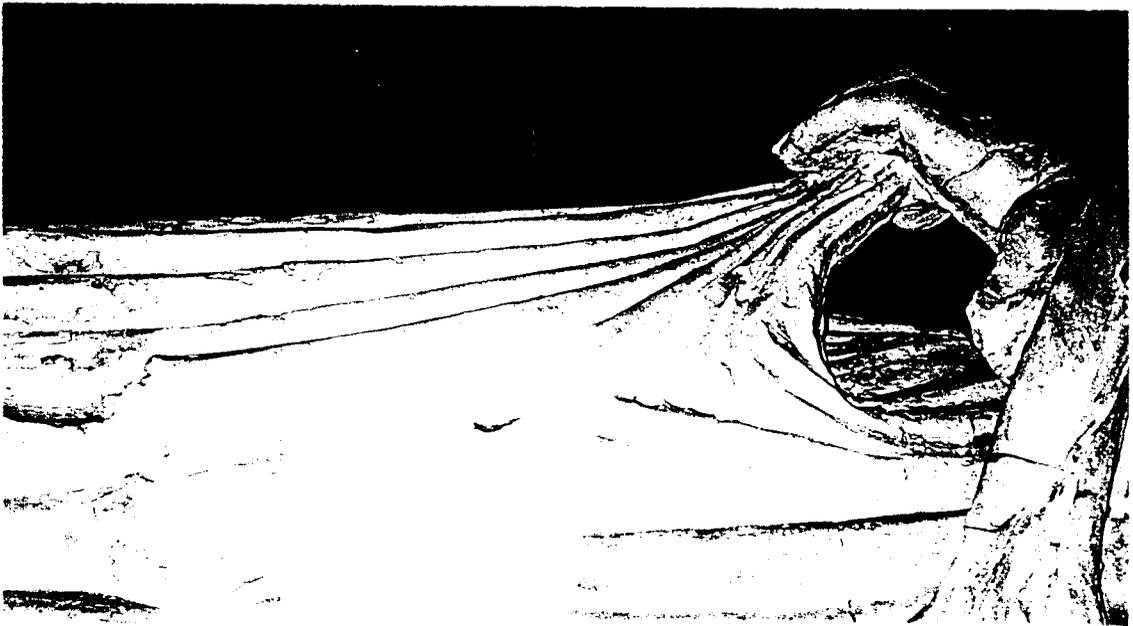


Fig. 6.17 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas - Tumulo de D.Dinis. Estátua jazente.
Pormenor (fracturas e introdução de ferro na estátua).



Fig. 6.18 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Pormenor do rosto (dilatação e corrosão do metal provoca fractura).



Fig. 6.19 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Pormenor do pé (fractura).



Fig. 6.20 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Pormenor apresentando mutilação da mão direita.



Fig. 6.21 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Baixo relevo. (É visível a aplicação da cor e a mutilação de figuras)



Fig. 6.22 - Mosteiro de S.Dinis de Odivelas. Tumulo de D.Dinis. Baixo relevo com destruição por vandalismo.

NOTAS

- (1) FIGUEIREDO, A.C. Borges - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, pág. 180.
- (2) LEAL, Augusto S. A. B. Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. VI, Editores de Matos Morcira e C^a, Lisboa, 1875, pág. 208 e 209.
- (3) BARBOSA, I de Vilhena - *Mosteiro de Odivelas, in Ocidente*, Vol. IX, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, , 1886, pág. 205.

CAPITULO VII

ENQUADRAMENTO LEGAL

Após a verificação das intervenções de que este monumento foi objecto, será interessante que nos debrucemos sobre o quadro legal que rege as atitudes tomadas e protege o monumento.

7.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Estas obras de reconhecido valor histórico e arquitectónico, foram consideradas Monumento Nacional por Decreto de 16 de Junho de 1910, com publicação no Diário do Governo nº 136 de 26 de Junho de 1910, a pág. 2164 (Capítulo - Monumentos Medievais do Renascimento e Modernos; Sub-Capítulo - Monumentos Religiosos: Mosteiros - Distrito de Lisboa (Mosteiro de Odivelas compreendendo os túmulos de D. Dinis e sua filha).

De acordo com a “ Lei do Património Cultural Português”, (Lei 13/85), consideram-se Património Cultural Português todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo. (D.R. I Série - nº 153 de 06-07-85, pág. 1866).

É pois, a sua conservação e valorização, de interesse nacional, e justificando-se, portanto, a existência de medidas de protecção que visem não só o próprio edifício, como também a sua envolvente. Indicamos assim um conjunto de diplomas legais que deverão ser considerados fundamentais na gestão da intervenção nestes Monumentos Nacionais:

- . D.G. 136 de 26 /Jun./1910 - o edifício é considerado Monumento Nacional;
- . D.L. 20985 de 7/Mar/1932 - estabelece zonas de protecção dos imóveis classificados como monumentos nacionais e imóveis de interesse público.
- . D.L. 116-B de 7/Fev/1976 - (altera o artigo 44 do D.L. 20985) determina que os proprietários de imóveis classificados são obrigados a realizar obras de conservação.
- . D.L. 28468 de 15/Fev/1938 - condiciona o corte ou arranjo de árvores ou manchas de arvoredo existentes nas zonas de protecção de monumentos nacionais, imóveis de interesse público e edificios públicos.
- . D.L. 33382 de 7/Ago./1952 - altera os artºs 123 e 124 do R.G.E.U..
- . D.G. 130 - II Série de 1/Jun./1962 - fixa a “nova zona de protecção do Instituto de Odivelas” (anexo VI).
- . D.L. 46349 de 2/Maio/1965 - determina que em casos especiais, os monumentos nacionais e os imóveis de interesse público poderão ter zonas de protecção superiores a 50 m
- . D.L. 181 de 28/Abr./1970 - Regulamenta a constituição de uma servidão administrativa.

. Lei 13 de 6/Jul./1985 - lei do património cultural português (não regulamentada).

. D.L. 205 de 16/Jun/1988 - define quais os técnicos que podem assinar projectos em zonas de protecção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público.

. D.R. 19 de 23/Jan./1991 - publica a Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa.

7.1.1. Mosteiro

Com a Lei da Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, este Mosteiro passa ao património dos chamados Bens Nacionais.

Em 9 de Março de 1899 é criado por Decreto o “*Instituto Infante D. Affonso*”, que iria funcionar nas instalações do antigo Mosteiro.

“Em 6 de Agosto de 1902, lavrou-se o auto de entrega do suprimido convento, no qual foram incluídas a propriedade rústica “ Valle das Flores”, a Igreja e as construções que estiveram na posse provisória da Administração do Hospital de S. José até Julho de 1902” (Arquivo Histórico do Ministério das Finanças - Institutos Religiosos, Freiras - Ofício de 16 de Novembro de 1912).

Por Decreto de 16 de Junho de 1910, é classificado Monumento Nacional.

O artº 44º do Decreto-Lei nº 20985 de 7 de Março de 1932, alterado pelo Decreto-Lei nº 116-B de 9 de Fevereiro de 1976, determina que os proprietários de imóveis classificados são obrigados a realizar obras de conservação.

Quando o imóvel pertence ao Estado, estas obras de restauro, alteração ou conservação são realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A apreciação do projecto e a fiscalização da obra, será feita pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) criado pelo Decreto-Lei nº 106-F de 1 de Junho de 1992.

A D.G.E.M.N. poderá também elaborar os respectivos projectos, não estando estes sujeitos a licenciamento municipal.

Face à lei 13/85, a competência para elaborar projectos de obras em edifícios classificados e suas zonas de protecção exige regulamentação legal, a qual o Dec. Lei 205 de 16/Jun./88, no seu artº 3º estipula que são da responsabilidade de arquitecto todos os projectos de arquitectura referentes a obras de recuperação, conservação, adaptação ou alteração de bens imóveis classificados, de qualquer tipo, localização ou uso, e nas respectivas zonas de protecção.

O Decreto-Lei nº 20985 de 7 de Março de 1932, estabelecia no seu artº 26º uma zona de protecção que abrange uma extensão de 50 metros envolventes aos Monumentos Nacionais, área esta, mantida pela Lei nº 13 de 6 de Julho de 1985 no seu artº 22º.

No entanto, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 34993 de 11 de Outubro de 1945 é fixada “*a zona de protecção do Convento de Odivelas*”, publicado no D.G. nº 22 - II Série de 26 de Janeiro de 1957 (anexo V). Nos termos do disposto no mesmo Decreto-Lei é

fixada uma “nova zona de protecção do Instituto de Odivelas”, e publicado no D.G. nº 130 - II Série de 1 de Junho de 1962 (anexo VI).

É de referir a incoerência destes diplomas legais, nomeadamente a discrepância existente entre o texto e planta anexa, não estando legendada a “zona vedada à construção” constante do texto deste último, mas apenas o “limite da zona de construção condicionada”. A “zona interdita à construção” prevista em 1957, desaparece com esta alteração publicada em 1962. Considera-se pois que esta Portaria é ambígua, e talvez, preocupando-se mais com os terrenos destinados à “zona de expansão do Instituto”, do que os reais objectivos dos diplomas legais nos quais se fundamenta.

De notar também, que embora se trate já de um Monumento Nacional a Portaria é publicada com base num Decreto-Lei aplicável a edifícios públicos não classificados. Pensamos que este facto se deve à necessidade sentida, na altura, de alargar a zona de protecção, uma vez que a Lei 20985 fixava apenas uma extensão de 50 metros a partir do Monumento. Por outro lado o Decreto-Lei nº 46349 de 2 de Maio de 1965 que determina que em casos especiais, os monumentos nacionais possam ter zonas de protecção superiores a 50 metros, só vem a ser publicado em 1965.

Conclui-se pois, haver um “limite de zona de construção condicionada”, mas por outro lado, em “NOTA” de legenda, a portaria remete-nos para a zona de protecção definida pelo Dec. 20985.

Estas zonas de protecção constituem servidões administrativas, e como tal constituem um limite legal de interesse público ao direito de propriedade sobre o terreno e edifícios.

Nesta zona de protecção não são permitidas quaisquer obras de demolição, construção ou alteração sem o parecer do IPPAR. Esta autorização também é necessária para a criação ou transformação de zonas verdes ou para qualquer movimentação de terras ou dragagens. O Decreto-Lei nº 28648 de 15 de Fevereiro de 1938 condiciona o corte de árvores ou manchas de arvoredos existentes nas zonas de protecção de monumentos nacionais.

Qualquer terreno ou edifício localizado na zona de protecção, não pode ser alienado sem autorização do Ministério da Educação e Cultura, após o parecer favorável do IPPAR. O estado terá sempre o direito de opção nesta alienação caso estes não lhe pertençam.

O Governo pode expropriar por utilidade pública, quaisquer construções abrangidas pela zona de protecção, quando aquelas forem prejudiciais à conservação deste imóvel classificado ou desvirtuem as suas características.

A Secretaria de Estado da Cultura poderá promover o embargo de obras realizadas na zona de protecção, que não tenham sido objecto de parecer do IPPAR, ou que não respeitem o parecer transmitido.

7.1.2. Túmulo de D. Dinis e de Sua Filha

Ao estudarmos estes monumentos verificamos que à luz da Lei 13/85 ou qualquer outra lei de Defesa do Património, muito se fez contra a conservação destas arcas tumulares.

Considerando que em 1950, durante as obras de beneficiação da igreja, bem como noutras que levaram à mudança do lugar do túmulo de D. Dinis, não foi certamente atendido o que estava consagrado no Dec. 20985 de 7 de Março de 1932, artº 15º, ponto 7. Não há conhecimento das razões que fundamentaram a mudança do monumento, nem consta que houvesse algum parecer superior, que determinasse as alterações sucessivas de lugar.

O mesmo poderemos dizer relativamente ao Túmulo de Maria Afonso, o qual teria sido colocado inicialmente no Claustro Novo.

No que respeita às intervenções de restauro consideram-se de muito pouca qualidade e mesmo um atentado à beleza arquitectónica e escultórica da arca tumular gótica (artº 14º do Dec. 20985 de 7 de Março de 1932).

O conteúdo dos diplomas legais é vago, lacunar e a falta de legislação dá origem a intervenções deixadas ao livre arbítrio das entidades que superintendiam as obras sucessivas de restauro e conservação.

Julga-se de extrema necessidade a aplicação e cumprimento do disposto no artº 15º nºs 1 e 2 da Lei 13/85. Não consideramos que nas mudanças que sofreu este monumento, desde o seu lugar primitivo, tenham sido tomadas as medidas cautelares necessárias à sua verdadeira salvaguarda. É verdade que ninguém pode impedir os danos causados pelas catástrofes naturais, como foi o caso do terramoto de 1755. Mas, para além dos prejuízos resultantes deste tipo de catástrofes, outras podem ser evitadas, nomeadamente aquelas resultantes da acção humana, e causaram igualmente danos incalculáveis e irreversíveis. A lei toma medidas preventivas e deve salvaguardar qualquer monumento da incúria dos homens. Parece-nos ainda, que as medidas cautelares e preventivas na Lei 13/85 não podem realmente ser aplicadas, desde que não sejam criadas, na prática e em simultâneo, condições para a educação cívica dos cidadãos, no que respeita ao domínio da manutenção e conservação do Património Natural e Construído. Lembramos que, conforme está estabelecido para os imóveis, nomeadamente o artº 24º (Lei 13/85), deveria igualmente estabelecer-se o mesmo imperativo para o caso dos bens móveis. Torna-se assim complexa a aplicação do regime estabelecido para os bens imóveis nesta lei, pois sendo omissa o regime específico dos bens móveis, não está definida a sua aplicação neste âmbito.

CAPITULO VIII

AVALIAÇÃO CRITICA DAS OBRAS POSTERIORES À FUNDAÇÃO

Da ideia nasce a forma, da ideia e da forma nasce o objecto. Outras ideias surgem, e com elas altera-se a forma, altera-se o objecto.

O importante é que da ideia, se desenvolva uma atitude que não desvirtue, irreversivelmente, os valores culturais adquiridos e patentes no objecto.

8.1. DA CONCEPÇÃO À INTERVENÇÃO

Um estudo desta natureza, permitiu-nos tomar contacto directo com um espaço edificado que, frequentemente, foi submetido a intervenções das mais variadas.

Detectada a necessidade de intervir num objecto e efectuado o diagnóstico, impõe-se a concepção da intervenção capaz de corresponder aos objectos a atingir. Perante uma obra desta natureza vários problemas nos surgem quando verificada esta necessidade de intervenção, ou seja, que expressão física dar a uma ideia?

Pensamos que essa expressão física devia ter como expoente máximo o princípio de que o edifício deve ser encarado como um todo com todas as componentes de intervenção conjuntas, e chamadas a responder em simultâneo, e o princípio do máximo respeito pelas pré-existências.

Dentro de um edifício que traduz a vida monástica, há uma correspondência entre e comunidade e este espaço onde ela vive. Poder-se-à dizer que a forma e a organização do espaço, seguem a função, pese embora o facto de haver outras funções que caibam, ou que se possam encaixar nesta forma, como é o caso presente da sua adaptação a Instituto.

O homem adapta o edifício à sua vida, adapta a sua estrutura física a novas tecnologias e sistemas construtivos, reveste-o de novos materiais, mas o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas mostra bem que ainda não se conseguiu a chave para a intervenção num monumento.

Desconhecemos as políticas de defesa e de conservação que nas várias épocas presidiram às intervenções descritas, mas são evidentes as marcas por elas deixadas.

A intervenção nestas obras terá que se revestir de uma mistura das componentes artística, científica e tecnológica, para ultrapassar os conflitos resultantes da transformação que necessariamente se irá dar no objecto, para responder à nova situação que, neste caso, foi resultante de vários factores:

- resposta à necessidade de aumento da capacidade;
- alterações vivenciais, ainda que com as mesmas funções (evolução da apropriação do espaço);
- adaptação a novos gostos ou estilos, e falta de sensibilidade relativamente à obra de arte pré-existente;
- deterioração proveniente de acidentes ocasionais (cheias, tremores de terra, vendavais, etc.);

- necessidade de conservação devido à idade dos materiais e do edifício, ou ao seu desgaste natural;
- adaptação a novas funções;
- introdução de infraestruturas básicas, água esgoto, electricidade, gás, instalação de segurança, etc..

8.2. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO

Todas estas situações referidas, encontramos no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, não sem algumas consequências negativas, que poderemos considerar polémicas, as quais passamos a indicar:

- mascarar a “vida” do edifício;

A primitiva estrutura e arquitectura góticas, foram totalmente “mascaradas”. O altar-mor foi revestido por trabalho em talha e o próprio arco ogival da cabeceira da igreja também foi revestido a madeira, assim como outros exemplos que poderíamos citar.

- apagar memórias, cuja selecção deverá ser criteriosa, pois elas denunciam a história e valores culturais do edifício;

No pavimento da igreja encontram-se ainda algumas sepulturas, mas bastante mutiladas, não só devido aos sucessivos enterramentos a que por vezes eram submetidas, mas também às sucessivas obras de que foram sendo vítimas.

Podemos dar como exemplo a sepultura da abadessa D. Guiomar de Noronha, em pedra de lioz rosa, a qual ficou cortada ao meio pela actual parede de fundo da nave da igreja (Fig. 8.1).

Da riqueza decorativa da época barroca muito pouco permanece. Se por um lado a sua perda foi consequência do terramoto, por outro lado as políticas de conservação seguidas, fizeram com que muitos monumentos ficassem despidos, e em muitos casos, se perdessem objectos de grande valor.

- o desrespeito pela ideia do passado com a sua escala, e soluções tecnológicas próprias;

O órgão foi retirado do seu espaço, e exposto para ser observado, musealizado, num ambiente desenquadrado, com o qual não se coaduna, sem qualquer lógica decorativa ou funcional, no actual museu do Instituto, antiga Sala do Capítulo (Fig. 8.3).

- a existência de soluções de recurso, para disfarçar situações mal resolvidas;

Já falámos dos vãos existentes na igreja, os quais já foram capelas e actualmente estão “entaipadas” e disfarçadas com uma cortina vermelha (Fig. 8.1).

Encontramos também vãos de janela que não exercem qualquer função a não ser a de assegurar a composição decorativa deste espaço, e estão entaipadas (Fig. 8.2).

- as marcas resultantes das sucessivas intervenções, as quais constituem mazelas ou cicatrizes inestéticas e irreversíveis, que poderão também ser pontos sensíveis na deterioração dos materiais (Figs. 8.5 a 8.8);

Existem por todo o lado as marcas deixadas pela fixação de antigos gradeamentos (Fig. 8.7), que foram sendo retirados, ou da ornamentação barroca sobreposta à estrutura física anterior e preterida mais tarde (Figs. 8.4 e 8.5).

Quer se reconstrua, se reestruture ou revitalize, dever-se-á ter sempre presente o respeito pelos valores culturais adquiridos ao longo da história do monumento, o que não deverá necessariamente significar a valorização de tudo o que é antigo numa atitude saudosista, mas criteriosa das pré-existências a manter

Quando verificada a pertinência de manter as marcas do passado, embora em ruína, a ruína deverá permanecer e ser conservada (Figs. 8.9 e 8.10).

Os sucessivos restauros tentaram não deixar que esta obra perdesse a sua imponência, a sua vitalidade, mas correram os riscos de qualquer intervenção nova em edifício de época anterior. Parece-nos que apesar dos aspectos que hoje detectamos impõe-se neste momento, uma atitude de salvaguarda do construído e de reflexão para intervenções futuras. O monumento deve perpetuar-se mas sempre respondendo de forma aceitável às novas exigências, com respeito pela sua expressão cultural e histórica, utilizando “plásticas” que deverão traduzir cada vez mais a veracidade da sua função e evitando a criação de pastiche que não traduzem mais que a procura de uma solução, para a qual não foi encontrada resposta, e logo mal resolvida.

Como já atrás se referiu, para além das adulterações vividas pelo próprio edifício, este também vê actualmente adulterado o seu próprio ambiente envolvente, que lhe deu vida e sentido.

As preocupações de enquadramento paisagístico estiveram ausentes nos empreendimentos urbanísticos, e os espaços públicos são apenas os necessários à circulação do trânsito, estacionamento automóvel, quando existe, e pouco mais.

A administração não teve capacidade para acompanhar e dar resposta às necessidades que advieram da explosão demográfica.

Foram destruídos inúmeros exemplos de um riquíssimo património cultural. Muitas quintas, edifícios e outros valores edificados desapareceram ou foram descaracterizados, pelo crescimento à sua volta de uma construção desregrada. Casos existem ainda de abandono, sendo o tempo e as intempéries a encarregarem-se da sua total destruição.

Na zona de Odivelas dever-se-ia ter tirado partido das condições naturais existentes preservando e respeitando as suas potencialidades, bem como o património natural e edificado que a enriquecia.

Cumpre-nos hoje, salvaguardar o importante património que ainda resta, perpetuando o seu testemunho e valores culturais.

Parece-nos de evitar que a continuação da invasão destruidora da construção desordenada apague por completo a imagem de um quadro paisagístico referenciado a valores que vão sendo descaracterizados.

Estamos perante um dos casos em que o quadro legal se mostra ineficaz, e o monumento foi-se vendo envolvido por acções que o ultrapassaram e destruíram o seu espaço, e o seu enquadramento.

Deixamos estas considerações que poderão ser úteis a uma reflexão que traga alguma contribuição na definição de objectivos de qualidade válida, em futuras intervenções.

A vitalidade deste monumento manifesta-se pela função importante que ainda hoje desempenha, quer para o Instituto quer para a comunidade em geral, e apesar de tudo ele ainda persiste. Resta-nos agora, entender preservar e continuar a obra dos nossos antepassados.

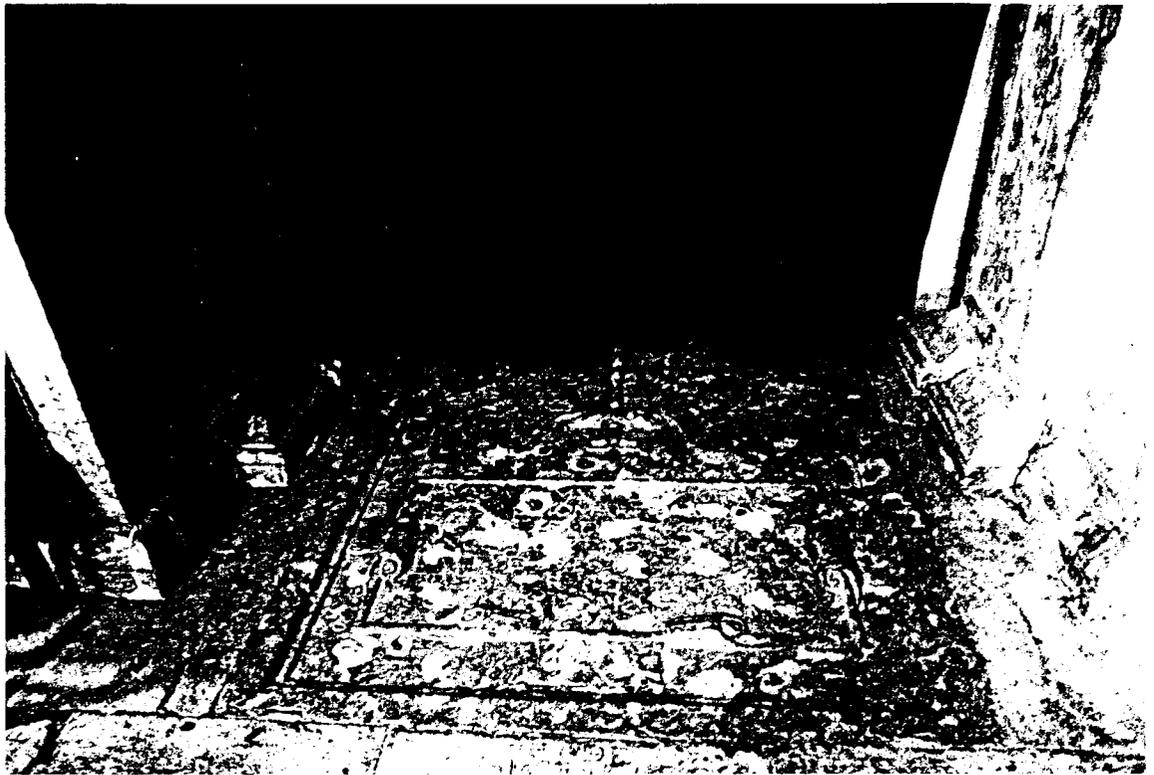


Fig. 8.1 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Tumulo de D.Guiomar de Noronha.

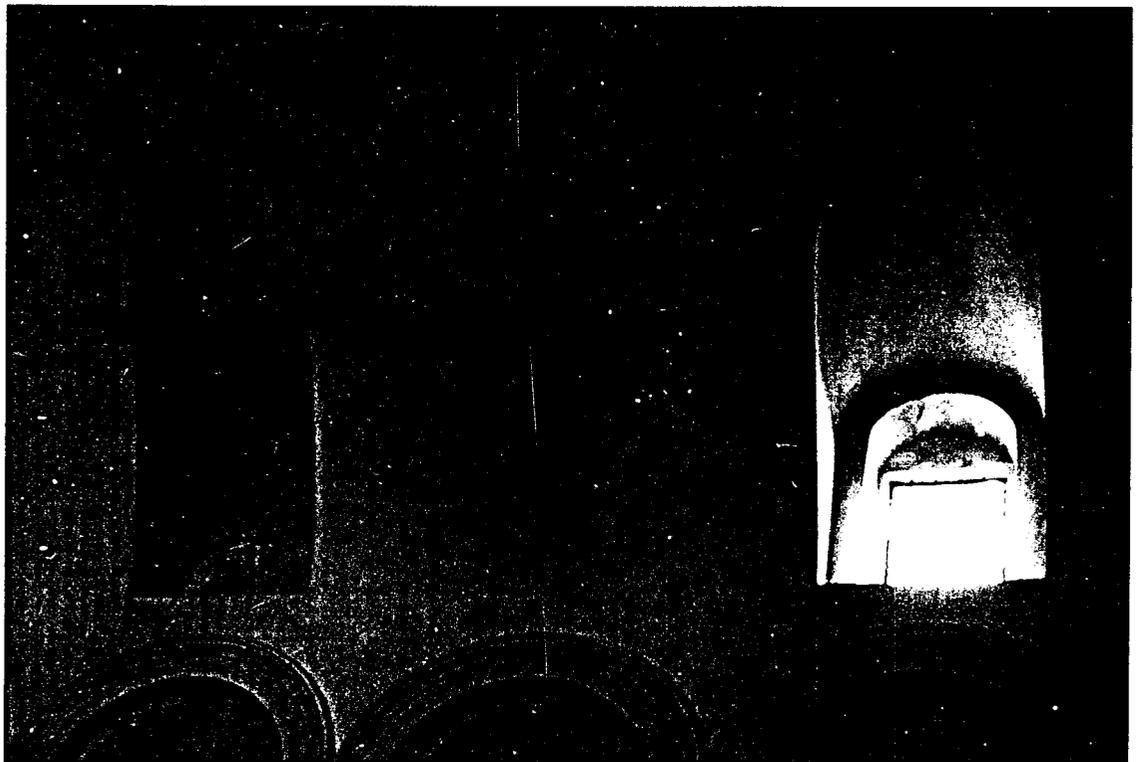


Fig.8.2 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Janela entaipada.

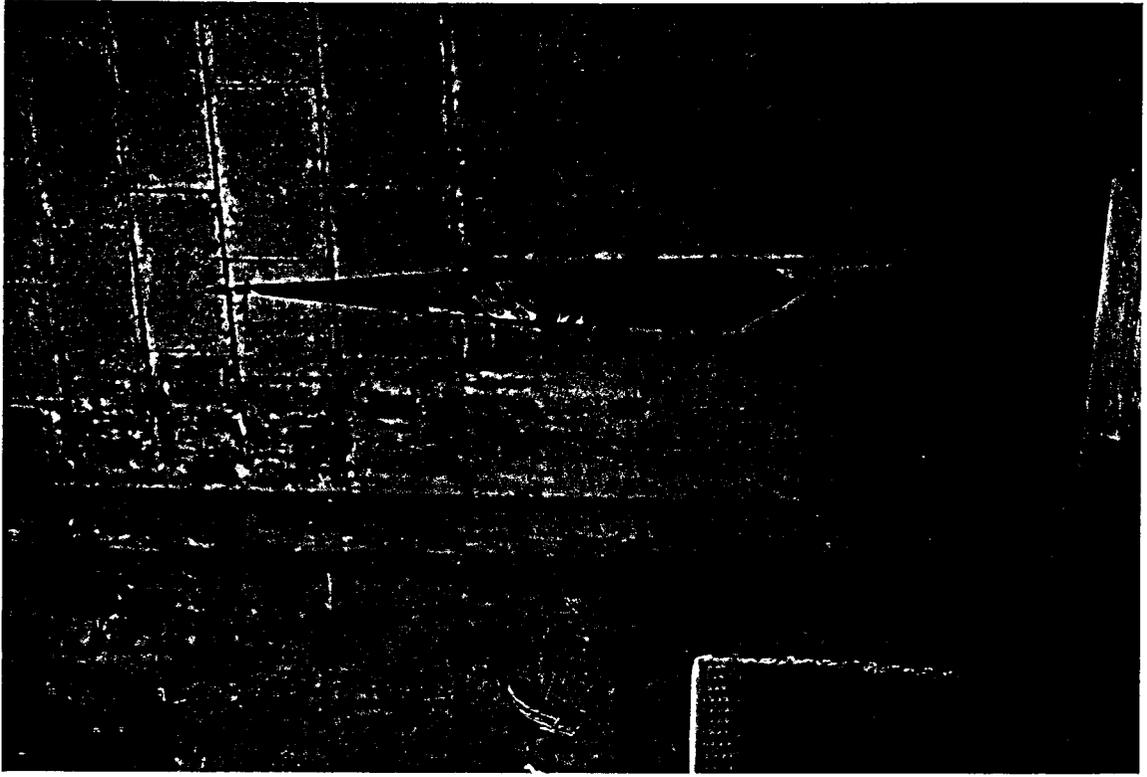


Fig. 8.4 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas, Igreja.Marcas da fixação do altar barroco na abside.

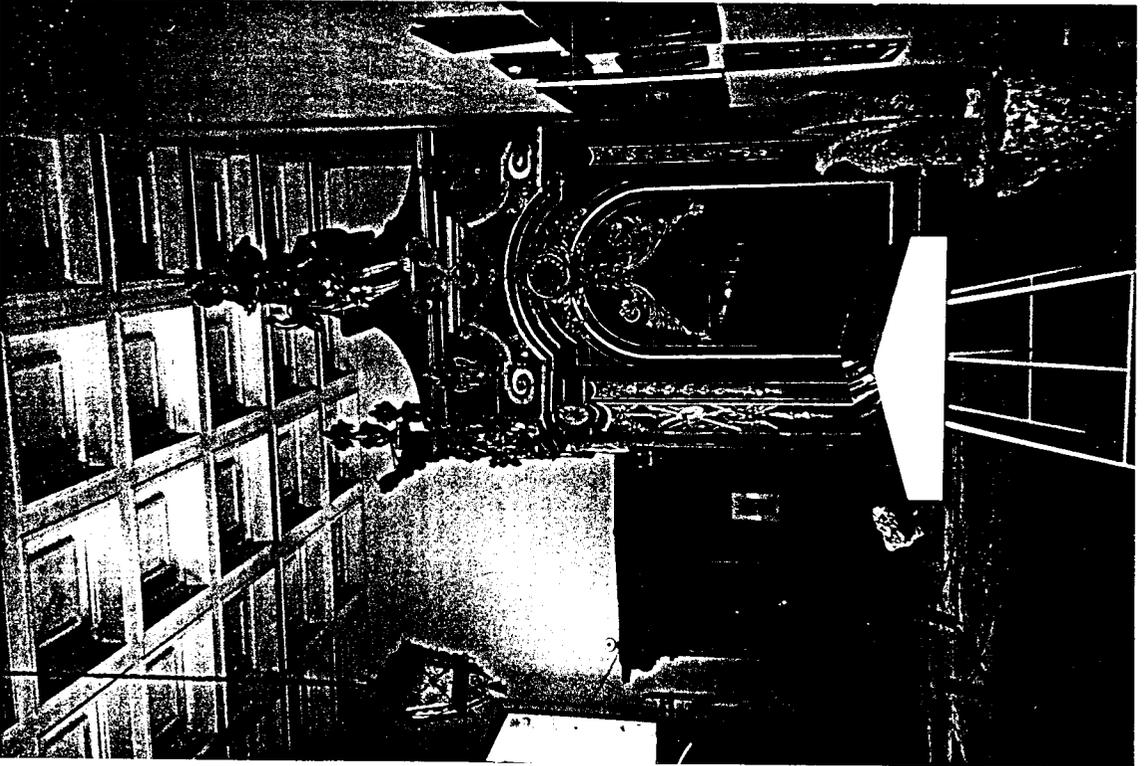


Fig.8.3 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Orgão no actual Museu (antiga Sala do Capitulo).

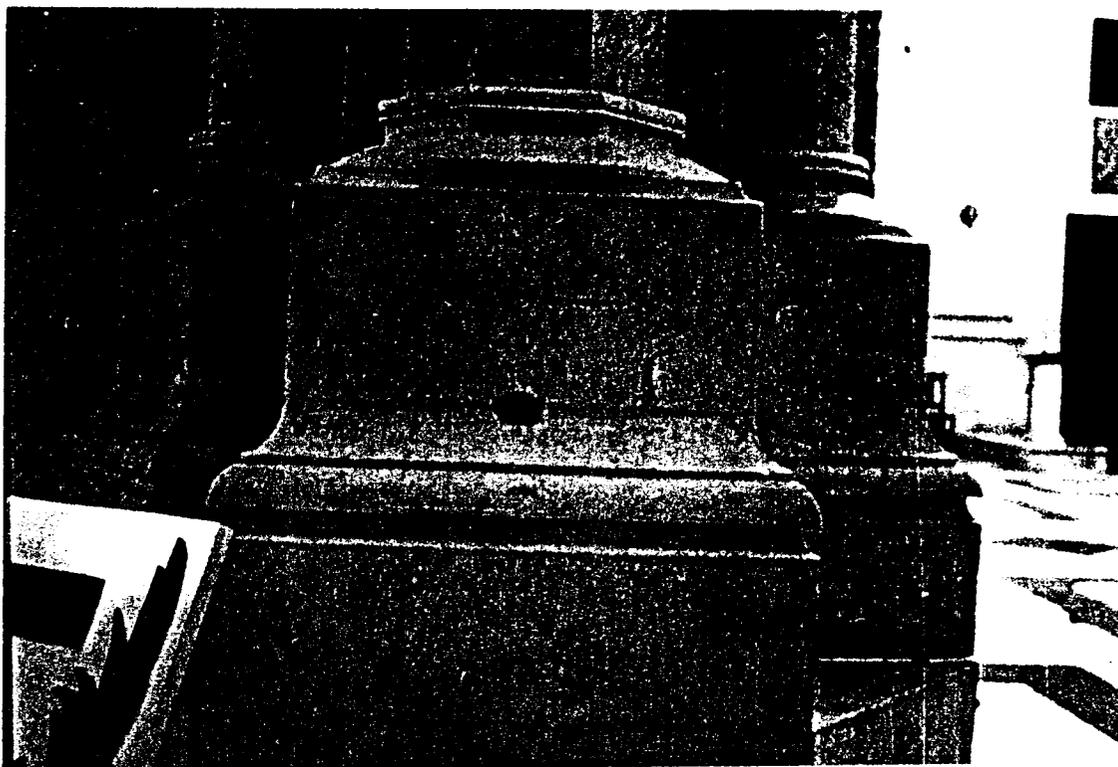


Fig. 8.5 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Marca deixada pela anterior balaustrada no absidiolo.

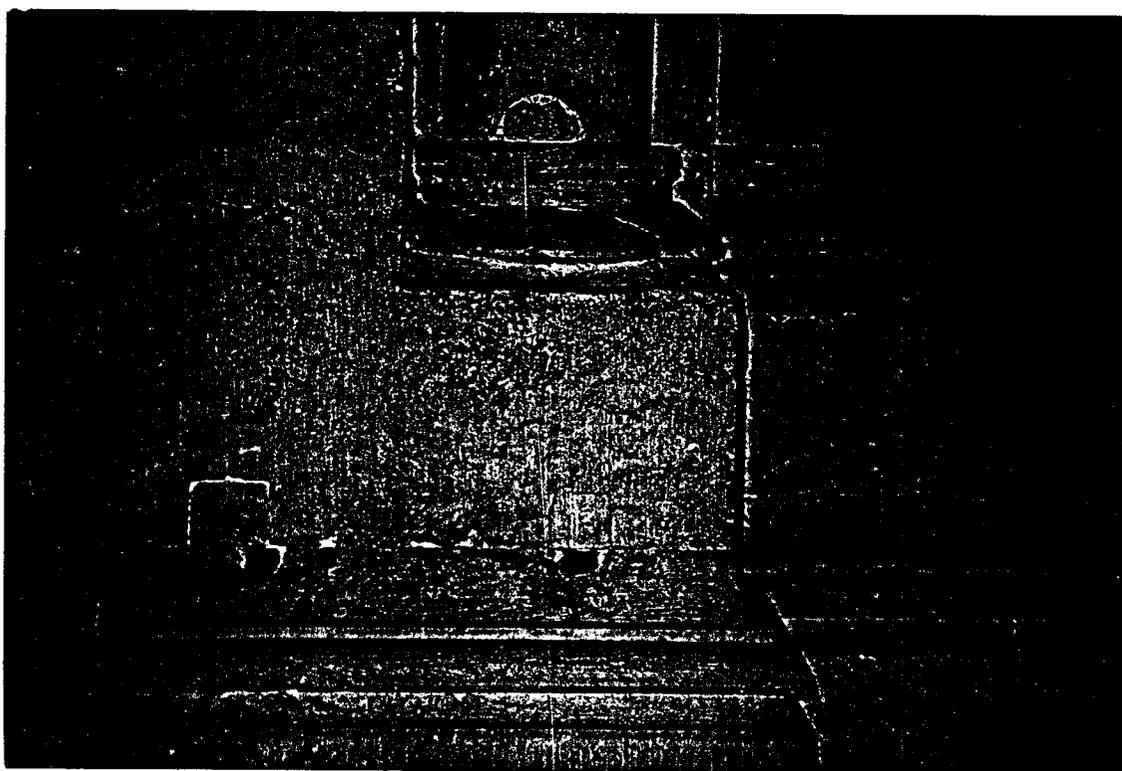


Fig. 8.6 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Marcas com a introdução de ferro, para fixação de anteriores gradamentos.

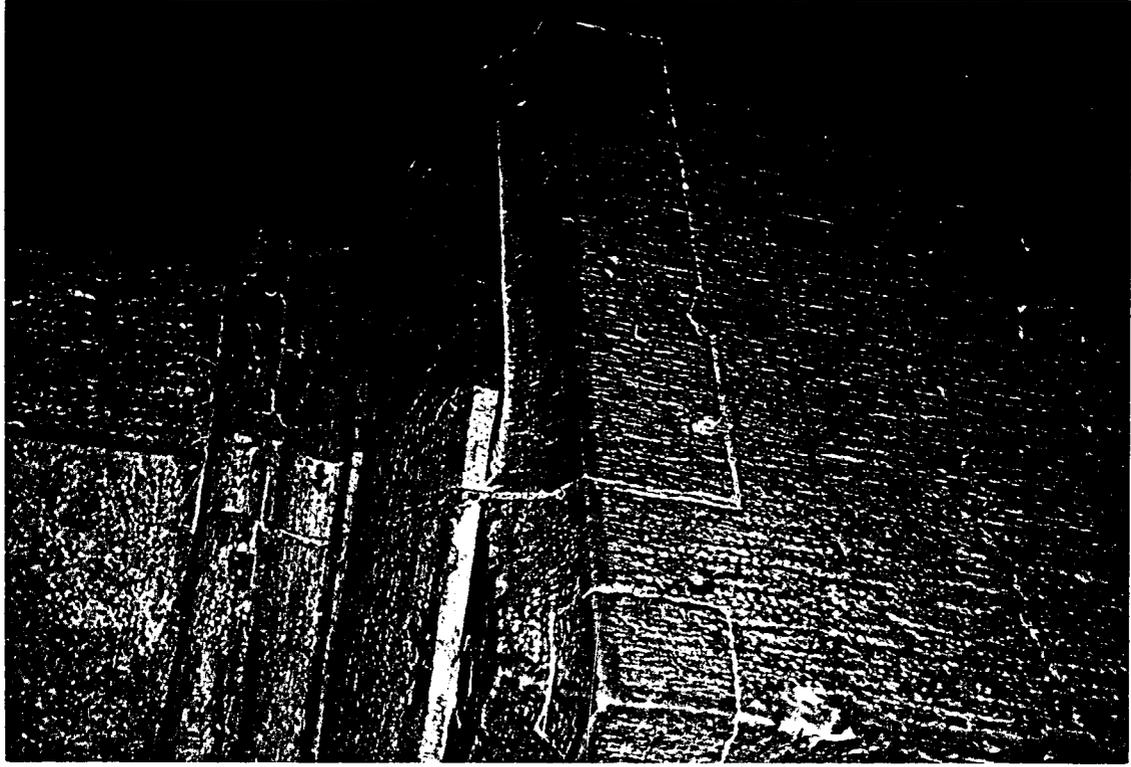


Fig. 8.8 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Igreja. Marcas deixadas pelas transformações sofridas.

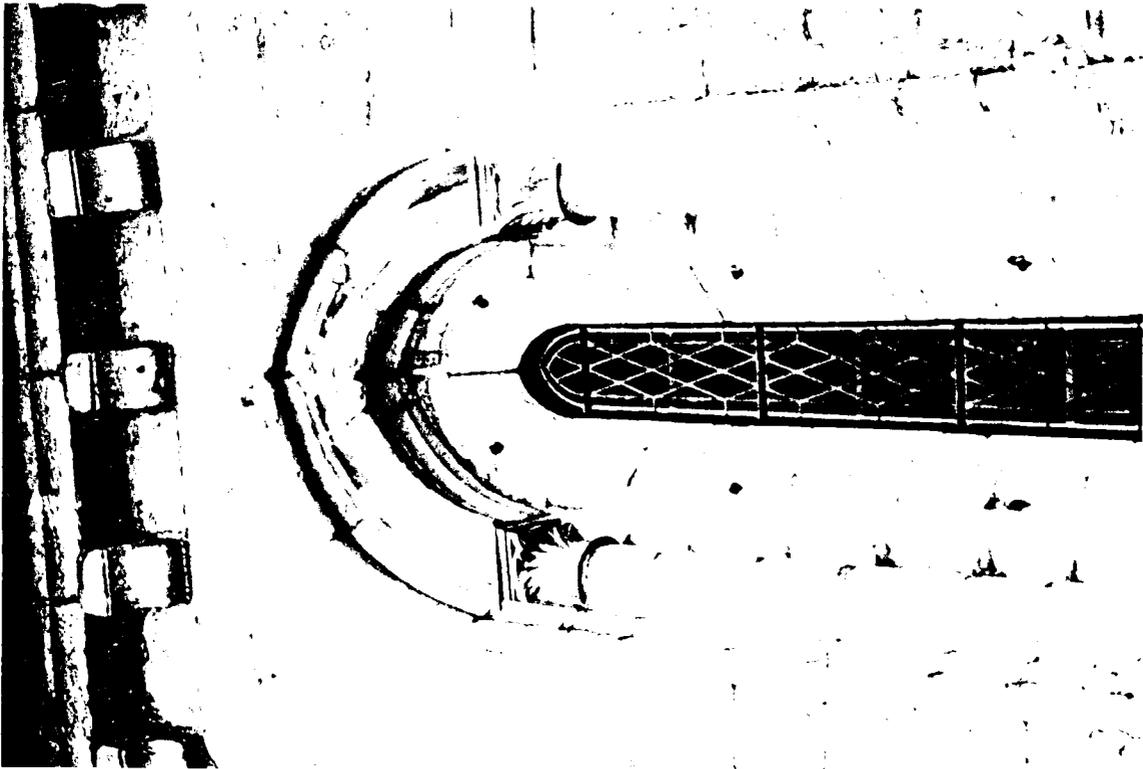


Fig. 8.7 - Mosteiro de S. Dimis de Odivelas. Capela de D. Filipa. Sinais da fixação da grade na janela.

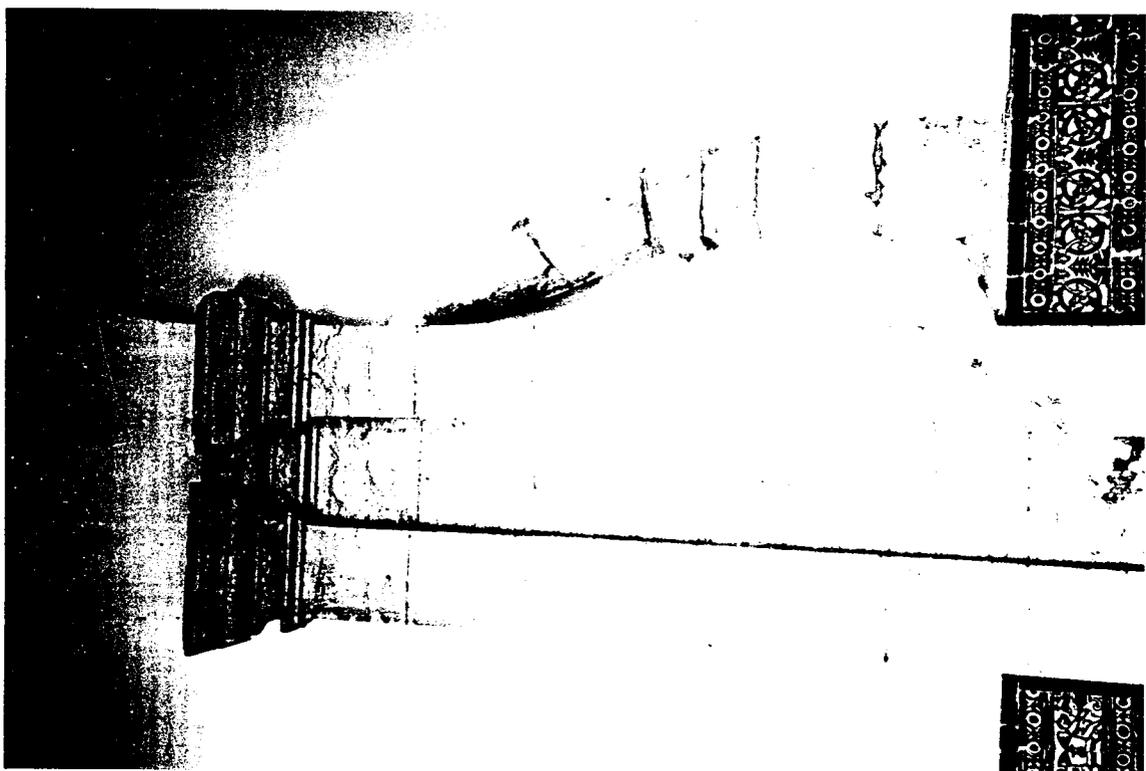


Fig. 8.9 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Ruínas da porta do parlatório.



Fig. 8.10 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro da Moura. Ruínas da galeria superior.

II PARTE

PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROTECÇÃO

CAPITULO IX

MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Conhecido o diagnóstico das situações em maior risco de deterioração, indicamos alguns cuidados a tomar na conservação, ou a eliminação das causas que provocam a anomalia.

9.1. MOSTEIRO

Reportamo-nos aqui também áqueles que são os materiais fundamentais desta construção e à atenção que estes nos deverão merecer para que permaneçam, prolongando qualitativamente a vida deste monumento.

9.1.1. Pedras

Primeiro que tudo importa eliminar ou minimizar as causas de degradação, pois se estas subsistirem qualquer tentativa de tratamento de manutenção se mostrará ineficaz.

Indicam-se os três grupos de tratamento indicados pelo “ Grupo de Trabalho de tratamento de Pedra” (ligado ao ICOM, ao ICOMOS e ao ICCROM): Limpeza; Consolidação; e Protecção (1).

A limpeza para além de permitir manter as peças em bom estado de conservação retirando tudo o que lhe é prejudicial, tem também um objectivo estético, restituindo a peça à sua beleza inicial.

Assim, com a limpeza deverão eliminar-se: sais solúveis, incrustações, microorganismos, vegetação parasita, dejectos de aves, poeiras, partículas e outros elementos prejudiciais, devendo haver especial cuidado para não ser prejudicada a superfície original desta, com perdas de material ou alterações na sua textura. Quando a estrutura superficial da peça se apresenta sensível, deverá avaliar-se a necessidade de recorrer a uma consolidação prévia.

Deverá acautelar-se o uso de substâncias abrasivas e de ferramentas mecânicas, devendo o método de limpeza a seguir ser criteriosamente estudado.

Os métodos de limpeza mais aconselhados são: pulverização de água ou microjacto controlado e limitado de partículas abrasivas.

Quando a pedra apresenta desagregação deverá restabelecer-se a coesão, através de consolidantes inorgânicos ou orgânicos, de preferência com ensaio prévio em laboratório.

No caso de apresentação de fissuração ou fragmentação, deve recorrer-se a pastas apropriadas e colas.

Os tratamentos de limpeza e consolidação não são suficientes se a pedra continuar exposta aos agentes de deterioração, devendo: prevenir-se a protecção contra o ambiente, eliminando ou minimizando a acção dos factores de ordem extrínseca; prevenir-se a protecção físico-química, pela aplicação de tratamentos superficiais de protecção; e procedendo a inspecções periódicas ao estado de conservação, avaliações no sistema de manutenção, e renovação dos tratamentos de protecção.

Deverá proceder-se à substituição de fragmentos desaparecidos pela sua execução e colagem ou pelo preenchimento com massa moldada.

Muitos dos componentes considerados poluentes podem ser aumentados devido à concentração de pessoas, pelo que deverá evitar-se a sobreocupação da igreja nos dias de culto, especialmente com grandes aglomerações em simultâneo, e por período prolongado de tempo.

Deverá acautelar-se o levantamento minucioso de todas as peças que pelo seu desenho, mereçam destaque, como sejam: capitéis e fechos de abóbadas, por forma a possibilitar a sua eventual e posterior reconstituição, caso sejamos surpreendidos com acidentes de perdas inevitáveis, perpetuando assim as formas originais com alguma fidelidade.

9.1.2. Alvenarias

Indicámos como principal inimigo destas alvenarias a humidade. Importa pois eliminar as causas que estão na origem da sua existência.

Estas causas como já referimos podem ser muito variadas, importando pois analisar cada caso e detectar a sua proveniência, tendo em atenção a localização de anomalia no conjunto geral do edifício e detectar eventuais roturas de canalizações, nomeadamente as redes de distribuição de água, redes de esgotos domésticos e de águas pluviais, entupimentos de caleiras, algerozes ou tubos de queda ou deficiências na cobertura ou ainda infiltrações provenientes de deficiente isolamento nos vãos de abertura para o exterior.

Deverão ser efectuadas inspecções periódicas à cobertura, e proceder à sua reabilitação em caso de necessidade por forma a evitar infiltrações.

Quando já se verifiquem anomalias provenientes pela existência de humidade, estas deverão ser resolvidas, proporcionando:

- a secagem das paredes pela intensificação da ventilação, aumento da temperatura e desumificação do ambiente.
- remoção de eflorescência ou de bolores
- reparação ou substituição da superfície de revestimento.

A degradação de reboco detectada nas abóbadas do Claustro Novo deverá ser resolvida com uma impermeabilização conveniente do terraço evitando infiltrações, seguida da reparação do reboco com utilização de argamassas bastardas com cimento, cal aérea ou hidratada e areia. Quando se verifique a necessidade de encasque, devido a perdas de material ou à conveniência na sua substituição devido à deterioração, deverá ser aplicado o salpico, o emboço e o reboco, alterando o traço da argamassa com a redução sucessiva do cimento.

Como material de acabamento recomenda-se a caição tradicional ou a sua substituição por “tinta de água”.

Dever-se-á remover o reboco das nascentes do Casal Ventoso e da Ramada e aplicar novo reboco e caição, recorrendo ao método descrito .

9.1.3. Madeiras

Já indicámos atrás, as principais causas de degradação deste material, as quais deverão ser evitadas ou minimizadas por forma a permitir uma maior durabilidade das peças.

Deverá dar-se especial atenção à inspecção periódica a fim de detectar eventuais ataques pela acção parasitária de insectos e fungos, considerados os principais inimigos deste material.

Nestas inspecções deveremos estar atentos à presença de manchas de fungos, montes de serrim ou excrementos de insectos e ao levantamento das camadas superficiais das substâncias do tratamento aplicado.

Torna-se importante proceder a limpezas regulares de todo o espaço, retirando todas as poeiras, mesmo nos sítios mais efémeros, ou esquecidos, que por vezes se tornam zonas de acumulações de lixo e de objectos inúteis que podem tornar-se focos de incêndio e contaminação.

Não podemos deixar de referir que os cuidados excessivos se tornam por vezes prejudiciais, sobretudo quando aplicamos métodos de limpeza desaconselhados, como sejam a utilização de panos húmidos.

9.1.4. Azulejos

Para a salvaguarda deste património devemos ter em atenção o material de que é constituído o azulejo, e as interacções a que está sujeito, como elemento integrado num contexto arquitectónico, como factores de vária ordem, como sejam, de carácter construtivo, da utilização a que está submetido, e da acção do meio ambiente.

Assim, enquanto elemento integrado num objecto construído, em casos de necessidade de substituição de peças, deverá a argamassa de assentamento, ser criteriosamente estudada e experimentada, pois uma argamassa demasiado resistente, sujeita as peças a esforços mecânicos que podem levar a fracturas e uma argamassa demasiado fraca pode não garantir a sua adesão.

Quando nestas aplicações, deverão deixar-se juntas que permitam os movimentos de contracção e dilatação, provocados por variações de temperaturas e facilite as situações de tensão e de compressão, provocadas pelas deformações e movimentos da estrutura de suporte, por forma a evitar situações de fissuração, deformação e despreendimentos.

A presença de humidade é sempre de evitar pois ela pode penetrar no interior das peças, através das massas de fechamento das juntas ou de deficiências existentes no vidro, e provocará nestes casos o envelhecimento e a desagregação das argamassas, para além de proporcionar um ambiente propício ao aparecimento, de eflorescências e criptoflorescências resultantes da cristalização dos sais, e ao desenvolvimento de plantas e de fungos.

Encontramos em Odívelas situações de reconstituição das peças (Figs. 6.9 e 6.10) e também situações de preenchimento dos espaços vazios pelo azulejo de cor branca (Fig. 6.11).

Consideramos que ambas as situações são aceitáveis dependendo dos painéis a requererem a nossa intervenção, os quais devem ser analisados e estudados caso a caso, tendo sempre presente o objectivo a atingir e o resultado final, o qual deverá permitir uma leitura não deturpada do painel e um efeito estético de conjunto agradável.

9.1.5. Vitrais

Devido ao seu estado avançado de degradação dever-se-á proceder a uma reparação geral com a reconstituição das calhas de chumbo e aplicação dos vidros, nas zonas em que estes estão fracturados.

9.2. TÚMULO DE D. DINIS E DE SUA FILHA

Como já referimos anteriormente, o avançado estado de degradação deste monumento é preocupante, e embora não possamos evitar a situação já atingida, nem anular todas as vicissitudes pelas quais passou e que são a causa fundamental da sua actual deterioração, devemos tomar algumas medidas que impeçam a celeridade do processo.

Consideramos que deverá:

- ser evitada a grande aglomeração de pessoas ou a sua permanência e movimentação, demasiado próximo do túmulo;
- ser evitado o contacto directo com a peça, a não ser para as limpezas de conservação, evitando atritos ou outras situações de tensão e desgaste, provocadas pela colocação de qualquer objecto ou o simples contacto humano ;
- ser utilizada apenas limpeza seca;
- ser evitada a utilização de fotografia com “flashes”;
- manter-se a temperatura ambiente sem grandes amplitudes térmicas e evitar-se a existência de humidade.

Indicamos ainda como influência negativa a existência de tráfego nas proximidades, provocando choques vibracionais prejudiciais no decaimento da rocha.

Lembramos ainda que a fragilidade do rendilhado gótico que ainda faz parte do túmulo de D. Dinis, facilmente se deteriora, com atitudes menos cuidadas, pelo que a aproximação do público à peça poderá ser prejudicial.

É necessário que a obra de arte possa ser admirada pelo público, mas não danificada. Sugere-se, para uma melhor segurança a aplicação de uma corrente de protecção quer ao túmulo de D. Dinis, quer ao túmulo de D. Maria Afonso.

NOTAS

(1) CASTRO, Elda de - *in*, *A Conservação de Monumentos em Pedra - Estado Actual dos Conhecimentos*, M.E.S./L.N.E.C., Lisboa, 1984

CAPITULO X

MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO

Pensamos que as medidas de valorização deste património deverão recair sobretudo nas áreas que maior valor cultural representam, e aqui individualizadas nos monumentos nacionais: "O MOSTEIRO E O TÚMULO DE D. DINIS E DE SUA FILHA", mas estes monumentos não vivem isolados. Eles foram criados e estiveram inseridos num contexto ambiental e sócio-cultural, que também sofreu e continua a sofrer mutações e que se influenciam mutuamente, pelo que consideramos que estes aspectos não deverão ser esquecidos. Um monumento não pode ser entendido isoladamente, mas no conjunto envolvente e proporcionando todo um enquadramento que permita o entendimento destes valores.

Não poderemos nunca parar no tempo, nem recriar as vivências passadas, mas estas devem ser por nós entendidas, respeitadas, e delas deverá ficar a memória em testemunho daquela que é a origem dos nossos valores de hoje e que dá significado à vida da nossa sociedade.

10.1. ENQUADRAMENTO ENVOLVENTE

O conhecimento de uma paisagem tão diversificada, leva-nos à obrigação de tentar compreender uma área mais restrita, que neste caso, está intimamente ligada com o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Não perdendo de vista a paisagem global e as relações que sempre se estabelecem entre esta área e as circunvizinhas, devemos focalizar a nossa atenção sobre um local que desde o século XIII esteve ligado à fundação de um mosteiro e que com ele estabeleceu influências recíprocas.

Esta área que merece ser estudada e submetida a medidas de salvaguarda, deverá circunscrever-se à zona envolvente ao Mosteiro de Odivelas, ao troço que ainda resta da levada, e à Ribeira de Caneças, com influência determinante na implantação deste, sem esquecer as nascentes do Casal Ventoso e da Ramada, tendo como objectivo ultimo a recuperação de toda esta área, cujo ponto fulcral é um Monumento Nacional.

A delimitação da área de estudo teve por base as características do local que, à partida, nos pareceram influenciar a paisagem em que se inserem os elementos fundamentais (mosteiro, nascentes, levada, e ribeira) e que é de preservar (Fig. 10.1).

Assinalamos uma área com estrutura urbana, que abrange uma parte da zona antiga de Odivelas, e manchas de estruturas Suburbanas, junto aos cursos de água, e ligando estas áreas o espaço intersticial junto à Ribeira de Caneças, de estrutura rural que deverá merecer a nossa atenção, pela importância que deverá ter numa relação paisagística e cultural com o Mosteiro, com o qual mantém uma cumplicidade implícita na imagem da paisagem actual, que deve ser reabilitada a nascente e revitalizada a poente.

Para além desta área que delimitámos, consideramos que outros factores externos a estes limites e inseridos nesta paisagem, mantêm relações e influências directas com este espaço. Por isso, deverão ser devidamente diagnosticados e analisados por forma à obtenção de resultados eficazes na futura recuperação.

Assim, propomos a realização de um estudo de recuperação, com três zonas fundamentais de intervenção:

- PLANO DE REABILITAÇÃO URBANA, para a zona antiga de Odivelas envolvente ao Mosteiro, com especial incidência sobre o Largo de D. Dinis, para o qual propomos desde já, a conservação de fachadas.

Este Plano deverá ser precedido da análise dos espaços urbanos com a criação de fichas de inventariação (anexo VIII) que deverá ser acompanhada de:

- elementos gráficos;
- elementos fotográficos;
- documentação histórico-artística.

Consideramos de referir como medidas a ter em atenção:

- salvaguarda de edifícios com qualidade arquitectónica e interesse cultural;
- propostas de acções para edifícios ou outros elementos dissonantes;
- proposta de reestruturação para os espaços exteriores públicos;
- proposta de contenção de cérceas.

- PLANO DE PORMENOR para as manchas de estrutura suburbana, o qual deverá definir os espaços a construir articulando-os com a estrutura existente, definindo índices de ocupação e regulamentando a construção através da criação de um regulamento urbanístico e arquitectónico.

- PLANO DE REABILITAÇÃO PAISAGÍSTICA, para os espaços intersticiais junto à Ribeira de Caneças, o qual para além das medidas de salvaguarda dos valores ecológicos, agrícolas, e do coberto vegetal natural, deverá prever também a revitalização deste espaço com zonas de estar, lazer e integração de percursos pedestres.

10.1.1. Largo de D. Dinis

Não duvidamos que a construção do mosteiro, nesta zona, foi determinante para o crescimento do aglomerado populacional. A confirma-lo temos ainda hoje o coreto e a fonte pública, cuja concretização data de finais do século XIX, na praça onde a população já se reunia desde a realização dos famosos *outeiros*.

Ainda hoje são sentidas nos seus aspectos mais variados e simples, as influências deste mosteiro, em Odivelas. A famosa marmelada e doçaria vendidas através da roda são actualmente comercializadas na zona. Achamos interessante divulgar aqui a “*Cantiga de Odivelas*” (anexo X) que com as embalagens destes produtos é distribuída, lembrando ainda os *outeiros*.

Este espaço hoje denominado de largo de D. Dinis, como atrás referimos, foi anteriormente *couto* do Mosteiro, mantendo com este uma ligação muito forte, embora actualmente com uma ambiência funcional desordenada, a carecer de organização que o dignifique, valorizando o Mosteiro que lhe deu origem.

Ao centro deste espaço ergue-se a estátua da Rainha Santa Isabel (Figs 10.3 e 10.4), esculpida por Álvaro de Brée, único elemento de referência, que nos surge solto, na quase ausência de tratamento desta área, envolvida por construções de características arquitectónicas singulares (Fig. 10.5), onde há a assinalar alguns edifícios, como sejam a antiga casa do pároco (Fig. 10.6) e o edifício da Arcada (Fig. 10.7) e outros (Fig. 10.9), alguns elementos com interesse, como sejam o Coreto, a Fonte (Fig. 10.10) e um Relógio de

Sol (Fig.10.11), e algumas características comuns a estas construções que deveriam ser levantadas e identificadas. (Fig. 10.2)

Assim, para além do plano de reabilitação urbana em que este espaço se deverá inserir, propomos como medida urgente a recuperação de fachadas para esta zona envolvente ao mosteiro.

Consideramos ainda como medidas a ter em atenção para este espaço:

- inventariar a estrutura edificada desde o edifício, caso a caso, até à associação de edifícios em bandas, tipificando tipologias arquitectónicas e características dos elementos componentes;

- a recuperação e conservação dos edifícios de habitação, com respeito pela sua escala;

- a salvaguarda de edifícios com qualidade arquitectónica e interesse cultural;

- a salvaguarda de pormenores construídos com interesse;

- repensar a estrutura do espaço exterior público e dos pequenos equipamentos existentes que lhe estão associados (coreto, fonte, telefone público, I.S.);

- reabilitar e valorizar o espaço público com prioridade para o uso dos peões, regulamentando e condicionando o tráfego automóvel;

- estudo de infraestruturas urbanas, por forma a não haver interferências negativas na paisagem edificada.

Como intervenção inicial de análise é importante a elaboração de uma ficha de inventariação por edifício que deverá conter (anexo IX):

- indicações de identificação e caracterização; localização; data de construção; número de pisos; utilização; estado de conservação; valor arquitectónico e características dos elementos componentes (vãos, sacadas, cunhais, socos, platibandas, algerozes, chaminés, cobertura, paramentos de parede e outros elementos dignos de interesse).

- levantamento desenhado;

- levantamento fotográfico;

- descrição histórico-artística e pormenores notáveis.

10.1.2. A Ribeira de Caneças, a Levada e as nascentes do Casal Ventoso e da Ramada

Como já se referiu, a ocupação urbana a partir de 1955 fez desaparecer as quintas tão características desta zona, destruindo o equilíbrio ecológico existente. As margens da Ribeira de Caneças desde a Arroja até Ponte da Bica foram ocupadas com construções e, da impermeabilização destas encostas, do aumento de caudais, do entulhamento dos leitos, resultou o arrastamento e destruição de construções de defesa das margens e assoreamento das zonas mais baixas. A expansão urbana dos nossos dias sacrificou assim a paisagem natural tão característica e tão importante para o equilíbrio ecológico. Citemos, a título de exemplo, as várias fontes, outrora existentes na zona de Odivelas, das quais, algumas desapareceram e doutras apenas nos resta uma imagem degradada.

Apesar desta invasão caótica, pelas populações que se fixaram ao longo dos cursos de água ou de outras vias de comunicação, ainda persistem espaços rurais, ou intersticiais. No entanto, este espaço rural também sofre estas influências ecologicamente negativas e encontramos assim, as encostas de sequeiro com os olivais e pastagens, agora abandonados, e terrenos incultos. Na várzea que margina a Ribeira de Odivelas, a agricultura está em retracção, sendo praticada em pequenas unidades, como apoio ao rendimento familiar; formando espaços e hortas espontâneas, cujas vedações são bastante precárias (ex: canas, silvas, tábuas e latas). Os sistemas de rega assumem também um carácter artesanal, pouco elaborado e mesmo primário. Por outro lado, os sistemas de rega tradicionais, poços com noras e picotas, bem como outro tipo de indústrias artesanais de carácter colectivo, como as azenhas, estão hoje envolvidos pelas construções que desordenadamente invadiram esta paisagem.

Pensamos que estes valores que nos foram transmitidos, e que tiveram um papel tão importante na vida do Mosteiro, devem ser preservados na sua imagem e no seu todo envolvente. Assim consideramos importante:

- o estudo de um programa de salvaguarda dos valores ecológicos da Ribeira de Odivelas;
- a definição de medidas, tendentes à salvaguarda do leito das cheias;
- a recuperação dos espaços agrícolas adjacentes à Ribeira de Odivelas;
- a reabilitação das azenhas no percurso da Levada (Fig. 10.12);
- a recuperação da Levada no troço que ainda resta (Figs. 2.8 e 2.9);
- a valorização das nascentes;
- o estudo de um programa de recuperação do coberto vegetal natural nas áreas envolventes a estes valores culturais;
- o estudo do traçado de percursos pedonais de ligação destes elementos entre si e entre o Mosteiro;
- a valorização dos percursos pedonais de atravessamento da Ribeira de Caneças, junto ao Mosteiro (Fig. 10.13).

10.2 MOSTEIRO DE S. DINIS E TÚMULOS DE D. DINIS E DE SUA FILHA

Referindo-nos a uma valorização do próprio monumento, é interessante fazer alguns reparos que devem merecer atenção em algumas correcções que permitam um melhor enquadramento de elementos dissonantes no mosteiro, ou que minimizem os seus efeitos:

- numa perspectiva de valorização estética do edifício propomos a realização de um estudo de iluminação e de som que minimize os efeitos destas infraestruturas quer no interior quer no exterior do mosteiro (Figs. 5.3, 10.14 e 10.15);
- dever-se-á proceder à elaboração de um projecto de recuperação e tratamento do espaço exterior do Claustro Novo e do Claustro da Moura, dando especial atenção à

existência de plantas trepadeiras, por provocarem uma mais rápida deterioração das superfícies aderentes (Figs. 10.18 e 10.19);

- dever-se-á proceder à elaboração de um projecto de elaboração e tratamento do espaço exterior na zona da “cerca”, intramuros do actual Instituto. Seria interessante a elaboração dum horário de visitas pelo público, a compatibilizar com o horário de funcionamento e períodos de férias lectivas do Instituto;

- propomos a eliminação, com tratamento adequado, do emparedamento e respectiva cortina vermelha dos vãos existentes na parede de fundo da nave da Igreja (antigas capelas), o qual deverá ser objecto de um estudo que valorize estes espaços, e o que resta do túmulo de D. Guimar de Noronha (Figs. 8.1, 10.16 e 10.17);

- propomos o impedimento do estacionamento automóvel junto do edificio, o qual deverá ser previsto no estudo cuja elaboração se propõe para o Largo de D. Dinis, bem como o já referido condicionamento do acesso automóvel ao Largo;

- propomos a eliminação das placas de sinalização junto ao edificio.

Não queremos deixar aqui, de referir que este que é considerado MONUMENTO NACIONAL, não deveria estar sujeito à falta de informação a que é submetido. Deveria ser posto em acção um conjunto de medidas tendentes a uma melhor valorização daquilo que é a expressão insubstituível da riqueza do nosso património cultural, transmitindo um sistema de referências culturais, que deverão continuar a ser transmitidas às futuras gerações, ao longo dos anos, sugerindo-se a criação e produção de materiais de informação turístico-cultural sobre o mosteiro, e também a elaboração de um estudo de sinalização deste.

Também é de salientar as dificuldades que qualquer cidadão encontra se quiser visitar, conhecer, ou estudar este Monumento. Razões de vária ordem nos são apontadas para impedir o acesso que, entretanto, apenas é consentido mediante regras bastante restritas e desgastadoras da paciência do visitante. Seria conveniente a afixação na entrada do Mosteiro do horário de visitas, as quais deveriam ser acompanhadas de um funcionário com formação para a respectiva transmissão da informação.

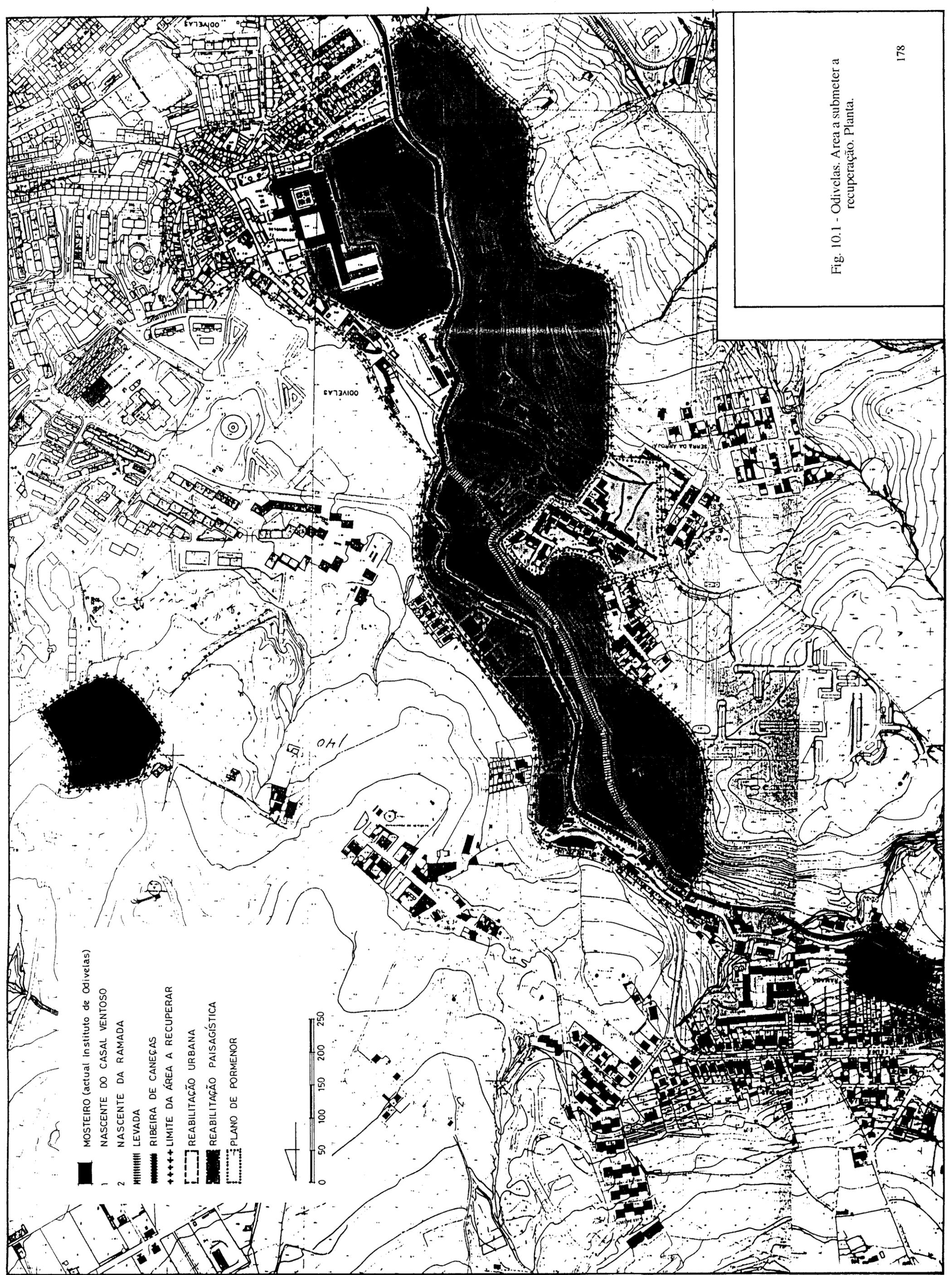
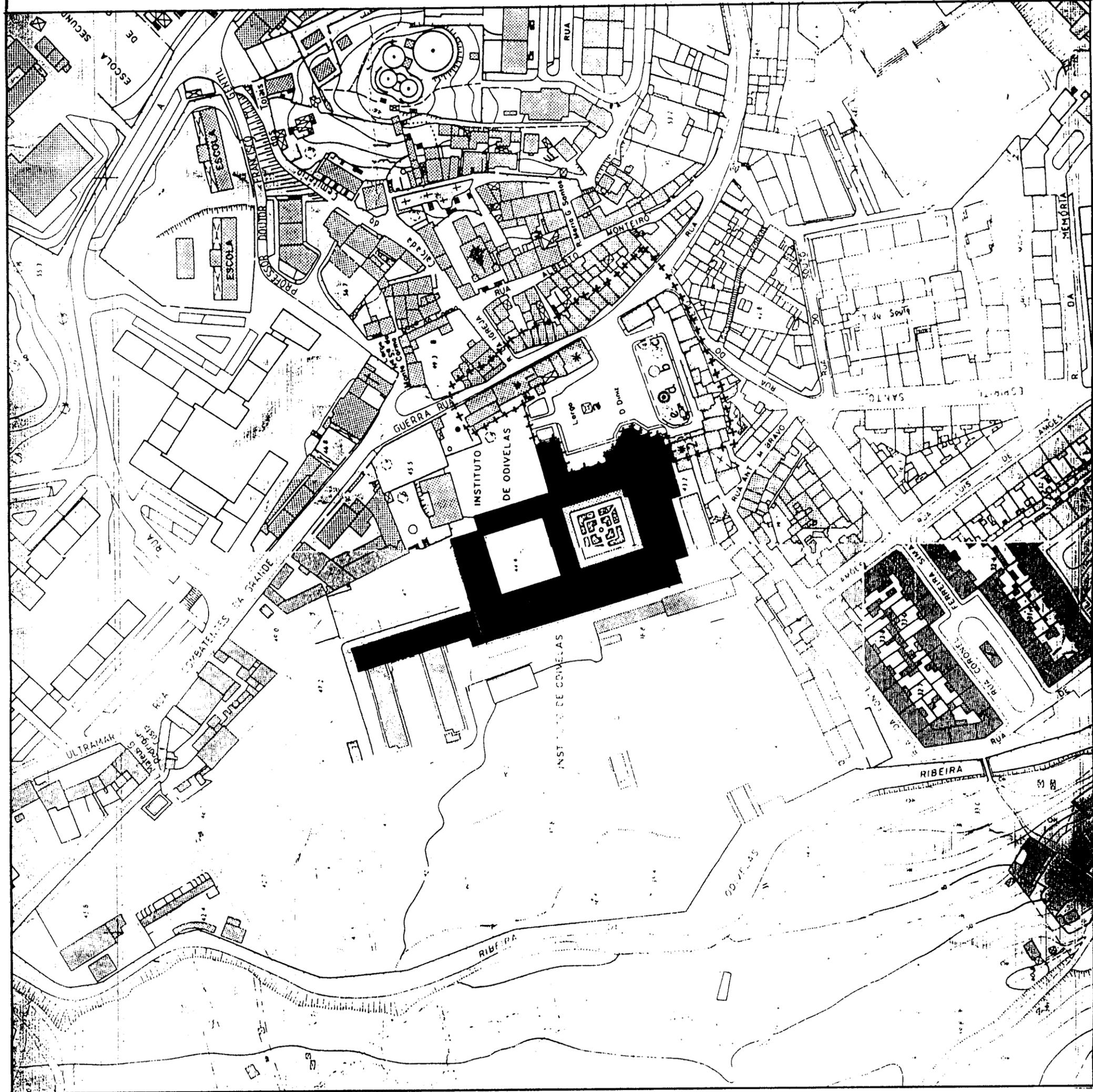


Fig. 10.1 - Odivelas. Area a submeter a recuperação. Planta.



- ++++ -- Limite da área
- -- Mosteiro
- * -- Edifícios de Qualidade
- 1 -- Antiga Casa do Pároco
- 2 -- Edifício da Arcada
- a -- Estátua
- b -- Coreto
- c -- Fonte
- d -- Lago
- e -- Inst. Sanitária
- Fachada a conservar

Fig. 10.2 - Odivelas. Largo de D. Dinis.
 Estudo de Conservação de Fachadas.
 Planta com Area de Intervenção.



Fig. 10.3 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Mosteiro (Zona Sul) e estátua.



Fig. 10.4 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Mosteiro (Zona Norte) e estátua.



FFig. 10.5 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Edifícios em banda (fachadas a conservar).



Fig. 10.6 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Antiga Casa do Pároco.



Fig. 10.7 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Edifício da Arcada.



Fig. 10.8 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Lago (elemento "quitch", dissonante).



Fig. 10.9 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Edifício de Habitação.



Fig. 10.10 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Fonte e Coreto.

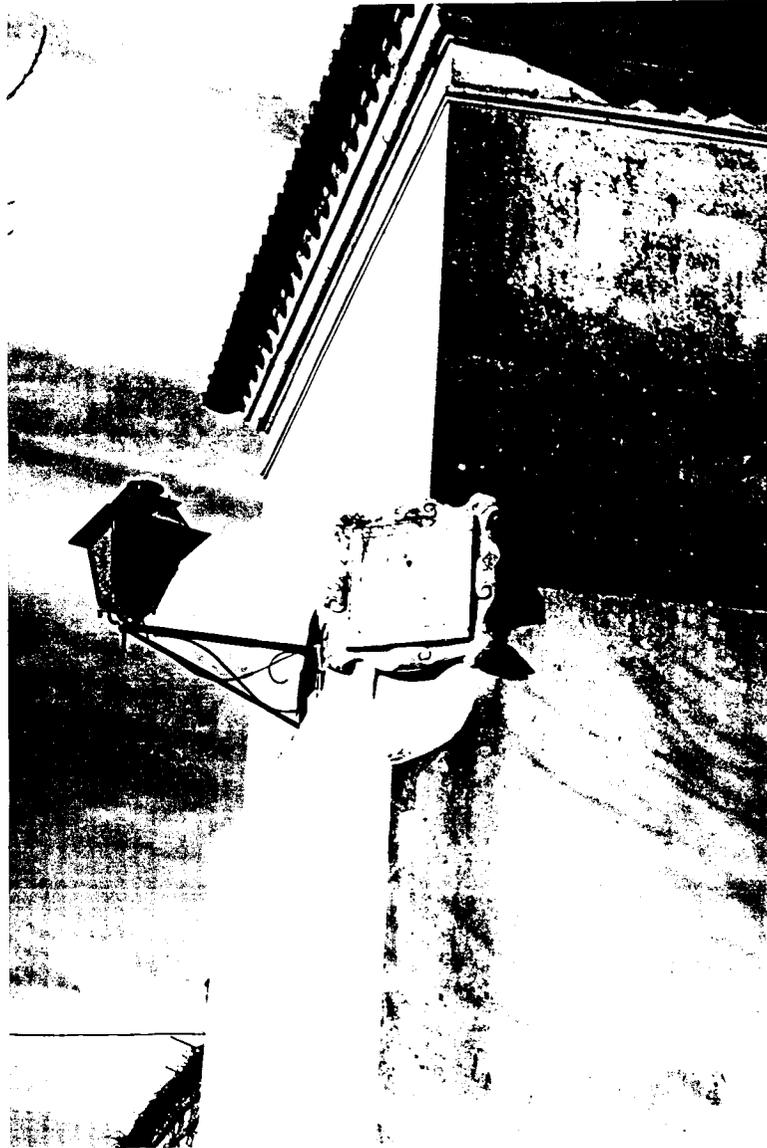


Fig. 10.11 - Odivelas. Largo de D. Dinis. Relógio de Sol.

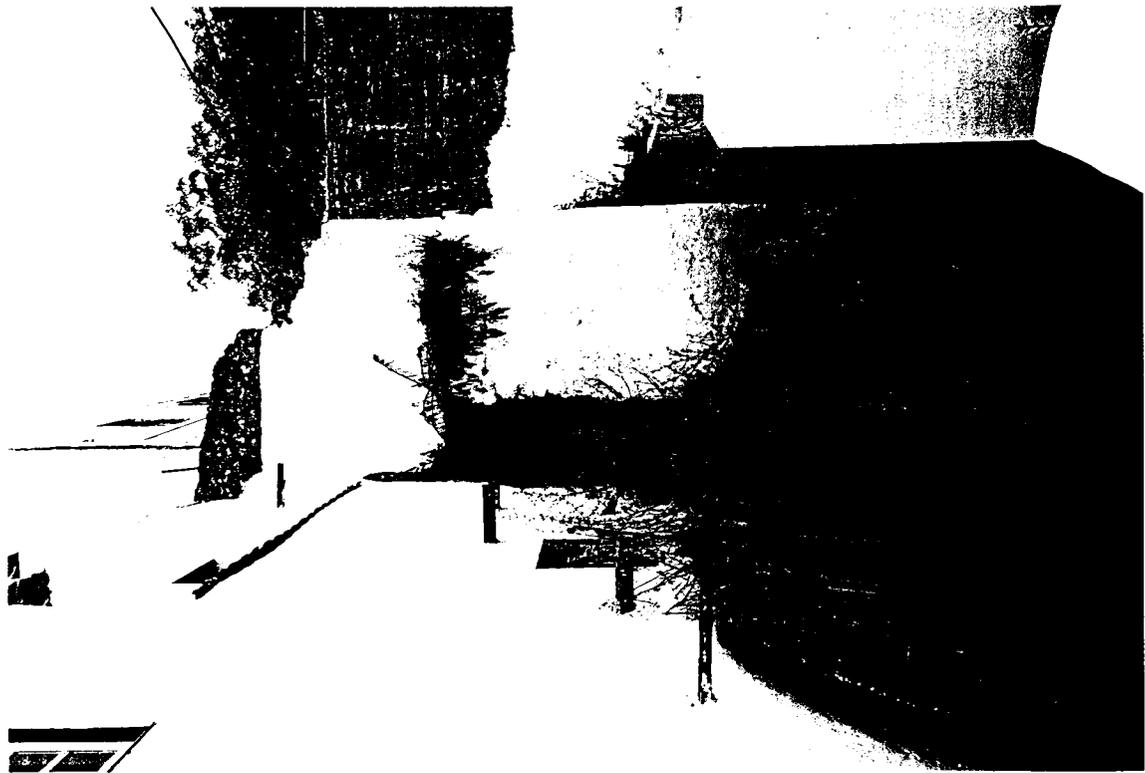


Fig. 10.12 - Odivelas. Azenha.



Fig. 10.13 - Odivelas. Ponte pedestre sobre a ribeira de Caneças, junto ao Mosteiro.

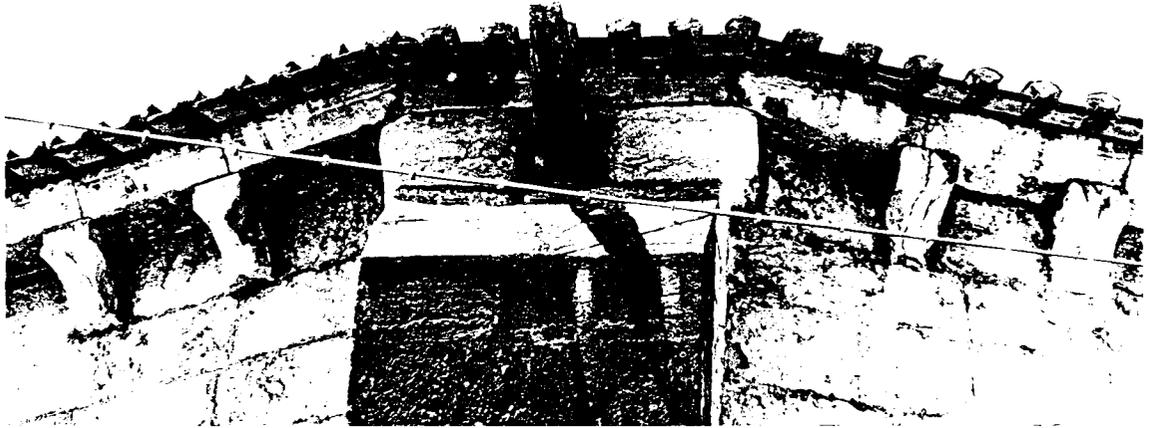


Fig. 10.14 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Atravessamento de cabos electricos junto à abside.

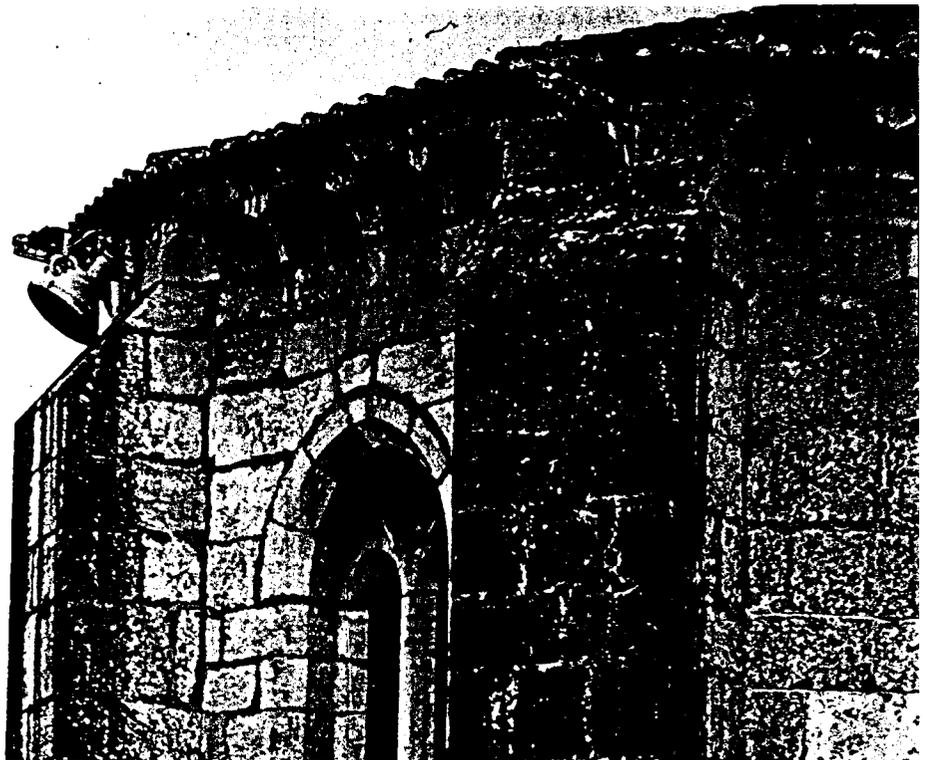


Fig. 10.15 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Projectos de iluminação na abside.

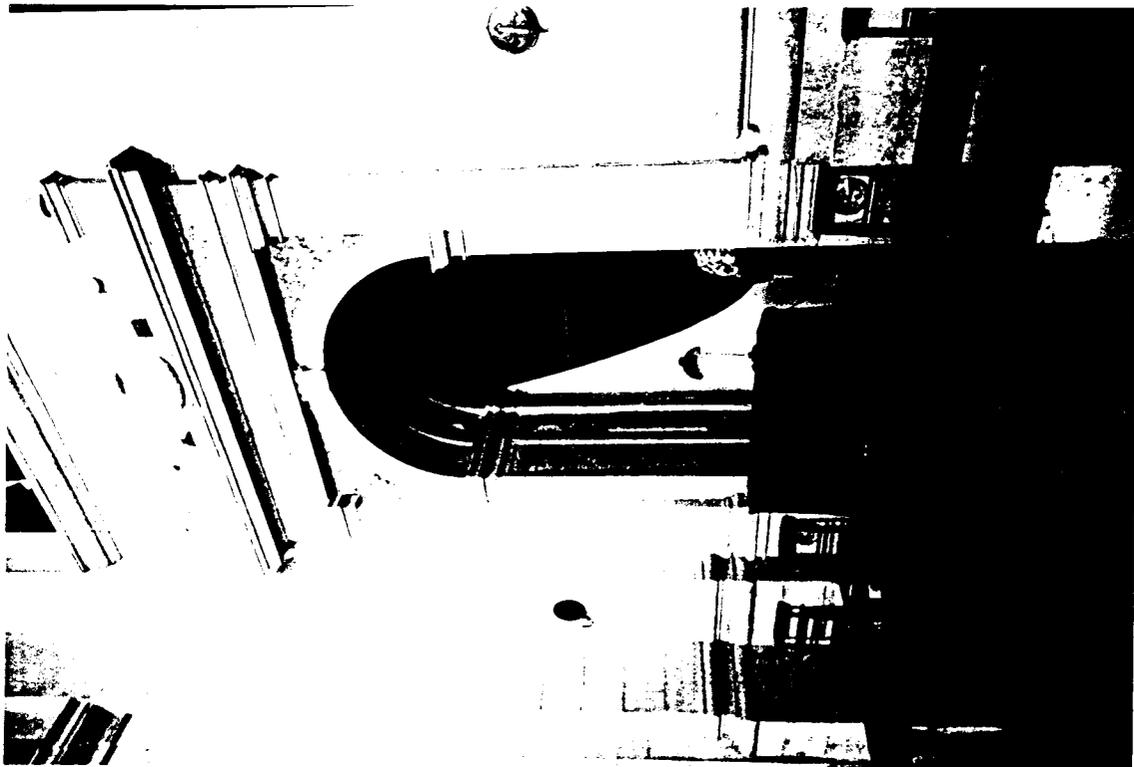


Fig. 10.16 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Vão emparedado na parede de fundo da nave



Fig. 10.17 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Igreja. Tumulo de D. Guiomar de Noronha, destruido sob vão emparedado na parede de fundo da nave.



Fig. 10.18 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro Novo. Alas Poente e Norte.



Fig. 10.19 - Mosteiro de S. Dinis de Odivelas. Claustro de Moura. Ala Sul.

CAPITULO XI

PROPOSTA DE PROTECCÃO

A protecção deste património impõe-se-nos de forma verdadeiramente importante, se tivermos em conta os atentados que todos os dias sofre o nosso Património Natural e Construído.

Actualmente não é difícil, ao visitarmos um Monumento Nacional, depararmos com os mais variados exemplos de violação da Lei de Protecção aos Monumentos, tantas vezes a favor de razões que em nada se ligam a acções de valorização e defesa do Património.

Parece-nos importante que o enquadramento legal desta obra do nosso património mereça a nossa atenção, já que deverá ser a sua correcta aplicação que permitirá assegurar que os valores culturais e artísticos dos MONUMENTOS NACIONAIS, sejam salvaguardadas e perpetuadas ao longo do tempo.

11.1. CRIAÇÃO DE UMA ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO

Conforme já referimos no capítulo anterior, a incoerência entre os diplomas legais torna também ambígua a Zona Especial de Protecção ao Mosteiro, não havendo assim, definição dos limites, quer da “*zona vedada à construção*”, quer do “*limite da zona especial de protecção*”.

Consideramos que estas zonas deveriam ser revistas e fixadas em nova Portaria, que de forma clara estabeleça regras inequívocas.

Apesar da existência de uma zona de protecção de 50 metros a contar dos limites exteriores do “objecto” classificado, a Lei do património prevê contudo que possa ser definida uma zona especial de protecção na qual poderá constar áreas “*non aedificandi*”.

Concluída a necessidade de alterar a zona de protecção, será da competência da D.G.M.N. elaborar o respectivo traçado indicando as respectivas restrições impostas, do qual será dada publicidade convidando os interessados a apresentarem as suas reclamações no prazo de 30 dias.

As reclamações poderão ter como fundamento:

- a ilegalidade ou inutilidade da alteração da servidão;
- a sua excessiva amplitude;
- a sua onerosidade.

A zona especial de protecção é concretizada por publicação de portaria.

Na fase de instrução do processo de classificação, os terrenos ou edifícios localizados nestas zonas não podem ser vendidos, expropriados, restaurados ou transformados sem autorização expressa do IPPAR.

Do anteriormente descrito, constata-se que o acto administrativo de classificação e consequente formação da zona a proteger impõe aos proprietários determinadas servidões administrativas, sobre os seus bens.

O direito de propriedade é assim limitado legalmente em benefício do interesse público. Essas restrições sofridas pelos proprietários não lhe dão contudo direito a indemnização à excepção dos casos em que fique provado passar a existir uma diminuição efectiva dos rendimentos dos prédios.

A Lei 13/85 do Património Cultural Português estipula no seu artº 44º que “ a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural deverão ser consideradas obrigatórias no ordenamento do território e na planificação a nível nacional, regional e local”. Determina ainda no seu artº 59º que “qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP (Associação de Defesa do Património) legalmente constituída, tem nos casos e nos termos definidos na Lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural.

Pese embora o espírito transmitido pelo articulado desta Lei, que consideramos louvável, não podemos deixar de lamentar, no entanto, que apesar da sua existência jurídica, ela incorre de ineficácia em alguns aspectos, por falta de regulamentação.

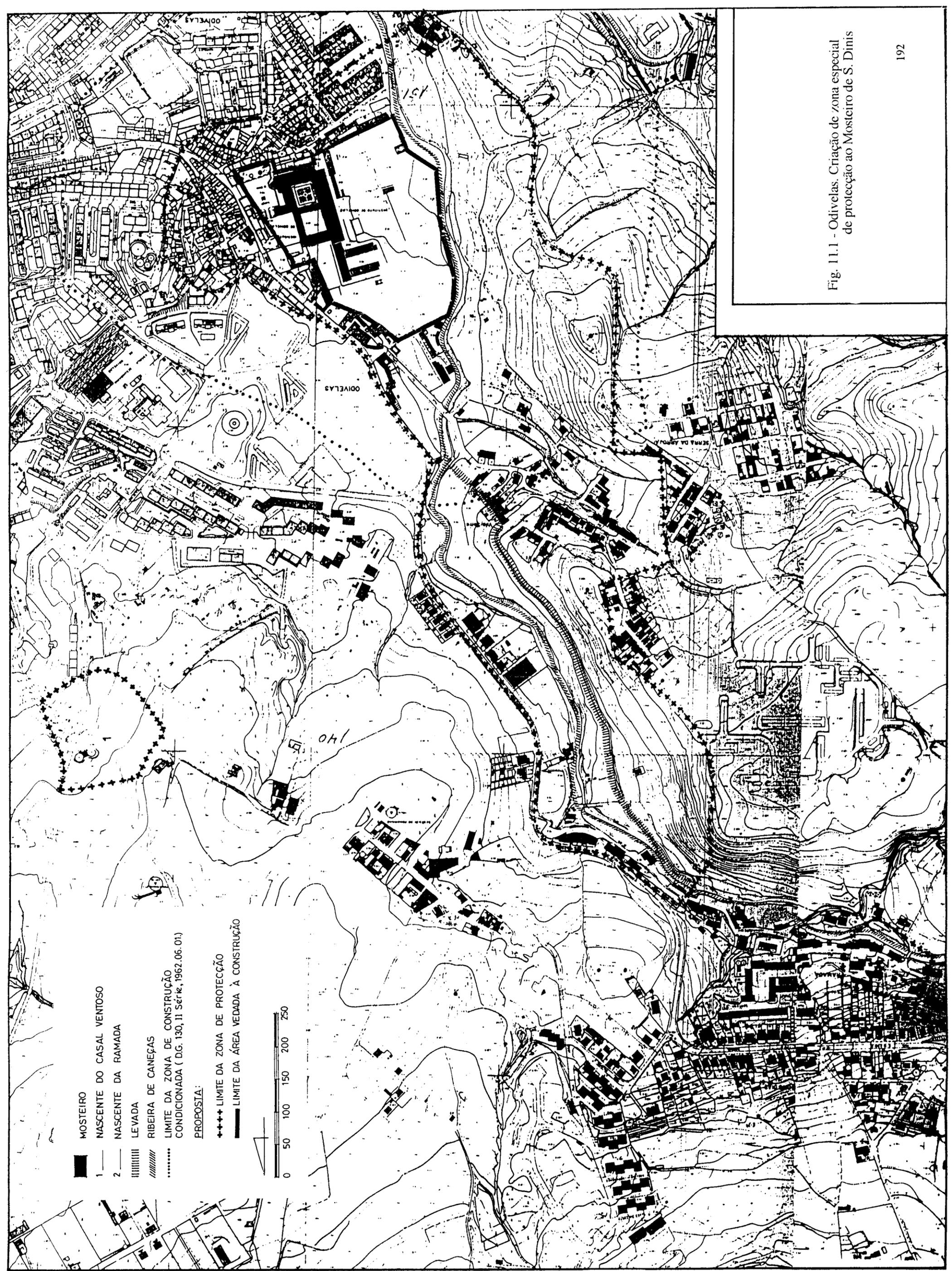
11.2. DEMARCAÇÃO DE LIMITES

Conforme já se referiu e ficou demonstrado no presente estudo, este Monumento está inserido num contexto ambiental mutável, mas que deverá ser também controlável para que em simultâneo com as vivências envolventes se valorize o passado que o criou e se dignifique cada vez mais o futuro que o continuará.

Avançamos assim com uma proposta de protecção abrangente à Ribeira de Caneças, à Levada e às nascentes do Casal Ventoso e da Ramada, elementos fundamentais na vida deste Mosteiro, hoje valores ambientais, ou mesmo simbólicos a merecerem a nossa atenção para um equilíbrio influenciador da paisagem (Fig. 11.1).

Com esta proposta pretende-se a concretização e eficácia das conclusões e opções que vierem a ser definidas no estudo de recuperação de que esta área carece e identificada no Cap. X.

Pensamos que só com a conjugação destas duas acções, propostas nestes capítulos, é possível a obtenção de resultados satisfatórios na defesa destes valores culturais.



- MOSTEIRO
- 1 — NASCENTE DO CASAL VENTOSO
- 2 — NASCENTE DA RAMADA
- ||||| LEVADA
- /////// RIBEIRA DE CANEÇAS
- LIMITE DA ZONA DE CONSTRUÇÃO
CONDICIONADA (D.G. 130, II Série, 1962.06.01)
- PROPOSTA:
- ++++ LIMITE DA ZONA DE PROTECÇÃO
- LIMITE DA ÁREA VEDADA À CONSTRUÇÃO



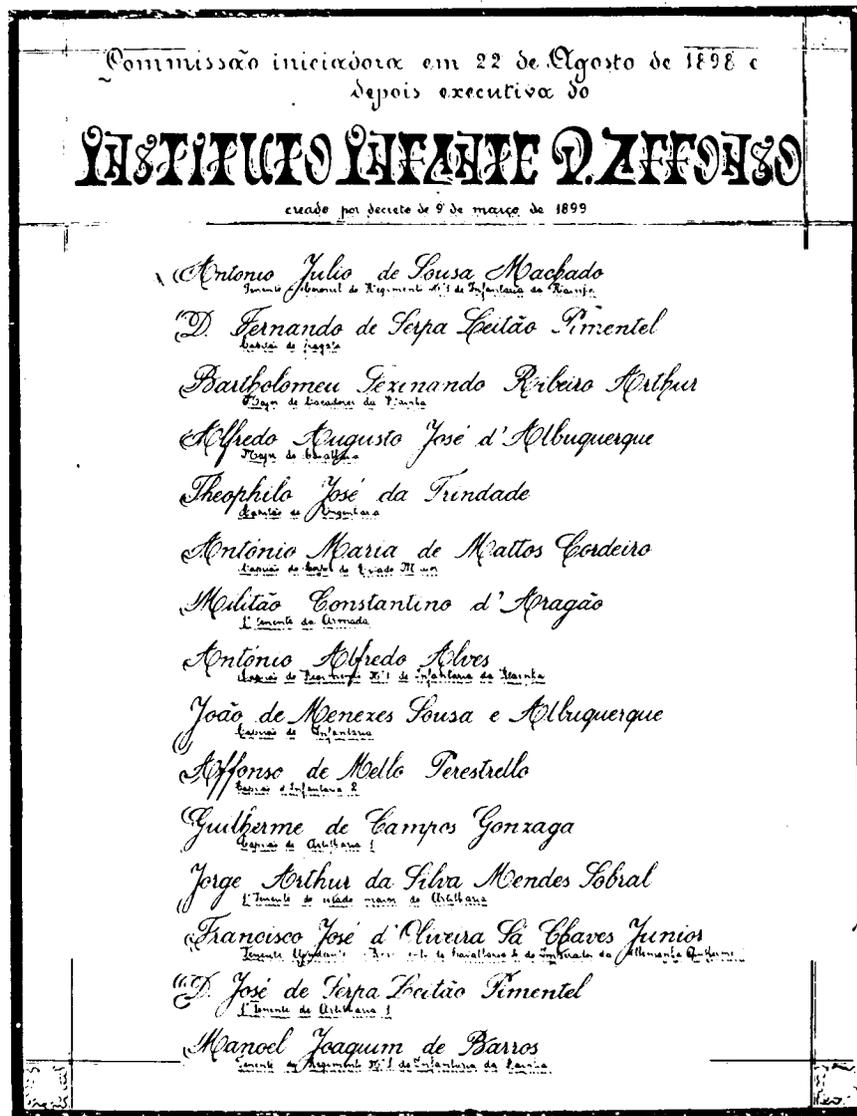
Fig. 11.1 - Odivelas. Criação de zona especial de protecção ao Mosteiro de S. Dimis

ANEXOS

Índice de Anexos

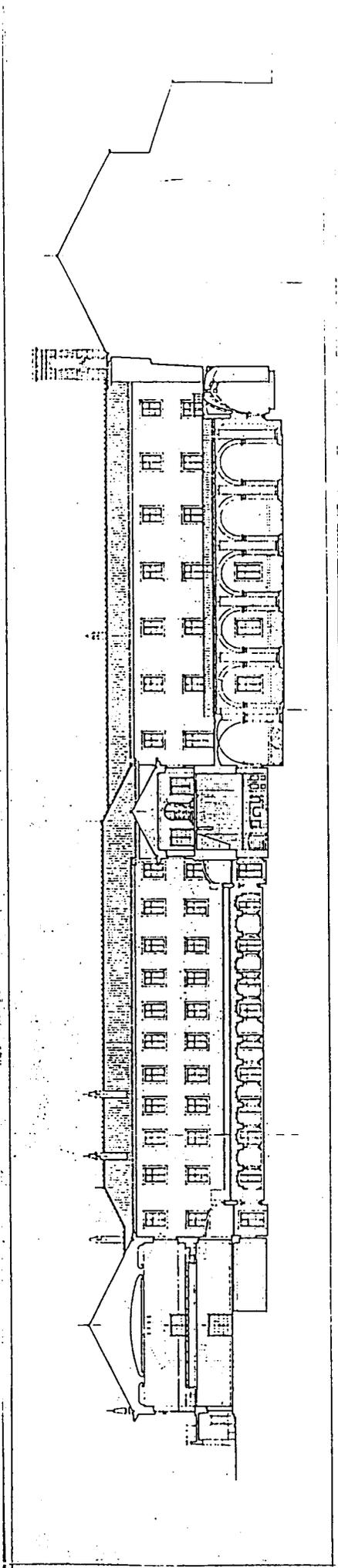
- I - Comissão Iniciadora em 22 de Agosto de 1898 e depois Executiva do Instituto Infante D.Afonso.
- II - Instituto de Odivelas - Planta cedida pela D.G.E.M.N.
- III - Instituto de Odivelas. Adaptação e Ampliação. Corte Norte / Sul cedido pela D.G.E.M.N.
- IV - Instituto de Odivelas. Adaptação e Ampliação. Corte Nascente / Poente cedido pela D.G.E.M.N.
- V - D.G. nº 22 de 26 / Jan./ 1957, pág.661.
- VI - D.G. nº 130 - II Série, de 1 / Jun / 1962, pág.3948 e 3949.
- VII - Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Planta taqueométrica, 1929.Cedida pela D.S.F.O.E.
- VIII - Ficha de Inventariação de espaços urbanos.
- IX - Ficha de Inventariação de edifícios.
- X - Cantiga de Odivelas.

ANEXO I



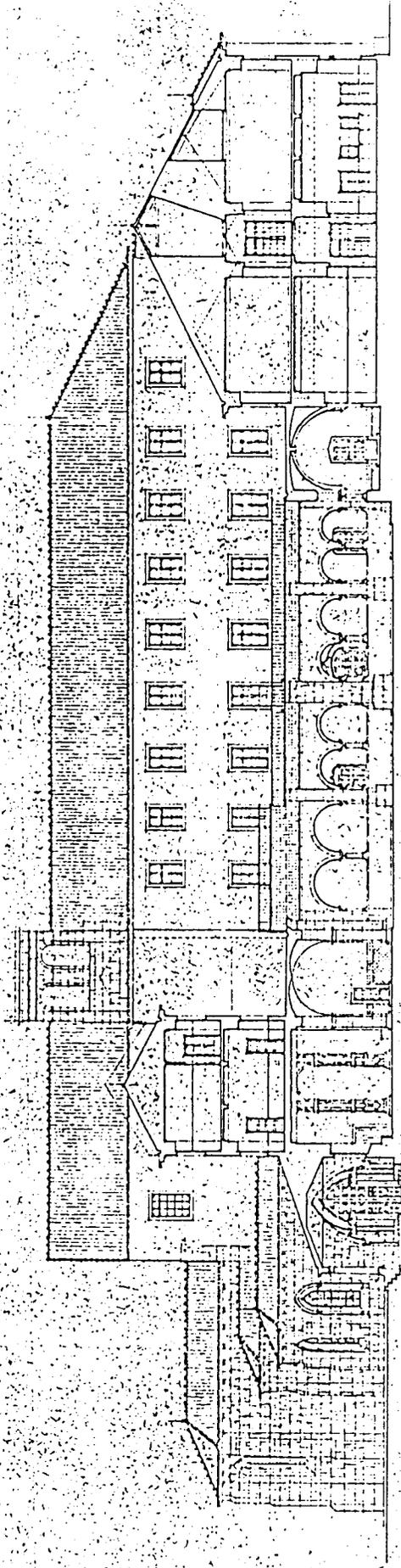
Instituto de Odivelas (Infante D.Afonso). Afixado na sala de visitas.

ANEXO III



<p>MOPC DGETN</p> <p>INSTITUTO DE OUVELAS ADAPTAÇÃO E ABRILHÃO</p> <p>ZONAS ESCOLAR E ADMINISTRATIVA</p>			<p>CORTE JA</p>	<p>10</p>
<p>ESCALA 1/100</p>				

ANEXO IV



DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS
E MONUMENTOS NACIONAIS

<p>MOPC DGEN</p> <p>INSTITUTO DE OBIVELAS ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO</p> <p>ZONAS ESCOLAR E ADMINISTRATIVA</p>		
<p>ESCALA 1/100</p>	<p>12</p>	

CORTE EF.

Fernando de Matos Guedes Lebre — nomeado, cedendo concurso, piloto provisório da corporação de pilotos do rio e barra de Lisboa, nos termos do artigo 14.º do Regulamento Geral dos Serviços de Pilagem das Barras e Portos do Continente e Ilhas adjacentes, aprovado e mandado pôr em execução pelo Decreto-Lei n.º 24 931, de 10 de Janeiro de 1935. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Direcção-Geral da Marinha, 25 de Janeiro de 1957. — Director-Geral, *João Francisco Fialho*, contra-almirante.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Secretaria-Geral

Por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Obras Públicas de 16 do corrente:

É autorizado no corrente ano, com início em 2 de Janeiro, o trabalho de horas extraordinárias ao pessoal menor da Secretaria-Geral, incluindo o destacado no Gabinete de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

Secretaria-Geral do Ministério, 21 de Janeiro de 1957. — O Secretário-Geral, *Luís da Costa de Sousa* Mendes.

Conselho Superior de Obras Públicas

Por despacho de 21 do corrente de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas:

Abel Mário de Noronha Oliveira e Andrade, engenheiro inspector superior de obras públicas — concedidos, nos termos dos artigos 12.º e 15.º do Decreto n.º 19 478, de 18 de Março de 1931, trinta dias de licença graciosa, interpolada, com a faculdade de poder ser gozada no estrangeiro. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas, estando sujeito ao pagamento de emolumentos, nos termos do Decreto n.º 9605).

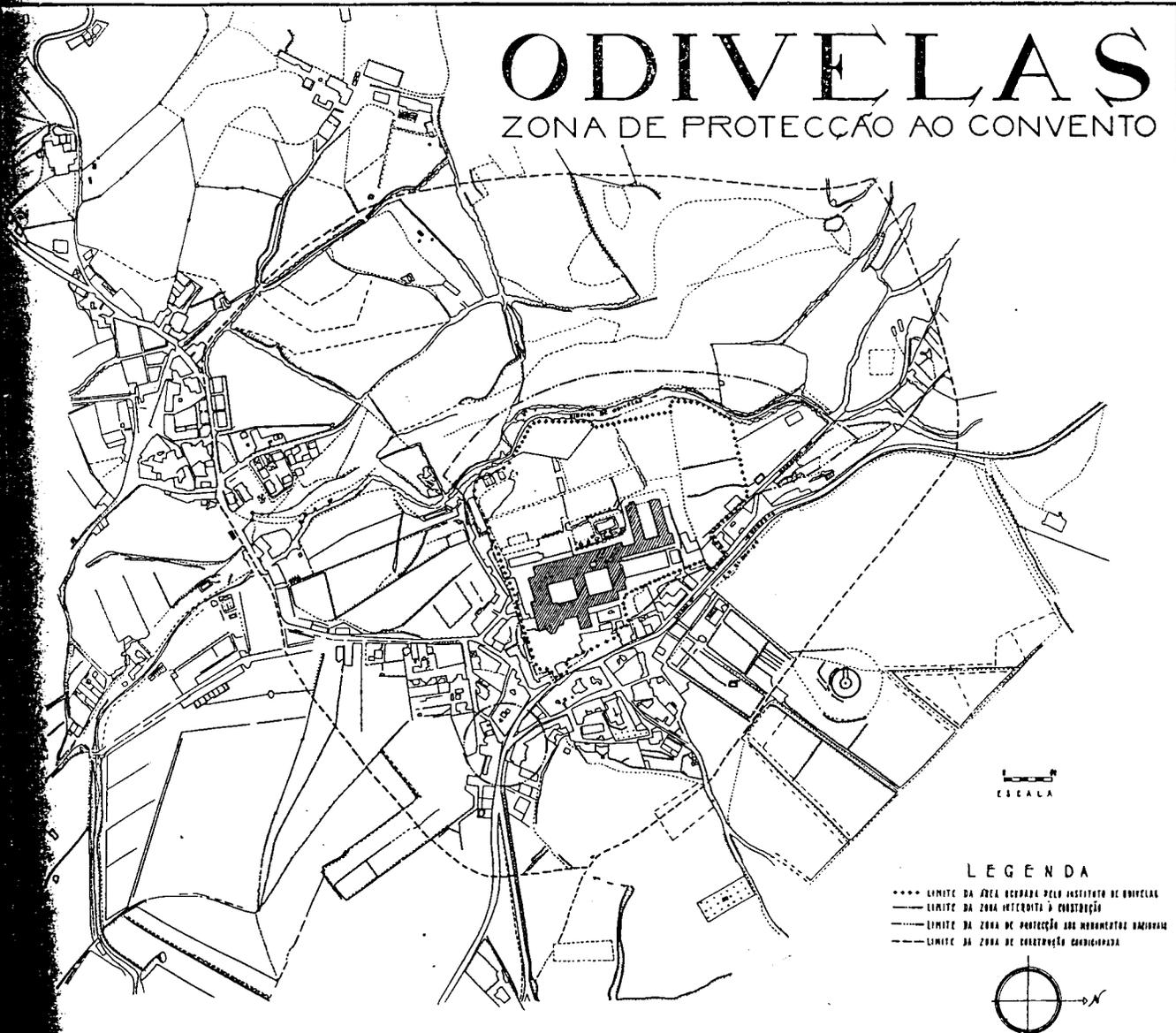
Conselho Superior de Obras Públicas, 22 de Janeiro de 1957. — O Presidente, *Duarte Abecasis*.

Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 34 993, de 11 de Outubro de 1945, e tendo em vista o que propõe a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, fixar a zona de protecção do Convento de Odivelas, de harmonia com a planta anexa a esta portaria.

Ministério das Obras Públicas, 12 de Novembro de 1956. — O Ministro das Obras Públicas, *Eduardo de Arantes e Oliveira*.



caução, no quantitativo de 4000\$, constituída por fiança. (Pagou os emolumentos devidos, nos termos do Decreto n.º 9605, de 19 de Abril de 1924).

Direcção-Geral da Fazenda Pública, 24 de Maio de 1962. — Pelo Director-Geral, *Aurélio Serra Ferreira*.

Instituto Geográfico e Cadastral

Por despacho ministerial de 24 de Abril findo:

Francisco Malta Romeiras, engenheiro geógrafo de 3.ª classe, contratado — rescindido o contrato, a seu pedido, em 1 de Junho de 1962. (Anotado pelo Tribunal de Contas em 30 de Abril de 1962).

Por alvará de 17 de Maio corrente:

Martinho Alves Júnior — nomeado vogal da Junta Cadastral concelhia de Gavião. (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Maio de 1962. São devidos emolumentos, nos termos do Decreto n.º 22 257).

Instituto Geográfico e Cadastral, 25 de Maio de 1962. — O Director-Geral, interino, *Júlio Manuel Martins*.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição Geral

Por despacho de 18 do corrente, anotado pelo Tribunal de Contas em 21:

Maria Leonor Bernardo Alves, escriturária de 1.ª classe do Hospital Militar Principal — rescindido o respectivo contrato, a seu pedido, a partir do dia 5 do próximo mês de Junho.

Repartição Geral da Direcção do Serviço de Pessoal, 23 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, *Joaquim de Sousa Brites*, major.

Por alvará de 16 de Abril findo, visado pelo Tribunal de Contas em 22 do corrente:

Jaime Caeiro Bernardes Salsinha, sapateiro de 3.ª classe, eventual, das Oficinas Gerais de Fardamento — nomeado sapateiro de 2.ª classe, eventual, das mesmas Oficinas, nos termos do § 1.º do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 41 892, de 3 de Outubro de 1958. (São devidos emolumentos, nos termos do Decreto n.º 22 257).

Por contratos de 28 de Abril findo, visados pelo Tribunal de Contas em 22 do corrente:

Bernardette de Lurdes Sousa Abreu — nomeada enfermeira de 1.ª classe do Hospital Militar Principal, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37 081, de 2 de Outubro de 1948, modificado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39 312, de 12 de Agosto de 1953, e artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 166, de 26 de Janeiro de 1962.

António Neves Páscoa da Conceição — nomeado porteiro de 1.ª classe do Hospital Militar Principal, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 37 081, de

2 de Outubro de 1948, modificado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39 312, de 12 de Agosto de 1953, e artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 166, de 26 de Janeiro de 1962.

(São devidos emolumentos, nos termos do Decreto n.º 22 257).

Repartição Geral da Direcção do Serviço de Pessoal, 24 de Maio de 1962. — O Chefe da Repartição, *Joaquim de Sousa Brites*, major.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Amaro do Sacramento Monteiro, conselheiro de legação, do quadro externo — decreto de 10 de Maio de 1962 transferindo-o para a Secretaria de Estado, com efeitos a partir de 6 de Maio de 1962. (Visado pelo Tribunal de Contas em 19 de Maio de 1962, não sendo devidos emolumentos).

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 22 de Maio de 1962. — O Director-Geral, interino, *José Manuel de Magalhães Pessoa e Frago*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Repartição dos Serviços Administrativos

Por despacho ministerial de 16 do corrente:

Aprovado o contrato celebrado entre esta Direcção-Geral e Licínio dos Reis Soares Miranda para desempenhar as funções de agente técnico de engenharia civil de 3.ª classe do quadro permanente, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 26 117, de 23 de Novembro de 1935, e artigo 3.º do Decreto n.º 27 695, de 13 de Maio de 1957, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo único do Decreto n.º 39 628, de 1 de Maio de 1954. (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 do corrente. Não são devidos emolumentos, nos termos do Decreto n.º 22 257).

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 24 de Maio de 1962. — O Director-Geral, *José Pena Pereira da Silva*.

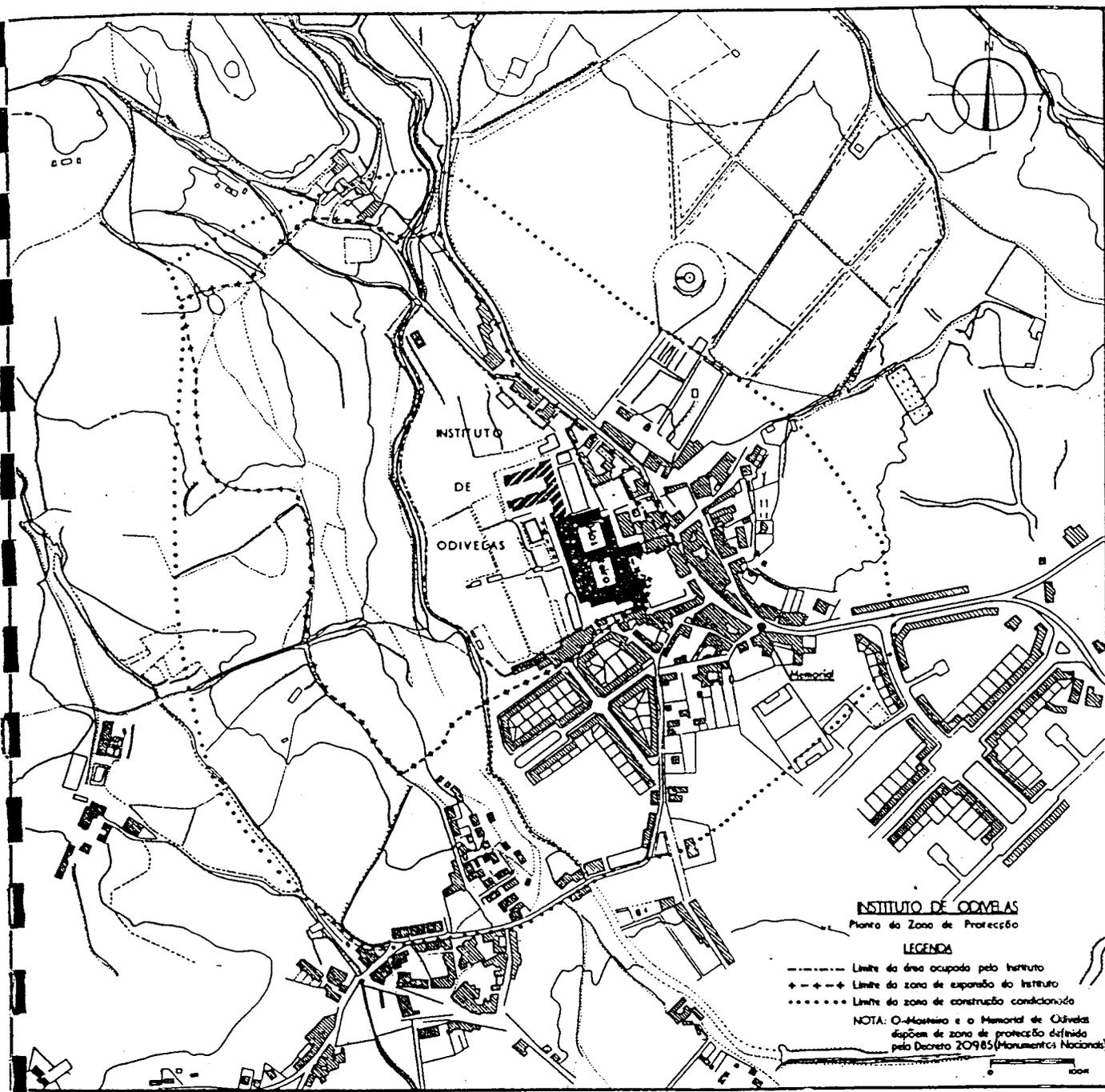
Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 34 993, de 11 de Outubro de 1945, e tendo em vista o que propõe a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, fixar a nova zona de protecção do Instituto de Odivelas e dentro dela a zona vedada à construção, de harmonia com a planta anexa a esta portaria.

Ministério das Obras Públicas, 15 de Maio de 1962. — O Ministro das Obras Públicas, *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Zona de protecção do Instituto de Odivelas



Distrito de Santarém

Concelho de Abrantes

Construção de casas de habitação para as classes pobres em Abrantes

Capítulo 13.º, Artigo 119.º, n.º 1) — Processo n.º 715-GEH

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, conceder à Câmara Municipal de Abrantes, pelo capítulo 13.º, artigo 119.º, n.º 1), do Orçamento Geral do Estado, no abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34 486, de 6 de Abril de 1955, um subsídio de 25 000\$ para a obra acima citada.

Ministério das Obras Públicas, 14 de Maio de 1962. — O Ministro das Obras Públicas, *Eduardo de Azevedo e Oliveira*.

Repartição dos Serviços Administrativos

Aviso

Para os devidos efeitos se publica que, nos termos do artigo 26.º do Decreto n.º 26 117, de 23 de Novembro de 1935, e artigo 2.º do Decreto n.º 27 236, de 23 de Novembro de 1936, e pelo prazo de 30 dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário do Governo*, se acha aberto concurso de promoção a engenheiros de minas de 1.ª classe do quadro, entre os actuais engenheiros de minas de 2.ª classe do quadro considerados opositores obrigatórios, para preenchimento das vagas que venham a ocorrer no prazo de 2 anos.

Os candidatos considerados opositores obrigatórios poderão entregar, dentro do referido prazo, aos seus superiores hierárquicos, que, por sua vez, os remeterão

ANEXO VII

INSTITUTO FEMININO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO - ODVÉLLAS

PLANTA TAQUEOMETRICA

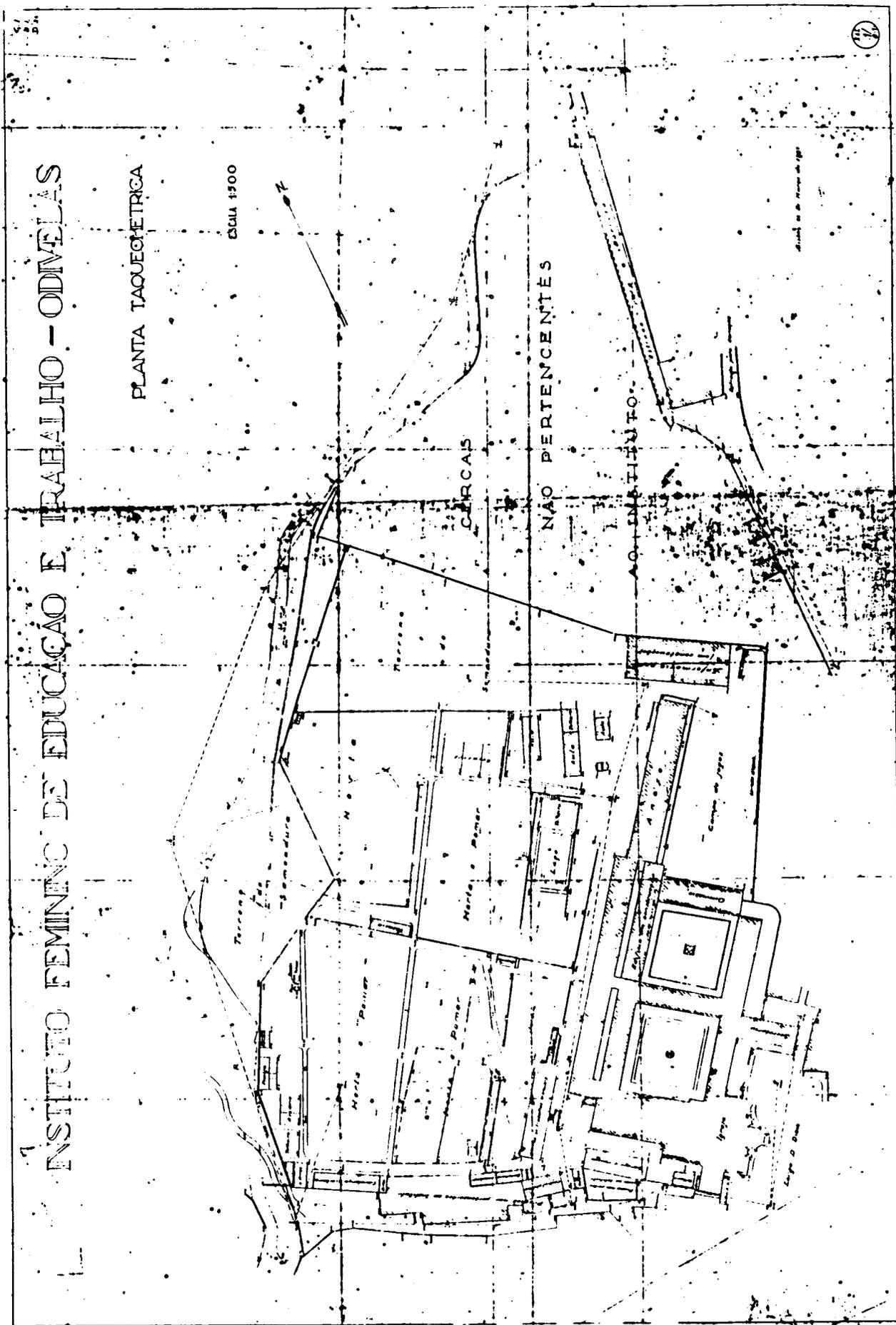
ESCALA 1:500



CERCAS

NAO PERTENCENTES

A.O. INSTITUTO



ANEXO VIII

ESPAÇOS URBANOS

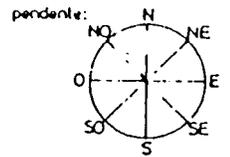
Ficha nº.

Remissiva Fichas nº.

Local:

Data:

escala
vistas panorámicas
enfriamentos perspectivas
sentido de marcha
estacionamento



ESPAÇOS URBANOS
Ficha nº.

Remissiva Fichas nº.

Local:

Data:

CARACT: MORFOLOGICAS

Area:

Declive:

Outros:

UTILIZAÇÃO

- Ocorrência de Utiliz.

Frequente

Ocasional

Rara

- Classes Etárias

Infantil

Juvenil

Adulto

Idoso

- Recreio

Activo

Passivo

Lazer

- Circulação

Pedestre

Passagem

Acesso a Hab.

Estadia

Motorizado

Passagem

Estacionamento

- Estacionamento

Nº. Lugares

Veículos Lig.

Veículos Pes.

Local Próprio

Sim

Não

- Vitalidade/Ambiência

- Outras Observações

ANALISE AMBIENTAL

- Luminosidade

Obs:

Esp. c/ Sombra

Esp. c/ Sol

Esp. Reflector

Esp. Absorvente

- Ventos

Obs:

Esp. Abrigado

Esp. Desabrigado

- Vegetação

Árvores

Podadas

Naturais

Arbustos

Sebes Podadas

Sebes Naturais

Trepadeiras

Herbáceas

Relva

- Pavimentos

Obs:

Textura Reg.

Textura Irreg.

Cor:

Desenhado

Obs:

- Elem. Const. Notáveis

- Elem. Pertur./Dissonan.

- Elem. Constituintes

Equip. Urbano

Bancos

Muros

Peças Jardim Inf.

Escadas

Coretos

Esplanadas

Toldos

Chapéus de Sol

Quiosques

Esculturas

Gradeamentos

Candeeiros

Marcos do Correio

Cabines Telef.

Placas Toponím.

Placas Public.

Instal. Sanit.

Chafarizes

Bebedores

Papeleiras

Contentores

Paragens Bus

Semáforos

Sinalizações

Passadeiras

Caldeiras

Vasos

Outros

Infraestruturas

Valetas

Sargetas

Sumidouros

Bocas de rega

Bocas de incêndio

Caixas de Esgoto

Outros

CONSERVAÇÃO | boa | reg. | má

Vias

Passeios

Sinaliz.

Edifícios

Obs:

OBSERVAÇÕES

TERAPEUTICA

Local:

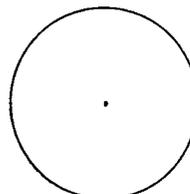
Data:

EDIFICAÇÕES - CARACTERIZAÇÃO

ALTURA DOS EDIFÍCIOS

Nº Pisos	Quantidades
1	
1 + 1	
2	
2 + 1	
3	
3 + 1	
4	
3 + 1	
Média	

DENSIDADE OCUPACIONAL



TIPO DE OCUPAÇÃO

- Habituação (H)
- Comércio (C)
- Oficinas (O)
- Armazém (A)
- Obs:

TERAPEUTICA

- Obras Beneficiação
- Obras Consolidação
- Correção Uso/Ocupação
- Correção de elem. Aberrant.
- Restaur. Conjunto
- Demolição
- Reconstrução
- Obs:

VALOR ARQUITECTÓNICO

- Mon. Nacional (MN)
- Imóv. Interesse Púb. (IIP)
- Imóv. Valor Concel. (VC)
- Edifício de Qualid. (Q)
- Edif. de Acompanha. (A)
- Edif. Dissonante (D)
- Edif. s/ Interesse (SI)
- Obs:

OUTROS

PERIGOS POTENCIAIS

- Destruição
- Adulteração
- Uso/Ocupação
- Alt. Tipológica
- Obs:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

B	<input type="checkbox"/>	Fogos c/ Coz.	<input type="checkbox"/>
R	<input type="checkbox"/>	Fogos s/ Coz.	<input type="checkbox"/>
M	<input type="checkbox"/>	Fogos c/ WC	<input type="checkbox"/>
RR	<input type="checkbox"/>	Fogos s/ WC	<input type="checkbox"/>

Obs:

ANEXO IX

Ficha de Edifício nº

Remissiva Fichas nº

Localização:

Data:

DADOS CRONOLÓGICOS

VALOR ARQUITECTÓNICO

Mon. Nacional
 Imó. Interesse Púb.
 Imó. Valor Conc.
 Edif. de Qualidade
 Edif. de Acompanha.
 Edif. Dissonante
 Edif. s/ interesse
 OBS.

DADOS TIPOLÓGICOS

nº pisos
 nº fogos
 utilização

 isolado
 agrupado
 gaveto
 OBS.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Boa	Regul.	Má	Ruina
cobertura <input type="checkbox"/>			
estrutura <input type="checkbox"/>			
part. complement. <input type="checkbox"/>			
interior <input type="checkbox"/>			
humidade <input type="checkbox"/>			
OBS.			

ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRÁFICA

OBSERVAÇÕES

Ficha de Edifício nº

Remissiva Fichas nº

Localização:

Data:

CARACTERISTICAS DOS ELEM. COMPONENTES			PROPOSTA		
Elem. Comp.	Materiais	Cor	Intervenção	Materiais	Cor
Param. fachad.					
Cunhais					
Socos					
Platibandas					
Cimalhas					
Chaminés					
Alger./Gargul.					
Beirais					
Cobertura					
Varandas					
Sacadas					
Balaustrada					
Alpendre					
CUAPNIQUES					
vergas					
ombreiras					
peitos					
soleiras					
PORTAS					
aros					
folhas					
JANELAS					
aros					
folhas					
MONTRAS					
aros					
folhas					
Bandeiras					
Óculos					
Lápides					
Anúncios					
Elem. Escultón					
OUTROS					

TIPO DE INTERVENÇÃO A QUE O EDIFÍCIO DEVE SER SUJEITO

ELEMENTOS DISSONANTES A SEREM RETIRADOS / REFORMULADOS

OBSERVAÇÕES

ANEXO X

Café e Pastelaria *Cruzeiro*



BOLOS REGIONAIS

CANTIGA DE ODIVELAS

Dos doces de Portugal,
que todo o mundo bem- diz
como prendas muito belas,
há um que não tem rival:
— marmelada de Odivelas
do tempo de Dom Deniz.

De Dom Deniz e Garrett,
toda a linda das donzelas
de esmerada distinção,
o velho contar repete:
— marmelada de Odivelas
só faz bem ao coração.

E ao coração de quem sente
conforto e faz tanto bem,
que ao seu filhinho doente,
docemente, canta mãe:
— marmelada de Odivelas
é receita das mais belas.

Das mais belas diz a lenda,
e a poesia também diz
nestas palavras singelas;
a quem quer uma doce prenda
do tempo de Dom Deniz,
bela prenda e das mais belas:
— marmelada de Odivelas?!

Artur Lobo de Campos

MÚSICA DE TOMAZ BORBA

★ ★ ★ ★

Rua Guilherme Gomes Fernandes, 81-B — Telef. 9813383
2675 - ODIVELAS

MARMELADA DE ODIVELAS

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Maria de Carmo - *Hortas e Hortelões de Lisboa*, in "Agros", Revista da Associação de Estudantes de Agronomia, nº4, Ano 59, Lisboa, 1978.
- ALMEIDA, Carlos Rebello Marques - *As Hortas Abastecedoras de Lisboa*, Lisboa, 1942.
- APPLETON, João A.S. - *Edifícios Antigos - Contribuição para o Estudo do seu Comportamento e das Acções de Reabilitação a Empreender*, Lisboa, LNEC, 1991.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de - *Funções Sociais da Agricultura (E dos Agricultores) no Tempo Actual*, "Vida Rural", 3/1987.
- *Archivo Pittoresco*, Vol. V e Vol. VI, Seminário Ilustrado, Lisboa, 1862-1863.
- AZEVEDO, Carlos de , FERRÃO, Julieta e GUSMÃO, Adriano - *Monumentos e Edifícios Notáveis no Concelho de Loures*, Edição Câmara Municipal de Loures, Lisboa, 1983.
- BARBOSA, I. de Vilhena - *Mosteiro de Odivelas*, "Ocidente", Revista Ilustrações de Portugal e do Estrangeiro, Vol. IX, 1886.
- BARROS, Luís Aires - *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, INIC, Lisboa, 1991.
- BARROS, Luís Aires - *Os Monumentos e a Doença da Pedra*, e "Colóquio / Ciências," Ano 3, Número 9, Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro de 1991.
- BARROS, Luís Aires, - *Alteração e Alterabilidade de Rochas Ígneas*, LNEC, Lisboa, 1971.
- BRANCO, Isabel Abecassis Castel, e outros - *Hortas Urbanas em Lisboa - Estudo Exploratório*, MPRU, 1984.

- BRANCO, J. Paz - *Manual do Pedreiro*, Lisboa, LNEC, 1981.
- BRITO, Raquel Soeiro - *Lisboa, Esboço Geográfico*, Boletim Cultural nº 82, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, 1976.
- BRONSEVAL, Frère Claude de - *Peregrinatio Hispanica 1531-1533*, 2 vols, Paris, 1970.
- CABRAL, Francisco Caldeira - *A Paisagem Portuguesa - Origem e Evolução*, (Texto Fotocopiado).
- CABRAL, Francisco Caldeira e TELES, Gonçalo Ribeiro - *A Árvore*, Lisboa, 1960.
- CABRITA, A.R, AGUIAR, J. e APPLETON, J. - *Manual de Apoio à Reabilitação do Bairro Alto*, C.M. Lisboa, L.N.E.C., Lisboa, 1993.
- CALDAS, Eugénio de Casiro - *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciências, Oeiras, 1978.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA - *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Évora*, Évora, C.M.E., 1982.
- CANCIO, Francisco de - *Lisboa - Tempos Idos*, Vol.I, Instituto de Coimbra e Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1957.
- CARDOSO, Jorge - *Agiologio Lusitano*, Tomo I, Oficina Craesteekiana, Lisboa, 1652.
- CARVALHO, António - *Reflexão sobre as Depradações e a Defesa do Património Natural e Edificado de Odivelas*, Boletim Cultural, Câmara Municipal de Loures, Ano I, Nº 1, 1987.

- CASTRO, Elda de - *A Conservação dos Monumentos de Pedra - Estado Actual dos Conhecimentos*, LNEC, Lisboa, 1984.

- CASTRO, Elda de e CRAVO, Maria do Rosário - *A Civilização e a Deterioração dos Monumentos de Pedra*, LNEC, Lisboa, 1987.

- CAVACO, Carminda - *A Pequena Agricultura de Complemento na Periferia de Lisboa*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 1981.

- CHAGAS, Pinheiro - *Crónica de Odivelas*, in *Ocidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Vol. IX, 1886.

- CHICÓ, Mário Tavares - *Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Portugal, Brasil, 1968.

- CHOAY, Françoise - *L'Allegorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

- COCHERIL, Dom Maur - *Alcobaça - Abadia Cisterciense de Portugal*, Coleção Presenças da Imagem, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

- COCHERIL, Dom Maur - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1986.

- *Considerações sobre Medidas Cautelares para Diminuição dos Riscos Sísmicos em Centros Urbanos Antigos*, Lisboa, LNEC, 1990

- COSTA, Américo - *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Vol. VIII, Livraria Civilização, Porto, 1943.

- DUBY, Georges - *Saint Bernard-L'Art Cistercien*, Flammarion, Paris, 1979.

- *ECOS de LOURES*, nº25, 15/03/1951.

- FADEPA - *Beja - Cento Histórico. Plano de Salvaguarda e Recuperação*, 1981

- FARINA, Federico e VONA, Iginio - *L'Organizzazione dei Cistercensi nell'Epoca Feudale*, Casamari, 1988.

- FIGUEIREDO, A.C. Borges de - *O Mosteiro de Odivelas*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1889.

- GUSMÃO, Artur - *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister*, Lisboa, 1956.

- GUSMÃO, Artur - *A Real Abadia de Alcobaça. Estudo Histórico-Arquiológico*, Lisboa 1948.

- LEAL, Augusto S.A.B. Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. VI, Editores de Matos Moreira e C^a., Lisboa, 1875.

- LNEC - *10 Anos após o Sismo dos Açores de 1 de Janeiro de 1980*, Lisboa, 1992.

- LNEC - Curso de Promoção Profissional 516, - *Coberturas de Edifícios*, Lisboa, LNEC, 1976.

- LNEC - *Medidas Cautelares de Segurança contra Incêndios em Centros Urbanos Antigos*, Lisboa, LNEC, 1989.

- LNEC - *Monografia Portuguesa sobre Inovação e Reabilitação de Edifícios*, Lisboa, LNEC, 1988.

- M.E.S. / SEHU / DGPU - *Ponte de Lima - Estudo de Preservação e Renovação Urbana*, Lisboa, 1981.

- MARQUES, Manuel Gustavo F. e Outros - *Loures - Tradição e Mudança*, I Centenário do Concelho de Loures (1886-1986), Vol. I, Serviços Culturais do Município de Loures, Gráfica Barbosa e Santos, 1986.

- PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme - *Diccionario Histórico, Chorographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, Lisboa, 1885.

- PROENÇA, Raúl - *Guia de Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924..

- SALGUEIRO, Teresa Baroúa - *Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa*, "Finisterra", Revista Portuguesa de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Vol. XII, Nº23, Lisboa, 1977.

- SARAIVA, Carlota Abrantes - *O Instituto de Odivelas - Breve Notícia Histórica*, Odivelas, 1978.

- SEC / IPPAR - *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, 1993

- SEGURADO, João Emilio dos Santos - *Acabamentos das Construções*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa.

- SEGURADO, João Emilio dos Santos - *Alvenaria e Cantaria*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa.

- SEGURADO, João Emilio dos Santos - *Materiais de Construção*, Biblioteca de Instrução Profissional, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris - Lisboa.

- SILVA, Vitor Coias e - *Reabilitação Estrutural de Paredes de Construção Antigas*, Seminário sobre *Conservação de Edifícios e Monumentos Históricos*, Évora, 1990.

- TELLES, Gonçalo Ribeiro, - *Para Além da Revolução*, Edições Salamandra, Lisboa, 1985.
- TRINDADE, Maria José e GASPAR, Jorge - *A Utilização Agrária do Solo em Torno de Lisboa, na Idade Média, e a Teoria de Von Thunen*, Boletim Cultural, Junta Distrital de Lisboa, 1973 / 74, Oficinas Gráficas Ramos Afonso Moita, Lisboa.
- UNESCO / ÉVORA - *A Revalorização dos Bairros do Centro Histórico de Évora / Portugal*, Paris, 1980.



